



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAURÍCIO FEITOSA DOS SANTOS

**COMEMORAÇÃO, POBREZA E CULTURA LETRADA NO CENTENÁRIO DE
TERESINA (1952)**

FORTALEZA

2014

MAURÍCIO FEITOSA DOS SANTOS

**COMEMORAÇÃO, POBREZA E CULTURA LETRADA NO CENTENÁRIO DE
TERESINA (1952)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S236c Santos, Maurício Feitosa dos.
Comemoração, pobreza e cultura letrada no centenário de Teresina (1952) / Maurício Feitosa dos Santos. – 2014.
240 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: História social.
Orientação: Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho.
- 1.Teresina(PI) – Comemorações de centenários,etc. 2.Teresina(PI) – Vida intelectual.
3.Teresina (PI) – Condições econômicas. 4.Teresina(PI) – Condições sociais. 5.Pobres – Teresina(PI). 6.Vida urbana – Teresina(PI). 7.Anos 1950. I. Título.

MAURÍCIO FEITOSA DOS SANTOS

**COMEMORAÇÃO, POBREZA E CULTURA LETRADA NO CENTENÁRIO DE
TERESINA (1952)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: História Social

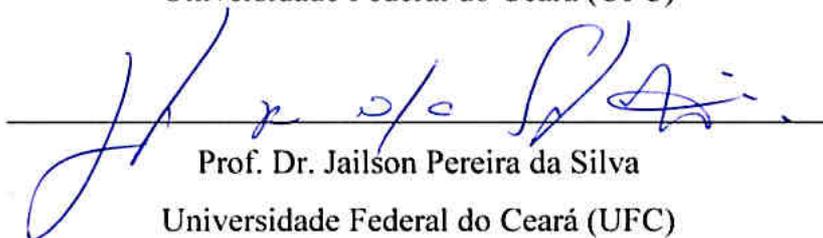
Aprovação em: 03 / 11 / 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá

Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos

Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Sales e Deusimar, e ao meu irmão, Daniel, com carinho.

À minha esposa, Elizabeth, com amor.

Ao meu filho, Murilo, com o coração cheio de esperança no futuro.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao momento limite da pesquisa que ora apresento não significa o seu fim. Se “a maior riqueza do homem é a sua incompletude”, esta dissertação, como produto humano que é, guarda em si lacunas e provisórios, como qualquer estudo em História. Confesso que faço de pretexto o verso de Manoel de Barros para justificar em parte o esmorecimento e o cansaço que me tomam neste momento, marcas dos investimentos necessários à construção de um trabalho acadêmico. Chegar até aqui, após um longo tempo, só foi possível porque em diversas estações do caminho fui motivado, amparado e erguido por pessoas extraordinárias. Estas são, portanto, as páginas mais importantes que escrevo, pois remetem não ao objeto de estudo e seu fim (provisório), mas ao caminho e às pessoas que me ajudaram a trilhá-lo...

Quando decidi participar da seleção do Mestrado em História Social da UFC, fui encorajado por Maria do Socorro Rangel. Orientadora na graduação na UFPI, iniciou-me no ofício, apresentou-me o atelier do historiador. É uma referência que tenho sempre em mente (mesmo na distância, mesmo sem uma “citação direta”). Com seu aguçado olhar, (“olhar de ave”, como diria Manoel de Barros), Socorro gentilmente leu e fez críticas ao projeto de pesquisa inicial. Sou grato pelo carinho e ensinamentos.

Cláudia Cristina Fontineles, com a sensibilidade que lhe é peculiar, sempre se manteve atenta aos meus passos e preocupada quanto ao meu destino acadêmico. Surpreendia-me, volta e meia, com suas ligações que tinham o propósito de saber como eu estava e reforçar sua disposição para ajudar no que fosse preciso. Muitas vezes fomentou meus sonhos e sou muito grato por isso.

Aracele Torres e Paulo Roberto Dantas são aqueles irmãos que a vida nos dá. Nos últimos anos, exercitamos viver numa relativa distância (só espacial), mas em plena sintonia entre as galhofas e a seriedade de olhar para o nosso futuro como historiadores. Agradeço a amizade e os incentivos.

Durante o mestrado, José Viana sempre perguntou como estava o andamento do curso e, na reta final, fez a gentileza de me ajudar a resolver urgências quando eu estava distante de Fortaleza. Obrigado pela amizade e ajuda.

Sem a ajuda dos colegas de trabalho da Gerência Executiva de Habitação da Caixa Econômica Federal, não teria sequer cursado as disciplinas. Álvaro Gustavo Franco concedeu-me o apoio necessário para seguir adiante, compreendeu as minhas ausências e cuidou para que eu cumprisse o cronograma de compensação de horas para evitar eventuais contratemplos

em minha remuneração. Com humanidade reconheceu o meu desejo de seguir no Mestrado e muitas vezes, talvez quando me via esmorecer, soube me incentivar e reacender os meus propósitos.

Paulo Rogério, Tiago Vieira e Marcus Borralho cobriram minhas ausências nas atividades laborais cotidianos com resignação e companheirismo raros. Superaram transtornos, imprevistos e urgências em meu nome para que eu pudesse chegar até aqui. Ricardo, Wagner, Helder, Silvio, Ignácio, Tiago Gurgel e Janilly são pessoas que amenizam os dias e tornam o ambiente de trabalho agradável e descontraído. Tiago Gurgel e Janilly tiveram a sensibilidade de questionar-me sobre o andamento do trabalho, incentivaram a sua continuidade e, com a sua deleitosa companhia e amizade, suavizaram os momentos de tensão. Ignácio Montenegro Júnior, a quem nutro profundo respeito, compartilha o interesse pela *cidade*, pelas *pessoas* e pela *cidade para as pessoas*. Em nossas conversas, partindo de sua experiência pessoal, estimulou-me a seguir em frente e a buscar minha inserção no mundo acadêmico. Sou grato a todos.

Em Fortaleza, tive um pedacinho do meu lar. França, Gabriela, Daniel e Feitosa me refugiaram em sua residência para que eu pudesse descansar o corpo e a mente entre um dia e outro de aulas, semana após semana durante alguns meses. França me acolheu debaixo de suas asas de mãe (coruja que só ela) como um filho. Sou grato pelo carinho com o qual me trataram, sempre fizeram com que eu me sentisse em casa e contribuíram de modo decisivo para o cumprimento da jornada.

Os colegas do mestrado, sempre muito cordiais, foram muito importantes para a construção de diálogos e debates caros a formação acadêmica, seja em relação aos projetos, seja nas diversas temáticas discutidas em sala de aula. Agradeço a todos.

Meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, que me possibilitou a convivência com profissionais competentes e sempre dispostos a contribuir com a nossa formação. Aos professores Frederico de Castro Neves, Adelaide Maria Gonçalves Pereira, Franck Pierre Ribard, Irenísia Oliveira e Almir Leal de Oliveira, que conduziram magistralmente as disciplinas que cursei, agradeço pelo apoio e convivência intelectual. Agradeço aos professores Jailson Pereira da Silva e Francisco Régis Lopes Ramos, que muito contribuíram para o desenho e aperfeiçoamento do trabalho no exame de qualificação.

Sou profundamente grato ao professor Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho. Com generosidade, competência, perspicácia e uma boa dose de paciência, orientou a feitura da dissertação e a minha constituição como historiador. Desde nossas primeiras conversas, pude

perceber que não haveria melhor companhia para seguir a caminhada e, por isso, não tenho palavras para expressar o tamanho da minha gratidão. Espero que essa convivência se converta em uma amizade duradoura e próspera.

Agradeço aos meus pais, Sales e Deusimar, e ao meu irmão, Daniel, que sempre me motivaram a seguir em frente, acompanhando com atenção todos os momentos da minha vida e em especial este. Minha mãe, sempre orando por mim, fez com que eu refletisse sobre os desafios e as coisas boas que a vida nos dá. Meu pai, o meu maior exemplo de força e trabalho, encorajou com a sua resignação a ter coragem para não desistir. Meu irmão, meu grande amigo, sempre me apoiou... Sou grato a minha esposa, Elizabeth, pela compreensão nos dias de mar agitado, pela força que a manteve firme nas minhas ausências e que me trouxe a tranquilidade necessária para cumprir a caminhada. Ela me fez acreditar que tudo seria possível e bom. Ao seu lado, sinto-me seguro para superar os desafios. Nada que eu venha a escrever aqui representará o tamanho da minha gratidão a todos vocês... Em vocês encontro a paz, o amor e um refúgio.

Sou grato ao pequeno Murilo que, entre uma marotice e outra, sem compreender as minhas ausências, resgatava-me das imersões próprias da feitura de um trabalho acadêmico. Com o seu lindo sorriso, de súbito, abraçava-me, puxava-me e colocava-me onde eu deveria estar: ao seu lado e entre os seus brinquedos...

Por fim, sou grato a Deus que, em seu mistério, concedeu-me a dádiva de conviver com pessoas extraordinárias sem as quais este estudo seria simplesmente improvável.

“... me explica por que que um olhar de piedade cravado na condição humana não brilha mais que anúncio luminoso?”

(Manoel de Barros, *Poemas concebidos sem pecado*. 2. ed. São Paulo: Leya, 2010, p. 25)

RESUMO

Este trabalho pretende discutir a emergência histórica do discurso sobre a pobreza na cidade de Teresina no início dos anos 1950. Nesse período, a comemoração do Centenário da cidade, em 1952, mobilizou políticos e intelectuais a pensarem a cidade. Sobretudo na imprensa, o reconhecimento do caráter histórico do pauperismo da capital do Estado do Piauí foi um aspecto capitalizado pela crítica letrada no momento da efeméride. Os discursos que permearam a cultura letrada, ao delimitarem a historicidade da pobreza, foram prudentes quanto ao futuro. A ocorrência da seca de 1951-53 e a movimentação de flagelados por todo o Estado e na capital, somando-se aos mendigos e pobres urbanos, confluíram com certa unanimidade para interpretar aquele tempo como um momento de crise evidente. A elevação do custo de vida contribuiu de modo contundente para o entendimento de que a crise se agravava dia após dia. A partir da investigação de crônicas da imprensa, Censos Demográficos, Atas da Câmara Municipal e Mensagens de Governo, foi possível traçar as linhas gerais do discurso sobre a crise e a pobreza na visão dos letrados. Através de processos judiciais e da literatura, foi possível sondar, em perspectiva, o cotidiano e a vida de pessoas comuns naquele período, buscando compreender as ideias e ações dos pobres em busca de direitos que acreditavam possuir.

Palavras-chave: Comemoração. Cultura letrada. Crise. Pobreza. Cotidiano.

ABSTRACT

This paper work intends to discuss the historical break in the speech about poverty in the city of Teresina in the beginning of the 1950'. This period, the city Centennial Anniversary, in 1952, mobilized politicians and intellectuals to think about the city. Mainly the press, to acknowledge the historical character of the Piauí State Capital pauperism was a highlighted aspect by the literate critic in the ephemeris moment. The speeches which permeated literate culture, delimiting the poverty historicity, were prudent regarding to the future. With the occurrence of the 1951-53 draught and the movement of flagellated all over the State and the Capital city, adding the beggars and urban poor population, converged with certain unanimity to interpret those times as a moment of evident crisis. The higher cost of living contributed bluntly to the understanding that the crisis was being aggravated day by day. By the investigation of press chronicles, Demographic Census, Municipal Chambers Minutes and Government Messages, it was possible to trace the general lines in the speech about the crisis and the poverty in the vision of literate. Throughout lawsuits, it was possible to prospect, in perspective, the day by day of common people in that period, seeking to understand the ideas and actions of poor people while claiming their rights.

Keywords: Celebrations. Literate Culture. Crisis. Poverty. Daily life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Praça da Constituição, Igreja de Nossa Senhora do Amparo e prédios públicos (final do século XIX).....	29
Figura 2 – Praça Marechal Deodoro e Rua Coelho Rodrigues (anos 1910).	30
Figura 3 – Reforma da Praça Marechal Deodoro e Rua Rui Barbosa (década de 1930).	32
Figura 4 – Rua Coelho Rodrigues após a Reforma de 1939.	33
Figura 5 – Mapa de evolução urbana de Teresina até 1968.	40
Figura 6 – Praça Pedro II nos festejos do Centenário de Teresina.	44
Figura 7 – Editorial <i>Jornal do Piauí</i> de 31 de janeiro de 1952.	78
Figura 8 – Editorial jornal <i>A Luta</i> de 07 de setembro de 1952.....	80
Figura 9 – Anúncio de redução de preços devido à crise.	153
Figura 10 – Praça Rio Branco em Teresina, 1951.	179
Figura 11 – O menino e a balsa no Rio Parnaíba, 1951.	180
Figura 12 – Selos do Governo do Estado referentes à Taxa do Centenário de Teresina.....	186
Figura 13 – Casa da senhora Ana Severo dos Santos, agosto de 1959.....	196
Figura 14 – Ponte Metálica “João Luís Ferreira” e as casas populares, década de 1950.....	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de algumas capitais brasileiras (Censos 1940, 1950 e 1960).....	38
Tabela 2 – Instrução da população de Teresina segundo a idade e situação do domicílio.....	92
Tabela 3 – Instituições Assistenciais subvencionadas pelo Estado do Piauí (1949-50).....	150
Tabela 4 – Preço médio de alguns gêneros alimentícios (1947-49).....	155

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1	O CENTENÁRIO DE TERESINA	24
1.1	Traçando um panorama inicial: a cidade e o centenário	24
<i>1.1.1</i>	<i>A cidade... ..</i>	<i>24</i>
<i>1.1.2</i>	<i>...o Centenário</i>	<i>42</i>
1.2	Experiências, expectativas: um centenário de misérias e o espectro da crise	56
1.3	A imprensa no centenário: lugares, disputas e olhares	71
2	CRISE, POBREZA E CULTURA LETRADA	82
2.1	Pobreza urbana no Centenário	86
2.2	Crise e pobreza na Seca de 1951-53	109
<i>2.2.1</i>	<i>A série “Flagelo”</i>	<i>120</i>
2.3	<i>Omnia in Charitate</i>: comoção, caridade e assistência	135
2.4	O cotidiano da carestia em Teresina no início dos anos 1950.....	151
<i>2.4.1</i>	<i>Intervenções legais de combate a carestia</i>	<i>167</i>
<i>2.4.2</i>	<i>“O povo julgue o gesto de cada um”</i>	<i>172</i>
3	AÇÕES, CONFLITOS E EXPECTATIVAS DOS POBRES.....	178
3.1	Cenas do cotidiano dos pobres nas veredas da justiça	184
<i>3.1.1</i>	<i>Família e trabalho</i>	<i>188</i>
<i>3.1.2</i>	<i>Casa e vizinhança</i>	<i>195</i>
<i>3.1.3</i>	<i>Nos mercados</i>	<i>201</i>
3.2	Algumas notas sobre ações, ideias, direitos e justiças	208
3.3	Os dilemas da pobreza na literatura: “Palha de Arroz”, de Fontes Ibiapina.....	215
<i>3.3.1</i>	<i>Um cotidiano de pobreza e misérias.....</i>	<i>219</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	229
	FONTES CONSULTADAS	235

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em algumas ruas e avenidas de Teresina, o observador um pouco mais atento perceberá placas com a seguinte inscrição: “Não dê esmola. Dê cidadania”. Essas placas informam aos habitantes da cidade e seus visitantes um juízo que não é novo, pois a ideia de que todos devem gozar a cidadania remonta, no mínimo, à Revolução Francesa. A inscrição, por sua vez, articula algumas ideias: a de que dar esmolas contribui para enredar os pedintes em sua condição; a de que há pessoas que, pela sua pobreza, não são capazes de exercer a cidadania; e que a cidadania é uma coisa que possa ser dada de um possuidor a um não possuidor do atributo. Inerente a tudo isso é a existência de pedintes, razão pela qual não é à toa que esse alerta está afixado em diversos pontos da cidade.

O surgimento dessas placas coincide com a comemoração do sesquicentenário de Teresina, comemorado em 2002. Um momento de comemoração, especialmente em datas redondas como o aniversário de 150 anos de uma capital, mobiliza pessoas a aguçarem o olhar, produzirem reflexões (individuais ou partilhadas coletivamente). O Estado promove eventos, publica edições comemorativas sobre a cidade, investe ou anuncia investimentos de grande porte com vistas a criar marcas de gestões no presente que seriam capazes de fomentar o futuro, cuja expectativa aponta, no geral, para tempos melhores. Mas há também os que olham com cautela os dias vindouros e as características entendidas como preocupantes no presente informam a expectativa nutrida para o futuro.

Estes são alguns dos aspectos que trataremos nesse estudo, que tem como tema a cidade de Teresina na comemoração do seu Centenário, ocorrido em 1952, e a emergência de discursos sobre a crise e a pobreza no período. Se o olhar sobre a pobreza no início dos anos 2000 pode ser sentido, entre outras coisas, pelas placas que mostram a conduta que deveríamos ter diante do pobre pedinte, no início dos anos 1950 a imprensa deu amplo destaque em suas páginas ao que considerava como “as misérias de Teresina”. O *Jornal do Comércio*, um dos principais periódicos da época, apontava, em janeiro de 1952, os problemas que a cidade enfrentava a poucos meses das festas do centenário. “Pobre Teresina!”, era assim que o jornal se referia à capital piauiense considerando um absurdo o seu estado de limpeza e saneamento, uma vez que se encontrava, como criticava o jornal, “esburacada; cheia de lama no inverno e também na sêca; poeira, lixo e até carniça e

mictórios nas ruas urbanas; [...]; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar”¹.

Segundo o jornal, por exemplo, não era possível nutrir boas expectativas em relação às festividades, pois não se cumpria nem ao menos as determinações do Código de Posturas da cidade, que existia para coibir as mazelas que se achavam em suas ruas. Os jornalistas atribuíam tal estado de coisas ao descaso dos poderes públicos, da Câmara Municipal e do Prefeito, uma vez que, como argumentavam, “não querem saber de mais nada”, pois “tudo se faz **contra a Capital, no seu progresso, e contra o povo, no seu bem-estar...**”².

No mês seguinte, o jornal *O Dia* fazia um apelo aos piauienses reafirmando os problemas enfrentados pela cidade para a comemoração do seu centenário. O Prefeito da cidade, João Mendes Olímpio de Melo (UDN, 1951-54), em entrevista à imprensa local, afirmava que não dispunha de verba para promover melhorias na cidade com vistas à festividade, uma vez que 82% da arrecadação anual da prefeitura estavam comprometidos com o pagamento do funcionalismo público. Deste modo, o assim considerado despreparo da administração para a organização da festa era alvo de críticas que se estendiam à falta de amparo do Governo Federal, pois, como anunciava o jornal, tratava-se de uma importante contribuição a um “povo exuberante de contentamento, [...] que sempre teve seu lugar ao sol, participando ativamente das campanhas cívicas da Nação”³, uma referência clara à Batalha do Jenipapo, na qual foi derramado sangue piauiense em confronto direto com as tropas portuguesas em defesa da Independência do Brasil.

À população piauiense, o jornal chamava para ajudar patrioticamente a festividade através de atos simples, mas que dariam ao menos uma aparência de cidade humilde e bem cuidada: “Cada um de nós deve e pode dar esse apoio, limpando as fachadas de suas casas, consertando as calçadas de seus prédios, higienizando as ruas, já que a Prefeitura não tem dinheiro para levantar sequer uma pedra”⁴.

No momento em que faziam críticas aos administradores e, no caso específico, ao então prefeito João Mendes Olímpio de Melo, a expressão “misérias sociais”⁵, muito utilizada na imprensa local, ganhava força e passava a sintetizar na cultura letrada o incômodo crescente com a situação de pobreza, desenhando um estado crítico no qual os problemas

¹ POBRE Teresina! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, 20/01/1952.

² *Ibid.* Grifo no original.

³ APÊLOS aos piauienses. *O Dia*, Teresina, Ano II, 03/02/1952.

⁴ *Ibid.*

⁵ Na documentação analisada, além de “misérias sociais”, também encontramos as expressões “chagas sociais”, “irregularidades sociais”, “problemas sociais”, “questões sociais” ou, simplesmente, “misérias”.

urbanos e econômicos se somavam ao cotidiano de misérias que assolavam a vida da gente comum, como o elevado custo de vida. É possível localizar na imprensa passagens recorrentes em que a pobreza associada aos errantes, mendigos e famintos, era dita como problema que deveria ser solucionado com urgência, sob pena de comprometer o progresso e, por consequência, o futuro do povo piauiense.

Por esses e por outros motivos, a pobreza foi operada e manuseada na imprensa teresinense e, no geral, as leituras e interpretações produzidas apontavam para a identificação daquele momento como um tempo de crise incontestável.

A delimitação do recorte da pesquisa pode ser entendida pelo dinamismo do período que se estende dos anos 1930 aos anos 1960. Nesse período, presidiu o imaginário e a atuação de muitos intelectuais e políticos a ideia segundo a qual poderiam projetar e realizar mudanças no Brasil, alçando-o ao patamar imaginado.⁶ Na avaliação de Ângela de Castro Gomes,

[...] há períodos estratégicos, em que atores históricos, sobretudo as elites políticas-burocráticas que dirigem o Estado, compreendem que suas margens de ação foram ampliadas, que seus 'horizontes de expectativas' se tornaram maiores para a elaboração e realização de projetos que poderiam, verdadeiramente, reinventar a nação imaginada.⁷

O Centenário de Teresina, no início dos anos 1950, foi visto dessa maneira. Em grande medida as transformações que ocorreram no país entre os anos 1930 e 1960 foram sentidas em Teresina, embora em sentido restrito e não no mesmo ritmo que tomou em grandes capitais e regiões metropolitanas. Aliás, alcançar a modernidade era uma demanda constante de intelectuais que criticavam a letargia do processo de modernização da cidade, sobretudo referente à paisagem urbana e econômica pela denúncia dos laços de provincianismo e atraso que permaneciam atados ao presente da cidade.

As questões que norteiam este estudo, portanto, estão ligadas ao momento de transformação vivido no Brasil em meados do século XX. Partindo da ideia de que as transformações sociais, econômicas e culturais não foram sentidas de modo único e homogêneo em todo o território de uma nação em processo de formação e consolidação, questionamo-nos sobre como essas transformações foram sentidas, desejadas e projetadas em uma capital de Estado situado em uma zona periférica do país, quando metrópoles como São

⁶ GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). *História do Brasil Nação*. Vol. 4 (Olhando para dentro 1930-1964). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 41.

⁷ *Ibid.*

Paulo eram alçadas à condição de motor da nação e modelo para o resto do país. Através de um momento particular, como foi entendido e inventado o Centenário de Teresina, foram analisados alguns dos elementos que povoavam as mentes dos intelectuais e que se fizeram presentes na cultura letrada para dizer a cidade e seus habitantes. Um desses elementos, como dissemos acima, foi a pobreza, reconhecida como histórica e ameaçadora do futuro de Teresina e do Estado do Piauí.

A pobreza e os pobres não são temas novos nos estudos de história. O antropólogo Karl Polanyi em *A grande transformação*, publicado originalmente em 1944, estudou o processo de empobrecimento no ocidente contemporâneo, buscando compreender as relações capitalistas, o mercado de trabalho e os trabalhadores nessa dinâmica⁸. A história social, pelo menos aquela de vertente inglesa conhecida como “história vista de baixo” (ou história da gente comum), conforme analisa Eric Hobsbawm, “referia-se [em uma de suas acepções] à história das classes pobres ou inferiores e mais especificamente à história de seus movimentos (‘movimentos sociais’)”⁹. A partir dos anos 1950, além de seu significado político (que segundo Hobsbawm nem sempre teve), constituiu-se como modo de “explorar uma dimensão desconhecida do passado”¹⁰, embora iniciativas de estudo da ação das pessoas comuns possam ser localizadas em períodos anteriores, como em Michelet, Marc Bloch, Georges Lefebvre e outros.

Os pobres e a sua condição social aparecem na historiografia de muitas maneiras: como os camponeses, como os escravos, como os operários, as mulheres pobres, como os mendigos, dentre muitos outros exemplos. O historiador José Roberto do Amaral Lapa avalia que, com exceções, “na produção acadêmica sobre a pobreza no Brasil, as abordagens no geral não conseguiram fugir de um viés que se define pelo sistema de produção, em cuja inserção os trabalhadores sinonimizam os pobres”¹¹. Nos casos em que a reflexão foge a esse esquema, ainda segundo José Roberto do Amaral Lapa, “já se cai na marginalidade e, portanto, aí os pobres são identificados com o banditismo, o crime, a prostituição, a mendicância e outros fenômenos da patologia social, constituindo a *classe perigosa*”¹². Nesse sentido, buscando contribuir para a construção de uma história da pobreza no Brasil, Lapa assinala a insuficiência da operação que dá ênfase ao sistema de produção e associa automaticamente o trabalhador ao pobre, assim como ressalta a necessidade do estudo do

⁸ POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história: ensaios*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 83.

¹⁰ *Ibid.*, p. 219.

¹¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. p. 18.

¹² *Id. Ibid.*

próprio mundo em que os pobres sobrevivem, “nem sempre atrelado ao sistema ou contra este se insurgindo”.

O interesse pelo pobre e pelo mundo no qual ele sobrevive, como protagonistas para além de meros figurantes da cena pública, vem crescendo no Brasil pelo menos desde a década de 1980. Exemplos disto são os estudos de Laura de Mello e Souza (*Desclassificados do ouro*, de 1982), Laura Vergueiro (*Opulência e miséria das Minas Gerais*, de 1981), Maria Odila Leite da Silva Dias (*Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de 1984), Sidney Chalhoub (*Trabalho, Lar e Botequim*, de 1986), e muitos outros.

Em seu estudo dos papéis históricos de mulheres pobres, oprimidas no processo de urbanização de São Paulo no século XIX, a historiadora Maria Odila Dias observa o importante momento vivido, nos anos 1980, pela história social dos grupos marginalizados. Na sua avaliação:

A historiografia das últimas décadas favorece uma história social das mulheres, pois vem se voltando para a memória de grupos marginalizados do poder. Novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história microsocial do cotidiano: a percepção de processos históricos diferentes, simultâneos, a relatividade das dimensões da história, do linear, de noções como progresso e evolução, dos limites de conhecimento possível diversificam os focos de atenção dos historiadores, antes restritos ao processo de acumulação de riqueza, do poder e à história política institucional. [...] A limitação de métodos e de fontes escritas engajadas com o sistema de poder suscita reflexões sobre o alcance de uma história – erudição que não abarca o cotidiano de meios sociais marginalizados das instituições do poder.

[...]

Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistências e luta.¹³

É possível localizar uma dupla influência naqueles estudos, influência esta evidenciada por Maria Odila Dias. As possibilidades advindas de uma história do cotidiano e a contribuição de estudos como os de Edward Thompson, sobre a formação da classe operária na Inglaterra, ou seja, a recepção de estudos oriundos da história social de matriz inglesa e associada à história vista de baixo.

Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, também ressalta a proficuidade daquele momento na pesquisa histórica brasileira, acentuando, sobretudo, a possibilidade de

¹³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 14.

buscar novas fontes e novos problemas de pesquisa que libertavam, por exemplo, a “atividade política” da “política tradicional” contida nas legendas partidárias, deslocando o olhar para perceber a ação das pessoas comuns, os costumes, o modo de vida. Desse modo, fontes como os processos judiciais adquiriram outra dimensão que não aquela que privilegiava o estudo da criminalidade (ligada aos pobres e identificadora destes como pertencentes às classes perigosas), passando a privilegiar o estudo de temas relacionados ao cotidiano, aos significados, lutas e contradições sociais, onde caberia ao historiador “a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressam, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais”¹⁴.

Os estudos sobre temas como progresso e pobreza no Piauí apontam para uma ampla discussão ocorrida na imprensa teresinense com a ascensão da ordem republicana no final do século XIX. Estudando no início dos anos 1990 a pobreza no Piauí das últimas décadas do século XIX e início do XX, em *Cotidiano e pobreza*, a historiadora Maria Mafalda de Araújo (influenciada pela obra de Maria Odila Dias) afirma que o ideário progressista, no momento em que foi veiculado na imprensa local, mostrava ao mesmo tempo a miséria e a crise financeira vivida no Piauí. Mas, realça a historiadora, que a “obsessão” pelo progresso – com os desejos e as esperanças nascidos com o fim da monarquia – revelava, entretanto, a sua outra face: a pobreza¹⁵. O confronto entre o ideário progressista e a realidade de pobreza da maioria da população evidenciou as contradições sociais de Teresina, onde a “presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade [...]” foi considerada um fenômeno de desordem.

Outro estudo importante é o da historiadora Teresinha Queiroz *Os literatos e a república*. Embora não seja um estudo sobre a pobreza, fala sobre o desconforto sentido pelos cronistas das primeiras décadas do século XX em relação aos labirintos formados pelas casas de palha nos bairros pobres, com cachorros magricelas e crianças desnutridas. Segundo Queiroz, esse foi um “mal-estar causado pelo espetáculo da pobreza”, cuja força se intensificava quanto mais os cronistas voltavam seus olhares para aquilo que consideravam o “grand monde” e o “high life”¹⁶.

As descrições feitas pelos jornalistas da época são ressaltadas por essa historiadora, uma vez que apontavam para cenas nas quais mulheres disputavam com urubus,

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora de UNICAMP, 2001, p. 42.

¹⁵ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 17, 29-35.

¹⁶ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: Editora da UFPI; João Pessoa: Editora de UFPB, 1998, p 30.

nos matadouros da cidade, “os restos imprestáveis de reses abatidas”. Apontavam, ainda, cenas de pedintes clamando por farinha ou dinheiro, batendo “às portas dos menos pobres”, o que por certo “não era nada em relação ao número” daqueles que sofriam “ocultamente um inferno de misérias morais, como se uma chaga lhes roesse a existência”¹⁷. Na sua leitura, Teresinha Queiroz localiza a pretensão da elite econômica e intelectual de negar e destruir esse mundo incômodo da pobreza para permitir a ascensão do mundo da civilização, do progresso e do moderno.

É sobre os discursos que falam de pessoas consideradas pobres e miseráveis que pretendemos estudar. A palavra “povo” passou a ter trânsito político quase ostensivo no período de 1930 e 1960, como afirma Ângela de Castro Gomes¹⁸. Povo e população são termos distintos que, assim como pobre e miserável, muitas vezes são utilizados como sinônimos. Se população remete a um contingente de pessoas que habitam um lugar, é o conteúdo histórico e étnico que preenche e define o povo, como um conjunto de pessoas unidas por laços étnicos ou nacionais (povo francês, povo judeu...). Nas fontes pesquisadas, porém, o uso mais comum da palavra “povo” referia-se a uma oposição em relação aos indivíduos que geriam o Estado. Havia, portanto, o “povo” e os “governantes”. Os “governantes” deveriam atender as expectativas e necessidade do “povo”. Muitas vezes, para chamar a atenção dos administradores do Estado sobre as questões sociais, dizia-se que deveriam olhar para o “povo pobre”, para o “povo sofredor”, para o “povo que chora”, e assim por diante. Não se falava em “povo rico”, “povo abastado”, o que, entendemos, soava como uma contradição. O “povo”, assim, não era o “governante” e também não era o “rico”.

Pobre e miserável, como dissemos, também são palavras distintas e que muitas vezes são usadas como sinônimos. O pobre se define pela oposição ao rico: o que possui uma vida abastada, daquele que possui uma vida modesta. O termo “miserável” remete a um estado agudo de pobreza, no qual a degradação moral seria, ou poderia ser, inversamente proporcional à falta de recursos para prover sua existência. Mas esses termos acabam se caracterizando, nos discursos, pela sua mobilidade. Por exemplo, um homem economicamente considerado rico, mas pobre de espírito ou avarento, era (e ainda é hoje) considerado um miserável.

¹⁷ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina: Editora da UFPI; João Pessoa: Editora de UFPB, 1998, p. 31.

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (dir.). *História do Brasil Nação*. Vol. 4 (Olhando para dentro 1930-1964). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 42.

Esse campo de definições movediças é característico das fontes pesquisadas. Os jornais, as mensagens do governador à Assembleia Legislativa, as Atas da Câmara Municipal, os Censos demográficos, os processos judiciais e a literatura expressam, como não poderia deixar de ser, o olhar, os interesses e as preocupações daqueles que os produziram. Transformar um jornal em fonte histórica, por exemplo, supõe necessariamente uma reflexão sobre ele. Dados como a linha política e editorial seguida pelos periódicos, grupos políticos envolvidos, as séries temáticas que abordam a cidade e sua população (problemas urbanos, pobreza, seca, economia, sociedade, etc.) e os autores dos textos são importantes para a análise.

À luz do que orienta Tania de Luca¹⁹, é possível perceber nos jornais pesquisados os esforços das elites políticas, econômicas e intelectuais em discutir, enquadrar, propor e impor seu olhar a respeito das questões que envolviam a cidade e sua população. Cabe ressaltar que as falas dos jornais partiam de lugares diferentes dentro da própria elite. Este é o caso dos três principais jornais pesquisados: o jornal *O Dia*, o *Jornal do Comércio* e o *Jornal A Luta*. Todos com uma periodicidade semanal, e, com exceção do jornal “A Luta”, cada um possuía um epíteto que anunciava os assuntos de seus interesses: *O Dia*: “órgão independente, noticioso e político”; *Jornal do Comércio*: “órgão, independente, comercial e noticioso”.

Não foram raras as ocasiões em que o diretor-redator do jornal *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro, ex-professor de Língua Inglesa do Liceu Piauiense, falou do seu orgulho em produzir um jornal imparcial e independente dos grupos políticos locais, não poupando críticas ou elogios, quando necessários, aos administradores do Estado e do Município. O *Jornal do Comércio*, chefiado pelo representante comercial e acadêmico de Filosofia, Bento Clarindo Bastos, posteriormente delegado de polícia, dedicava-se quase que exclusivamente aos assuntos políticos e econômicos da capital. Bento Clarindo Bastos representou inclusive as indústrias na Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (COAP), que tinha por finalidade a gestão do abastecimento e o tabelamento dos preços dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade em decorrência da seca e do período inflacionários.

Já o *Jornal A Luta* era dirigido por um udenista, José de Arimatéia Tito Filho. Bacharel em Direito, ocupou diversos cargos como delegado de Trânsito e Costumes, deputado estadual (pela UDN). Foi professor de Língua Portuguesa em diversas escolas públicas da capital. Sua orientação política contrastava diretamente com as gestões municipal e estadual nos anos 1950, tendo em vista que Teresina era administrada por João Mendes

¹⁹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Olímpio de Melo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, 1951-55), e o Estado por Pedro de Almendra Freitas (1951-55) e Jacob Manoel Gayoso de Almendra (1955-59), ambos do Partido Social Democrático (PSD). O jornal *A Luta* exercia uma oposição aguda à política municipal e estadual, ora bastante clara, ora velada sob a pretensa imparcialidade jornalística.

Os processos judiciais compõem outro corpo documental importante para esse estudo. Como pontuou a historiadora Edilene Toledo, “são indiscutivelmente uma fonte preciosíssima para os historiadores” que, associando-as a outros conjuntos documentais, podem contribuir para “a elaboração de uma descrição realista da vida dos homens e mulheres do passado”²⁰. Relacionando as situações e o universo de relações presentes nos processos judiciais em sua dimensão microhistórica com o macro, é possível compreender elementos que constituem uma sociedade²¹. A historiadora Natalie Davis, em *O retorno de Martin Guerre*, aponta os processos judiciais como uma alternativa para que os historiadores sondem os sentimentos e esperanças daqueles que não têm voz na história devido a sua condição social afastada do mundo das letras²².

Carlo Ginzburg, corroborando com Davis, afirma que “escavando o meandro dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas”²³. Essa atitude, pertinente a qualquer texto em história, norteia nossa leitura sobre as aqui discutidas, inclusive os processos judiciais. Um processo cível ou criminal é um documento produzindo no âmbito do Estado, notadamente pelo aparelho policial e judiciário, que pretende fazer cumprir a legislação que rege uma sociedade. Nos processos, os relatos dos fatos são conduzidos por perguntas feitas por um agente do Estado e os acontecimentos são transformados em testemunhos escritos através da escuta e transcrição também de um agente letrado. Ou seja, os testemunhos chegam ao historiador através de filtros²⁴.

Portanto, participam de sua feitura, no caso de processos criminais: a autoridade policial, advogados de acusação, promotores de justiça, advogados de defesa, o requerente, as testemunhas e o réu. A polícia produz um inquérito policial diante de uma denúncia ou queixa, que é composto, via de regra: 1) pela denúncia da ocorrência; 2) por laudos de exames de corpo de delito, produzido por médicos legistas, ou de danos materiais, produzido por investigadores; 3) por um auto de perguntas ao denunciante, às testemunhas e ao acusado (os);

²⁰ SECRETO, Verônica; TOLEDO, Edilene; RIBARD, Franck; MARTINS, Mário (orgs.). *A história em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006, p. 19-20.

²¹ GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 137.

²² DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17-18.

²³ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

²⁴ *Id.*, 2008, p. 13.

4) instrumento de identificação do acusado, no qual é informado se o acusado possui passagens pela polícia, documento que procede a uma descrição física e registra suas impressões digitais; e 5) pela formulação do crime, que aponta as conclusões da investigação, a legislação que tipifica o delito, e no qual o delegado oficia ao Judiciário a denúncia quando considerada pertinente. No Judiciário, o inquérito é recebido, são constituídos os advogados de defesa e acusação, caso alguma das partes não tenha possibilidades de arcar com os honorários. São procedidos novos depoimentos, feitas as alegações das partes pelos advogados (ou promotores de justiça) e finalmente o processo é julgado, decorrendo disso uma condenação ou não. Os processos cíveis possuem rito semelhante, com a exceção da peça inquérito policial, que é substituída pela petição inicial de um advogado para expor motivos, razões e legislação que embasam uma solicitação. Na tramitação de um processo judicial, e dependendo da demanda, podem ser apensados: atestados de pobreza, de residência, certidões de nascimento, óbito, fotografias, e outros documentos. Todas essas peças são registradas como juntadas ao processo, datadas e assinadas pelo servidor que as receberam ou fizeram tramitar. Autos de perguntas, na delegacia de polícia e no Judiciário, são transcrições das falas realizadas por escrivães.

Assim, o que informa a pretensão por demais melindrosa, ao enfrentar essa documentação produzida por letrados sobre os pobres, é a possibilidade de fazer uma história atenta às experiências, à cidade e sua gente, atenta aos modos de dizer, ler e interpretar os pobres e a sua pobreza, modos estes que legitimam ações políticas e a imaginação social, considerada aqui como as referências simbólicas que constituem “uma força reguladora da vida coletiva”²⁵. Considerar discursos sobre a crise, sobre os pobres e também as experiências cotidianas, as sociabilidades e concepções morais.

Esse estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado *O Centenário de Teresina*, traçamos um panorama, em linhas gerais, sobre a cidade de Teresina que chega ao centenário. Abordamos a festa de comemoração do aniversário da cidade e a construção daquele como um marco histórico pela intelectualidade da época. Com a construção da data como um marco histórico, analisaremos os discursos que alimentavam a tensão entre espaços de experiências e horizontes de expectativas e a emergência dos espectros da crise, ao pôr em evidência a historicidade da pobreza que comprometia o futuro. Por fim, traçaremos em breves apontamentos a relação entre a imprensa e a política na cidade, espaço privilegiado de escrita e circulação de ideias sobre a cidade, a crise e a pobreza.

²⁵ BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 309.

No segundo capítulo, intitulado *Crise, pobreza e cultura letrada*, serão discutidos os discursos em torno da crise e da pobreza disponíveis na imprensa, apreendendo os termos nos quais ela construiu, delimitou e experimentou a crise. Inicialmente, serão discutidos os olhares sobre a pobreza urbana, os elementos que, na cidade, eram caracterizados como signo da pobreza. Logo em seguida, discutiremos a seca e a movimentação dos flagelados, especificamente no Piauí e em Teresina. Além disso, serão analisados os termos nos quais a comoção, a caridade e a assistência eram tratadas na imprensa. Por fim, abordaremos os aspectos cotidianos da elevação do custo de vida na imprensa, campo no qual não apenas os pobres sentiam as consequências da alta de preços dos itens considerados de primeira necessidade, mas os próprios letrados, que falavam das agruras que a crise imprimia no cotidiano e que se alastravam por toda a cidade.

No terceiro e último capítulo, intitulado *Ações, conflitos e expectativas dos pobres*, analisaremos cenas do cotidiano das pessoas comuns através dos processos judiciais, abordando aspectos como a família, o trabalho, a casa, a vizinhança e ambientes populares, como os mercados da capital. Além disso, traçaremos algumas considerações sobre as ações e ideias evidenciadas nas experiências das pessoas comuns, com relação à moralidade e noções de direito e justiça nas demandas judiciais. Por fim, abordaremos os dilemas cotidianos dos pobres na obra *Palha de Arroz*, do escritor Fontes Ibiapina, na qual o autor, um magistrado que viveu em Teresina entre os anos 1940 e 1950, quando cursou Direito, atribuiu aos pobres ações e pensamentos.

1 O CENTENÁRIO DE TERESINA

No início dos anos 1950, a cidade de Teresina chegava ao seu centenário. Uma festa com vasta programação foi organizada por uma comissão instituída com o único propósito de realizar a comemoração que se consubstanciava em marco histórico desde pelo menos a década anterior. À medida que a efeméride se aproximava, aguçavam-se os olhares sobre a cidade e sobre aqueles que nela habitavam. A imprensa foi uma importante entusiasta da festa, divulgando-a e conclamando a participação de todos, ao tempo em que expunha, através de inúmeros cronistas, os contraditórios sentimentos que a data suscitava. Neste capítulo pretendemos nos aproximar da cidade, inicialmente traçando um panorama sobre como ela se encontrava naquele momento e sobre a comemoração, o que significa tomar como pretexto as transformações urbanas, o crescimento da cidade em termos territoriais e populacionais, e outros aspectos, para entendermos a Teresina que festejava cem anos. Em seguida, abordaremos as experiências suscitadas e expectativas cultivadas no centenário, buscando compreender a emergência da ideia de que a cidade há muito tempo convivia com a pobreza. A necessidade de se construir narrativas históricas sobre Teresina e o Piauí que respondesse às exigências do momento acabam por fomentar uma reflexão sobre passado de pobreza e misérias da cidade. Além disso, pretendemos analisar os elementos que compunham a ideia de “crise” vivida naquele presente. Por fim, entendemos que se faz necessária uma breve discussão sobre a imprensa, as relações políticas que manifestavam em suas páginas envolvendo os jornais, seus articulistas e as diferentes elites políticas da época, tendo em vista o papel desempenhado pelos periódicos nos debates em torno do centenário e dos signos da pobreza.

1.1 Traçando um panorama inicial: a cidade e o centenário

1.1.1 A cidade...

Na manhã do dia 11 de fevereiro de 1951, os leitores do recém-criado jornal *O Dia* tiveram a sua disposição um espaço para o debate sobre as questões concernentes à

cidade, numa coluna assinada pelo vereador José Patrício Franco²⁶. Na coluna *Temas Municipalistas* daquele dia, escreveu sobre as recentes mudanças demográficas que transformavam a feição da cidade nos últimos anos.

Sob o título “Teresina, seus problemas e o seu crescimento”²⁷, o vereador de convicções municipalistas, como se definia, ponderava sobre o crescimento acelerado da população ocorrido na última década. No início dos anos 1940, a população da cidade de Teresina, considerando a zona urbana e suburbana, era de 34.695 habitantes e, no início dos anos 1950, a população da cidade chegou a aproximadamente 53.100 habitantes (um crescimento de 18.405 habitantes, 53%). Se fossem considerados os números referentes ao município, ou seja, considerando o acréscimo verificado também na zona rural, chegaríamos a um total de 67.841 habitantes em 1940 e 93.100 habitantes em 1950, portanto, um aumento de 25.259 habitantes (37%).²⁸

Após apresentar os números que tinha a sua disposição, José Patrício Franco fez muitas contas e a partir delas chegou a algumas conclusões. Entre elas, a de que a população rural de Teresina havia crescido e numa menor proporção em relação à população urbana e suburbana, o que o levou a concluir como “um bom e confortador sintoma”, pois Teresina teria sido “a única capital brasileira cujo crescimento não se fez à custa do êxodo rural”, ao contrário, teria ocorrido “a fixação da população rural, enquanto as zonas urbana e suburbana aumentaram por muito”²⁹. Esta era uma conclusão difícil de sustentar num rápido comentário e ele mesmo fez questão de frisar que se deteria a uma análise mais detalhada sobre o assunto nas próximas edições do jornal.

Outra conclusão que havia chegado era que os gestores municipais deveriam estar mais atentos aos problemas locais decorrentes de tal configuração demográfica. Era necessário rever, por exemplo, o zoneamento da cidade com vistas a proporcionar um melhor parcelamento do solo. Os limites do município seguiam, em parte, as margens dos rios Poti e

²⁶ Natural de Jerumenha, uma pequena cidade do centro-sul do Piauí, José Patrício Franco fixou residência em Teresina em 1942, aos 36 anos, e desde então exerceu os cargos de escriturário e contador no Banco Agrícola do Piauí S.A., filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), atuou em vários periódicos da imprensa da capital, tendo sido membro ativo da Associação Piauiense de Imprensa. Foi um grande estudioso das questões relativas ao município. Organizou o 1º Congresso dos Municípios em 1949, foi vereador entre 1951 e 1954 e foi 1º secretário da Associação Brasileira de Municípios – Seção Piauí. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina, PI: Halley, 2003. p. 98.

²⁷ FRANCO, José Patrício. Teresina, seus problemas e o seu crescimento. *O Dia*, Teresina, 11/02/1951.

²⁸ Ao confrontarmos os dados citados por José Patrício Franco e os divulgados pelo IBGE referentes ao censo de 1940 e 1950 verificamos correspondência no que se refere ao censo de 1940. Já os dados referentes ao ano de 1950 citados pelo vereador foram aproximados, tendo em vista que o censo só foi publicado em 1952. Nesse sentido, conforme o Serviço Nacional de Recenseamento, a população de Teresina em 1950 era de 51.418 habitantes. Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico* (1º de julho de 1950). Estado do Piauí, seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

²⁹ FRANCO, *loc. cit.*

Parnaíba, e a população, seja do centro da cidade ou dos inúmeros povoados rurais, dependia deles para o abastecimento, a agricultura e a pecuária. Com o crescimento populacional e a ocupação das margens dos rios, a relação entre os habitantes e a cidade se impunha como um relevante problema cujo início da solução se daria pela atenção e mediação do poder público em relação ao uso dos espaços.

A necessidade de realizar o zoneamento da cidade, tal como defendia, revelava a expectativa de uma importante e desejável consequência: fomentar o desenvolvimento do município, tomando medidas para garantir áreas específicas para a realização de atividades econômicas, pois Teresina era historicamente movimentada pelas instituições do Estado, “uma cidade eminentemente de funcionários públicos”³⁰, como ressaltou o historiador Francisco Alcides do Nascimento. A ausência de disciplinamento na organização dos espaços destinados aos diversos ramos da vida econômica levava à indefinição das áreas destinadas à agricultura, necessária ao consumo e atendimento das primeiras necessidades, e à indústria, ainda incipiente, o que foi considerado empecilho ao progresso da cidade.

Iniciamos este estudo apresentando algumas ponderações do vereador José Patrício Franco, publicadas na coluna *Temas Municipalistas* do jornal *O Dia* de fevereiro de 1951, porque entendemos que, em outras palavras, elas compõem uma reflexão sobre a temeridade do crescimento desordenado da cidade. Além disso, ressalta a necessidade do planejamento das ações dos gestores públicos para o desenvolvimento urbano, atribuindo a eles, representantes do Estado, o dever de tomar as rédeas do processo de urbanização e do crescimento da cidade. Através dessa perspectiva, traçaremos nossa breve incursão em busca de entendermos o espaço citadino de Teresina da metade do século XX.

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, as preocupações das elites políticas se concentraram na busca da integração regional e nacional do Piauí e de sua capital em prol do progresso, entendido como modernização econômica e também de costumes³¹. Em meados dos anos 1930 e 1940, com a ascensão do Estado Novo, esse desejo de modernização foi revigorado com a intenção de sanear as áreas centrais da cidade, devido à

³⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002, p. 123.

³¹ A historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, investigando as primeiras décadas da República e a cultura letrada no Piauí, mostra-nos a constante busca dos gestores estaduais e municipais em integrar regional e nacionalmente o Piauí e Teresina a partir dos investimentos em ligações telegráficas, navegação fluvial do rio Parnaíba, construção de Estradas de Ferro, tentativas de criação e instalação de sucursais de bancos de outros Estados em Teresina, e outras ações com a intenção de atingir tal finalidade. Cf. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. Especialmente as páginas 19 a 28. Ver também: COSTA, Francisco Humberto Vaz da. *De relance: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930)*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

insatisfação gerada pelas casas com cobertura de palha na região³². No mesmo período, engenheiros como Luís Pires Chaves e Saturnino de Brito reclamavam por um Plano Regulador que pudesse ordenar a execução dos melhoramentos necessários à cidade e à vida moderna³³.

Há pelo menos um ano a questão do crescimento populacional (e, por sua vez, da cidade), apontada com preocupação por José Patrício Franco, voltava a ganhar mais visibilidade nas discussões entre os homens públicos, quando a urgência em rever os limites da capital foi posta em pauta na Câmara Municipal. Isso ocorreu na manhã do dia 28 de março de 1950 quando foi apresentado um Projeto de Lei encaminhado pelo Gabinete do Prefeito de Teresina, a época o senhor Ribamar de Castro Lima, no qual se propunha a redefinição do que se considerava zona urbana para o período de 1950-1955, que passaria a ter o seguinte desenho:

[...] A **Zona Urbana** fica compreendida no interior da poligonal que se origina a margem do rio Parnaíba, no cruzamento do eixo da Avenida Maranhão com o da rua Lucídio Freitas, seguindo pelo eixo desta rua até encontrar o alinhamento da linha da Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, seguindo por êste até alcançar o eixo da Avenida Miguel Rosa, que daí em diante servirá como limite, até encontrar o prolongamento e eixo da rua do Sul, seguindo até a margem do rio Parnaíba, continuando pela faixa marginal a êste rio e eixo da Avenida Maranhão, até alcançar o eixo da rua Lucídio Freitas, ponto inicial do polígono. [...] A **zona suburbana** ficará limitada da seguinte forma: pela Avenida Miguel Rosa e rio Poti, e por linhas paralelas às ruas Lucídio Freitas, ao Norte, e do Sul, afastadas dessas ruas limítrofes da zona urbana dois quilômetros.³⁴

O Projeto foi encaminhado à “Comissão de Urbanismo e Serviços Municipais” da Câmara onde recebeu parecer favorável e, na sessão posterior, realizada no dia 03 de abril de 1950, foi aprovado por unanimidade pelos membros da Casa³⁵, que entenderam por bem alterar os limites da cidade com a intenção de englobar áreas em expansão no polígono urbano. Entretanto, para o municipalista José Patrício Franco, eleito vereador na legislatura seguinte, não bastava rever as linhas que delimitavam o urbano com vistas a acompanhar, à

³² NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. Especialmente o capítulo 4, intitulado “As casas de palha, os incêndios, violência policial e as propostas de substituição das coberturas de palha”, páginas 211-327.

³³ *Ibid.*, p. 136.

³⁴ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 208ª sessão ordinária de 28 de março de 1950*. Livro 03, Teresina, fl. 1-2.

³⁵ Estavam presentes as sessões da Câmara em que o projeto de lei foi lido e aprovado os seguintes vereadores: Edmundo Genuíno de Oliveira (Presidente da Câmara), Joel da Cunha Mendes (1º secretário), Edson Pires (2º secretário), João Clímaco de Almeida, Álvaro Monteiro da Cunha, Saulo Rodrigues do Nascimento, Isaac Irineu de Souza, Manoel Felício de Carvalho, Dionísio Ribeiro dos Santos, João de Freitas Resende e Afrodísio Tomaz de Oliveira.

esmo, o crescimento desordenado da cidade. Fazia-se necessária uma análise mais apurada da questão. O levantamento cadastral da cidade e o seu zoneamento em áreas residenciais, comerciais e industriais deveriam ser encarados em sua urgência, tendo em vista o fato de haver vastas áreas na capital “ocupadas sem proveito real, ou melhor, conservadas como entrave ao crescimento e à maior expansão urbanística da cidade”³⁶. Para ele, não se tratava de simplesmente ampliar os limites da cidade, e sim qualificar a utilização das áreas dentro das linhas já definidas, expandindo na mesma medida a urbanização, de modo a servir como instrumento para o seu progresso³⁷.

Por “expansão urbanística” podemos entender a estruturação da paisagem urbana, do ponto de vista físico, dentro dos padrões regidos pela modernidade de então. Avenidas largas, ruas calçadas, praças arborizadas, edificações alinhadas aos princípios estéticos da arquitetura vigente e espaços bem servidos de melhoramentos públicos (água potável encanada, energia elétrica, esgotamento sanitário, etc.) são exemplos dos traços urbanísticos desejados e que deveriam acompanhar o crescimento da cidade, no entanto, concentravam-se no centro de Teresina. O cronista Francisco Cunha e Silva criticou a desleixo das administrações públicas no Brasil, e especificamente em Teresina, em relação às regiões periféricas das cidades quando comparadas com os centros urbanos, alertando para o fato de que qualquer pessoa que “percorre o coração de Teresina e no mesmo instante se dirige para os seus arrabaldes, e mesmo para os seus bairros não muito longínquos, experimenta logo uma sensação de revolta diante do contraste que se lhe apresenta.”³⁸

As áreas consideradas “sem proveito real” denunciadas por José Patrício Franco situavam-se no rol das propriedades privadas que muitas vezes se tornavam terrenos baldios, enquanto seus proprietários aguardavam sua valorização. Eram também aquelas de domínio do poder público, sem qualquer tipo de edificações, melhoramentos ou sequer a expectativa de intervenção que projetasse tratamento urbanístico em curto ou médio prazo. Permitir que vastas áreas na zona urbana continuassem sem serventia era entendido como grave empecilho para o desenvolvimento econômico e social esperado de uma capital de Estado e refletia a precariedade de sua urbanização (distanciando-a do modelo de capital espelhado em São Paulo e Rio de Janeiro, assemelhando-a as cidades interioranas). Isso ainda agravado pelo

³⁶ FRANCO, José Patrício. Teresina, seus problemas e o seu crescimento. *O Dia*, Teresina, 11/02/1951.

³⁷ Esse tipo de problema pode ser identificado em outras capitais, durante ou mesmo antes seu período de estudo. Raquel Rolnik, por exemplo, ressaltou que “além de estabelecer fronteiras, demarcando e dissolvendo territórios, as normas que regulam a construção e o loteamento intervêm diretamente na estruturação de mercados imobiliários. Juntamente com os investimentos de infraestrutura, a legislação configurou eixos de valorização do solo, hierarquizando e indexando mercados”. Cf. ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel; Fapesp, 1997, p. 101.

³⁸ CUNHA E SILVA, Francisco. Pelos subúrbios. *O Dia*, Teresina, 01/06/1952.

aumento populacional que contribuía para o crescimento desordenado da cidade em habitações miseráveis. Portanto, conhecer melhor a cidade e mapeá-la por zonas de atividades auxiliaria na superação do atraso, transformando a paisagem que guardava aspectos provincianos.

Figura 1 – Praça da Constituição, Igreja de Nossa Senhora do Amparo e prédios públicos (final do século XIX).



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Piauí.

Apesar do olhar que privilegiava ressaltar o atraso, Teresina, como todas as capitais e como é de se esperar que ocorra com qualquer cidade, passou por transformações desde que nasceu na margem do rio Parnaíba, na metade do século XIX. A imagem acima retrata a Praça da Constituição que, com o advento da República passou a ser chamada de Praça Marechal Deodoro, entre o final do século XIX e início do século XX. A vastidão do descampado que formava a praça pode ser observada pela presença de um popular caminhando em direção à Igreja. Nela podemos observar, da esquerda para a direita, o Mercado Municipal, que ainda funciona no mesmo local, conhecido como Mercado Velho; casas comerciais; o casarão maior que abrigava a sede do Governo, hoje o Museu do Piauí; o antigo Fórum, demolido antes do centenário da cidade para a construção de um hotel; e, por

último, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo³⁹. O primeiro edifício público de Teresina foi a Igreja, cuja construção foi iniciada em 25 de dezembro de 1850. Em dezembro de 1852, foi inaugurada com apenas a Capela-Mor concluída, o suficiente para ser elevada à categoria de Matriz da cidade⁴⁰. A Igreja foi concluída no início dos anos 1950, com a edificação das torres para o centenário da cidade.

Figura 2 – Praça Marechal Deodoro e Rua Coelho Rodrigues (anos 1910).



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Piauí.

Datada aproximadamente do final dos anos 1910 e início da década de 1920, temos acima uma vista da Rua Coelho Rodrigues e da lateral da Praça Marechal Deodoro. Observamos na imagem a presença de populares, um deles montado em um jumento, animal costumeiramente usado como meio de transporte de pessoas e cargas que chegavam pelo rio, e em muitas outras atividades cotidianas. Aquele era um importante espaço da cidade, pois as principais instituições públicas e residências de autoridades da cidade se localizavam em torno da praça e nas ruas próximas.

³⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v.30, n.1, p.90-113, jan./jun. 2011.

⁴⁰ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhora Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 28.

A presença do animal e a rua sem calçamento revelam o aspecto da capital do Estado naquele momento, moldando um cenário provinciano. Entretanto, se atentarmos a fotografia em profundidade, observamos a rede elétrica, que garantia a sonhada iluminação pública, sinônimo de que Teresina crescia e os elementos do progresso eram lentamente incorporados ao cotidiano. A arborização dos dois lados da rua suscita o olhar em perspectiva e constitui um traço de aformoseamento urbano, pela disposição ordenada e simétrica (e portanto expressiva de uma vontade controladora) de elementos do mundo natural. A importância daquele signo da modernidade parece ser reconhecida pelo popular que se posiciona diante do poste da rede elétrica, como que reconhecendo a relevância histórica daquela fotografia, provavelmente sem considerar que, ainda assim, o seu anonimato perduraria no tempo, tal como os outros sujeitos que com ele dividem a imagem.

Segundo Teresinha Queiroz, a iluminação pública só foi possível após a integração comercial do Estado, o que fortaleceu as finanças públicas. Inicialmente concedida à iniciativa privada, foi apenas quando o Estado tomou as rédeas do processo de iluminação da cidade que se tornou possível concretizar uma precária eletrificação por meio de usina termoelétrica. A iluminação pública foi inaugurada em 1914, pelo governador Miguel Rosa⁴¹. Nos anos 1920, apenas duas cidades no Piauí possuíam iluminação pública a eletricidade, incluindo a capital, 12 cidades possuíam iluminação a querosene e 22 cidades e vilas não possuíam qualquer sistema de iluminação pública. Os serviços de água encanada e esgotamento sanitário eram inexistentes⁴².

Até então, como podemos observar nas imagens anteriores, as transformações espaciais pelas quais a cidade passava seguia um ritmo lento. A partir dos anos 1930, passam a seguir o compasso ditado pelos interventores no período pós-30. Segundo o historiador Francisco Alcides do Nascimento, “o espaço urbano [de Teresina] se transformou com maior rapidez a partir da Revolução de 1930”, em razão de ter recebido “obras cujos recursos são originários dos governos federal e estadual”⁴³. Em 1937, as estatísticas apontam a existência de 138 logradouros públicos em Teresina⁴⁴, dos quais 64 possuíam iluminação pública.

⁴¹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 30-31

⁴² Censos Demográficos. Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/habitacao-e-infra-estrutura>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

⁴³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *A cidade sob o fogo*: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002, p. 151.

⁴⁴ O anuário estatístico referente ao Censo do IBGE em questão dividia os logradouros públicos nos seguintes grupos: “Avenidas e Alamedas”; “Ruas”; “Travessas e becos”; “Largos e Praças”; “Jardins e Parques”; e um grupo genérico identificado como “Sem especificação”, para os logradouros não enquadrados nos grupos anteriores.

Aproximadamente 1.457 domicílios (incluindo prédios públicos, casas comerciais e residências) eram atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica. Houve avanço no serviço de água encanada que passou a servir cerca de 100 logradouros⁴⁵. Entretanto, continuava inexistente o serviço de esgoto domiciliar e sistema de escoamento de águas pluviais. Na região Norte e Nordeste do País, apenas Teresina, Rio Branco (no território do Acre), e Maceió (no Estado de Alagoas), não possuíam serviço esgotamento sanitário domiciliar. No que concerne ao calçamento das vias públicas, apenas 3 logradouros eram pavimentados em paralelepípedo, entre as 6 avenidas e as 70 ruas apontadas pelo anuário estatístico.

Figura 3 – Reforma da Praça Marechal Deodoro e Rua Rui Barbosa (década de 1930).



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Piauí.

A Praça Marechal Deodoro e as ruas em seu perímetro, como a Rua Rui Barbosa e Coelho Rodrigues, foram alguns dos espaços centrais da cidade que, em 1939, foram reformados com o intuito de dar um aspecto moderno à capital piauiense, em coerência com o Código de Posturas em reformulação naquele momento. A imagem acima mostra os

⁴⁵ Censos Demográficos. Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/habitacao-e-infra-estrutura>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

trabalhadores da construção civil realizando as obras de calçamento da Rua Rui Barbosa. À esquerda, está a Praça Marechal Deodoro, conhecida também como Parque da Bandeira, que também passava por reforma. À direita, um pouco mais ao fundo, está a Igreja de Nossa Senhora do Amparo.

Após a conclusão dos serviços de calçamento e do tratamento paisagístico, as vias públicas passaram a ter um aspecto mais alinhado ao desejado naquele momento. Na imagem a seguir, é possível visualizar essas características na Rua Coelho Rodrigues, em contraste com a paisagem encontrada na Figura 2, que retrata a mesma rua em torno dos anos 1910 e 1920. A rua passava a ter seus contornos bem definidos pelo calçamento e meio-fio. O oitizeiro, o gramado e as mudas dispostas a uma distância constante umas das outras no canteiro da rua, próximo ao Palácio Municipal, contribuem, no conjunto, para a consolidação do aspecto urbano.

Figura 4 – Rua Coelho Rodrigues após a Reforma de 1939



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Piauí.

Em 1945, a paisagem urbana da capital já se encontrava transformada em relação à década anterior, embora não seguisse o ritmo desejado, quando comparada a outras capitais do Nordeste. Dos 121 logradouros públicos levantados, 98 permaneciam sem pavimentação,

23 estavam pavimentados com pedras irregulares e 2 com concreto e asfalto. A iluminação elétrica foi estendida a 81 logradouros e a água potável canalizada para 55. O esgotamento sanitário domiciliar continuava inexistente. O número de domicílios atendidos pelo serviço de energia elétrica passou de 1.457, em 1937, para 2.462, em 1945.

No início dos anos 1950, o processo de urbanização da capital estava posto novamente no centro do debate, visando superar os signos de um passado que insistia em permanecer. A reforma no Código de Posturas⁴⁶ da cidade ocorrida em 1939 havia sido o último esforço no sentido de atualizar as normas de convivência na cidade. Com ele, pretendia-se superar as limitações do Código anterior, que vigorava desde 1905, considerado antiquado e em desalinho com o crescimento da cidade, conforme o olhar do engenheiro Luís Pires Chaves, um de seus produtores. Além disso, era necessário preparar a cidade para a festa do centenário que se aproximava, dispendo sobre uma conduta civilizada dos munícipes, e orientar os gestores municipais sob a ótica das modernas exigências da urbanização⁴⁷. Nesse momento inúmeras obras foram realizadas na cidade, privilegiando suas áreas centrais, como as observadas através das imagens acima (especialmente as figuras 3 e 4).

Além da urbanização das vias públicas, dando a elas um aspecto moderno através do traçado organizado pelo saber técnico em contraposição ao que era no passado, disciplinar os costumes era considerado relevante para o bom convívio e para a civilidade nos espaços em transformação. Esta era uma atitude imperiosa, tendo em vista as constantes queixas na imprensa acerca da existência de animais criados livremente nas ruas e nos passeios públicos da capital⁴⁸, além das condutas consideradas inapropriadas de alguns indivíduos, como volta-e-meia denunciavam os periódicos. Disciplinar a população era uma dimensão pretendida pelo Código de Posturas de 1939, mas não considerado suficiente.

Um exemplo disso consistia na ideia de que a reforma física da cidade não deveria ser impulsionada pelo simples desejo de dar novos ares a cidade, conforme pensava José Patrício Franco. Era relevante que a administração municipal fizesse uso de todos os instrumentos necessários para boa execução dos seus objetivos, e isso exigia planejamento. O ponto de partida para a solução dos problemas, alguns apontados por ele mesmo, estaria na realização da planta cadastral da cidade, através de levantamento aerofotográfico, para a posterior produção de um Plano Diretor, documento reclamado pelo engenheiro Luís Pires

⁴⁶ CÓDIGO de Posturas de Teresina. Decreto-Lei n. 54, de 03 de abril de 1939. *Diário Oficial*. Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina, 1939.

⁴⁷ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. In. NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Teresina: Edufpi; Imperatriz, MA: Ética, 2010, p. 187-190.

⁴⁸ CORREIÇÃO na cidade. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/02/1951.

Chaves desde os anos 1930. Para José Patrício Franco, pela falta de instrumentos que pudessem subsidiar suas ações, os gestores municipais continuavam incorrendo no grave erro de executar melhoramentos na cidade sem o padrão e o planejamento necessários:

Para dar uma ideia mais clara da importância deste assunto, basta que se focalizem dois aspectos: calçamento e esgoto. Até o momento o que existe não resolveu nem mesmo parte do problema, pelo contrário, agravou. Pois o que temos feito deixa muito a desejar. Haja vista o esgoto recém-construído, partindo da Praça Rio Branco [situada atrás da Igreja de Nossa Senhora do Amparo], pela Rua Simplício Mendes até a [rua] Paissandu. A fedentina é a mesma de quando o esgoto era exposto ou até pior em certas horas do dia. O calçamento também está nas mesmas condições. Executado sem plano, é descontínuo, não obedece a certas regras que um Plano Diretor lhe daria definitivamente. Feito de pedras toscas, não obedece certas condições de modo que se torna necessário arreventá-lo toda vez que se torna necessário uma ligação de encanamento de água.

Logo, o que parece aconselhável no momento, até chegarmos ao ponto desejado, seria reorganizar o Departamento de Obras Públicas da Prefeitura, reaparelhando, aumentando o pessoal especializado, melhorando vencimentos; enfim, colocando este setor da administração dentro de condições que o torne capaz das exigências da moderna urbanização. Feito isso, então mãos a obra na elaboração do plano geral, abrangendo todas as zonas da cidade, num esquema a ser executado por partes, mas de maneira rigorosamente uniforme.⁴⁹

Tratava-se de problemas para a gestão municipal que se refletiam diretamente na vida da cidade e dos munícipes. Organizar a ocupação do solo resultaria no aumento a arrecadação de tributos municipais, mas também na necessidade de gerir os conflitos nos diversos espaços de Teresina. Esperava-se que o respeito ao Código de Posturas e a confecção de um Plano Diretor resultaria na melhor gestão dos recursos públicos e no desenvolvimento da cidade, o que convergiria para a solução dos seus problemas. O exemplo dado acerca do calçamento e da construção da rede de esgoto recém-iniciada era a constatação da importância do planejamento e uniformização nas obras de melhoramentos da cidade, obras estas que deveriam ser realizadas também nas zonas em expansão.

A saída apontada para o problema se encontrava no saber técnico. Era primordial o investimento na contratação de técnicos (engenheiros, urbanistas, etc.) com bons salários e valorizar o órgão estatal responsável pelos melhoramentos das vias públicas, que deveria realizar a modernização urbana da capital. A solução apresentada parece entrar em contradição com a opinião publicada semanas depois, onde José Patrício Franco criticava a condição financeira na qual a Prefeitura Municipal havia sido deixada pela administração

⁴⁹ FRANCO, José Patrício. Plantas cadastrais e os problemas de esgoto e calçamento. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951.

anterior, do prefeito Ribamar de Castro Lima. Diante do fato de que enorme fatia do orçamento municipal estava comprometida com o que ele chamou de “admissão de uma legião de novos funcionários”, aconselhou ao prefeito João Mendes Olímpio de Melo (União Democrática Nacional - UDN) que considerasse seriamente a possibilidade de cortar gastos com pessoal e aumentar os tributos municipais “a fim de realizar qualquer coisa de útil na sua administração”, mesmo concluindo que isso o colocaria em maus lençóis diante dos seus eleitores e correligionários⁵⁰. A aparente contradição pode ser compreendida quando consideramos a intenção por trás do conselho. O prefeito deveria sanear as finanças municipais para ter condições de investir naquilo que, de fato, urgia: a modernização da capital.

A ênfase dada à necessidade de planejamento das ações relativas à cidade – como a gestão do crescimento demográfico, a expansão territorial, a organização do espaço e a urbanização – pode ser compreendida quando consideramos o momento de transformações pelo qual as cidades passavam no Brasil no século XX e, em especial, nos anos 1950.

No final do século XIX e início do século XX, sobretudo com o fim da escravidão e com o advento da política de imigração estrangeira, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo cresceram aceleradamente. No caso da cidade de São Paulo, segundo a historiadora Maria Inez Machado Borges Pinto, o crescimento da cidade foi fomentado pela sua consolidação como grande centro capitalista, assim como pelo grande número de imigrantes subsidiados ou não que se fixaram na cidade⁵¹.

Os movimentos migratórios em tempos de secas no nordeste do País também convergiam para o crescimento das cidades em tempos de calamidades, uma vez que, mesmo com o fim da estiagem, parte do contingente de retirantes acabava se fixando nas maiores cidades e nas capitais⁵². A cidade de Teresina talvez tenha vivido o seu primeiro problema de aumento populacional no contexto da seca de 1877-78, pouco mais de duas décadas após sua fundação, quando milhares de retirantes diariamente passavam pela cidade rumo ao Norte,

⁵⁰ FRANCO, José Patrício. Finanças municipais e as realizações administrativas. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/03/1951. p. 3.

⁵¹ PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre em São Paulo*. (1890-1914). São Paulo: EDUSP, 1994, p. 33. Outras obras analisam o crescimento populacional das cidades brasileiras no período entre o final do século XIX e início do século XX, entre outros Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora de UNICAMP, 2001.

⁵² Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. Ver também: RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na Seca de 1932*. 2 ed. Fortaleza, CE: Museu do Ceará, 2006.

especialmente dirigindo-se à Amazônia para o trabalho na extração da borracha, e acabavam por se fixar na cidade em decorrência da extenuante jornada⁵³.

Na metade do século XX, momento em que José Patrício Franco expressou sua preocupação com o crescimento desordenado de Teresina e a necessidade de planejamento das ações públicas relativas ao espaço urbano, a dinâmica populacional no Brasil e em outras partes do mundo apresentava certas complexidades. É necessário observar o fato de que nas três décadas após a Segunda Guerra Mundial ocorreram transformações significativas nos aspectos tecnológicos, científicos, demográficos, dentre outros. Nos países europeus, o fim da guerra e a recuperação econômica, por exemplo, levaram a um significativo crescimento populacional, crescimento esse reduzido apenas pelo medo da superpopulação, pela disseminação dos métodos contraceptivos, pelo temor de crises econômicas e pela tomada de consciência acerca da equação “família reduzida e bem-estar social”⁵⁴ nas décadas de 1960 e 1970.

Nos países do chamado Terceiro Mundo, entretanto, houve um crescimento populacional permanente motivado pelo aumento da expectativa de vida e um ostensivo processo de urbanização⁵⁵. O processo de modernização impulsionado pelas inovações tecnológicas que se irradiava pelo mundo a partir da influência de países da Europa e, sobretudo dos Estados Unidos da América, maior potência capitalista com o fim da guerra, teve papel importante nesse processo de urbanização. A oferta de trabalho e as promessas de melhores condições de vida nas cidades, bem como as transformações no trabalho agrícola, foram também estímulos à urbanização que, “no Terceiro Mundo produziu o êxodo rural e os cinturões urbanos de miséria”⁵⁶. O historiador Enrique Padrós conclui que “tal situação combinou-se com a explosão demográfica, resultando em falta de espaço, poluição, insuficiência de redes sanitárias, ausência de áreas verdes e excesso de automóveis”⁵⁷.

No caso brasileiro, para a historiadora Marly Rodrigues, a década de 1950 foi uma década de mudanças, a industrialização realizada nesse período “trouxe consigo a modernização do Brasil”⁵⁸ e, nesse sentido: “Modernização dos homens, tornando-os cada vez

⁵³ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995, p. 13.

⁵⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 2, p. 237.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 237.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 244.

⁵⁷ *Id. Ibid.*

⁵⁸ RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 31.

mais urbanos. Modernização de seus pensamentos e hábitos, tornando-os mais consumistas. Modernização do modo de vida, das cidades, da arquitetura, das artes, da técnica, da ciência”⁵⁹. Em razão dessas transformações, a expansão industrial e o processo de modernização refletiram sobre a população. As migrações motivadas pela expectativa de melhores condições de vida nos centros urbanos levavam, por exemplo, ao êxodo milhares de nordestinos fugidos das secas e as cidades “inchavam”.

Tabela 1 – População de algumas capitais brasileiras (Censos 1940, 1950 e 1960)

Capitais (Nordeste, Sul e Sudeste)	1940	1950	1960	Crescimento percentual entre 1940 e 1950	Crescimento percentual entre 1950 e 1960
Teresina, PI	34.695	51.418	100.006	48,2%	94,4%
São Luiz, MA	58.735	79.731	123.519	35,7%	54,9%
Fortaleza, CE	140.901	205.052	354.942	45,5%	73,0%
Natal, RN	51.479	94.812	154.276	84,1%	62,7%
Aracaju, SE	50.306	67.539	112.516	34,2%	66,5%
Maceió, AL	80.045	99.088	153.305	23,7%	54,7%
João Pessoa, PB	71.158	89.517	135.820	25,8%	51,7%
Recife, PE	323.177	512.370	788.569	58,5%	53,9%
Salvador, BA	290.443	389.422	630.878	34,0%	62,0%
São Paulo, SP	1.258.482	2.017.025	3.164.804	60,2%	56,9%
Rio de Janeiro (DF)	1.519.010	2.303.063	3.307.163	51,6%	43,5%
Vitória, ES	42.098	49.735	82.748	18,1%	66,3%
Florianópolis, SC	25.014	48.264	74.323	92,9%	53,9%
Porto Alegre, RS	259.246	375.049	617.629	44,6%	64,6%
BRASIL	41.236.315	51.944.397	66.302.271	25,9%	27,6%

Fonte: Censos Demográficos. Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: < <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>>. Acesso em: 12 jan. 2012. (adaptado)

De um modo geral, as capitais cresceram em população desde o início do século XX. Observando a tabela acima, enquanto o Brasil cresceu em termos relativos 25,9% entre 1940 e 1950 e 27,6% entre 1950 e 1960, a maioria das capitais listadas na tabela cresceram relativamente mais que o Brasil em percentuais que variam de 18,1% (Vitória, ES) a 92,9% (Florianópolis, SC) entre 1940 e 1950 e 43,5% (Rio de Janeiro, DF) a 94,4% (Teresina, PI) entre 1950 e 1960. Ou seja, o modo de vida nas cidades possibilitava o seu crescimento, atraindo pessoas que buscavam uma vida melhor, ao tempo em que transformava o Brasil e suas capitais.

⁵⁹ RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 31.

Por meio da tabela acima, verificamos, ainda, que as capitais dos Estados das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do País tiveram um aumento substancial de sua população, sobretudo no período entre os anos 1950 e 1960. Em 1940 e 1950 apenas três capitais nordestinas tinham população superior a 100 mil habitantes. Em 1960, todas elas já haviam ultrapassado este número. Entre as capitais do Sul e Sudeste, apenas Vitória e Florianópolis possuíam população inferior a 100 mil habitantes em 1960. Ainda assim é possível afirmar que a taxa de crescimento populacional no período de 1940 a 1960 não encontrou precedente. Nesse sentido, as análises de Enrique Padrós e Marly Rodrigues, embora considerem como modelo as cidades de maior dinamismo econômico e grandes centros do capitalismo nacional – centros esses que viviam mais intensamente o processo de industrialização e o incremento decorrente do êxodo rural –, não perdem de vista o contexto mais geral da dinâmica populacional. Entretanto, vale ressaltar que em um País com peculiaridades regionais e um vasto território como o Brasil, as explicações gerais (muitas delas produzidas a partir dos grandes centros urbanos) auxiliam a análise, mas não dão conta das diferentes dinâmicas que produziram realidades específicas, fruto de experiências históricas compostas por distintas variáveis sociais, econômicas e culturais, como foi o caso de inúmeras cidades do País. Para Neide Patarra, por exemplo,

[...] o sentido da urbanização não é apenas quantitativo; historicamente determinada, a urbanização representa, em cada momento significativo, uma modalidade específica de divisão de trabalho, particularmente de divisão de trabalho cidade-campo; neste sentido, a cidade passa a significar o *locus* da estrutura de poder, [...].⁶⁰

Para Patarra, o aspecto da divisão social do trabalho concorre para a produção do espaço urbano. Teresina, como lamentava José Patrício Franco, tinha lavoura e indústria “ainda incipientes e rotineiras”⁶¹ e, portanto, não poderíamos falar de um processo de urbanização impulsionado pela indústria, tal como nos grandes centros. Segundo a historiadora Teresinha Queiroz, “o crescimento demográfico de Teresina entre 1872 e 1940 não é dos mais acentuados e não alcança sequer a média do Estado no mesmo período”⁶². Isto

⁶⁰ PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da geral da civilização brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 3, v. 11, p. 323.

⁶¹ FRANCO, José Patrício. Temas municipalistas: Teresina, seus problemas e o seu crescimento. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/02/1951. p. 2.

⁶² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a república*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3 ed. Teresina, PI: EDUFPI, 2011, p. 19.

se explica pelo “rearranjo das atividades econômicas e pela inflexão que vai ter a economia do Estado a partir da passagem do século, quando vem a centrar-se no extrativismo”⁶³.

Antes da ascensão da economia extrativista, a pecuária foi a principal atividade econômica do Piauí até o fim do século XIX e foi através do avanço do gado criado livremente em vastas áreas que o Piauí ganhou contornos. Teresina tornou-se efetivamente a capital da Província em 1852, no lugar conhecido com Chapada do Corisco (área em vermelho no mapa a seguir), entre os rios Parnaíba e Poti, local cuidadosamente escolhido para abrigar as instituições públicas, a administração provincial e estrategicamente posicionada para o comércio (considerando a sua proximidade de Caxias no Maranhão, cidade de grande efervescência comercial no período), um lugar fértil, com água em abundância e que possibilitava as comunicações internas e o transporte fluvial para o litoral⁶⁴.

Figura 5 – Mapa de evolução urbana de Teresina até 1968.



Legenda:

- Rosa – Área ocupada em 1800 (Vila Velha do Poti).
- Vermelho – Área ocupada entre 1850 e 1900 (Vila Nova do Poti que, a partir de 1852, tornou-se a capital Teresina)
- Laranja – Áreas ocupadas entre 1901 e 1940
- Azul – Áreas ocupadas entre 1941 e 1950
- Marrom – Áreas ocupadas entre 1951 e 1960
- Amarelo – Áreas ocupadas entre 1961 e 1968 (Data da produção do mapa pelo PDLI.)
- Linha em Verde: zona urbana segundo os limites aprovados na Câmara Municipal em março de 1950.

Fonte: PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado. 1968

⁶³ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3 ed. Teresina, PI: EDUFPI, 2011, p. 19.

⁶⁴ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Obra completa*. 2 ed. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 23-25.

O mapa acima, produzido em 1968 no âmbito do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, mostra a evolução urbana de Teresina. Em rosa, o destaque é dado à *Vila Velha do Poti*, núcleo populacional a partir do qual foi escolhido o local mais adequado para fundação da *Vila Nova do Poti*, área em vermelho, futura sede do Governo Provincial. Em 1851 a *Vila Nova do Poti* foi elevada a categoria de cidade com o nome de Teresina e em 16 de agosto de 1852 assumiu efetivamente as atribuições de capital da Província do Piauí.

A concentração de fazendas de gado no centro-sudeste do Piauí favoreceu Teresina nesse contexto, consolidando sua importância tanto na administração pública, como no comércio do gado. Entretanto, com a crescente concorrência que o comércio do gado sofria de outros Estados, na passagem do século Teresina assistiu ao declínio da pecuária em detrimento da emergente economia extrativista, que assumiu o posto de atividade econômica principal. Com a exploração da borracha de maniçoba, da cera da carnaúba e do babaçu intensificado no início do século, o ritmo de crescimento populacional de Teresina entra em desaceleração, como afirmou Teresina Queiroz, em virtude da situação da cidade em relação às áreas produtoras mais distantes da capital, como Parnaíba, Piri-piri (ambas ao norte do Estado) e Floriano (ao sul). Entre os anos 1940 e 1950, o declínio da economia extrativista foi um dos fatores que fizeram com que se elevasse o contingente populacional em Teresina, em razão das migrações de pessoas em busca de melhores condições de vida e trabalho na capital do Estado, que abrigava as instituições públicas e um comércio pujante.

A percepção do crescimento populacional como um problema que deveria preocupar os administradores de Teresina feita por José Patrício Franco no início dos anos 1950 coincide com pelo menos dois fatores que devemos considerar: (1) o Nordeste brasileiro sofreu nos anos 1950 pelo menos duas grandes secas (1951-1953 e 1956-1958), uma delas contemporânea da fala do articulista; e (2) os problemas de abastecimento público vivido no período intensificaram a carestia dos produtos e gêneros de primeira necessidade, especialmente os alimentos⁶⁵. Tanto pobres como remediados queixavam-se sobre o verdadeiro descalabro que viviam diante do aumento do custo de vida e da falta de alimentos na capital do Piauí. A seca, a fome e a carestia transformavam-se em temas frequentes na imprensa e, juntamente com a precariedade da urbanização da cidade, constantemente vistos como os signos da pobreza do Estado e de sua capital. Mas estes são temas que serão tratados

⁶⁵ Segundo Marly Rodrigues, a carestia era um dos alvos das reivindicações e protestos populares que ocorreram durante toda a década de 1950. Cf. RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 33.

no segundo capítulo que buscará analisar os problemas relacionados a carestia, a seca como signos da pobreza no âmbito da cultura letrada.

Passaremos, então, a um acontecimento que, em meio a esse momento conflituoso, ocupava lugar de destaque nas preocupações expressas pelos letrados, na imprensa e nas elites políticas. Teresina chegava aos cem anos de existência, e uma grande festa foi forjada, consolidando a data em marco histórico e suscitando reflexões sobre o tempo e a historicidade dos problemas sociais na capital e do Estado, o que contribuiu para a consolidação dos problemas relacionados a pobreza, da seca e da carestia nos debates produzidos na cultura letrada.

1.1.2 ...o Centenário

A comemoração do Centenário de Teresina foi um momento muito aguardado, pelo menos para as elites locais, intelectuais e políticos, que sensibilizaram parcela significativa da população a aderir ao evento cívico. Um dos motivos pelos quais se justificou a necessidade de reformulação do Código de Posturas de Teresina, em 1939, foi a proximidade do Centenário da capital e a importância de preparar a cidade e seus munícipes para o evento, dando novos ares a cidade e reformando costumes considerados incivilizados⁶⁶. A historiadora Ana Cristina Brandim explica que as comemorações em torno do centenário de Teresina tinham, em seu bojo, aspirações que se moviam “em meio aos desejos de uma nova qualificação urbana, que incluía uma demonstração à população e aos visitantes [de] uma imagem da cidade, que passava por sua inserção nos tempos ‘modernos’”⁶⁷. Essa “qualificação urbana” possuía uma dimensão física e de costumes.

Como é comum nas comemorações cívicas, uma comissão foi constituída para a organização das atividades e celebrações relativas ao centenário. Essa comissão, composta por personalidades ilustres da cidade e do Estado, contava com a presença do Prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, ocupando o cargo de Presidente da Comissão; o

⁶⁶ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Teresina: Edufpi; Imperatriz, MA: Ética, 2010, p. 187-190. Ver também: MORAIS, Eliane Rodrigues de. *A comemoração do Centenário de Teresina, um exemplo de práticas e representações*. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 147.

⁶⁷ BANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. *Cotidiano, narratividade e representação na Teresina de meados do século XX*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006. p. 40.

Governador do Estado, Pedro de Almendra Freitas, os Vereadores Arthur Passos, Edson Pires e José Patrício Franco, os jornalistas Fabrício Arêa Leão, Bento Clarindo Bastos e Paulo Carneiro da Cunha, o Bacharel Walter Alencar, os Deputados José Ribamar de Castro Lima, Alberto de Moura Monteiro, João Clímaco de Almeida e Inácio Soares da Silva, dentre muitas outras personalidades. O próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, mesmo à distância, foi eleito presidente de honra do grupo que foi denominado “Comissão Pró-Festividade do Centenário de Teresina”⁶⁸. Alçar Getúlio Vargas à condição de presidente de honra da comissão insinua uma estratégia que visava tanto demonstrar a força política e a notabilidade da comemoração, diante da imagem marcante do estadista⁶⁹, como obter recursos para a festividade e para outros investimentos do Estado, em crise financeira.

A Comissão, que sofreu muitas críticas entre erros e acertos, superou muitos dos contratempos impostos pela escassez de recursos financeiros. Tendo em vista a importância do “evento [considerado] distinto e peculiar ao sentimento patriótico de nossa terra e de nossa gente”⁷⁰, como enfatizava o governador do Estado, Pedro de Almendra Freitas, e em virtude da situação do erário piauiense, o povo não poderia deixar de dar sua parcela de contribuição. Ele fez questão de acentuar que se tratava de um dever “evidentemente de sentido cívico e rigorosamente histórico”⁷¹, que requeria, portanto, a criação, por tempo determinado, de um tributo chamado “Taxa do Centenário”, com vistas a prestar o devido auxílio à frágil reserva financeira disponível para a realização da festa, um modo reforçado pelos periódicos de partilhar a responsabilidade pela festa entre todos.

O prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, criou a referida Taxa do Centenário em dezembro de 1951, um tributo pago pelos munícipes, concomitante à aquisição de ingressos em cinemas e nos eventos esportivos no Estádio Municipal Lindolfo Monteiro, no valor de Cr\$ 0,50. Com o mesmo mote, foi criado um selo comemorativo com a imagem

⁶⁸ MORAIS, Eliane Rodrigues de. *A comemoração do Centenário de Teresina*, um exemplo de práticas e representações. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 36.

⁶⁹ Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, a popularidade de Getúlio Vargas, amado e odiado, pode ser observada através de diversos momentos em sua trajetória política, sendo “o quererismo [...], provavelmente, um dos indicadores mais evidentes da [sua] popularidade [...] [que] vinha sendo cultivada e encenada em várias festas, que assumiam contornos ritualizados, como o Dia do Trabalho, desde os inícios dos anos 40” (p. 531). Esse caráter ritualizado da imagem Vargas sofreu declínios em certos momentos de maior crise política, entretanto, como analisa Ângela de Castro Gomes, “quando Getúlio se suicida, em 1954, sua popularidade explode em raiva e desespero popular, invertendo mais uma vez os rumos políticos traçados e considerados certos pelos seus opositores”. Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado*. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 531.

⁷⁰ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Empresa Gráfica O Dia, 28 de fevereiro de 1951. p. 19.

⁷¹ *Id. Ibid.*

de José Antônio Saraiva, presidente da Província do Piauí que realizou a transferência da capital de Oeiras para Teresina na metade do século XIX. A unidade do selo custava Cr\$ 2,00, e deveria ser utilizado no âmbito da burocracia municipal, estadual e judiciária, como em petições, certidões, alvarás, dentre outros documentos oficiais.⁷² Após as iniciativas de angariar recursos no âmbito local, e com muita insistência dos parlamentares piauienses no Congresso, a União, através do Ministério da Educação e Saúde, concedeu crédito especial no valor de Cr\$ 5.000.000,00 para realização das festas⁷³.

Os eventos relacionados à efeméride iniciaram-se no mês de julho de 1952, com a realização da 1ª Feira de Amostras do Piauí, que tinha o objetivo de dar visibilidade e promover o comércio dos produtos cultivados e desenvolvidos no Estado. Entre os dias 16, marco comemorativo do centenário, e 23 de agosto de 1952, foram realizados diversos eventos que compunham a programação dos festejos: celebrações religiosas, palestras, exposições, festas populares. Muitos destes eventos ocorreram nas praças da capital, e mobilizaram dezenas de pessoas. Na Praça Pedro II, em frete ao *Teatro 4 de Setembro* e ao *Cine Rex*, foi erguido um arco comemorativo com a insígnia do Governo do Estado e os marcadores do tempo: *16 de agosto, 1852 e 1952*.

Figura 6 – Praça Pedro II nos festejos do Centenário de Teresina



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Público do Piauí.

⁷² MORAIS, Eliane Rodrigues de. *A comemoração do Centenário de Teresina, um exemplo de práticas e representações*. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 50.

⁷³ Lei n. 1.572 de 11 de março de 1952. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1952: Atos do poder legislativo (leis de janeiro a março)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 59.

Passado o momento de festa, o governador do Estado, em mensagem à Assembleia Legislativa, celebrou “o ambiente do mais sadio entusiasmo”⁷⁴ no qual transcorreu o Primeiro Centenário da Capital, festa que foi por ele avaliada como apoteótica. Pedro Freitas fez questão de frisar o apoio moral e financeiro dado pela sua gestão ao evento, ressaltando a participação igualmente valorosa da União que, na figura de Getúlio Vargas, ocupava lugar de honra na comissão organizadora do evento e contribuiu financeiramente para sua realização. Nenhuma menção foi feita à população que havia sido chamada a contribuir com a festa, especialmente quando o Prefeito da cidade informou à imprensa que não dispunha de verbas para promover as melhorias necessárias para a realização da festividade, uma vez que cerca de 80% da arrecadação anual da prefeitura estava comprometida com o pagamento do funcionalismo público, razão que ensejou a criação da mencionada Taxa do Centenário, os apelos à União em prol de recursos e os reiterados pedidos na imprensa para que cada morador da capital apoiasse o evento “limpando as fachadas de suas casas, consertando as calçadas de seus prédios, higienizando as ruas, já que a Prefeitura não [tinha] dinheiro para levantar sequer uma pedra”⁷⁵.

Podemos inferir que, na mensagem do governador Pedro Freitas (PSD) à Assembleia, ele elegeu a opção que mais lhe convinha: demonstrar a sua força política. Desconsiderando a adesão popular em favor das festividades, aproveitou o momento para ressaltar o apoio dado ao prefeito João Mendes Olímpio de Melo (UDN), adversário político, felicitando-o pelo sucesso atingido. Ora, as congratulações ao prefeito teriam o efeito reverso: por um lado, um autoelogio, pois o êxito também seria seu, tendo em vista a pronta adesão à causa que fez questão de pontuar; por outro, a alegação implícita de que sem sua ajuda pouco teria sido realizado.

Continuando seu discurso, avaliou o evento como positivo, pois transbordou os limites da capital: “o Piauí viveu momentos de intensa vibração e alegria”. Para ele, as festividades foram engrandecidas com a presença de ilustres de envergadura nacional: Ernesto Simões Filho, Ministro da Educação e Saúde co-patrocinador da festa, representando o Presidente Getúlio Vargas; os senadores Assis Chateaubriand, Francisco Galloti e Oton Mader; os governadores dos Estados vizinhos, Raul Barbosa, do Ceará, e Eugênio Barros, do Maranhão, dentre outras personalidades.

⁷⁴ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 21 de abril de 1953, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 21 de abril de 1953. p. 04.

⁷⁵ APÊLOS aos piauienses. *O Dia*, Teresina, Ano II, 03/02/1952, p. 01 e 04.

Os discursos que ressaltam o grande evento, seja oriundos do poder público, seja advindos da imprensa, fizeram do centenário de Teresina um marco e, certamente, contribuíram para que o aniversário da capital se tornasse um evento cívico digno de ser comemorado ano após ano. A historiadora Eliane Rodrigues de Moraes, estudando os debates entre o poder público e a imprensa no centenário da Teresina, afirma que, em torno da efeméride, foram feitos investimentos para tornar aquele evento um marco simbólico⁷⁶, o que evidenciou através do estudo de uma série de práticas e representação presentes nos discursos da época.

Entendemos que, para os contemporâneos da efeméride, sobretudo os envolvidos diretamente na realização das festividades, esses investimentos lograram relativo êxito: a emissão de discursos sobre as carências da cidade, do Estado e suas populações não se revestiram na modernização desejada. Entretanto, para a posteridade, a marca mais visível da Comemoração do Centenário foi a consolidação da data como um marco histórico do aniversário da cidade. Hoje, o aniversário de Teresina figura entre as datas cívicas que marcam o calendário dos teresinenses, sobretudo, como não poderia deixar de ser, entre aqueles que possuem com ela um laço familiar: “os filhos da terra” ou aqueles que se consideram “teresinenses de coração”. O dia *16 de agosto* chega a nós como uma data naturalizada, muito em razão do ornamento de suas celebrações anuais já esperadas e cheias de um caráter ancestral que se tornaram tradição desde o Primeiro Centenário, em 1952.

Entretanto, devemos considerar que o calendário no qual se sustenta é muito além de um objeto que pretende organizar o tempo dos fenômenos naturais, da vida pública e cotidiana. Ele é um artefato social, e, portanto, um instrumento de poder para quem o controla⁷⁷. A instituição de um marco histórico, fixado em uma cronologia (16 de agosto de 1852, 1952, 2002... 2014), monumentalizado como um lugar de memória⁷⁸, como foi no Centenário, é, antes de tudo, um exercício de poder permeado por intencionalidades, seja ele moldado por um recorte temporal cujas bases foram propostas pelo historiador e suas questões, seja ele eleito pela astúcia política de uma classe, ou através da força da tradição nascida no seio da sociedade que inventa (ora lentamente, ora com a rapidez da novidade)

⁷⁶ MORAIS, Eliane Rodrigues de. *A comemoração do Centenário de Teresina*, um exemplo de práticas e representações. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. Especialmente as páginas 14, 22 e 76.

⁷⁷ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

⁷⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*, São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.p. 7-28.

seus objetos de culto atribuindo a eles relevância histórica que os alimentam⁷⁹. Não é de somenos advertir que as tensões e intencionalidades presentes nas construções de marcos comemorativos (e evocados nos momentos de rememoração coletiva) apresentam seu lado perverso quando, por exemplo, a manipulação da memória, valendo-se de sua dimensão seletiva, privilegia os mitos fundadores e utopias em detrimento de situações constrangedoras, insucessos, frustrações⁸⁰.

Considerando isto, reportamo-nos ao dia *16 de agosto*, a tradicional data do aniversário de Teresina, para traçar os argumentos que evocam a memória e afirmam a necessidade de história (aqui entendida como narrativa dos acontecimentos) que estavam muito presentes nos discursos de políticos e intelectuais teresinenses antes da festa do Centenário de Teresina.

Durante a investigação sobre a presença dos sujeitos considerados pobres e as discussões sobre os signos de pobreza em Teresina na pauta da Câmara Municipal de Teresina, no livro de Atas da Casa, uma transcrição chamou atenção pelo carregado discurso em torno de um problema considerado fundamental: *a necessidade de definição da data do centenário de Teresina*. Naquele momento, tramitavam na Câmara Municipal dezenas de projetos com prioridades diversas, que oscilavam entre as propostas para alteração de nomes de ruas, visando prestar as devidas homenagens aos ilustres da terra, até questões administrativas, como a abertura de créditos especiais à Prefeitura, passando pela discussão sobre a seca que se configurava⁸¹, assunto, aliás, que chamava muito a atenção dos vereadores, em razão das suas implicações para o município (o que discutiremos no Capítulo II).

Em meio às questões administrativas e as dezenas de projetos oriundos do executivo municipal, a data do aniversário de Teresina ocupou considerável espaço. Acompanhar esta discussão é uma oportunidade para compreender como o Centenário de Teresina foi construído como um marco histórico, o que possibilitou consubstanciá-lo em marco simbólico no qual o peso dos tempos impôs uma reflexão social entre experiências e as expectativas, e cuja incômoda pobreza emergiu como nó que precisaria ser desfeito.

Às vésperas da comemoração, não havia consenso sobre o assunto, o que fragilizava, do ponto de vista de sua “fundamentação” histórica, as razões para a festa. Numa

⁷⁹ HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

⁸⁰ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 44, Dez. 2002, p. 432.

⁸¹ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 8ª sessão ordinária de 16 de fevereiro de 1951*. Livro 03, p. 134.

manhã de fevereiro do ano de 1951, o vereador Artur Passos, amante do que era próprio de sua terra, sua cultura e sua história, pediu a palavra para pôr na ordem do dia a questão que “há algum tempo desejava apresentar a Câmara, um assunto que me parece [...], examinado com atenção, é de grande importância [...]”⁸². O momentoso assunto sobre o qual desejava tratar era a proximidade do centenário de Teresina, que seria celebrado no dia *20 de outubro de 1951*, por força da Lei Municipal nº 107, aprovada há pouco mais de um ano, em 16 de novembro de 1949.

Naquela ocasião, Artur Passos discordava do marco eleito “como a data de *fundação* da cidade de Teresina”⁸³. Em sua opinião, a data que deveria ser considerada como marco para as comemorações dos aniversários da cidade doravante, era o dia *16 de agosto de 1852*, “data da *instalação* da cidade de Teresina”⁸⁴, conforme o projeto de lei apresentado por ele naquela ocasião.

A rejeição de Artur Passos à data fixada para o aniversário de Teresina encontrava no seu interesse pessoal pela cultura e pela história do Piauí uma motivação que caminhava lado a lado com a triste constatação de que, até aquela altura, não havia trabalhos históricos que se preocupassem em esclarecer os eventos que levaram a transferência da capital de Oeiras para Teresina, em meados do século XIX. Expondo suas justificativas ao projeto de lei que apresentou, Artur Passos informa ao presidente da Câmara, Edmundo Genuíno de Oliveira, e aos seus colegas⁸⁵, o ponto de vista que defendia:

Há dez anos venho eu, Sr Presidente, procurando determinar com exatidão a verdadeira data histórica de Teresina. À primeira vista parece não haver dúvida quanto à prefixação da efeméride de fundação ou de instalação de nossa capital. No entanto a dúvida existiu por muito tempo e possivelmente ainda perdura e é por causa e em razão dela que ocupo agora a atenção da Câmara. A sede do governo provincial foi transferida de Oeiras, para a Vila Nova do Poti, então elevada à categoria de cidade, com o nome de Teresina. Nesta proposição está claramente enunciado o acontecimento. Mas um evento de tal magnitude não pode nem deve ser compreendido se nos limitarmos apenas a sua objeção mecânica de causa e efeito. Aliás, o meu intento, por muito que deseje ir além, é apenas o de restabelecer ou repor nos seus devidos termos, com base em documentação à vista, a data não de fundação, que tal precisamente não se deu, mas da instalação da cidade de Teresina, cuja crônica ou narração histórica desta sua instalação, a 16 de

⁸² TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 12ª sessão ordinária de 23 de fevereiro de 1951*. Livro 03, p. 138-14.

⁸³ *Ibid.*, p. 140.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 139.

⁸⁵ Estavam presentes na sessão, além do presidente da Câmara, os vereadores: Albino Alencar, José da Costa e Silva, Otoniel Bastos, Raimundo Basílio, João Sena, Antônio Marques de Alencar, Waldir de Carvalho Fortes e José Patrício Franco.

agosto de 1852, até hoje, véspera de seu centenário, está por ser escrita [...].⁸⁶

Artur Passos capitaliza seu argumento ao ressaltar o longo período de envolvimento com a questão, o que imprimia autoridade à fala e o resguardaria de eventuais objeções vindas de seus pares ou opositores. O dever de correção histórica acerca da data sobre o qual se assentaria o marco histórico da cidade há dez anos vinha sendo perseguido por ele. Uma insistência em busca de algo que a memória (seletiva) dos acontecimentos de outrora não poderia dar conta. Sua preocupação pode ser bem entendida a partir das expressões “exatidão” e “verdadeira data histórica”. A queixa estava, nesse momento, na ausência de narrativa histórica, instrumento crucial no qual esperava um resultado quase matemático de veracidade, de precisão, muito embora, fez questão de pontuar, desaprovasse tão somente o cotejamento das razões e dos resultados dos eventos.

Ainda com a intenção de capitalizar seu argumento, lamentava que os fatos relacionados ao nascedouro da cidade ainda não tivessem sido historiografados, mesmo tendo em vista “a tarefa primária da história: comunicar aos menos sensíveis ou aos menos eruditos uma consciência viva de outros tempos e de outros lugares, distintos e peculiares, como ensina José Honório Rodrigues”⁸⁷. Este argumento revela muito sobre como ele (e muitos de seus contemporâneos) pensava (m) o conhecimento histórico.

O fato de pôr os aspectos históricos concernentes à cidade e ao Estado em debate na Câmara revelava a compreensão de que a história possuía um papel socialmente relevante. Comunicar no sentido de ensinar, de propagar o conhecimento. Ensinar, até mesmo aos “menos sensíveis” e aos “menos eruditos”, nossa natureza histórica, que aqueles lugares “distintos e peculiares”, ancestrais, demonstram a nossa condição histórica. O uso de eufemismos denota a esquiva em se referir à grande parcela da população que passava ao largo de preocupações próprias ao cotidiano dos letrados, os que deveriam ser ensinados: os pobres analfabetos e os considerados bestializados, à margem da cultura letrada e da política. Nesse sentido, ele fala da necessidade de preservar a memória do nascimento da cidade, uma memória capturada pela história. A história, mesmo sendo uma reconstrução “problemática e incompleta”, como afirma Pierre Nora⁸⁸, ocupa o lugar de guardião da memória diante do esquecimento gradual dos acontecimentos de outrora.

⁸⁶ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Teresina realizada em 23 de fevereiro de 1951*. Livro 03, p. 139.

⁸⁷ *Id. Ibid.*

⁸⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*, São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.p. 11-13.

Relegar os fatos da vida da cidade apenas ao domínio da memória, passível de imprecisões e desgastes ocasionados pela ação do tempo e diferentes pontos de vistas de seus portadores, evidentemente, resultaria em lacunas que prejudicariam a compreensão do passado entendido com uma trajetória linear. A produção de histórias sobre a cidade resultaria no preenchimento de lacunas e na constituição de um repositório acessível sobre o passado, que se apresentaria como um bloco coeso. História e memória apresentam-se como termos intercambiáveis, na fala do estudioso Artur Passos e de muitos outros intelectuais, pois atribui à história o caráter de repositório daquilo que se quer fazer permanecer, uma coleção de fatos, e não como racionalização movida pela “vontade de compreender e explicar”, o que “nem sempre é compatível com a memória vivida”⁸⁹, conforme delineou Antoine Prost. David Lowenthal explica que “a história difere da memória não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido e corroborado, mas também no modo como é transmitido, preservado e alterado”⁹⁰.

A leitura de um clássico da historiografia brasileira, um dos maiores estudiosos da escrita da história no Brasil, é significativa. José Honório Rodrigues, no livro *Teoria da História do Brasil* (1978), publicado pela primeira vez em 1949, obra certamente lida por Passos, falando sobre a importância da história no capítulo intitulado oportunamente de *Os problemas da história e as tarefas do historiador* pondera que:

Toda época exige sua própria visão da história. Hoje, precisamos de uma nova visão do mundo, adaptada às novas perspectivas. Se devemos restaurar a conexão entre o passado e o presente e tornar a história uma força viva e não apenas um peso morto de condensada erudição, a primeira tarefa consiste numa nova visão interpretativa do escrito histórico, com todas as suas consequências pedagógicas.⁹¹

O sentido da história evocado por Artur Passos parece distorcer sua leitura de José Honório Rodrigues, pois, ao tempo em que considera a tarefa pedagógica da história, ele esvazia sua dimensão interpretativa, na medida em que, corriqueiramente atribui à história a condição de repositório de acontecimento do passado. E, nesse sentido, um lugar para encontrar valores e exemplos de tempos passados.

⁸⁹ PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? *Anos 90* (revista de história da UFRGS), Porto Alegre, dez. 2000, p. 11.

⁹⁰ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto história*, São Paulo, nº 17, novembro de 1998. p. 107.

⁹¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 30.

Para defender seu ponto de vista, ele relata aos seus colegas vereadores aquilo que considerava a prova cabal da necessidade de correção histórica. Entre os dias 18 e 24 de julho de 1942, Artur Passos, então Diretor do Departamento de Imprensa do Estado do Piauí, a propósito do já acalorado debate sobre o centenário da cidade de Teresina, reuniu, com a autorização do governador do Estado (o interventor Leônidas de Castro Melo), uma “ilustre comissão composta de personalidades da maior representação no domínio das letras”⁹², que tinha a missão de discutir o momentoso assunto e emitir um parecer informando aquela que seria a verdadeira data histórica de Teresina, após os necessários estudos e à luz dos documentos. Participaram desta comissão os renomados intelectuais Higino Cunha, João Pinheiro, Martins Napoleão, Cromwell Barbosa de Carvalho e Anísio Brito. À época, Anísio Brito era diretor da Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí.

Reunidos no Salão Nobre da Faculdade de Direito, às dez horas do dia 18 de julho de 1942, o Desembargador Cromwell de Carvalho foi eleito para presidir os trabalhos da comissão. Iniciada a sessão, o poeta e jornalista Martins Napoleão ressaltou os membros deveriam basear suas opiniões estritamente no exame da documentação disponível “nos próprios originais”, documentação que estava sob a guarda do Arquivo Público. E foi isso o que fizeram nos dias que se seguiram. Os documentos oficiais, aqueles que consagravam o tempo da fundação da cidade, concentravam em si, como assinala Hobsbawm, uma “autoridade espiritual”⁹³ sobre o passado e, por sua vez, sobre os debates dos ilustres.

Após sucessivas pesquisas e discussões entre posicionamentos divergentes, em 24 de julho, a comissão redigiu o seu parecer final com base nas opiniões existentes. Dias depois, em 27 de julho de 1942, ele foi encaminhado, em conjunto com as cópias da documentação examinada, onde se oficiava ao Secretário Geral do Estado as conclusões a que chegaram.

No parecer, inicialmente, afirmavam que convinha distinguir os três pontos históricos fundamentais que haviam motivado os debates e, conseqüentemente, a imprecisão na determinação da data referencial da cidade, ocasionando o grave problema de indefinição quanto ao centenário de Teresina. Os fatos apontados eram, em primeiro lugar, a criação da Vila Nova do Poti, a transferência legal da sede da Vila Velha do Poti para a vila recém-criada e a realização de fato dessa transferência; em segundo lugar, a elevação da Vila Nova do Poti a condição de cidade com o nome de Teresina; e, por fim, a instalação oficial de Teresina como capital provincial com a transferência da sede do governo de Oeiras para lá.

⁹² TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 12ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Teresina realizada em 23 de fevereiro de 1951*. Livro 03, p. 141.

⁹³ HOBBSAWM, Eric J. O sentido do passado. In: *Sobre história: ensaios*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 23.

As opiniões eram divergentes. Joel de Oliveira, outro estudioso da história da cidade, apesar de não fazer parte da comissão, defendia publicamente a opinião de que a data da transferência da *Vila Velha do Poti* para o local escolhido por Saraiva passando a ser chamada de *Vila Nova do Poti*, na Chapada do Corisco, em *20 de outubro de 1851*, era a mais representativa. Embora ainda não fosse chamada de Teresina, seu argumento valorizava a ocupação do espaço entre os rios Parnaíba e Poti, no lugar conhecido como Chapada do Corisco, conforme as intenções do presidente da província, que assim decidiu ao avaliar “in loco” aquele como o local melhor situado, mais salubre, em condições de fazer frente à concorrência comercial de Caxias (MA), desenvolver a navegação no rio Parnaíba e numa melhor posição para promover as comunicações e as relações políticas com o governo Imperial⁹⁴.

Para Higinio Cunha e João Pinheiro, a data cívica comemorativa do aniversário de Teresina, “quer como cidade, quer como capital”, deveria ser estabelecida tendo por base o dia *21 de julho de 1852*, data da lei nº 315 que *elevou* a Vila Nova do Poti a categoria de cidade com o nome de Teresina e *autorizou a transferência da capital* da província de Oeiras para a nova cidade. Os defensores desta interpretação ressaltavam o fato de ser este o momento em que Teresina surge com essa denominação, com status de cidade e legitimada como capital da província.

Por fim, para Martins Napoleão e Anísio Brito, a correta data comemorativa deveria ser o dia *16 de agosto de 1852*. Para eles, a lei nº 315 não teria fundado “de fato” a cidade de Teresina, mas promovido, tão somente no discurso legal, a elevação da já existente Vila Nova do Poti a categoria de cidade com aquele nome. Para eles, o entendimento mais coerente dos fatos seria considerar “a data da *instalação oficial*” da cidade de Teresina como sede do governo provincial, que seria o dia *16 de agosto de 1852*.

Como enfatizava o historiador padre Joaquim Chaves, o presidente da província José Antônio Saraiva, com uma atitude marcada pela “rapidez e precisão admiráveis”, no dia 16 de agosto de 1852, comunicou a todos os presidentes de províncias que já havia iniciado, àquela altura, a execução da lei que determinava a mudança da capital e já residia em Teresina, iniciando a instalação das repartições públicas e fazendo funcionar a máquina burocrática⁹⁵. Com este argumento, valorizava-se, de um lado, a postura ativa do presidente

⁹⁴ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 25.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 27.

da província – considerado um empreendedor visionário –, e de outro, a ampla divulgação dada à efetiva transferência da capital.

Com o empate, ao que tudo indica, o voto de Cromwell de Carvalho decidiu a pendência sobre a verdade histórica procurada, que no interior daquela comissão se concentrava entre as teses de um lado, de Higinio Cunha e João Pinheiro, e, de outro, de Martins Napoleão e Anísio Brito. A tese vitoriosa foi a que elegia o *16 de agosto de 1852* como “a data histórica de Teresina”. Em 23 de setembro de 1942, o governo do Estado oficializava a conclusão a que chegaram os ilustres através do Decreto nº 611⁹⁶.

Entretanto, a posição de Joel de Oliveira emerge em 1949 e enseja uma mudança em relação ao acordado. Em novembro de 1949, a lei municipal nº 107 fixava como feriado municipal o dia *20 de outubro*, considerado a data da fundação da cidade. Havia se estabelecido uma contradição entre o decreto estadual de 1942 e a lei municipal de 1949, cada uma consagrando uma data diferente para a efeméride. Após longa exposição de motivos que se baseou principalmente na leitura do parecer dos ilustres de 1942, Artur Passos reafirmava a escolha de 1942, o que desfez a contradição entre a legislação estadual e municipal, pois a data comemorativa eleita pelos vereadores foi o dia *16 de agosto*.

Em meio às intenções de correção histórica de Artur Passos e observando mais atentamente o seu discurso, pode-se cogitar outro motivo muito forte para a discussão sobre a data em que se deveria comemorar o centenário de Teresina. Para ele, quase não havia mais tempo para se preparar as festividades da cidade (estavam em fevereiro de 1951), que, pela lei municipal vigente, se realizaria em 20 de outubro de 1951. Voltamos assim ao argumento que lamenta a ausência de estudos históricos sobre a cidade de Teresina. A falta de consenso e a carência de estudos históricos sobre o assunto prejudicaram não só a definição da data, mas também comprometeram a organização das festas do centenário, considerando o adiantado da hora e o momento de dificuldades financeiras que o Estado passava.

A necessidade de oferecer um bom prêmio “aos homens de letras de dentro e fora do Estado” com vistas a fomentar a produção de trabalhos históricos “que possam preencher, satisfatoriamente, essa sensível lacuna, abrilhantando de igual passo as comemorações” foi ressaltada pelo governador do Estado, Pedro Freitas, no início de 1951. Fazendo eco à queixa de Artur Passos, defendeu que os homens de letras eram os portadores de uma “legítima vocação histórica”, pois eram amantes de documentos, de crônicas, de tradição oral e escrita. Eles teriam a sua disposição um vasto material para produção de “excelente trabalho

⁹⁶ OLIVEIRA, Joel de. O centenário da cidade. *O Dia*, Teresina, Ano I, 17/07/1951.

evocativo, sério, útil e instrutivo” de “atos e feitos ilustrativos” da história do Piauí⁹⁷. O destaque sobre a utilização de extenso material para a produção de uma história revela a importância atribuída mais uma vez ao uso de fontes oficiais buscando encontrar uma verdade. Essa ênfase na utilização dos documentos com o propósito de encontrar verdades pode ser entendida pelo que nos explicou David Lowenthal, ao enfatizar que “aqueles que narram e escutam ou lêem histórias – sejam orais, escritas ou impressas – confiam na existência de registros estáveis e fiéis”⁹⁸, atributo frequentemente ausente quando se trata da memória. Por isso, a história desejada (evocativa, séria, útil e instrutiva) deveria ser respaldada pelos letrados que, ao lado da confiança no uso de fontes confiáveis, seria uma garantia, digamos assim, da credibilidade do trabalho.

O sentimento apalavrado por Pedro Freitas era o de que, naquele momento, “seremos medidos e julgados através de um século de atividades”⁹⁹. Assim, a história ganhava um papel decisivo, sobretudo para organizar a memória já compartilhada dos acontecimentos passados que até então careciam de um suporte narrativo, conforme o prescrito por ele mesmo. Revestido de oficialidade, esperava-se que pudesse expressar a identidade piauiense, além de criar um terreno fértil sobre o qual se assentaria o patriotismo, o amor e o sacrifício do povo por sua terra (no centenário e doravante), cultivando, assim, aos “menos sensíveis ou aos menos eruditos”, uma “consciência viva de outros tempos”, como afirmava Artur Passos sobre a utilidade da história naquele momento.

Em sua fala, mais uma vez a história é esvaziada de seu mote interpretativo e explicativo da realidade social, tendo em vista que, para ele, era preciso transformar, a memória dos acontecimentos em história dos acontecimentos, pois definia que, “história propriamente, narração em conjunto de acontecimentos e fatos dignos de memória, não temos”. Ele enfatizava:

É sabido, aliás, que terra sem história será sempre terra que não inspira amor e sacrifício. Uma fazenda que seja tem sua história, por certo. Um povoado, sede que quase sempre de antiga fazenda, vive moralmente de seu passado, por mais obscuro que seja. E está visto que uma cidade, rural que seja e rústica, não surge, cresce e prospera por obra do acaso, sem guardar, com reverência, os feitos de seus pioneiros, as peripécias da conquista da terra e a

⁹⁷ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Empresa Gráfica O Dia, 28 de fevereiro de 1951, p. 20.

⁹⁸ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto história*, São Paulo, nº 17, novembro de 1998, p. 110.

⁹⁹ PIAUÍ. *op. cit.*, p. 19.

própria expansão geográfica. No caso concreto de Teresina, basta, parece uma interessada revista retrospectiva.¹⁰⁰

Assim a história era vista como uma narrativa, descritiva, dos acontecimentos. Interessava guardar os “feitos de seus pioneiros” e os aspectos materiais e visíveis do empreendimento, ter um passado no qual se pudesse buscar referências. Essa concepção informou o trabalho dos “homens de letras” ao narrar a história da cidade. Em 1952, quando o padre Joaquim Chaves escreveu sobre os eventos que culminaram na mudança da capital, destacou a personalidade altiva do presidente da província, José Antônio Saraiva, e, além disso, o “espírito tenaz e empreendedor dos potiensens”, pessoas comuns, ribeirinhos que aceitaram prontamente a ideia da mudança para a Vila Nova do Poti, posteriormente cidade de Teresina e capital da Província. Joaquim Chaves ressaltou a imagem positiva daqueles piauienses de vocação progressista, ao descrevê-los como “um povo fadado a fundar a nova capital, tirando-a por assim dizer, do nada”¹⁰¹.

Observando com atenção, compreendemos que as palavras de Joaquim Chaves tinham a intenção de afirmar uma identidade piauiense fundamentada nos feitos de outrora, diga-se de passagem, considerados audaciosos e perseverantes, e, assim, bem alinhados ao que se entendia ser a tarefa da história. Produzir uma identidade piauiense, ligada a personalidades cheias de qualidades, atribuindo cores à participação das pessoas comuns (com base nas experiências ligadas aos potiensens de outrora) e, nestes termos, uma identidade que faria frente e disputaria lugar com os elementos vistos como signos do atraso no presente: as precariedades da vida urbana, ainda distante da modernidade pretendida; a presença ostensiva de pobres nas ruas da cidade; os problemas econômicos; a carestia e as mazelas das secas.

Todos esses elementos amarravam (e ainda amarram) uma identificação do Piauí à pobreza. Como analisou o historiador Elson de Assis Rabelo, “é a força de um estereótipo como o da pobreza do Piauí, por exemplo, que determina, até hoje, a identidade cultural e o lugar que os sujeitos piauienses ocupam no cenário político e cultural brasileiro, assinalados com o signo da pobreza e assustados com o perigo do ‘esquecimento’”¹⁰². Assim, o sentido de correção histórica que informou o debate que elegeu a data da efeméride, assim como as repetidas falas que defendiam a imprescindível produção de narrativas históricas sobre a

¹⁰⁰ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almeida Freitas*. Empresa Gráfica O Dia, 28 de fevereiro de 1951. p. 20.

¹⁰¹ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 25.

¹⁰² RABELO, Elson de Assis. Rumores de miséria, ecos da história. A emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. In: *Fênix: revista de história e estudos culturais*. vol. 06, ano VI, nº 01, jan./fev./mar. 2009, p. 02. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br> Acesso em: 08 jun. 2013.

cidade e o Estado, revelam pistas sobre como aquele presente, sob a ótica letrada devemos pontuar, se situou diante do passado e do futuro, revelando “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas”, e fomentam discussões sobre o vivido.

1.2 Experiências, expectativas: um centenário de misérias e o espectro da crise

A imperiosa necessidade de definição de um marco e da produção de narrativas históricas sobre a cidade de Teresina e sobre o Piauí, no início dos anos 1950, pode ser compreendida pelo momento de comemoração vivido. Ao discutir os usos sociais da memória no contexto das comemorações, a historiadora Helenice Rodrigues da Silva nos ajuda a entender as necessidades impostas naquele momento. Para ela, ao consagrar os valores da comunidade como universais através da rememoração (entendida como um processo de elaboração individual) de acontecimentos passados, as comemorações (que são relativas à construção de uma memória coletiva) intentam “significações diversas para uso do presente”¹⁰³. Ou seja, “comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”¹⁰⁴. Em grande medida, como observamos, a autoridade atribuída à produção historiográfica revela um exercício de poder pelas elites que nutriam a esperança em relação ao que tais produções resultariam: a fixação de predicados honrosos ao piauiense, uma tentativa de superação de faltas e ausências do presente, consolidando traços constitutivos de um modo de ser piauiense, centrado na coragem, na perseverança, no trabalho e no enfrentamento das adversidades.

Com base nisso, podemos afirmar que o presente vivido, sob o ponto de vista da cultura letrada manteve uma relação particular com o passado e com o futuro. Os dias pretéritos e os dias vindouros são acionados em função do presente, cujo marco de referência se localizava no Centenário. O historiador francês François Hartog nos ajuda a compreender isso quando discute as experiências do tempo ligadas aos diferentes presentes do passado. Tais experiências são vividas pelos indivíduos “de forma muito diferente conforme o lugar ocupado na sociedade”¹⁰⁵, o que significa dizer que tanto os letrados, oriundos das elites

¹⁰³ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 44, Dez. 2002, p. 432.

¹⁰⁴ *Id. Ibid.*

¹⁰⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 14.

intelectuais, políticas e econômicas, como os diversos grupos sociais, vivenciaram de maneiras variadas aquele presente. Como explica François Hartog, de uma sociedade para outra, “os vários modos de historicidade¹⁰⁶ diferem, isto é, as maneiras de viver e pensar essa historicidade e servir-se dela, os modos de articular passado, presente e futuro: seus regimes de historicidade”¹⁰⁷. Ou seja, os regimes de historicidade se referem ao modo, ao grau, ao equilíbrio “sempre provisório e instável” pelo qual se torna visível uma condição histórica, em um determinado presente, a partir da percepção e articulação entre os tempos (passado, presente e futuro) para um indivíduo, grupo ou sociedade.

Separados um do outro por apenas dois anos, mas por profundas diferenças históricas e regionais, o *Primeiro Centenário da cidade de Teresina* (ocorrido em 1952) e *Quarto Centenário da cidade São Paulo* (ocorrido em 1954) são exemplos de eventos nos quais podemos observar diferentes regimes de historicidade. Já em 1951 iniciaram os preparativos para a efeméride paulistana. Foi criada a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, uma comissão formada por intelectuais, jornalista, escritores. Assim como ocorreu em Teresina, a Comissão tinha a missão de organizar atividades festivas que envolvessem eventos esportivos, educativos, artísticos, econômicos, dentre outros. Segundo o historiador Sílvio Luiz Lofego, “havia a preocupação em integrar, de forma geral, as principais atividades que movimentavam a cidade e representavam, ao mesmo tempo, sua vitalidade”¹⁰⁸.

São Paulo chega ao seu Quarto Centenário como uma metrópole econômica e esse aspecto se destacava, constituindo-se em instrumento na construção da imagem da cidade de São Paulo como arquétipo de nacionalidade¹⁰⁹. O pensamento que apresenta São Paulo como o modelo de nação disseminou-se entre o final dos anos 1910 e início dos anos 1920, quando muitos intelectuais brasileiros foram impelidos a refletir sobre o País no Centenário da Independência, ocorrido em 1922. A historiadora Marly Silva da Motta aponta os diversos argumentos que fundamentavam tal associação, ressaltando que o Estado de São Paulo foi

¹⁰⁶ François Hartog (2013) esclarece que a historicidade pode referir-se a “presença do homem para si mesmo enquanto história” e destaca que “o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo”. Cf. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 12. Consideramos ainda a contribuição do historiador Antonio Luiz Macedo e Silva Filho ao explicar que a “noção fundante [da historicidade] é a singularidade, o caráter único e irrepitível dos seres humanos concretos, das circunstâncias em que vivem e das ações que desempenham no fluxo temporal”. Cf. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Sobre as (f) utilidades de uma história oficial. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em Tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 122.

¹⁰⁷ HARTOG, *op. cit.*, p. 45.

¹⁰⁸ LOFEGO, Sílvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 37.

¹⁰⁹ *Id. Ibid.*

pensado como exemplo para o País por reunir os elementos necessários ao progresso, uma metrópole industrializada que se distanciava do restante dos Estados brasileiros, “ocupando o lugar de vanguarda no conjunto nacional” e, por isso, “deveria ser o ‘modelo’ do Brasil presente [em 1922]”¹¹⁰. A exaltação de São Paulo como exemplo à nação encontrava no Rio de Janeiro (DF) o seu revés: a antinação, eivada por valores ultrapassados e decadentes¹¹¹.

Sílvio Lofego defende que a comemoração do Quarto Centenário “projetava-se como território para a louvação e afirmação dos significados almeçados por São Paulo diante da nação, que funcionariam, por sua vez, como pilares de apoio para a consolidação de sua liderança no cenário nacional”¹¹². Para a concretização desse objetivo, os membros da Comissão do Quarto Centenário, personalidades que representavam diversas instâncias do poder, tiveram como primeiro passo a construção de uma imagem interna. Desse modo, cultivaram o espírito cívico e o reconhecimento dos habitantes da cidade como portadores de uma memória (a um só tempo de si e do outro, individual e coletiva), catalisada pela efeméride, que pudesse fomentar e consolidar a imagem externa de liderança nacional.

O fato de a cidade de São Paulo projetar-se como a maior cidade do Brasil nos anos 1950, esbanjando potencial econômico e aspirações nacionais, capitalizava a ideia de um futuro promissor. Ainda segundo Sílvio Lofego, ao tempo em que a cidade exaltava seu nascimento, em 1554, “orgulhava-se em mostrar a distância, não apenas temporal, que a separa de 1954 [...]. A cidade, por sua trajetória no tempo, constituía-se numa celebridade”¹¹³.

Se o Quarto Centenário de São Paulo foi marcado pelo investimento da intelectualidade em consolidar a cidade como modelo e motor da nação (reforçando uma imagem construída nas décadas de 1910 e 1920), constituindo-se, naquele momento, a partir de uma relação entre passado heroico e futuro promissor, o Primeiro Centenário de Teresina foi também vivido em meio a uma reflexão histórica. A discussão em torno da necessidade de narrativas historiográficas é um exemplo disso. Entretanto, ao nos deslocarmos o olhar entre São Paulo e Teresina, embora em um mesmo período histórico (os anos 1950) é perceptível uma mudança no que Hartog chamou de regime de historicidade. Ambas viveram regimes de historicidade distintos (assim como outras cidades do país no mesmo período), em razão das diferenças históricas e dessemelhanças balizadoras de discursos sobre si forjados no âmbito da cultura letrada.

¹¹⁰ MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 95.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 102.

¹¹² LOFEGO, Sílvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 38.

¹¹³ *Ibid.*, p. 155.

Os discursos acerca do processo de modernização ocuparam um lugar de destaque no pensamento brasileiro no século XX. A propósito do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, variados setores da intelectualidade brasileira tomaram diferentes posições quanto à definição sobre “os reais motivos do descompasso do país com a modernidade, divergindo em torno dos caminhos que deveriam conduzir até ela”¹¹⁴. Entretanto, convergiam quanto ao fato de que o Centenário da Independência era o momento propício para pensar a nação e seus problemas. Esse ingrediente faz do Centenário de Teresina um momento particular. No Piauí, os discursos acerca da modernização do Estado foram capitalizados pela crítica ao atraso e à pobreza do Estado em comparação com outras regiões do Nordeste e do País, encontrando nesses elementos o combustível que alimentou as inúmeras críticas que circulavam na imprensa local¹¹⁵. Os parâmetros utilizados como referência de modernidade e desenvolvimento eram encontrados na cidade de São Paulo: o parque industrial, as grandes avenidas repletas de automóveis, a paisagem apinhada de edifícios e a dinâmica social e cultural própria a uma metrópole moderna foram anunciados como o “magnífico e insuperável espetáculo do progresso” que bem representava “a imagem da capacidade realizadora do brasileiro”, como nos mostra o texto a seguir, publicado no jornal *O Dia* em março de 1952 poucos meses antes da efeméride de Teresina:

São Paulo é bem a imagem da capacidade realizadora do brasileiro. O milagre do planalto, nascido do impulso criador de Anchieta; transfigura-se nos dias atuais na maravilhosa realidade de metrópole bandeirante – pulso e coração do Brasil, a projetar-se para o futuro na admirável sinfonia de suas iniciativas e empreendimentos.

Um povo capaz de edificar o impressionante perfil da terra das Bandeiras – é um povo predestinado.

São Paulo é o próprio Brasil, manifestando-se na multiplicidade de suas indústrias, no ritmo envolvente de seus teares, no barulho permanente de suas avenidas e ruas, cortadas em todos os sentidos, por um número infindável de veículos a motor.

São Paulo é o Brasil confundindo-se com a poesia dinamizadora do mundo moderno [...].

¹¹⁴ MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 05.

¹¹⁵ Sobre o panorama econômico e social do Piauí no início da década de 1950, o economista Felipe Mendes apresenta dados importantes com base no senso demográfico da época. O autor mostra que “84% da população residiam na zona rural e apenas 16% nas cidades” e “de cada quatro piauienses de 10 anos e mais de idade, três eram analfabetos”. Sempre comparando os dados referentes ao Piauí, ao Nordeste, à São Paulo e ao Brasil, Felipe Mendes revela quais os parâmetros observados como modelos a serem superados (o Nordeste) e atingidos (São Paulo), uma clara indicação de que modernidade era almejada. Continuando sua análise, conclui que as diferenças entre os indicadores de desenvolvimento educacional, por exemplo, “bem caracterizam a relação de causa e efeito da educação no processo de desenvolvimento”. Os indicadores do Piauí eram praticamente o inverso dos de São Paulo. Cf. MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003. p. 175.

Anchieta teve a antevisão do futuro, e se escolheu o Planalto, foi para que, mais tarde, a posteridade pudesse contemplar, orgulhosa e consciente, o magnífico e insuperável espetáculo do progresso de São Paulo.

As cidades, como os indivíduos, como as nações, como os continentes, têm alma, e possuem personalidade, definindo-se por características próprias, que lhes fixam tendências e caprichos.

São Paulo é a cidade do futuro, voltada para os céus, na eterna e profunda contemplação do sonho de grandeza, despertada na manhã do seu nascimento, quando o taumaturgo Anchieta assentou, na terra abençoada de Piratininga, os alicerces do Colégio – semente generosa donde se esprou a cidadela de ontem – hoje a grande metrópole do presente.

São Paulo é o próprio Brasil caminhando seguro de seus destinos – impávido e confiante no porvir.¹¹⁶

Observamos na crônica a incorporação dos termos nos quais a intelectualidade paulistana pretendia consolidar a imagem de São Paulo através da efeméride do Quarto Centenário, realizado anos depois, em 1954, mas que já circulavam desde o início dos anos 1920, como dissemos acima, através da reiteração da fórmula: “São Paulo é o Brasil”. Reveladora de um regime de historicidade distinto, devemos atentar para outra expressão que nos informa sobre o olhar voltado para a capital paulista, ao examinarmos a proposição anunciada como constatação: “São Paulo é a cidade do futuro, voltada para os céus, na eterna e profunda contemplação do sonho de grandeza, despertada na manhã do seu nascimento [...] hoje a grande metrópole do presente”. Ao enfatizar esse aspecto da cidade de São Paulo, ressaltava-se, a um só tempo, um passado digno de reverência, que culminou num presente bem sucedido (haja vista a condição alçada como metrópole nacional) e, na equação entre os tempos históricos, um resultado que bem demonstra o peso do futuro quando se tratava da capital paulista: São Paulo estava “voltada para o céu”.

Esta é uma leitura que guarda em seu sentido a ideia de provincianismo da capital piauiense. Apesar de não mencionar a cidade de Teresina, esse texto pode ser lido pelo que não diz, ou pelo menos, pelo que não diz diretamente. Ao apresentar a cidade de São Paulo como uma metrópole, como “a cidade do futuro”, de um povo “capaz” e “predestinado” – o que poderia se verificar observando o seu cotidiano agitado –, o texto acaba por evidenciar características que estariam ausentes na cidade e no povo teresinense.

Assim como Saraiva elegeu o melhor lugar para erguer a capital piauiense, o padre Anchieta escolheu o melhor lugar para edificar seu colégio, que gestando uma cidade, se tornou a maior metrópole do Brasil. Teresina, entretanto, não se tornou metrópole, não possuía um cotidiano agitado, nem sequer um parque industrial. Segundo inúmeros cronistas, Teresina tinha o seu cotidiano marcado por misérias de toda ordem: deficiências nos serviços

¹¹⁶ A CIDADE de Anchieta. *O Dia*, Teresina, Ano II, 02/03/1952.

urbanos básicos, como o saneamento, o abastecimento d'água, a iluminação pública e a limpeza urbana. Uma cidade que nem ao menos possuía um plano diretor que regulamentasse tais serviços, como reclamou José Patrício Franco apresentado no início desse estudo.¹¹⁷ Como noticiava a imprensa da época, uma cidade pobre e provinciana de animais a solta nas praças e ruas, onde “cachorros vagabundos, cavalos e burros que dão coices, dejetam nos passeios e logradouros públicos”; onde galinhas estragam “a grama da Praça Deodoro...”. Um lugar em que “porcos vagabundos” se enlameiam e passeiam “pela Praça Saraiva e Estrada Nova”, o que era considerado um verdadeiro “acinte aos nossos foros de civilidade”¹¹⁸. O Código de Posturas da cidade recriminava veementemente tal situação, procurando disciplinar o uso de animais nas atividades laborais e punindo os proprietários de animais de criação que permitissem a circulação dos bichos pelos logradouros públicos¹¹⁹, contudo as constantes críticas na imprensa demonstram que a transposição da norma escrita à prática encontrava resistências, o que foi visto como sinônimo de provincianismo endêmico.

São Paulo, ao contrário de Teresina, era vista como tão grande, tão alinhada ao progresso e ao desenvolvimento nacional, que se tornava “pulso e coração” do “próprio Brasil caminhando seguro de seus destinos”. O pensamento do cronista revela que, se a iniciativa e o empreendedorismo dos paulistanos expressavam a sua sintonia com o mundo moderno e os lançavam confiantes para o futuro próspero e promissor, o mesmo não se poderia dizer de Teresina, cujo povo e gestores públicos descuidavam da cidade, envolvendo-a num círculo de pobreza e atraso.

É preciso notar um aspecto importante dessa exaltação à modernidade de São Paulo, que pela sua generalidade indica uma crítica tácita à Teresina, a seus administradores e a seu povo, quando afirma que as cidades, assim com os indivíduos e como as nações “têm alma” e possuem personalidade e elementos particulares que lhes constituem e dizem sobre a sua vocação e sobre seu destino. Que características próprias definiam a alma e a personalidade, por assim dizer, de Teresina? Essa pergunta não foi feita diretamente no texto, mas está implícita e, acreditamos, suscitava a reflexão e a comparação dos leitores do jornal sobre o que observavam aqui e o que se dizia ou se constatava sobre outros lugares, como São Paulo, a metrópole a ser seguida.

¹¹⁷ FRANCO, José Patrício. Plantas cadastrais e os problemas de esgoto e calçamento. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951.

¹¹⁸ CORREIÇÃO na cidade. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/02/1951.

¹¹⁹ CÓDIGO de Posturas de Teresina. Decreto-Lei n. 54, de 03 de abril de 1939. *Diário Oficial*. Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina, 1939.

Assim, ao lado dos feitos honrosos de outrora, as faltas e ausências seguiram presentes nas produções de caráter historiográfico produzidas sob a influência do Centenário de Teresina. Pontuavam as experiências passadas e traçavam o caráter histórico da pobreza na cidade e no Estado. A eleição do ato fundador da cidade e sua história, concorre igualmente com a eleição dos signos do atraso. Desse modo, entendemos que o regime de historicidade compartilhado, no início dos anos 1950, por parte da elite letrada teresinense demonstra a tensão que havia entre a sacralização de eventos, valores e ideias positivas em torno do passado e a percepção de que se haviam passado cem anos de misérias.

De um lado, a expectativa pelo Centenário nutriu esse sentimento positivo. A nota publicado em março de 1950 no *Jornal do Comércio* é exemplo disso. Chamava atenção para a obrigação dos gestores públicos em realizar uma bela festa para a capital, destacando, ao se colocar como o primeiro jornal incentivador das festividades, que

Um centenário na vida de uma cidade representa um amontoado de tradições, o trabalho de gerações que se foram e, em comparação com o tempo decorrido, o quanto evoluímos em todos os setores de atividades. O transcurso de um centenário é o mais propício a um exame completo do que fomos no passado e do que somos no presente. É a oportunidade que o povo encontra para expandir através de festas tipicamente populares, o quanto de amor devota à terra, que lhe serviu de berço. É o momento oportuno em que o homem de outras paragens, aqui residente e empregando suas atividades, encontra para demonstrar a sua gratidão pelos benefícios que há recebido aqui, desde o instante em que foi acolhido. É também o ensejo que se oferece para cultuarmos o vulto da Princesa Theresa Christina, que deu origem ao nome desta bela e encantadora Teresina, mandando-se, com o devido tempo, confeccionar um seu busto, para inauguração na época dos festejos. Igual gesto deve ser tomado com relação ao Conselheiro Saraiva.¹²⁰

Nas festas do centenário da cidade, a ideia de uma reflexão sobre passado e presente é posta como inerente à ocasião, como ressalta o jornal, ao lembrar que um século de existência significava “um amontoado de tradições”. A expressão “amontoado” indica a um só tempo a avolumada quantidade das “tradições” e a desordem na qual estavam relegadas, em razão da reclamada ausência de narrativas históricas que as organizassem. A princesa Teresa Cristina, homenageada no nome da cidade, e do seu fundador, José Antônio Saraiva, foram cultuados como personalidades dignas de reverência ao serem monumentalizadas como referências do ato fundador da cidade. Embora o periódico tenha lançado aos seus leitores a ideia de que aquele era “o mais propício” momento para a reflexão sobre a história da cidade, essa tarefa foi amplamente direcionada aos intelectuais, e não à população em geral, pois a

¹²⁰ O PRIMEIRO centenário de Teresina. *Jornal do Comércio*, Teresina, 01/03 1950.

empreitada de refletir sobre a cidade em sua dimensão temporal, produzindo narrativas sobre os assuntos relacionados à efeméride, pertencendo ao domínio da cultura letrada. Contudo, essa preocupação em relacionar passado, presente e futuro, característica de um período de celebração, é comum no cotidiano dos sujeitos históricos. Segundo o historiador Eric Hobsbawm:

[...] a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isso. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem. E é claro que as pessoas o fazem com base na suposição justificada de que, em geral, o futuro está sistematicamente vinculado ao passado, que, por sua vez, não é uma concatenação arbitrária de circunstâncias e eventos.¹²¹

Eric Hobsbawm, com isso, aponta para a característica humana de olhar o passado em busca de elementos que ajudem a compreender o presente e planejar o futuro, uma maneira de pensar coerente com a ideia que sustenta ser a história a mestra da vida, produtora de exemplos a serem ponderados no presente. Segundo o historiador Reinhart Koselleck, o emprego da expressão *Historia Magistra Vitae* e sua influência no modo pelo qual os historiadores compreenderam o conhecimento histórico perdurou ileso até meados do século XVIII, permanecendo, até então, como indício de que “quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos”¹²². Não há como desconsiderar a influência desse modo de pensar quando consideramos os desejos em torno da produção de narrativas históricas sobre a Teresina, sobretudo se levarmos em conta a reiterada expectativa de que tais empreendimentos historiográficos implicariam a guarda de acontecimentos dignos de lembrança, passíveis de serem acessados através da materialidade do escrito.

O movimento de olhar o passado exigido pelo momento de comemoração do Centenário permitiu a coleção de exemplos a serem seguidos ou refutados. Podemos perceber, deste modo, a tensão existente entre experiência e expectativas. Para Koselleck, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que

¹²¹ HOBBSAWM, Eric J. O sentido do passado. In: *Sobre história: ensaios*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 50.

¹²² KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 43.

atuam ou que sofreram”¹²³. Com base nessa ideia, orientados por Koselleck, entendemos que as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, implicando a relação entre passado e futuro, são fundamentais para compreendermos os elementos presentes nas narrativas históricas no momento do Centenário de Teresina.

Tomemos inicialmente alguns textos de autoria do padre Joaquim Chaves para investigarmos a tensão. Natural de Campo Maior, uma cidade situada na região centro-norte do Piauí, Joaquim Raimundo Ferreira Chaves era pároco na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, no início dos anos 1950, momento em que estava empenhado em concretizar a edificação das torres da Igreja Matriz da capital, obra relacionada aos preparativos da comemoração do Centenário da cidade. Amante da história, segundo Teresinha Queiroz¹²⁴, atendeu ao chamado público feito aos homens de letras em prol da escrita da história de Teresina como um modo de dar sua retribuição a população da cidade pelo apoio na execução das obras na Igreja do Amparo. Produziu diversos textos publicados nos periódicos da capital e reunidos no livro *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, de 1952. O tom de sua narrativa é revelador do momento de sua produção, como podemos observar na citação a seguir:

Nada mais interessante do que a gente, da altura de cem anos, apreciar Teresina saindo do nada, por assim dizer, e crescendo vertiginosamente na Chapada do Corisco, lá por volta do ano de 1852. Com apenas seis anos de existência, adotava as tradições daqueles que a habitavam e que vinham da mais variada procedência.¹²⁵

Joaquim Chaves, apreciando os primeiros passos da capital, que crescia rapidamente com a contribuição de uma gente diversa e de diversas origens, lê na história da cidade uma vocação progressista, elemento que ele quer realçar em seu texto, como já havíamos mostrado linhas acima. Entretanto, as questões de seu tempo se fizeram presentes em sua escrita. Uma delas, a seca vivida entre os anos de 1951 e 1953 e repetidas vezes em décadas anteriores, caminho através do qual abordou a pobreza da cidade e fez, assim, um contraponto a essa vocação progressista da cidade.

Em junho de 1952, Joaquim Chaves publicou parte do resultado de suas pesquisas sobre a história de Teresina e do Piauí no *Jornal do Comércio* sob o título “A Sêca de

¹²³ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 306.

¹²⁴ QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros. In: CHAVES, Joaquim (Mons.). *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 12.

¹²⁵ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. p. 60.

1877”.¹²⁶ Na posição de historiador, Joaquim Chaves narra as misérias ocorridas naquele ano com a “grande seca”¹²⁷ no sertão nordestino, seca esta que chegou a capital piauiense, segundo ele, não através da carência de reservas de alimentos ou pela falta de chuvas, mas pela presença de milhares de retirantes no meio urbano.

Contava o padre Chaves que, bem antes do dia de São José daquele “ano fatídico”, os cearenses já cansados deixavam suas terras e, aos milhares, cobriam as estradas em direção ao Piauí. Mesmo numa situação razoável quanto aos estoques de alimentos, como assinalava, no Piauí “a coisa foi piorando, a caudal de retirantes sempre crescendo, as grandes fazendas de gado desaparecendo, as reservas d’água diminuindo, até que se chegou à conclusão de que estávamos a braços com uma autêntica calamidade pública.”¹²⁸

Em seguida, continuava mostrando que uma medida importante adotada pelo Governo provincial foi a criação de núcleos de emigrantes, local onde os retirantes seriam abrigados, protegidos e aproveitados para o trabalho, lugar onde se deveria receber o flagelado que por lá passasse, não permitindo que ele seguisse viagem¹²⁹. Nos núcleos, “o retirante que estivesse em condições de trabalhar seria aproveitado nalgum serviço, percebendo uma diária fixa.”¹³⁰ Entretanto, os que estivessem doentes receberiam assistência,

¹²⁶ CHAVES, Joaquim (Pe.). A Sêca de 1877. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, 15/06/1952. Esse texto foi publicado, em conjunto com outros, no livro “Teresina: subsídios para a história do Piauí”. Cf.: CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. p. 76.

¹²⁷ Conforme o historiador Frederico de Castro Neves, a seca de 1877-1879, em termos de intensidade, duração, extensão ou mortalidade, não se diferencia muito de outros períodos de escassez (p. 25). Entretanto, esta seca trouxe novos elementos nas relações de poder que foram incorporadas ao imaginário político e social: “O impacto deste evento sobre as formas de perceber a pobreza, a migração, a caridade e as responsabilidades sociais não podem ser medidos quantitativamente; porém, muitas dessas transformações vieram a compor decisivamente o ambiente cultural no qual a multidão passará a agir durante o século XX e, especificamente, após 1932” (p. 47-48). Ainda segundo Neves, são três as dimensões principais que fazem desta seca um evento importante para a história das ações de massas em períodos de escassez: *Novos símbolos* (presença ostensiva da pobreza marcada pela imagem da multidão); *Novas atitudes* (mudança na esfera da assistência aos pobres, da esfera privada para intervenção do Estado) e *Novas experiências* (contato e aprendizagem com o meio urbano, com outras relações de familiares, de moradia, de hierarquia social, etc.). Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 25, 47-56.

¹²⁸ CHAVES, *loc. cit.*

¹²⁹ Segundo a historiadora Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, no livro *O poder e a seca no Piauí (1877-79)*, foram criados pelo menos 7 Núcleos Coloniais para abrigar e utilizar a mão-de-obra dos retirantes da seca de 1877. Tratava-se de núcleos de socorros público feito em parceria com os proprietários rurais, que viam vantagens na utilização o trabalho dos retirantes. Os trabalhadores eram abrigados em choupanas e cultivavam cereais, fumo, algodão e outros gêneros de primeira necessidade. Os principais núcleos foram: *Núcleo do Sítio*, composto por 1.200 migrantes; *Núcleo de Santo Antônio dos Morros*, composto por 1.200 migrantes; *Núcleo da Felicidade*, composto por 1.200 migrantes; *Núcleo de Gandu*, composto por 900 migrantes; *Núcleo Lagoa da Mata*, composto por 1.450 migrantes; *Núcleo Deserto*, composto por 1.000 migrantes; *Núcleo Filomena*, 1.200 migrantes. Cf.: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *O poder e a seca no Piauí (1877-79)*. Teresina, PI : EDUFPI, 1991. p. 67-93.

¹³⁰ CHAVES, *loc. cit.*

remédios, alimentos e roupas. Alguns desses núcleos funcionavam em Teresina, pois no município havia algo em torno de 17 mil flagelados.¹³¹

Com os bons invernos que se fizeram no Piauí nos anos de 1878 e 79, segundo Joaquim Chaves, as condições de vida melhoraram bastante e os retirantes que não encontraram emprego no Piauí voltaram “aos milhares” para suas terras de origem. No entanto, ainda sim a seca deixou as marcas da pobreza em Teresina, pois “ficaram os doentes”. Todos que ficaram nesta condição, sob a proteção assistencial do Imperador, que enviou vultosa quantidade de recursos ao Piauí, foram transportados e abrigados na enfermaria de Santo Antônio dos Morros, localizada a uma distância de duas léguas da capital, aos cuidados de dois médicos e com uma dieta balanceada de acordo com suas orientações.

Passados três anos da chegada daquele grande número de flagelados e após bons invernos, no ano de 1880 os últimos vestígios do “aparato assistencial” foram extintos sob a justificativa de que não era concebível continuar a sustentar os flagelados da seca àquela altura. Em agosto de 1879, o conselheiro Paranaguá, então presidente da província, afirmando a impossibilidade de dar prosseguimento a assistência aos pobres da seca, dizia que era “tempo de acabar com essa chaga que ameaça estabelecer o pauperismo no Império”. Para ele, os indivíduos que tinham a sua disposição o que comer, não tinham a vontade de buscar o próprio sustento através do trabalho.

Transformada em história num momento muito particular, momento no qual se vivia o medo da fome e o espaço urbano da capital, a exemplo de outrora, estava tomado por migrantes sertanejos andrajosos, a memória da seca de 1877 evocada por Joaquim Chaves pode ser mais bem compreendida se considerarmos o tempo dos acontecimentos narrados (1877-80) e o tempo da escrita (1952), ou seja, as lições dadas pela experiência oriunda da grande seca de 1877 e a experiência contemporânea da seca no centenário da cidade, revitalizando as cenas de fome e misérias dos errantes. Nesse sentido, a produção historiográfica nos permite observar a construção de um espaço de experiência sobre o qual se pretendia entender o presente. Permite, ainda, entrever certa intenção em querer mostrar a anterioridade e a continuidade de um problema que, para ele, atravessava a história da cidade. Por consequência, desnuda a compreensão de uma longa convivência com a pobreza exposta pela seca.

¹³¹ CHAVES, Joaquim (Pe.). A Sêca de 1877. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, nº 953, 15/06/1952.

Semelhante impressão pode ser observada em outros textos do padre Joaquim Chaves. Dias depois de falar sobre a seca, em 08 de julho de 1952, publicou outro texto no *Jornal do Comércio* intitulado “Problemas de Saúde Pública”¹³², questão bastante criticada na imprensa nos anos 1950. Logo de início, afirmava que o saneamento de Teresina “nunca foi muito lisonjeiro”. Desde seus primeiros anos, as febres, o sarampo, a tuberculose, o tifo “tomaram conta da população da cidade e lhe cobravam pesado tributo todos os anos.”¹³³ Ao fazer peremptória afirmação, conferia base solidificada pela experiência às críticas em relação à nulidade do esgotamento sanitário na cidade em sua época.

Noutra oportunidade, quando falava dos edifícios públicos da capital nos seus dez primeiros anos, notava que Teresina “cresceu com todos os defeitos inerentes a um desenvolvimento prematuro e apressado.”¹³⁴ Para ele, o emprego do trabalho escravo, de material improvisado e a falta de conhecimento técnico apropriado imprimiram às construções “um não sei quê de precariedade de que se ressentiam todas elas”¹³⁵.

Além da precariedade dos edifícios públicos, as casas de palha dos pobres, em suas palavras, “sempre foram um pesadelo” para as autoridades da cidade e do Estado, motivando inclusive um projeto de autoria do deputado David Caldas, em agosto de 1868, para dar incentivo em dinheiro para a substituição gradual das palhoças por outro tipo de cobertura, o que não se concretizou.¹³⁶ Sutilmente, ele expressa certo incômodo em relação àquilo que parecia ser um desalinho inicial de uma cidade com vocações progressistas, mas com elementos que mostravam a continuidade, centenária, de diversos elementos entendidos como signos da miséria: a seca e seus espectros, os problemas sanitários, a precariedade dos edifícios que abrigavam justamente os poderes públicos, o incômodo ainda sentido em relação aos toscos casebres dos pobres. Este desalinho impregnava na cidade os ares de provincianismo e de pobreza.

Ditas como um pesadelo sempre presente em Joaquim Chaves, as casas de palha eram consideradas a expressão da miséria de Teresina. Sua existência reforçava a ideia que a cidade padecia no pauperismo há muito tempo. Dizia o jornal *O Dia* que, de todos os problemas urbanos como a sujeira e os buracos nas ruas, o pior de todos era o grande número

¹³² CHAVES, Joaquim (Pe.). Problemas de saúde pública. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, nº 957, 08/07/1952.

¹³³ *Id. Ibid.*

¹³⁴ CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. p. 27.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 28.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 38-39.

de casebres de palha, que passavam de cinco mil, “a pegarem fogo em todas as épocas, todos os anos.”¹³⁷

A memória ainda recente do grande número de incêndios ocorridos na década de 1940, e que ainda ocorriam em menor escala no início dos anos 1950, assinala bem essa convivência com a pobreza marcada pela existência das casas de palha nos bairros pobres. Localizados nas imediações do centro da cidade, eram reprovados pelo que significavam aos olhos de inúmeros intelectuais, pois eram vistos como entrave para a modernização pretendida.¹³⁸ Os incêndios traziam pânico à população da cidade em geral e uma “eterna inquietação” aos moradores desses bairros.

No final, outro destaque em relação à miséria que os casebres de palha representavam, ênfase que acabava por realçar também a longa permanência do problema. O cronista – ao tempo em que afirmava que os responsáveis por esta verdadeira miséria eram os prefeitos de Teresina que nos últimos tempos não zelavam pelo nome da cidade – imprimia em sua fala um tom de constrangimento, ao mostrar de arremate que a imagem da cidade diante de outros Estados era aquela informada pela pobreza das casas de palha e dos recorrentes incêndios: “[...] a cidade imunda, ‘a terra amaldiçoada dos incêndios’!...”

Seca, problemas sanitários, doenças, os toscos edifícios públicos e as casas de palha dos pobres foram vistos, em sua continuidade desde a fundação da cidade, como signos das misérias, espectros da crise vivida no presente que assolavam a então secular capital do Piauí. Tomando esses temas retrospectivamente no início dos anos 1950, o padre Joaquim Chaves produzia crítica ao governo, registrava as misérias da capital e mostrava, nas entrelinhas, os elementos históricos da pobreza que assolava o povo teresinense e que, por sua vez, dava a ideia de uma longa convivência que atravessa cidade e que os contemporâneos viviam com muita força, pelo menos os produtores dos discursos no âmbito da imprensa da capital. Uma evidência disso pode ser apontada no movimento realizado por Joaquim Chaves ao falar da grande seca de 1877 com o propósito de produzir uma crítica sobre a seca que presenciava diariamente em seus efeitos, através das ações da igreja na assistência aos pobres que chegavam à cidade, e através dos jornais da capital que também foram meios através dos quais o flagelo saiu do interior Piauí e dos demais Estados do Nordeste e chegou à capital,

¹³⁷ TERESINA – a terra de ninguém. *O Dia*, Teresina, Ano 1, 26 /08/1951.

¹³⁸ Na literatura, uma atenção especial à obra *Palha de Arroz* (1968), de Fontes Ibiapina, que retrata o universo da pobreza em Teresina na década de 1940, enfatizando a ocorrência de incêndios criminosos nos bairros pobres da cidade, especialmente no bairro Palha de Arroz. IBIAPINA, Fontes. *Palha de Arroz*. 5 ed. Oficina da Palavra: Teresina, 2007. Essa temática foi abordada pelo historiador Francisco Alcides do Nascimento no livro *A cidade sob o fogo*. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

pois, antes de chegarem os retirantes, chegavam as descrições da fome e pavorosa movimentação dos flagelados.

Desse modo, o passado é atualizado no presente e incorporado, é experiência¹³⁹. O olhar para os dias vindouros, as incertezas e promessas de dias que virão trazem, por outro lado, o futuro para o presente, é expectativa¹⁴⁰. Nessa ocasião festiva tão propícia à reflexão, o centenário da cidade de Teresina foi sentido como um momento de esperança nos dias que estavam por vir. Este sentimento pode ser encontrado na crônica 2+2=4 de Karam Jorge Cury. Jornalista piauiense de origem libanesa, à época, dirigia a revista “Caravana” no Rio de Janeiro e colaborava no jornal *O Dia* com suas crônicas. Ele escreveu, em 17 de agosto de 1952, o dia seguinte à efeméride, sobre um novo tempo inaugurado pelo centenário da jovem capital piauiense, o tempo traduzido como de renascimento:

Centenário! Esperança e Aurora de Nova Era.

Como a festa da cidade debutante na vida brasileira, representa ela o símbolo da ressurreição da vida regional de um povo e assinala para o país o renascimento do progresso.

Já cem vezes estamos comemorando a data da fundação de Teresina, cujo povo espargiu a luz no caminho da paz, do amor e da fraternidade.¹⁴¹

Nesse pequeno fragmento, o cronista ressaltava a força emanada por aquele marco histórico na vida dos teresinenses. O centenário era para ele o momento privilegiado da mudança, ressaltado através da expressão “ressurreição” do povo piauiense, que, no entanto, sofria com a pobreza e com uma profunda crise financeira do Estado, provocada pela queda das exportações dos produtos oriundos do extrativismo, a cera carnaúba e do babaçu. Declínio que marcou o fim da predominância secular do mercado externo na economia piauiense, o que se refletiu no lugar que o Estado ocupava na economia nordestina e brasileira que, a bem da verdade, ao contrário do que se dizia nos textos mais ufanistas, já era pequeno¹⁴². Os adjetivos pacífico, amoroso e fraterno eram alguns dos qualitativos atribuídos aos piauienses reforçados na efeméride, que tinha o propósito de aliviar a concretude dos dados disponíveis ao olhar:

¹³⁹ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 309.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 310.

¹⁴¹ CURY, Karam. 2+2=4. *O Dia*, Teresina, Ano II, 17/08/1952.

¹⁴² Segundo R. N. Monteiro de Santana, “a participação percentual da produção extrativa vegetal [na economia piauiense] era, em 1947, de 62%; passou a declinar, representando, em 1955, 11,2% [...]” (p.117). No final dos anos 50, o Piauí possuía uma das mais baixas rendas *per capita* do País. Esses dados são importantes para nos ajudar a compreender o agravamento da situação de pobreza em Teresina, e no Piauí de um modo geral, uma vez que o comércio extrativo movimentava a vida econômica e social da capital piauiense tanto quanto das regiões produtoras e exportadoras do Estado. Cf. SANTANA, R. N. Monteiro de. *Integração da economia piauiense no mercado nordestino*. In: *Evolução histórica da economia piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 117-133.

um povo em sua maioria pobre, habitantes de casebres humildes, que mesmo os mais remediados conviviam com as dificuldades e a escassez.

Nesta crônica, Karam Cury anunciava o centenário de Teresina como um marco fundamental, pois guardava a expectativa de uma nova era que, esperava-se, poderia surgir, um novo tempo. Como explica Reinhart Koselleck, o horizonte é “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”¹⁴³. No horizonte de expectativa, portanto, um tempo no qual o passado seria, de fato, superado e mudanças imprimiriam o novo e todas as suas benesses entre os piauienses, em especial, os habitantes da cidade que seria o *locus* irradiador do novo, tendo em vista a sua condição de capital do Estado.

Entretanto, logo após valorizar aquela importante data e depositar suas esperanças nos dias vindouros, a tensão entre experiência e expectativa se impõe. Sua crônica toma no caminho de explicar o porquê de um povo que “espargiu a luz no caminho da paz, do amor e da fraternidade”, não ter atingido, em cem anos, o progresso; e a pobreza continuar sendo uma característica tão presente no seu cotidiano. Para o cronista, a razão não estaria na crise econômica vivida pelo Estado, ou não somente nela localizada, mas na falta de espírito humanitário e progressista, numa sociedade que ele analisou edificada sobre bases frágeis, onde a vaidade, a cobiça e o egoísmo dominavam a alma dos homens. Nas palavras de Cury,

[...] o Amor está sendo descuidado e sacrificado pelo homem. Apesar dos exemplos ele ainda caminha fora da estrada que o conduz à redenção. A vaidade, a cobiça e o egoísmo lhe dominam a alma. É por isso que não alcançou até agora a paz de espírito. Por isso que não conseguiu o completo êxito da felicidade que lhe era destinada.

Teresina já não é mais uma criança! Já sabe que sem a prática da doutrina humanitária e progressista não existe o verdadeiro sentido da fraternização nem o bem-estar entre os homens.

Dentro da nossa sociedade, os homens apenas construíram um edifício fácil e sem base, que se desmorona ao menor abalo.

Ninguém pode contestar esta verdade. A prova perambula pelas ruas de Teresina de **mãos estendidas**.¹⁴⁴

Karam Cury apresentava a pobreza existente em Teresina como o reflexo de um longo tempo de descuido do homem em relação ao seu semelhante, reiterando a fórmula corrente. Para ele, essa era uma equação simples de se entender e o título da crônica é sugestivo: $2+2=4$. O “bem-estar entre os homens” só seria possível quando a sociedade

¹⁴³ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311.

¹⁴⁴ CURY, Karam. $2+2=4$. *O Dia*, Teresina, Ano II, 17/08/1952. Grifo no original.

praticasse a doutrina humanitária e progressista, ou seja, quando cuidasse de todos, especialmente atenuando o sofrimento dos pobres. A consequência disto seria simples como o cálculo proposto: o progresso, localizado no futuro.

Tendo como pressuposto que uma sociedade sólida e centenária só atingiria o seu pleno êxito com o bem-estar entre os homens, como fazia questão de destacar em seu texto, Cury considerava a pobreza cotidiana, cuja “prova perambula pelas ruas de Teresina de mãos estendidas”, como uma verdade incômoda e incontestável que amarrava o presente ao passado de misérias, uma vez que era prova também de que, mesmo nascendo para ser capital do Estado, Teresina não progrediu, pelo contrário, o pauperismo mostrava-se ostensivo. Assim, ao tempo em que o centenário era idealizado como uma oportunidade esperançosa de um novo começo e de um futuro melhor, a ideia de uma longa convivência com a pobreza, observada no presente e confirmada no olhar voltado para trás, inspirava cautela e prudência.

A cautela diante do futuro se deve, portanto, ao peso do passado e as inevitáveis comparações com o outro (como no caso da comparação com a metrópole paulista) e consigo mesma em sua história (como no caso das reflexões de Joaquim Chaves) no Centenário. Cautela que revela uma desconfiança, para não dizer, pessimismo em relação ao porvir. Os espectros da crise atravessaram o Centenário: a pobreza urbana, a seca e a carestia.

1.3 A imprensa no centenário: lugares, disputas e olhares

Iniciamos este estudo com uma crônica de José Patrício Franco, homem público que possuía uma posição política diante dos fatos que se passavam pela capital. Antes de tudo, considerava-se um municipalista e exercia o mandato de vereador na Câmara Municipal pelo Partido Social Democrático (PSD). A crítica nascida em meio à cultura letrada encontrou na imprensa um dos principais meios de circulação. Produzida por um heterogêneo grupo de letrados e para um público cujo único nexos era o fato de também ser formado por letrados¹⁴⁵, a imprensa contribuiu para a aclamação do Centenário da cidade e para a construção daquele momento, a um só tempo, um marco histórico e um tempo de crise. Seus espectros foram apontados e debatidos no âmbito das crônicas de jornais que serão discutidas com mais ênfase

¹⁴⁵ O historiador Robert Darnton, refletindo sobre sua experiência como jornalista do *The New York Times* nos anos 1960, alerta para o equívoco em pensar na existência de um público leitor padrão “como se fosse uma entidade dotada de sentido, assim como não cabe [...] pensar numa audiência de ‘massa’ composta por indivíduos atomizados e indiferenciados”. Cf. DARNTON, Robert. *Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica*. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 90.

no capítulo seguinte, quando analisaremos os modos pelos quais articulavam a observação da realidade, produzindo leituras e interpretações acerca daquilo que consideravam as misérias de Teresina.

É preciso, aqui, tecer algumas considerações acerca da imprensa. A historiadora Tania Regina de Luca destaca a crescente utilização dos periódicos para a construção do conhecimento histórico. Se nos anos 1970 não havia dúvidas quanto a sua importância para a escrita da História da Imprensa e, contudo, uma desconfiança sobre a sua utilização para abordar outros aspectos da história, até os anos 1990 essa concepção sofreu um deslocamento fundamental de modo que foi possível pensar em uma história por meio da imprensa, tomando-se muitas vezes o próprio jornal como objeto da pesquisa¹⁴⁶. A partir desse deslocamento, os olhares voltados para a história urbana, por exemplo, fizeram da imprensa uma fonte privilegiada. Segundo Tania de Luca:

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmeras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as 'classes perigosas', a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas, tudo isso passou a integrar as preocupações dos historiadores, que não se furtaram de buscar parte das respostas na imprensa periódica, por cujas páginas formularam-se, discutiram-se e articularam-se projetos de futuro¹⁴⁷.

Os diversos temas discutidos na imprensa nos permitem analisar o modo como os seus produtores percebiam a realidade e as tensões sobre as quais estavam inscritos, pois “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”¹⁴⁸. Nesse sentido, é importante entender brevemente como se configurava a imprensa no Brasil e a praticada na cidade de Teresina nos

¹⁴⁶ Tania Luca explica que, por volta dos anos 1970, “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” e, desse modo, não permitiam perceber o ocorrido, por fornecer imagens parciais, distorcidas e subjetivas (p. 112). Após contribuições oriundas da dinâmica vivida pela historiografia no século XX concorreram para a visibilidade da imprensa na pesquisa em história a crescente preocupação em desenvolver novos problemas, novas abordagens e novos objetos, a ascensão de uma perspectiva que pretendia por no centro as experiências das camadas sociais antes ignoradas, além das contribuições da História Cultural, da Micro-história, da virada linguística, dentre outras perspectivas. Cf. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 113-118.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 120.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 139.

anos 1950, instrumento a partir do qual a cultura letrada produziu e reproduziu discursos sobre a cidade, seu cotidiano e sua pobreza.

A historiadora Marly Rodrigues¹⁴⁹ afirma que nos anos 1950 a imprensa do país completou as transformações que estavam em processo desde a década anterior. As modificações e adaptações pelas quais passaram os veículos de imprensa nesse período tinham como finalidade alinhar os periódicos ao ritmo da vida moderna, cada vez mais acelerado. Nesse sentido, as publicações passam a ser orientadas pela necessidade de acompanhar o ritmo social, devendo ser um veículo dinâmico para a notícia e para a propaganda, razão pela qual foi imperiosa a modernização da impressão, do aspecto gráfico e das técnicas de redação.

A maneira pela qual o jornal era escrito sofria modificações, tendo em vista o necessário distanciamento que se pretendia instaurar entre a escrita jornalística e a literária. A aproximação entre jornalismo e literatura, característica das crônicas publicadas na imprensa, foi examinada pelo historiador Sidney Chalhoub, ao estudar a produção machadiana da imprensa do final do século XIX. Chalhoub reconhece o desafio que representava “interrogar esses documentos, descobrir as intenções de comentários e de crítica social e política que eles carregam”¹⁵⁰, na medida em que o problema se instala, de pronto, quando o pesquisador se depara com a dúvida se as opiniões, as ideias e o conteúdo mais evidente eram do próprio autor (nesse caso, Machado de Assis), ou se eram de um personagem de ficção que possuía um ponto de vista distante do autor. Se autores como Machado de Assis aprofundavam o universo de sentidos em jogo nas crônicas de jornais, concorria para a pluralidade de estilos nos textos da imprensa, desde o final do século XIX e início do século XX, a prática de publicar colunas sobre fatos diversos, espaço destinado a temáticas consideradas sensacionalistas que, aproximando o escrito jornalístico do entretenimento e distanciando-o da verdade, foi incorporada aos principais jornais do país, a exemplo do jornal *O Estado de São Paulo*¹⁵¹.

O estilo de escrita mais comum utilizado no jornalismo brasileiro seguiu, no geral, o modelo francês. Conforme analisou a historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro, esse modelo

¹⁴⁹ RODRIGUES, Marly. *A década de 1950: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994, p. 35-36.

¹⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: A série “A+B” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *Histórias em cousas miúdas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 67.

¹⁵¹ GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, jun. 2007, p. 323-349.

primava pela escrita próxima da literatura, e estilo mais livre e opinativo¹⁵². Outra característica marcante da imprensa jornalística até os anos 1940, ainda conforme Ana Paula Ribeiro, encontrava-se na estreita relação que mantinha com a política, na medida em que, muitas vezes, servia com plataforma ideológica, de crítica e de propaganda de grupos políticos.

Tanto Marly Rodrigues quanto Ana Paula Goulart Ribeiro concordam que a imprensa do país que a década de 1950 marcou um novo modo de fazer jornalismo no Brasil. No Rio de Janeiro, segundo Ana Paula Ribeiro, “o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-partidário” e é possível notar um abandono da polêmica, da crítica e da doutrina, o que deu lugar a “um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ na forma de notícias) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião”¹⁵³.

Como percebeu a historiadora Eliane Moraes, essa transição pela qual o jornalismo passava em âmbito nacional só pode ser sentido sutilmente em Teresina¹⁵⁴. Na imprensa teresinense dos anos 1950, predominavam os textos de conteúdo polêmico e instigadores de querelas, crônicas cheias de adjetivos e textos de opinião que se sobressaíam quando comparados com as notícias objetivas e informativas. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que a cultura letrada era alimentada pela atuação de bacharéis em Direito, professores, acadêmicos da Faculdade de Direito e Filosofia, comerciantes e políticos. Portanto, suas opiniões estavam inscritas em um lugar social, político, econômico e cultural, como observa Michel de Certeau¹⁵⁵. Como destaca Robert Darnton, o fazer jornalístico é influenciado por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser a matéria e os estilos de reportagem são próprios de um tempo, lugar e caráter de cada jornal¹⁵⁶.

Podemos observar isso tomando como referência uma nota intitulada “Imprensa Teresinense”, publicada no jornal *A Luta* de 23 de agosto de 1952, que pretendia apresentar os jornais que participavam da cobertura do Centenário da capital. Além do próprio jornal *A*

¹⁵² RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 148.

¹⁵³ *Id. Ibid.*

¹⁵⁴ MORAIS, Eliane Rodrigues de. *A comemoração do Centenário de Teresina*, um exemplo de práticas e representações. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 64.

¹⁵⁵ CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

¹⁵⁶ DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 103 e 109.

Luta, a nota listou os seguintes órgãos de imprensa: *O Piauí*, *Jornal do Piauí*, *Jornal do Comércio*, *A Cidade*, *O Pirralho*, *O Dia*, *O Repórter* e *Diário Oficial*¹⁵⁷.

O jornal *A Luta* tinha como diretor o bacharel em Direito José de Arimatéa Tito Filho, natural da cidade de Barras. Foi delegado de Trânsito e Costumes de Teresina e deputado estadual em 1948 pela União Democrática Nacional (UDN). Exercia as funções de professor de Língua Portuguesa em diversos ginásios da capital, inclusive do Colégio Diocesano “São Francisco de Sales”, tradicional instituição de ensino da capital, disciplina na qual era professor catedrático na Faculdade de Filosofia do Piauí, além de lecionar a disciplina Sociologia da Educação da Escola Normal “Antonino Freire”. Entre os redatores do jornal *A Luta* estavam os professores Francisco Cunha e Silva e Valdemar Sandes. Francisco Cunha e Silva, natural da cidade de Amarante, era professor de Geografia do Brasil no Colégio Estadual do Piauí e o então diretor da Casa Anísio Brito, o Arquivo Público do Estado do Piauí, atuando como jornalista e historiador. O maranhense Valdemar Sandes era professor catedrático de Geografia Geral do Colégio Estadual do Piauí.

Os principais colaboradores do jornal *A Luta* eram: José Lourenço Araújo Mourão, que assinava a coluna de Literatura, ex-diretor geral da Imprensa Oficial e então chefe de gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Milton Brandão; José Patrício Franco, que assinava a coluna municipalista, funcionário do Banco Agrícola e Comercial do Piauí que exercia o cargo de vereador na Câmara Municipal de Teresina, pelo Partido Social Democrático (PSD); Carlos Said, então acadêmico de Direito e jogador de futebol assinava a coluna esportiva. Além deles, contribuía também o estudante de filosofia José Milbert Macau e Paulo Agnor Fiuza, repórter e taquígrafo do jornal. O diretor técnico do Jornal era Antônio Lemos Filho, natural da cidade de Floriano, que segundo a descrição do jornal *A Luta* era “um dos mais competentes conhecedores da arte tipográfica no Estado do Piauí”, tendo começado “a sua carreira, dentro de uma tipografia, aos 8 anos de idade”. Seu pai, Antônio Lemos, era o correspondente do jornal no Distrito Federal. No Rio de Janeiro, dirigia a gráfica “Excelsior”.

O jornal *O Piauí* tinha como diretor responsável o Comandante Helvécio Coelho Rodrigues, ex-deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN). Como redator, Orlando da Costa Rôlo, que havia sido Delegado de Vigilância Geral e Capturas de Teresina e exercia o cargo de agente fiscal do Imposto do Consumo. O *Jornal do Piauí* tinha como

¹⁵⁷ Tendo em vista a dificuldade de acesso aos jornais que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito, muitos deles lacrados em decorrência da deterioração, tivemos acesso aos seguintes jornais para a realização desse estudo: *O Dia* (edições de 1951 a 1960), *Jornal do Comércio* (edições de 1950 a 1953), *A Luta* (edições de 1952), *Jornal do Piauí* (edições de 1952) e *Jornal de Notícias* (edições de 1950).

diretor responsável José Pires Gayoso de Almendra Freitas, fazendeiro, filho e secretário particular do governador Pedro de Almendra Freitas. Era primeiro suplente de deputado pelo Partido Social Democrático (PSD) e, segundo o jornal *A Luta*, sempre que convocado a exercer o mandato no legislativo o fazia com “elevação e consciência”. O comerciante Odilon Freitas era o gerente do jornal e Raimundo de Alencar Soares, ex-redator do jornal *O Dia* e Inspetor de Ensino do Estado exercia a função de Redator-Chefe do *Jornal do Piauí*.

O *Jornal do Comércio* tinha como diretor Bento Clarindo Bastos, representante comercial, contador e acadêmico de Filosofia e membro de Comissão de Abastecimento e Preços do Estado. O jornal *A Cidade* tinha como diretor responsável o então prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, eleito pela União Democrática Nacional (UDN). Como gerente, o major reformado da Polícia Militar Anfrísio Gomes da Rocha e, como secretário, Severo Maria Eulálio, acadêmico de Direito. O jornal *O Dia* tinha como Diretor-Redator o ex-professor de Língua Inglesa do Liceu Piauiense Raimundo Leão Monteiro e Redator-Secretário Solfieri Alencar Araripe, bacharel em Ciências e Letras.

Embora muitos cronistas tivessem uma vinculação mais próxima a um jornal, isso não impedia que colaborassem com outros periódicos, como ocorria frequentemente, a exemplo das inúmeras publicações de Francisco Cunha e Silva e José Patrício Franco nos jornais *O Dia* e *Jornal do Comércio*, por exemplo. Nas linhas acima, é possível perceber a variedade de lugares sociais ocupados pelos produtores dos discursos que compunham a imprensa teresinense. Poucos eram jornalistas profissionais, muitos tinham afinidades com a literatura. Assim com muitos eram funcionários públicos e possuíam suas vinculações ou preferências políticas. As tensões provenientes dessa característica podem ser localizadas nas inúmeras disputas produzidas em torno das questões próprias daquele tempo, provocadas por olhares e pontos de vistas diversos. O caráter político-partidário era uma importante variável nessas tensões.

Com o fim do Estado Novo, a nova Constituição de 1946 e a ascensão de uma experiência liberal e democrática entre 1945 e 1964, a República brasileira foi caracterizada pelo predomínio de três grandes partidos no cenário nacional, que conviviam com siglas menores e de força eleitoral regionalizada. As três principais organizações partidárias do país naquele momento foram: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹⁵⁸. Essa estrutura política pós-1945, segundo

¹⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 55.

a Ângela de Castro Gomes, “delineou um espectro ideológico que, *grosso modo*, significou um centro político, ocupado pelo PSD; uma direita, capitaneada pela UDN, [...]; e uma esquerda, mobilizada pelo PTB, especialmente após a cassação do registro do Partido Comunista, em 1947-8”¹⁵⁹. Essas posições fizeram sentido num contexto em que Getúlio Vargas é alçado a condição de destaque na política nacional como liderança mais expressiva do país e as diferentes posturas partidárias refletem os posicionamentos dos grupos políticos em relação ao getulismo. PSD e PTB apoiaram Vargas, considerando-o um estadista arrojado, reafirmado a sua imagem como “pai dos pobres” e defensor dos trabalhadores através da Legislação social e trabalhista. A UDN, por sua vez, posicionava-se radicalmente em oposição ao getulismo, ressaltando a sua postura ditatorial de negação da política liberal e pluralista.

No âmbito regional, alguns veículos de imprensa estavam diretamente ligados ao Partido Social Democrático e União Democrática Nacional e acompanhavam o embate no plano nacional. O *Jornal do Piauí*, por exemplo, fazia parte da estrutura de apoio do PSD, cujo maior representante era o governador do Estado, Pedro Freitas. O jornal *A Cidade*, por sua vez, estava ligado à União Democrática Nacional e tinha como seu principal representante o Prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo. Outros jornais, como os jornais *A Luta* e *O Dia*, pelo menos no período em que se inscreve esse estudo, conviveram com colaboradores ligados a ambos os partidos, o que não significou o arrefecimento das críticas e dos debates.

O *Jornal do Piauí* publicou em janeiro de 1952 um editorial que respondia a sua intenção. Com o título “Um ano de fecunda administração”, congratulava-se com o governador Pedro Freitas por estar pondo o Piauí no rumo certo para o progresso. A imagem de Vargas ao lado de Pedro Freitas concorre como artifício capitalizador das qualidades políticas do governador do Estado e como afirmação do apoio de Getúlio Vargas ao Piauí. Como podemos observar na figura abaixo, no centro do editorial, estavam os brasões da República e do Estado do Piauí que simbolizam a solicitada integração do Piauí à nação brasileira.

¹⁵⁹ GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964), v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 55.

Figura 7 – Editorial *Jornal do Piauí* de 31 de janeiro de 1952.



Fonte: Acervo hemerográfico do Arquivo Público do Piauí.

No texto, o destaque é dado para o que consideravam “uma gigantesca reação contra a decadência que nos ameaçava”¹⁶⁰. Ou seja, a crise é reconhecida, entretanto, a solução estava em curso com a administração do Partido Social Democrático, apoiado pelo próprio presidente da República. Assim, o tempo da crise era marcado no discurso como algo que estava em superação, estava se tornando passado:

É que há quase um lustro que o Estado do Piauí vinha sofrendo as funestíssimas conseqüências da bancarrota. O quadro que então se nos apresentava era dos mais vexatórios. Os vencimentos do seu funcionalismo atrasaram-se mais de seis meses. Ser funcionário do Estado, àquela época, era ser mendigo, que batia às portas do onzenário para poder mitigar a fome.

[...]

O quadro tristíssimo se completava em todos os setores. Havia crise econômica, crise financeira, crise política, crise administrativa, crise de autoridade. Nunca se teve notícia de que a terra de Mafrense houvesse sido mais impiedosamente castigada.

¹⁶⁰ UM ANO de fecunda administração. *Jornal do Piauí*, Teresina, Ano II, 31/01/1952.

Para a fixação da imagem do progresso que estaria em curso, a estratégia discursiva utilizada foi atribuir a seu antecessor e ao grupo apoiado por ele nas eleições de 1950 as marcas do atraso, da pobreza e da crise. Pedro Freitas havia vencido a eleição diante do candidato Eurípedes Aguiar, da UDN, apoiado pelo então governador José da Rocha Furtado. Assim, as disputas partidárias davam sentido à crise e a seus espectros, na medida em que se tornava forte elemento nos debates da imprensa na produção de discursos qualitativos ou depreciativos dos políticos locais. Evidencia, ainda, a expectativa na qual os problemas do Estado poderiam ser resolvidos no âmbito político.

Muitas das posições políticas dos jornais eram publicadas a partir de textos não assinados que ficavam, assim como os editoriais, sob a responsabilidade da direção e do redator-chefe do periódico. José de Arimatéa Tito Filho utilizou-se do editorial do jornal *A Luta* do dia 07 de setembro de 1952 para expor sua crítica ao governo do Estado. O título do editorial era “Começou o sofrimento: Atrasados os vencimentos de agosto”, disposto em letras garrafais na primeira página, logo abaixo da insígnia do jornal.

No editorial, destacou inicialmente que, embora o funcionalismo público estivesse recebendo com regularidade seus vencimentos desde o início do mandato de Pedro Freitas, o atraso no pagamento referente ao mês do Centenário (agosto de 1952) já agitava a população “causando os mais diversos comentários em todas as camadas sociais”¹⁶¹. Passado o momento inicial, em que o jornalista configurou a inquietação que afligia a população, muito dependente da máquina do Estado para suprir as suas necessidades, seguia a afirmação peremptória: “Não paga porque não quer”. Utilizando-se de informações colhidas entre funcionários da Fazenda estadual, justifica a afirmação com a informação de que o governo estadual sempre lançou mão dos recursos de verbas federais para honrar seus compromissos com o funcionalismo. Ou seja, alocava o dinheiro que vinha da Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), com o objetivo de prestar auxílios para os flagelados da seca, para sanar a folha de pagamento do Estado.

A tensão entre governistas e opositores é exposta quando o editorial questiona “de quem é a culpa”. De um lado, os apoiadores de Pedro Freitas, que afirmavam ser a culpa da Assembleia Legislativa que não aprovava as solicitações de crédito especial requeridas pelo governador. Por outro lado, argumentavam os opositores que a culpa era única e exclusiva do governo que “gasta a rodo com novas nomeações e **queimou** os últimos papéis do Tesouro

¹⁶¹ COMEÇOU o sofrimento: atrasados os vencimentos de agosto. *A Luta*, Teresina, Ano I, 07/09/1952.

com festas e foguetes”¹⁶². A referência em destaque é uma crítica aos gastos do governo com a festa do Centenário da cidade, considerada pela oposição excessiva, em razão das condições financeiras do Estado.

Para arrematar a crítica, que insinua a oposição ideológica entre o produtor do texto e o governo, dois elementos que podemos observar na imagem a seguir. Um deles na conclusão do editorial, quando afirma que o funcionalismo público é o bode expiatório na questão, pois estava “a braços com a crise tremenda de encarecimento da vida e pagando, em razão de seu zelo e da sua paciência, o mal que não praticou”, ou seja, o gasto exacerbado do governo com a festa do Centenário. O outro elemento é uma pequena Nota intitulada “Déficit”, discretamente posicionado no campo de visão, na parte inferior ao editorial, na qual comunica aos leitores, de modo direto, que o governo Pedro Freitas consignou um déficit de 23 milhões de Cruzeiros no orçamento de 1953 que enviou a Assembleia Legislativa.

Figura 8 – Editorial jornal *A Luta* de 07 de setembro de 1952.

A Luta
 Movimento Popular
 Diretor — **AMATO FILHO** Secretário — **ALBERONI LEMOS**
 Nº 10 || Teresina, (PIAUÍ) 7 de setembro de 1952 || ANO I

Começou o sofrimento

Atrasados os vencimentos DE AGOSTO

Talvez depois de 15 o início dos pagamentos

Os vencimentos de agosto ainda não foram pagos. A atual administração vinha, desde o seu início, saldando, com regularidade, os seus compromissos para com o funcionalismo. Este mês, porém, até o presente momento, a Diretoria da Fazenda não pagou a nenhuma repartição, fato que tem causado os mais diversos comentários em todas as camadas sociais.

NÃO PAGA PORQUE NÃO QUER

Todos os funcionários da Fazenda afirmam que o governo não paga porque não quer, uma vez que nos meses anteriores sempre lançara mão de verbas federais, inclusive da CAN, deixando de fazê-lo este mês, justamente quando os barnabés piauienses fizeram despesas extraordinárias durante o centenário.

TALVEZ A 15

É voz geral que o pagamento só terá início depois do dia 15, apesar de o sr. Camilo da Silveira haver feito declarações, nas quais diz estar empregando todos os esforços para pagar a partir de amanhã.

DE QUEM É A CULPA

Argumentam os governistas que a culpa exclusiva cabe à Assembleia, que tem votado créditos e mais créditos, para colocar mal o governador Pedro Freitas. A oposição diz o contrário.

O BODE

Em tudo isto há um bode expiatório: o funcionário, a braços com a crise tremenda de encarecimento da vida e pagando, em razão do seu zelo e da sua paciência, o mal que não praticou.

Evadiram-se alguns presidiários

Na madrugada de 6, utilizando-se de cordas de tucum, escalarão o muro da cadeia pública cinco detentos, que se evadiram, sem que a polícia se apercebesse de qualquer movimento.

DEFICIT

O orçamento de 1953, encaminhado pelo Governador Pedro Freitas, consigna o déficit de vinte e três milhões de cruzeiros.

Fonte: Acervo hemerográfico do Arquivo Público do Piauí.

¹⁶² COMEÇOU o sofrimento: atrasados os vencimentos de agosto. *A Luta*, Teresina, Ano I, 07/09/1952. Grifos no original.

De muitas maneiras, ora explícita, ora implicitamente, os jornais de Teresina daqueles anos exprimiram aguda crítica social em relação a muitos aspectos da vida cotidiana. Carregadas de adjetivos e intencionalidades, e em meio a uma conjuntura política de acirrado confronto entre governistas e oposicionistas, os discursos davam destaque unânime a crise vivenciada pela população, crise que não foi apagada pela efeméride do Centenário. Ainda que exaltando a possibilidade de um futuro promissor, ou pontuando um passado em superação, o fato de partirem da constatação de uma crise para tecer expectativas de um futuro melhor já nos indica o incômodo que a condição impunha diante dos letrados.

2 CRISE, POBREZA E CULTURA LETRADA

O reconhecimento do caráter histórico do pauperismo do Estado do Piauí foi um aspecto capitalizado pela crítica letrada no momento do centenário de Teresina. A cultura letrada, ao delimitar a historicidade da pobreza, foi prudente quanto ao futuro. Embora a esperança tenha nascido entre os intelectuais, políticos e jornalistas, os dias vindouros permaneciam em aberto. Em grande medida a ideia de crise foi construída em meio à tensão existente entre a historicidade da pobreza (ou como costumavam dizer: das misérias) e a esperança em um futuro melhor, porém de difícil vislumbre pelos contemporâneos cujo olhar sobre ele estava tolhido pela névoa produzida pela própria crise. Portanto, a ideia na qual se vivia uma crise fortalecia e concorria para dar existência concreta à própria crise pelo obscurecimento do olhar que, por sua vez, levava a um futuro eivado por incertezas.

Em estudo sobre as tensões entre a crítica iluminista e o Estado no advento do mundo burguês no século XVIII, Reinhart Koselleck ajuda-nos a compreender o processo de construção, determinação, experimentação e incitação da crise pela crítica letrada. Koselleck alerta que a ideia de “agravamento da crise corresponde dialeticamente ao encobrimento do seu significado político”¹⁶³. Essa relação entre crítica e crise movida por Koselleck é relevante para evidenciar o mote da crise construída no Centenário de Teresina e compreender a névoa que encobria o futuro naquele momento. Na essência da crise, como assinala Koselleck, há a ideia de que é preciso tomar uma decisão para superá-la, decisão que, entretanto, não foi tomada e permanece em aberto. Logo, analisa Koselleck, “a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima”¹⁶⁴. Nesse sentido, “a solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada –, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico”¹⁶⁵.

De um modo geral, esse movimento interno à própria ideia de crise fez do futuro simultaneamente um tempo de esperanças e incertezas: instaurou a dúvida. Neste capítulo, discutiremos a crítica feita no âmbito da cultura letrada, procurando delinear o modo pelo qual seus articuladores incitaram e experimentaram a crise, quando elegeram como tema de debate a pobreza e as misérias da cidade de Teresina.

¹⁶³ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2009, p. 110.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 111.

¹⁶⁵ *Id. Ibid.*

Pretendemos, portanto, analisar os significados políticos da crise no cotidiano tendo como pressuposto a desconfiança no próprio estado de crise, pois a emergência que se atribui a uma situação pode ser utilizada para justificar atitudes salvadoras que, em tempos de normalidade, não seriam aceitas. Ou seja, a decisão, que para Koselleck todos aguardam, mas que permanece em aberto, pode ser apresentada ou tomada. É preciso compreender os termos nos quais a crise se inscreve, pois ela pode ser criada ou vestida como pretexto para justificar atos e ações cujo propósito deriva do exercício hegemônico do poder por um grupo. Edward Thompson pontuou bem isso ao investigar as circunstâncias do surgimento da Lei Negra de 1723 na Inglaterra. Como analisou, de um modo geral, supõe-se que uma legislação daquela natureza¹⁶⁶ tenha sido aprovada “sob a pressão de alguma emergência esmagadora”. Entretanto, ponderou E. P. Thompson, “uma ‘emergência súbita’, cuja data é mal lembrada e cujos traços na imprensa pública da época são tão escassos, é uma hipótese indemonstrável, ainda que reconfortante”¹⁶⁷. Inventada ou não, permanece o dever do historiador de pôr a questão em exame, pois uma situação considerada atípica pode ajudar a sondar as normas que regem o funcionamento de uma sociedade. Como explica Thompson,

Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas.¹⁶⁸

No caso da cidade de Teresina nos anos 1950, a imprensa estava repleta de crônicas e artigos que, de algum modo, moviam e manipulavam adjetivos e impressões acerca da crise. Portanto não podemos falar de uma escassez de notas na imprensa sobre o assunto. Eis uma razão para a investigação daquele momento de crise. De um modo geral, a pobreza como um tema de discussão não era um assunto completamente novo na imprensa, aparecendo na história da cidade ora com maior, ora com menor ênfase. A historiadora Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, por exemplo, analisou uma série de discursos acerca da pobreza na cidade de Teresina do final do século XIX e início do XX, pontuando o contraste que havia

¹⁶⁶ A Lei Negra de Waltham decretada na Inglaterra em maio de 1723 criou, sem qualquer debate ou divergência, a um só tempo, cinquenta delitos capitais. Cf. THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 24

¹⁶⁸ THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 235.

entre uma cidade pobre e uma cidade pretendida sob a égide da república nascente, capitalizada pelo ideário de “ordem e progresso”¹⁶⁹.

A posição de desconfiança em relação ao estado crítico, muitas vezes reiterado na imprensa, liga-se à necessidade de analisar como esses discursos foram construídos de modo que possamos compreender os sentidos envolvidos naquele momento específico, buscando investigar as normas que regem a vida social no período em estudo. Um dos elementos que contribuíram para o agravamento da crise foi a próprio contexto comemorativo, quando a historicidade da pobreza foi evidenciada. Mas não apenas esse elemento concorreu para o delineamento da crise. Ao falar sobre a situação crítica vivida, jornalistas, intelectuais e políticos produziram leituras e interpretações sobre o pobre e a pobreza da cidade de Teresina a partir de um ponto de vista e informadas por concepções próprias de seu tempo. Como defende Eni Orlandi, “o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique”¹⁷⁰. Os sentidos, portanto, são históricos e é preciso evidenciar a sua historicidade, pois “toda formação social [...] tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, [...] há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar”¹⁷¹. Entre esses especialistas encontram-se os intelectuais, jornalistas, professores, bacharéis, juízes, e outros poucos que tinham acesso às letras e escreviam suas opiniões nos periódicos. Não obstante, devemos lembrar que, no geral, os textos publicados nos jornais de Teresina nos anos 1950 possuem uma estreita relação com a escrita literária e tinham como traço característico o fato de o ponto de vista dos seus autores ser colocado em uma posição privilegiada diante da informação propriamente dita.

Considerando isso, interessa-nos investigar a imaginação social através das crônicas e textos produzidos no âmbito da cultura letrada acerca dos pobres, da pobreza e da crise anunciada. Seguimos a orientação de Bronislaw Baczko que compreende que a imaginação social atua como um dos elementos reguladores da vida coletiva, uma vez que “as referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais” e, desse modo, é

¹⁶⁹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. (1877-1914)*. Teresina: FCMC, 1995. p. 17.

¹⁷⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994. p. 53.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 10.

“uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”¹⁷². Portanto, é preciso compreender tanto as relações de força e poder em disputa na sociedade, quanto as relações de sentido delas participante. O modo de fazer isso é interpelando os discursos, pois, segundo Baczkko, é através deles que o imaginário social se apresenta inteligível e comunicável¹⁷³. Conforme explica,

Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças. O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema colectivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças. Um só e mesmo código permite fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em acções comuns. Os imaginários sociais fornecem, deste modo, um sistema de orientações expressivas e afectivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social; aos grupos sociais relativamente a sociedade global, as suas hierarquias e relações de dominação, etc.; a sociedade global relativamente aos outros” que constituem o seu meio envolvente.¹⁷⁴

Como base nisso, podemos compreender que, através da operação entre experiências de observação, das concepções e das sensibilidades, os sujeitos produzem leituras e interpretações acerca do meio no qual vivem que fazem sentido dentro dos limites que imaginam coerentes com a sua vivência social e dentro das expectativas informadas pelo que imaginam ser próprio da vida numa sociedade específica. Tal operação baseia-se em um imaginário que lhe fornece referências. Assim, proporciona uma estrutura edificada a partir de convenções que orientam os sujeitos. Em grande medida, são essas estruturas que orientam as ações que pretendemos entender através dos discursos que tematizavam o cotidiano da cidade de Teresina no início dos anos 1950.

¹⁷² BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, V. 05 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 309-310.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 311.

¹⁷⁴ *Id. Ibid.*

2.1 Pobreza urbana no Centenário

Os articulistas dos principais periódicos de Teresina defendiam quase consensualmente que todos os problemas da sociedade teriam fim através de ações políticas. Não de ações políticas provenientes de iniciativa popular e suas manifestações que, aliás, eram vistas com temor, mas das ações políticas institucionais, o que não é de modo algum uma visão nova sobre a legitimidade da ação política. Governantes e legisladores, oriundos necessariamente de partidos políticos, seriam os legítimos responsáveis pela solução dos problemas sociais, aqueles que deveriam tomar as rédeas do Estado e agir. A orientação ideológica dos partidos e da ação política dos governantes era assim posta no centro das atenções, pois delas derivavam os destinos da sociedade, seja rumo ao abismo, seja em direção à glória e à felicidade.

As tensões existentes entre intelectuais vinculados ideologicamente ao Partido Social Democrático e à União Democrática Nacional, que sinalizamos no capítulo anterior, têm um papel importante em relação aos destinos do Estado. Em janeiro de 1952, o professor e jornalista Francisco Cunha e Silva fez um alerta aos seus leitores sobre o cuidado que deveriam ter para não confundir *democracia social* e *democracia liberal* e, sobretudo, com aquilo que considerou os “extremismos da esquerda e da direita”¹⁷⁵, característicos do mundo contemporâneo¹⁷⁶. Ele não tardou em pontuar sua opinião buscando, a um só tempo, instruir os leitores e apontar aquela que, para ele, era a melhor concepção política. Para o cronista, a tendência política que se destacava no mundo contemporâneo era a *democracia social*, por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, ao contrário da democracia liberal, a democracia social não estava presa aos ditames do liberalismo econômico que, pela não intervenção do Estado na economia, produzia uma separação radical entre ricos e pobres. Segundo ele, no terreno econômico, a democracia social concedia prerrogativas ao Estado para intervir na economia e “resolver as pendências entre o capital e o trabalho”, posicionando-se como um conciliador nos conflitos entre patrões e empregados. Em segundo lugar, uma vez que primava pela participação política do povo, a democracia social admitia o

¹⁷⁵ CUNHA E SILVA, Francisco. Democracia Social. *O Dia*, Teresina, Ano II, 20 /01/1952.

¹⁷⁶ Francisco Cunha e Silva referia-se aos governos fascistas e comunistas, extremos da “direita” e da “esquerda”. Segundo o cientista político italiano Norberto Bobbio, são termos que surgiram no vocabulário político com a Revolução Francesa e foi a partir da oposição e conflito entre as ideologias que dão significado a ambos que o universo político foi dividido durante os dois séculos após 1789. Sobre a discussão a respeito dos termos políticos “direita” e “esquerda” após o declínio do mundo comunista, bem como sobre a acusação de que a distinção que sustenta a tensão entre eles não tem mais nenhuma razão de ser a partir do final do século XX, ver a crítica em: BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

direito do voto a todos, a pluralidade partidária e a liberdade de manifestação do pensamento. Ele acrescentou isto para pôr às claras as diferenças em relação aos regimes totalitários, como se tornou do conhecimento de todos com a exposição das misérias do regime nazista com o fim da guerra popularizadas pela imprensa e pela análise de intelectuais a respeito¹⁷⁷. A desconfiança e medo do comunismo também se tornavam evidentes, visto como uma ameaça constante.

É preciso entender a ênfase de Cunha e Silva sobre as qualidades da democracia social. Nas duas décadas após a Segunda Guerra, em parte da Europa e em alguns poucos países fora dela, considerados desenvolvidos, muitas pessoas acreditavam que “os tempos tinham de fato melhorado”¹⁷⁸. As experiências limites dos tempos de guerra contribuíram para a sensação de que aqueles eram tempos promissores. Segundo Hobsbawm, “recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro”¹⁷⁹. Influenciado pelo mote da recuperação plena da guerra e pelas tensões entre o mundo capitalista e comunista, o que significava “deixar para trás o medo de revolução social e avanço do comunismo, herança da guerra e da Resistência”¹⁸⁰, nesses países as políticas públicas comprometidas com o pleno emprego, a constituição de uma rede de seguridade social e previdenciária, o combate à desigualdade econômica e a emergência de um mercado de consumo de massa foram vistas com grande prestígio, pois considerados atributos de uma sociedade detentora de uma riqueza popular. Aquelas eram políticas valorizadas também num momento de crescimento vertiginoso da população das cidades, quando uma virada influenciada pelas promessas e expectativas de melhores condições levou o modo de vida urbana a prevalecer sobre o rural. Hobsbawm analisa que esta foi, para os países Europeus, “a

¹⁷⁷ Um dos grandes intelectuais brasileiros na época, Josué de Castro, no livro *Geografia da Fome*, deixava bem claro o seu lugar de fala. Justificava sua postura ao escrever o livro com tintas negras, pois falava a partir de uma “atmosfera abafada pela fumaça das bombas e dos canhões” (p. 19). Ele apresentava as mazelas expostas dos governos nazistas que, como afirmava, para se sustentarem no poder conquistado em diversos países, utilizavam-se da propaganda de uma “prosperidade inexistente”, com o intuito de evitar a exposição da “fome [que] participava dos destinos de seus povos” (p. 12). CASTRO, Josué de. *Geografia da fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

¹⁷⁸ HOBBSAWM, Eric J. Os anos dourados. In: *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 253.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 254.

¹⁸⁰ *Id. Ibid.*

mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século [XX], e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”¹⁸¹.

A fala de Francisco Cunha e Silva se ancora em certo sentido nesse conjunto de expectativas de benesses sociais vividas no período, reunidas como características de um governo socialdemocrata, ainda que não concordasse que aqueles eram tempos melhores em relação ao passado considerando o seu lugar de fala: uma pequena capital de Estado no Nordeste do Brasil. Continuando suas ponderações, Cunha e Silva enfatiza que tanto os governos republicanos quanto as monarquias poderiam utilizar a democracia social, pois ela se aplicaria bem a essas formas de governo, como bem exemplificava o caso da Suécia, que era uma monarquia e vinha se aperfeiçoando cada vez mais com essa política. O que Cunha e Silva pretendia ressaltar – ao fazer uma crítica política bem geral, falava também da realidade brasileira e piauiense, mesmo sem deixar isso explícito – era o fato de a democracia social primar pelo bem-estar social. A ideia de progresso que defendia era a de um progresso fruto de políticas sociais nascidas da concessão de direitos, considerados por ele como fundamentais: a proteção da dignidade humana, o fim da pobreza (ou melhor, o seu ocultamente, recolhendo os pobres em abrigos longe dos olhares de todos e assistidos), a igualdade de oportunidades e a assistência. Como ele analisava:

O que a democracia social advoga principalmente é a elevação do padrão de vida do povo, é a prática da verdadeira justiça social, afim de que não surjam desigualdades econômicas, nem se veja, nas cidades e nos campos, o pauperismo a se estorcer nas aflições da fome, da miséria, da sub-nudez e das doenças. O homem não pode ser tratado como criatura desprezível só porque não possua bens de fortuna. O estado não pode ficar indiferente às injustiças sociais, pois onde estas existem mais facilmente se verificam as perturbações políticas de caráter subversivo.

Nos países de democracia social não se vêem indigentes esmolando pelas ruas de cidades e povoações, pois os mesmos ficam obrigatoriamente abrigados em asilos, onde não lhes falta nada. A educação e a cultura, nos países de democracia social, constituem a maior preocupação do Estado, visto como nada se realiza de eficiente no setor social sem a generalização da cultura em todas as camadas sociais.¹⁸²

Vivendo a pobreza e todas as dificuldades que ela implicava, o povo poderia se insurgir contra o Estado não atento ao bem-estar da coletividade, esta era a leitura feita por Francisco Cunha e Silva, alertando para um estado de insegurança política. Diante da propaganda de regime promotor da igualdade entre os homens e defendendo o fim da

¹⁸¹ HOBBSAWM, Eric J. Os anos dourados. In: *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 284.

¹⁸² CUNHA E SILVA, Francisco. Democracia Social. *O Dia*, Teresina, Ano II, 20 /01/1952.

propriedade privada, entendida como o símbolo das misérias do capitalismo, o comunismo tornava-se uma ameaça, como frisava Francisco Cunha e Silva, pois o povo, reconhecendo a sua condição de pobreza, poderia ver nele a solução de suas carências e, assim, revoltar-se em perturbações de “caráter subversivo”.

Por isso a ênfase, ou melhor, a defesa de que por estas paragens os condutores do Estado deveriam adotar os princípios do bem-estar social. O Estado inspirado pelos preceitos da democracia social, quando primasse pelo progresso social, resolveria os problemas do povo, sobretudo da gente pobre, mantendo e subvencionando a assistência social em sentido amplo. Nesse sentido, afirmava que

O progresso social sobrepõe-se ao individualismo egoísta e interesseiro ainda predominante na maioria das nações, por culpa, não dos povos, mas dos seus dirigentes e condutores políticos, cuja mentalidade conservadora e arcaica considera as questões sociais como caso de polícia ou como simples manifestações de desocupados e masorqueiros... Por causa então de tão errônea concepção política é que em alguns países se processaram reformas sociais depois de tremendas guerras civis, quando podiam ser feitas pacificamente, como obra de evolução e de progresso.¹⁸³

Aqui é possível observar o modo pelo qual o autor identifica a conduta dos gestores públicos. Com concepções retrógradas, diante dos pobres agiam a partir do entendimento prévio de que as demandas eram ilegítimas, ao conceber tais sujeitos como desordeiros, desocupados e propensos ao crime. Fica visível, ainda, a relação que o autor estabelece entre a *democracia social* e o *progresso social*. A democracia social é o meio pelo qual se atingiria o progresso social, entendido como a elevação gradual do padrão de vida e da conquista de direitos, rumo à equalização de diferenças e distinções sociais. Cabe esclarecer o valor atribuído à ideologia do progresso e o seu sentido na fala de Francisco Cunha e Silva. Segundo Jacques Le Goff, o *progresso*, como uma ideologia que orienta o pensamento sobre a sociedade, e a sua contra-ideologia, a *reação*, aparecem no vocabulário político ocidental com a Revolução Francesa, considerando-se reacionários aqueles que eram hostis à ideia de progresso social resultante da Revolução consubstanciada no ideário de liberdade, igualdade e fraternidade¹⁸⁴. No século XX, o termo progresso adquiriu valor como “ídolo do século”, imperando e regulando “a ideia de civilização ocidental”, expressando um modo de vida considerado superior do ponto de vista do deleite da vida material e cultural. O termo pode ser

¹⁸³ CUNHA E SILVA, Francisco. Democracia Social. *O Dia*, Teresina, Ano II, 20 /01/1952.

¹⁸⁴ LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 232.

encontrado em pares como: “civilização e progresso”, “ordem e progresso”, “liberdade e progresso”, “democracia e progresso”. O valor do termo progresso reside no fato de que implica “uma interpretação da história que considera que os homens avançam mais ou menos depressa, mas em geral bastante lentamente, numa direção definida e desejável (implica pois como finalidade a felicidade) e supõe a indefinida continuação desse progresso”¹⁸⁵.

Considerando isto, relacionar democracia social e progresso social era pôr em evidência as variáveis da equação, fazendo funcionar a crítica que exigia uma mudança de postura dos governantes, vistos como os verdadeiros responsáveis pela solução das genéricas “questões sociais” e, assim, avançar para outro estágio de desenvolvimento desejado. Tais questões sociais deveriam ser tratadas com atenção pelo Estado, pondo em relevo ações de proteção que levariam ao bem-estar coletivo. Seriam atitudes progressistas todas aquelas que visassem elevar o padrão de vida da população, erradicar a fome e a miséria, fomentar a assistência aos mendigos, aos idosos e aos doentes, que valorizasse a educação e a cultura pondo-as ao alcance de todos, enfim, dissipar desigualdades sociais que separavam radicalmente ricos e pobres, como argumentou. Esta não deixava de ser uma crítica de Cunha e Silva endereçada ao prefeito municipal, João Mendes Olímpio de Melo, eleito pela União Democrática Nacional, de um partido de direita e de tendências liberais. Uma crítica também ao governador do Estado, Pedro de Almendra Freitas que, embora vinculado ao Partido Social Democrático, não governava, segundo a crítica geral do cronista, a partir dos pressupostos ideológicos apresentados na crônica e em desalinho com a própria designação do seu partido. Ambos com limitadas ações de relevo, como poderia se constatar nas ruas de Teresina e no marasmo vivido pelo Estado.

Essa preocupação com o bem-estar da população e com o progresso social que essa postura política representaria foi novamente discutido por Francisco Cunha e Silva em março de 1953. No artigo “Cultura Popular”, o autor desenvolveu sua crítica a respeito do progresso tomando como pretexto o tema educação e cultura no Brasil, anunciado como um tema fundamental e que deveria ser atentamente cuidado pelos poderes públicos. Entretanto, como afirmava o autor, “o governo do Brasil tem-se descuidado da instrução do povo, sobretudo do povo pobre”¹⁸⁶. Para ele, em decorrência disto, o país sofria as consequências da deficiência cultural em todas as camadas da população, uma vez que 40% dela era analfabeta. Isso ainda era mais expressivo quando verificava a situação das regiões rurais do país. De

¹⁸⁵ LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. In: *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 264.

¹⁸⁶ CUNHA E SILVA, Francisco. Cultura popular. *O Dia*, Teresina, Ano III, 29/03/1953.

fato, contrastes abismais marcavam os índices de alfabetização no Brasil. Alguns dos melhores índices de letramento estavam no centro econômico e político do país. O Rio de Janeiro, como capital da República, gozava de uma posição de destaque em termos relativos em relação ao contingente populacional letrado, com 77% de seus habitantes alfabetizados, seguido pelo Estado de São Paulo, com 52% em 1940 e 59% em 1950. No sul do país, o Estado de Santa Catarina tinha uma população alfabetizada de 49% em 1940 e 56% em 1950. Já o Estado do Espírito Santo, na então região Leste do país, com uma população absoluta de 621.726 habitantes em 1940 e 710.762 em 1950 (números semelhantes ao Estado do Piauí), possuía em termos relativos uma população alfabetizada de 39% em 1940 e 41% em 1950.

O fosso se aprofunda quando consideramos os Estados do Nordeste. Ceará e Pernambuco apresentavam os melhores índices da região, o primeiro com 26% de alfabetizados entre 1940 e 1950, o segundo com 25% em 1940 e 27% em 1950. Entretanto, apesar de possuírem os melhores índices, eles eram apenas levemente superiores dos demais Estados nordestinos. As piores taxas alfabetização encontravam-se nos Estados de Alagoas, Piauí e Maranhão. Alagoas, com uma população de 803.683 habitantes em 1940, possuía 19% de alfabetizados. Em 1950, com uma população de 909.978 habitantes, 20% eram alfabetizados. O Estado do Piauí possuía uma população de 674.588 habitantes em 1940 e uma taxa de alfabetização de 19%, realidade que pouco mudou em 1950, quando a taxa de alfabetização teve leve crescimento (21%). Já o Maranhão manteve uma taxa de alfabetização constante entre 1940 e 1950, com 21% de sua população alfabetizada e uma população de 1.334.320 habitantes em 1950. É preciso considerar que os dados eram obtidos em grande medida pela resposta espontânea dos entrevistados na ocasião dos Censos, que consideravam indistintamente indivíduos letrados, com instrução ginásial e até mesmo superior, e indivíduos que possuíam uma instrução elementar, como assinar o nome e reconhecer operações matemáticas básicas. Além disso, os dados apresentados não ponderam a enorme discrepância entre os índices verificados na zona urbana e rural¹⁸⁷ (como podemos observar no caso de Teresina, na Tabela 2 a seguir).

Com o cuidado de precisar sua crítica, o autor do artigo toma como base os dados oficiais de que dispunha. No Piauí, o censo demográfico de 1950 traçava bem o quadro de

¹⁸⁷ Não tivemos acesso aos dados detalhados por capital ou cidade com população acima de 50 mil habitantes, sobretudo em relação aos quantitativos de alfabetização entre as zonas urbana, suburbana e rural. Apenas os dados referentes à cidade de Teresina foram localizados na Síntese Demográfica disponível no Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito. Os censos referentes às demais capitais não foram encontrados na base de dados do IBGE, disponível no endereço eletrônico: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

pobreza a partir da instrução da população quando comparadas as zonas urbana, suburbana e rural de Teresina, capital do Estado, conforme o quadro abaixo:

Tabela 2 - Instrução da população de Teresina segundo a idade e situação do domicílio

GRUPO DE IDADES (anos completos)	Total	Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
		Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
5 a 9 anos	12.005	822	1.863	426	2.846	108	5.940
10 a 14 anos	11.069	2.308	640	1.689	1.393	570	4.469
15 a 19 anos	10.172	2.588	584	1.723	986	797	3.494
20 a 24 anos	9.266	2.320	629	1.572	1.097	716	2.932
25 a 29 anos	7.519	1.866	536	1.102	1.075	538	2.402
30 a 39 anos	11.409	2.419	879	1.518	2.078	626	3.889
40 a 49 anos	7.248	1.458	610	815	1.401	394	2.570
50 a 59 anos	4.093	903	374	328	806	203	1.479
60 a 69 anos	2.245	501	245	157	444	113	785
70 a 79 anos	815	175	111	38	183	31	277
Mais de 80 anos	387	53	66	14	101	7	146
Idade ignorada	174	31	33	6	18	4	82
Totais	76.402	15.444	6.570	9.388	12.428	4.107	28.465

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico* (1º de julho de 1950). Estado do Piauí, seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952. p. 25. (Adaptado)

Com base no quadro acima é possível compreender que a preocupação de Francisco Cunha e Silva quando afirmava que o governo brasileiro descuidava da educação e da cultura do povo, principalmente dos pobres (e mais ainda das zonas rurais do país), inevitavelmente passava por uma leitura da realidade piauiense. Embora considerando em sua análise o Brasil como um todo, Cunha e Silva fazia suas críticas a partir do que observava no Estado. Teresina era um exemplo das desigualdades provocadas pelo desleixo dos poderes públicos em relação ao povo e ele tomou como subsídio para sua crítica a dupla competência do mundo letrado: ler e escrever. De uma população de mais de 76 mil pessoas recenseadas, 28.939 sabiam ler e 47.463 não sabiam, ou seja, mais de 62%. Os números mais expressivos entre os que não sabiam ler estavam no subúrbio de Teresina, com 12.428 pessoas e, sobretudo, na zona rural, com cerca de 28.465. É possível notar, ainda, que o problema era endêmico na zona rural, pois em todas as faixas de idade o analfabetismo estava expressivamente presente, sendo o número dos que não sabiam ler sempre maior que o dos

que sabiam. Realidade diferente percebe-se na zona urbana, com números quase opostos aos da zona rural. Por sua vez, o subúrbio da cidade apresenta-se, como é possível observar, algo semelhante a uma zona de transição do analfabetismo, indicando que, caminhando o leitor da zona central da cidade rumo à periferia e zona rural, também verificaria de modo crescente a presença da pobreza na cidade.

Sua crítica, além de mostrar os problemas da educação e do analfabetismo, descrevendo a pobreza que isso representava, não poderia deixar de ressaltar o prejuízo causado à cultura do povo brasileiro. Segundo ponderava, “o nível cultural é baixo em todo o Brasil” o que era considerado preocupante tendo em vista que se tornava um entrave para o progresso do país. Nesse sentido, argumentava que:

A porcentagem de crianças e jovens em idade escolar, que nunca conheceram o caminho da escola, é ainda muito elevada. É também avultado o coeficiente de indivíduos semi-alfabetizados, porquanto o ensino primário em todo o país é ministrado aos alunos, cujos pais tem mais recursos e possibilidades para mantê-los nas escolas. E como o pauperismo existe em toda parte do Brasil, são inúmeras as crianças que estão impossibilitadas de ir às escolas, porque os seus pais não podem comprar para elas o livro, a roupa, o calçado, etc. E muitos que fazem o curso secundário e, às vezes, com brilhantismo, não podem ingressar no curso superior pela situação de pobreza em que se encontram os pais. Além das graves falhas do ensino no Brasil, o que é de se entristecer é o pouco entusiasmo do nosso povo pelas coisas do espírito. O nível cultural é baixo em todo o Brasil. Os sábios e cientistas, assim como os intelectuais em geral, tem menos prestígio e popularidades no seio da massa popular do que os jogadores de futebol e artistas de cinema... Enquanto as bibliotecas estão vazias, os cinemas, teatros, cabarés, bares, cafés, etc., estão sempre repletos de gente de todos os matizes sociais. Só se tem tempo mais no Brasil é para conversar, divertir-se, detratar do próximo, ou senão falar em política, carnaval, jogos e esportes. De coisas sérias e de problemas que interessam à coletividade pouca gente se preocupa. E assim vive o nosso povo na despreocupação das responsabilidades da hora presente, como se o Brasil fosse a Terra da Promissão à espera do *maná* que caia do Céu... Mas a realidade é que, sem trabalho dos brasileiros e sem o aproveitamento de suas faculdades intelectuais, não há milagre que conduza o Brasil a gloriosos destinos. Não pode haver grande nação com o povo inculto, empobrecido e com a máquina estatal desordenada em virtude de não possuir dirigentes que sejam verdadeiramente estadistas.¹⁸⁸

O autor assinala o pauperismo como entrave ao melhoramento intelectual das novas gerações, mas não se detém sobre um dos obstáculos culturais à instrução escolar entre os mais pobres: a compreensão forjada no costume e na tradição de que os filhos, desde muito cedo, devem ser envolvidos no mundo do trabalho (quase sempre informal) – para formação do caráter pessoal (a clássica máxima de que o trabalho dignifica) e reforço do orçamento da

¹⁸⁸ CUNHA E SILVA, Francisco. Cultura popular. *O Dia*, Teresina, Ano III, 29/03/1953.

família, auxiliando no suprimento das necessidades básicas. Para ele, as crianças não iam para a escola pela condição paupérrima dos seus pais que não tinham condições de fornecer os instrumentos para tal, o que não deixa de ser uma análise parcial da questão. É possível também notar que o conjunto das afirmações desemboca como resultado na identificação do prejuízo ao futuro glorioso do Brasil – exortação à grandeza nacional que sustenta a maioria das críticas emitidas e arrematadas pela fórmula que explica o marasmo: povo pobre e sem cultura e gestores públicos sem visão estadista resultam numa nação imobilizada pelo atraso, subdesenvolvida.

O progresso foi pensado através de diversos pontos de vista que sinalizavam o que se pretendia. Assim como havia discursos que falavam sobre o progresso técnico e econômico de São Paulo evidenciando aquilo que estaria ausente em Teresina, havia também aqueles que falavam da esperança no progresso social da capital piauiense na ocasião de seu centenário, momento oportuno para mudar os rumos do Estado em direção ao bem-estar. A crítica recaía sobre a pobreza que em Teresina poderia ser percebida pelo seu provincianismo, pelos desalinhos verificados à altura de seu centenário, pelas desigualdades econômicas e sociais que deveriam ser solucionadas, como por exemplo, o baixo nível de vida dos pobres, a fome, a mendicância, o alto número de analfabetos.

O recém-criado jornal *A Luta*, 06 de julho de 1952, há pouco mais de um mês antes da festa do centenário, publicou uma nota na coluna “Flagrantes da Cidade” no qual criticava a falta de limpeza pública da cidade, colocando este como um problema que exemplificava a todos os habitantes da cidade outra face do estado de pobreza no qual viviam¹⁸⁹. Segundo o jornal, “o teresinense vai acabar convencendo-se de que os serviços de limpeza urbana foram extintos. E tem razão em assim pensar, tais as provas que tem diante dos olhos”¹⁹⁰. Dois elementos estão presentes nesse discurso: o primeiro, a inépcia da gestão municipal em promover o saneamento e higiene pública da cidade, serviços que há muito se apresentavam precários; o segundo refere-se à visibilidade do problema, tendo em vista que qualquer pessoa poderia constatar tamanho descalabro. Mais uma vez a crítica à ação do Estado e a evocação dos sentidos como meios de constatação da pobreza.

As áreas denunciadas há mais de um ano pelo vereador José Patrício Franco por não cumprirem papel no desenvolvimento da cidade, uma vez que eram conservadas “sem proveito real”, estavam paulatinamente tornando-se terrenos baldios, servindo para o depósito de lixo de toda natureza. Embora a ação de jogar lixo nos terrenos baldios seja desempenhada

¹⁸⁹ LIXO, Lixo, lixo. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

¹⁹⁰ *Id. Ibid.*

pela população que morava no entorno, a nota do jornal alivia a culpa do povo argumentando que aquele era “o único recurso que encontra para se livrar dele uma família em cuja casa não aparece, dias seguidos, o lixeiro”¹⁹¹. A nota do jornal sequer faz especulações ou cobra esclarecimentos acerca da ausência da coleta de lixo, o que ressalta o sentido da crítica em atacar a gestão municipal, resumindo-se a enumerar os locais onde havia terrenos baldios servindo de depósitos de lixo: “Campo de Marte, Praça Landri Sales, Rua Firmino Pires (proximidades do posto Ford), Rua Campos Sales (onde se atiram cascas de arroz pilado, oriundos de uma fábrica de beneficiamento próxima) e tantos outros”¹⁹², todos situados no Centro da capital e no seu entorno.

A crítica à gestão municipal fica mais direta quando, na mesma edição do *Jornal A Luta*, a sujeira da cidade é apontada como culpa única do prefeito João Mendes Olímpio de Melo, pois insistia “na teimosia de não mandar limpar a cidade, a fim de que, por ocasião dos festejos do centenário, os visitantes possam levar daqui, pelo menos, a impressão de que não somos sujos”¹⁹³. Diferente de outras falas onde o olhar dos cronistas, intelectuais ou de qualquer um que observasse a cidade (que sequer teria de se esforçar em aguçar a visão) seria capaz de constatar suas misérias, aqui era o olhar do outro sobre Teresina que estava posto em destaque. O receio da visão e leitura que o outro teria da cidade e dos que a habitavam contribuía para a tensão em relação ao estado da cidade naquele momento e a administração municipal.

A matéria do jornal *A Luta* busca desqualificar a gestão de João Mendes Olímpio de Melo. Seus argumentos são postos em ação através da comparação da gestão de João Mendes, em pleno período democrático, e a gestão de Lindolfo Monteiro, no ainda recente passado ditatorial. Conforme argumenta o jornal,

A praça Rio Branco, por exemplo, ponto para onde converge a nossa gente nos dias de festa e que sempre foi olhada com muito interesse pelas administrações passadas, nenhuma atenção mereceu, até agora, do Dr. João Mendes.

Ao tempo da ditadura, na administração do Dr. Lindolfo Monteiro, o elegante logradouro foi convertido em jardim.

Os que nos visitavam elogiavam os esforços do prefeito para manter a cidade sempre limpa.

Naquele tempo, o interesse do chefe do executivo municipal, neste particular, de tal maneira se acentuava que a prefeitura mantinha um corpo bem organizado de funcionários para o trabalho de conservação e fiscalização do Parque da Bandeira (hoje convertido em antro imundo para

¹⁹¹ LIXO, Lixo, lixo. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

¹⁹² *Id. Ibid.*

¹⁹³ TERESINA de ontem e de hoje. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

namoricos proibidos), das praças Pedro II e Rio Branco e do Parque de Diversões das Crianças, localizado na praça João Luiz.

Mas o tempo mudou...

O Dr. Lindolfo Monteiro deixou a prefeitura. E vários prefeitos desfilaram de lá até os nossos dias cuja capacidade administrativa apenas consistiu em destruir a obra edificante do último prefeito da ditadura, incontestavelmente um dos melhores de quantos honraram o elevado posto.

A verdade a este respeito surge aos olhos de todos no descaso, no abandono a que Teresina foi atirada.

A higiene fugiu, a limpeza correu apavorada ante a avalanche de sujeira que invade as nossas praças, as nossas principais ruas e que aumenta todo dia que passa.¹⁹⁴

Lindolfo do Rego Monteiro exerceu o cargo de prefeito de Teresina entre os anos de 1936 e 1945, alçado a condição através da indicação do interventor Leônidas de Castro Melo, que governou o Piauí entre 1935 e 1945. A argumentação do jornal tinha uma razão constatável pelo olhar daqueles que viveram a década de 1930 e 1940. Como assinalamos no capítulo anterior, o espaço urbano de Teresina teve uma rápida transformação nos anos 1930. Logo que assumiu a prefeitura, em fevereiro de 1936, Lindolfo Monteiro envidou esforços no sentido de urbanizar a cidade¹⁹⁵. A menção feita à conversão da Praça Rio Branco em jardim pode ser observada nas figuras 3 e 4 deste estudo, que mostram a execução de obras que visavam dar um aspecto salubre e urbano à cidade, utilizando-se de traços que evidenciavam os signos do moderno e civilizado, a exemplo do ajardinamento dos logradouros públicos.

O anseio em tornar Teresina uma capital alinhada à modernidade através da urbanização informa a crítica. O fato de Lindolfo Monteiro ter executado muitas obras na capital ia de encontro com o estado dos logradouros públicos observados pelos contemporâneos, daí a conclusão de que os tempos haviam mudado e, por sua vez, o apreço ao governo ditatorial e o descrédito ao governo democrático que não cuidava da cidade e do bem-estar do seu povo.

Cerca de um ano e meio antes das afirmações de Francisco Cunha e Silva e um ano antes da crítica do Jornal *A Luta* em relação ao estado da limpeza pública em Teresina, o jornal *O Dia* publicou uma matéria que deu título às genéricas questões sociais tratadas de modo fragmentado em diversas crônicas: “As misérias de Teresina”¹⁹⁶. Esta crônica compunha uma coluna sugestivamente intitulada “Pontos de vista”. Nela o termo miséria

¹⁹⁴ TERESINA de ontem e de hoje. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

¹⁹⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Teresina: Edufpi; Imperatriz, MA: Ética, 2010, p. 195.

¹⁹⁶ AS MISÉRIAS de Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 19/08/1951. Texto não assinado cuja responsabilidade pode ser atribuída ao redator-secretário, Buggy Britto, e ao diretor do jornal, Raimundo Leão Monteiro.

surge como forma de ressaltar a agudeza dos problemas da cidade. Não se tratava apenas de falar de um estado de carência humana extrema que pudesse situar o indivíduo numa condição de pobreza em alto grau. Tratava-se, antes de tudo, de uma expressão carregada de um conteúdo que pretendia denunciar o estado crítico no qual a sociedade se situava, posicionando-a diante do abismo, distanciada do mundo civilizado, evidentemente considerado melhor. A presença do pobre era só mais um dos elementos que concorriam para a produção do sentido crítico do momento.

O alvo principal do texto era a existência de mendigos nas ruas da cidade, que demonstravam as suas mazelas e evidenciavam o que o jornal pontuou como a ausência de progresso social, ou melhor, o caminho reacionário que estava sendo tomado pelos governantes do Estado e da capital. Com um ar nostálgico e para pontuar a crise vivida, logo no início o autor do texto faz elogios ao passado da capital piauiense, capitalizando notoriamente o modo de vida das elites que o levava a considerar os dias gloriosos da cidade, “outrora feliz e menos sofredora”. Segundo ele, em todo o Brasil, era aqui “onde melhor se vivia a vida material” e onde “fatos notáveis” marcaram época na vida intelectual piauiense. Uma cidade que, no passado, teve uma vocação progressista. Contudo, em algum momento que o articulista não precisou bem, remetendo-se apenas ao presente, houve um desvio no caminho do progresso e a crise sem precedentes se instaurou. É possível perceber que, em grande medida, tal estado de coisas é atribuído às ingerências dos governantes. Como assinalou,

[...] não há [como] negar, é [hoje] uma terra quase que inóspita. Invasa por uma legião de famílias do interior que a política ‘do peito’ importou cheia de milhares de mendigos que para aqui se arrastaram até mesmo dos longínquos sertões da Paraíba, e de milhares de aventureiros e outros que aqui encontram vida fácil.¹⁹⁷

Mendicância e seca eram termos comumente associados nos discursos jornalísticos. Cabe ressaltar que o tema da mendicância surgiu com força ainda maior na imprensa quando, a partir do início de 1951, os anúncios de uma seca mais intensa tomavam corpo. A memória da fome e seus espectros, assim como o formigamento de milhares de retirantes partindo em êxodo do interior dirigindo-se para as cidades maiores agitou a imaginação letrada quando a seca ameaçava mais uma vez “os cinco Estados considerados

¹⁹⁷ AS MISÉRIAS da seca. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/03/1951.

mais miseráveis desta região – Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão e Piauí”¹⁹⁸. A miséria desses Estados tinha uma explicação, segundo o jornal *O Dia*. Para muitos estava “claro e lógico que são mesmo miseráveis, porque vivem na maior letargia agrícola e industrial e distantes, muito distantes, não pela lonjura do sul, mas pela falta de projeção”¹⁹⁹. Todos esses elementos que levavam ao atraso eram postos na conta de dívidas dos governantes.

O adjetivo “inóspita” presente na citação acima tem o sentido não de desqualificar a vida na cidade, mas de expressar o incômodo que a visão da pobreza produzia nos que escreviam na imprensa e naqueles que pensavam como eles. Embora o articulista não situasse o momento no qual tudo começou a piorar, fica visível no texto a dimensão que a seca tomou, devido a grande ênfase que teve na imprensa teresinense. Para o autor do texto a estiagem estaria acendendo o medo da fome e das migrações, tornando-se motivo de preocupação crescente, uma vez que, em busca de auxílios do governo, um costume inserido na história das secas pela política de assistência, chamada pelo jornal com certa ironia de política “do peito”, as capitais dos Estados e as cidades maiores eram os principais destinos dos retirantes. Não sendo atendidos a contento pelos auxílios públicos, eles acabavam perambulando pelas ruas – sobretudo pelas ruas centrais, onde viviam as elites –, pondo-se de mãos estendidas à espera da caridade, como faziam os mendigos.

De maneira particular, e a partir do olhar letrado, a presença dos pobres da seca que se amontoavam de modo degradante nas ruas, expondo as misérias que traziam consigo, provoca uma relação de estranhamento que trataremos mais adiante. Importa dizer, aqui, que uma das variáveis da equação elaborada pelos intelectuais com vistas a interpretar o outro levava em conta a suspeição, pois eram desconhecidos, o que implicava a ideia de potencialmente perigosos²⁰⁰. Com isso, para o jornal, a cidade tornara-se um lugar quase inóspito para se viver, cheia de perigos, e seu passado “menos sofredor” foi obscurecido pelo agravamento do sofrimento e do ambiente forjado pela seca, os quais se somavam à pobreza já existente na cidade. A presença de “uma legião de famílias” foi lida como a presença de “milhares de mendigos” e um elemento intensificador das misérias de Teresina.

¹⁹⁸ AS MISÉRIAS da seca. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/03/1951.

¹⁹⁹ *Id. Ibid.*

²⁰⁰ Segundo Bronislaw Geremek, “o conhecimento partilhado, que incluía tanto o conhecimento dos homens quanto a semelhança dos costumes, [...] da maneira de vestir, produzia uma sensação de segurança. Quem se mostrasse fora desse âmbito de conhecimentos provocava uma sensação de insegurança. [...] Nas sociedades tradicionais a inquietação e a desconfiança em face dos estrangeiros eram atitudes comuns”. GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caím: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9.

Meses depois, no início de 1952, a presença de pedintes na cidade continuava motivando críticas nos jornais. Novamente o jornal *O Dia* dava destaque ao caso dos mendigos publicando duas matérias com a intenção de discutir o assunto. A característica marcante das matérias era o tom veemente com o qual pretendiam evidenciar sua preocupação com as misérias que emanavam da mendicância. Em 06 de janeiro de 1952, o jornal afirmava que, se havia um “problema social” que deveria ser enfrentado com toda a seriedade pelos poderes públicos, a mendicância ocupava um lugar de destaque e impunha certa urgência, pois estava transformando rapidamente “a fisionomia risonha de nossa progressista cidade num vasto abrigo de inválidos, onde cegos, aleijados, crianças desnutridas e mulheres em trapos percorrem diariamente as nossas ruas, implorando a caridade pública”²⁰¹. Ao criticar a mendicância, o jornal acaba por nos colocar diante não só da presença do pobre na cidade, mas de uma prática cotidiana que fazia parte da experiência desses sujeitos. A presença de crianças, mulheres e doentes esmoleres fazia parte de um conjunto de estratégias com vistas a dar efetividade às súplicas e galgar a comoções e a caridade, tendo em vista que a condição física e a fragilidade dos corpos daqueles que reclamavam auxílio eram avaliadas no momento da interpelação, quando o solicitado a ajudar fazia uma leitura dos estereótipos do pedinte, ponderando sobre a pertinência do ato e da concessão da esmola.

Na leitura do jornal, a presença dos pedintes nos variados espaços da cidade era entendida, em síntese, como “o pano de amostra do nosso pauperismo”²⁰². O arremate levava a refletir sobre o peso do “ver” a pobreza. A falta de cultura do povo e os baixos índices de instrução analisados por Cunha e Silva eram entendidos como elementos que denotavam a pobreza nacional e local, mas não estavam necessariamente no campo do observável para os desatentos por não se dar a perceber de imediato, pela visão. A mendicância, por sua vez, era percebida sem qualquer esforço, pois os signos da miséria eram logo identificados pela visão e também pelo olfato, no caso de o mendigo se posicionar próximo, mas fora do campo de visão do observador.

É possível inferir o sentimento de que a cidade que almejava o progresso encontrava-se afrontada pela sua realidade de pobreza. Para muitos críticos, o progresso econômico e urbanístico que se pretendia – por vezes apenas uma maquiagem com a intenção de embelezar a capital, dando a ela uma aparência agradável (“fisionomia risonha”, nas

²⁰¹ A MENDICÂNCIA em Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 06/01/1952. Texto não assinado sob responsabilidade do redator-secretário, Alencar Soares, e do diretor do jornal, Leão Monteiro.

²⁰² *Id. Ibid.*

palavras do jornal) para as festas do seu centenário²⁰³ – não faria sentido se não abraçasse a todos, se não fosse também um progresso social, como observamos na fala de Cunha e Silva sobre a necessária política de bem-estar social. Ao observar o contraste proporcionado pela miséria dos que precisavam mendigar para viver, constatava-se que o problema merecia uma atenção especial, devendo receber um tratamento mais cuidadoso, porque tal estado de misérias possibilitava “inevitavelmente outros [problemas] mais difíceis de serem combatidos”,²⁰⁴.

A reclamada falta de projeção do Estado suscitava críticas em diversos periódicos que tentavam elencar justificativas plausíveis para a não aquisição de recursos para o tratamento das emergências. A conclusão unânime passava pela constatação da falta de prestígio político e econômico. Os discursos ressaltavam o estado crítico e estavam carregados pelo sentimento de indiferença e debilidade que imprimia suas marcas por toda a parte seja na capital e fora dela. O conjunto de problemas urbanos como a falta de luz, de água, de esgotamento sanitário, de segurança pública e outros problemas considerados como “abusos acintosos ao respeito e a ordem social e tudo o mais que se possa imaginar de ruim e nocivo”,²⁰⁵, tornavam-se, naquele momento, provas de que Teresina vinha sendo vítima “de muitas misérias sociais”. Ou seja, a presença dos pobres nas ruas da cidade era um dos muitos elementos que compunham as pendências a serem resolvidas para seguir adiante rumo ao progresso. Tais misérias eram vistas como fomentadoras de uma péssima imagem que repercutia, cobrindo de vergonha os filhos e habitantes da capital que, a partir da ótica dos produtores desse discurso, eram eles mesmos. Aquilo que de imediato justificava as expressões depreciativas “abusos acintosos”, “ruim” e “nocivo” era a presença de inúmeros mendigos nas ruas da cidade. As razões desse incômodo eram observadas no cotidiano da cidade a partir das leituras que faziam dos pedintes, aqui a partir de outros signos. Dizia o jornal que

[...] a pior chaga social que padecemos é a mendicância nos seus aspectos mais dolorosos e irritantes. Doloroso, porque há mendigos absolutamente inválidos e portadores de horrorosos aleijões e defeitos físicos. Irritantes, porque se espalham pelas ruas, bares, cafés, portas de cinemas e outros importantes ambientes sociais, os falsos mendigos, os quais se vestem de

²⁰³ Falava-se na necessidade de apresentar Teresina “vestida como bela noiva dos Reinos Orientais, aos turistas e visitantes que nos hão de chegar” com as festividades do centenário da capital. POBRE Teresina! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, 20/01/1952.

²⁰⁴ A MENDICÂNCIA em Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 06/01/1952.

²⁰⁵ A MENDICÂNCIA urbana. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951. Texto não assinado sob responsabilidade do redator-secretário, Bugyja Britto, e do diretor do jornal, Leão Monteiro.

trapos e um pano sujo à cabeça, e começam, desde que o dia amanhece a importunar o povo.²⁰⁶

Vista como uma “chaga social”, algo que expunha as misérias da sociedade como uma ferida aberta naquilo que compreendiam ser a “ordem social”, ou seja, a suposição justificada pelas referências simbólicas e históricas de que cada pessoa tinha o seu lugar na sociedade e estava autorizada a transitar apenas nos espaços ligados a sua condição social. A presença e circulação de mendigos apresentavam-se como problemas aos olhos daqueles que escreviam nos jornais, pois desafiavam os limites da ordem social. Ao tratarem do assunto nesses termos, podemos observar que o modo como imaginavam as relações sociais operava como uma ferramenta de controle social, controle materializado nas linhas dos periódicos pelo incômodo gerado pela quebra dos limites que informavam a ordem social que legitimavam, como assinalou Bronislaw Baczko²⁰⁷.

A fisionomia do mendigo desagradava dolorosamente o olhar, pois a prática da mendicância suscitava a compaixão pública e a caridade pelos clamores por ajuda, sobretudo, pela exposição do corpo doente, argumento crucial para que todos verificassem sua condição imprestável ao trabalho, uma vez que eram “portadores de horrorosos aleijões e defeitos físicos”. Seria visível, portanto, que se tratava de um corpo que carregava em si as marcas de um passado de sofrimentos.

Além dos corpos “absolutamente inválidos” através dos quais poderia se constatar a penosa sina do pedinte, castigado pela vida hostil, os mendigos tornavam-se também um problema irritante. Isso porque ocupavam com suas súplicas os espaços mais bem frequentados, espalhando-se pelas ruas da cidade, nos “bares, cafés, portas de cinemas e outros importantes ambientes sociais”. A patologia da capital (“chaga social”) ficava evidente na perspectiva dos produtores dos discursos nos jornais quando se fazia presente em ambientes considerados sadios e salubres (do ponto de vista da higiene e do asseio físico), característicos dos espaços identificados com as sociabilidades daqueles que poderiam arcar com seus custos.

Desse modo, além dos logradouros públicos, os espaços de lazer e entretenimento eram os lugares onde se evidenciavam os extremos e as contradições da sociedade, quando a presença de homens, mulheres, velhos e crianças – expondo suas chagas e pedindo dinheiro ou algo com que pudessem amenizar a fome sua e de seus dependentes – produzia uma fissura

²⁰⁶ A MENDICÂNCIA urbana. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951.

²⁰⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, V. 05 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 309-310.

nos ambientes nos quais os ricos e remediados costumavam passar o tempo, como narrou o literato H. Dobal, na obra *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina*²⁰⁸, quando descreve que: “os cafés se enchem de homens, os homens estão cheios de pó e de retórica, discutem política, negócio, amor e a vida dos outros”²⁰⁹. Nos espaços centrais da cidade, havia “praças para os namorados, a quem a polícia não permite muitas expansões, cinemas, a missa dos domingos, os bailes, a cerveja e em qualquer lugar há sempre música de um alto-falante”²¹⁰. É preciso compreender que a mendicância fomenta compaixão e irritação porque, sobretudo, expressa uma espécie de culminância da aparição pública da pobreza. Portanto, o problema não se reduz ao grande número de pedintes, envolvendo a sua difusão pelos diferentes espaços de frequência coletiva. O incômodo do observador é despertado não apenas pelo flagrante dos corpos sofridos, mas por sua livre movimentação, errantes que vagavam em lugares onde sua presença não era bem vinda.

Mesmo não sendo a mendicância um fenômeno novo na história da cidade, o olhar suspeito em relação aos pedintes era sempre revitalizado. A possibilidade de serem “falsos mendigos”, como indicou o articulista, contribuía para isso. Usando “trapos e um pano sujo à cabeça”, sobre eles pairava a desconfiança, o questionamento acerca de sua índole. A possibilidade de serem golpistas com a intenção de enganar, de abusar da boa vontade e da caridade pública, fazendo disso uma profissão, importunando o povo dia após dia, fazia parte da imaginação social. Refletiam e especulavam sobre o itinerário dos errantes pela cidade, e apontavam as zonas como ponto terminal de seu dia de arrecadação. Algumas vezes a “certeza” de que se tratava de falsos mendigos se concretizava, por exemplo, quando muitos deles eram vistos nos subúrbios “no *basfound* divertindo-se à custa dos incautos que ganham com suor e sacrifício incrível”²¹¹, como abordou o jornal. Ao associar mendicância e o uso excessivo de bebidas alcoólicas, farras e orgias, justificavam o fato de que muitos deles buscavam apenas dinheiro fácil, reforçando que a população poderia ser ludibriada por um método de enganação forjado pela mente ardilosa de um falso pedinte cheios de vícios e perigoso.

Em janeiro de 1952, o jornal *O Dia* volta a tratar dos mendigos explorando mais uma vez o mal-estar provocado pela sua errância e ação, reiterando-os como signo de uma patologia social que, pela sua proliferação na cidade, estava assumindo proporções

²⁰⁸ DOBAL, H. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. In: *H. Dobal: obra completa II. Prosa. 2. Ed.* Teresina: Plug, 2007. p. 12.

²⁰⁹ *Id. Ibid.*

²¹⁰ *Id. Ibid.*

²¹¹ A MENDICÂNCIA urbana. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951.

“inacreditáveis e assustadoras”²¹². O problema, portanto, deveria ser discutido com clareza e três pontos foram entendidos como cruciais. Em primeiro lugar, ao se travestir de mendigo para explorar a ingenuidade do povo, tornavam-se não menos que um caso de intervenção policial. O mote aqui residia na ideia de “higienização social”, termo utilizado pelo jornal *O Dia* para indicar que a mendicância deveria ser reprimida imediatamente por se tratar de um crime previsto em lei (por isso um caso de polícia), meio legítimo pelo qual se processaria a limpeza da cidade, extirpando um mal que acometia a Teresina.

Em segundo lugar, para fortalecer e justificar a ideia anterior, elencavam os atributos que construía a imagem daqueles sujeitos como antissociais: “inescrupulosos, indolentes, desajustados, não afeitos ao trabalho” que, sob a aparência de pedintes, viviam “à tripa forra”, enquanto os realmente necessitados morriam à míngua sem nenhum auxílio. Aqui podemos observar que consideravam a existência, de fato, de pedintes realmente necessitados. Nesse sentido, por fim, instauravam a imperiosa necessidade de separar o joio do trigo. A distinção entre os que mendigavam por indigência e os falsos mendigos cabia à polícia. Para isso, as autoridades policiais deveriam seguir as medidas já tomadas em outras capitais do Brasil, mantendo “um posto de matrícula destinado a fichar todos os pedintes”, exigindo deles “provas concretas e suficientes de sua pobreza, suas condições de vida e outros pormenores” que se fizerem necessários à manutenção de auxílios ou, ainda, para o encaminhamento às instituições assistenciais²¹³, caso contrário, para a cadeia. É notória, portanto, a ideia na qual cabia ao Estado, através da polícia, distinguir os verdadeiros dos falsos pedintes. Isso mostra a incorporação desse princípio à imaginação social que, por sua vez, informava e legitimava como uma demanda da sociedade, ou da parte letrada dela, a exigência do exercício do poder público para reconhecer e atestar a pobreza e, a partir daí, vigiar e controlar os pobres.

A terapêutica para a cura daqueles que sob a falsa aparência de miseráveis exploravam o povo estava prescrita na legislação, cujas concepções do crime estavam expressas desde o Código Filipino²¹⁴. No Código Penal republicano de 1890²¹⁵, a mendicância já fazia parte dos crimes ditos como de “Perigo Comum”, assim como se consideravam crimes a embriaguez por hábito e a vadiagem, impondo penas que variavam entre quinze dias e seis meses de prisão. A Lei das Contravenções Penais de 1941, igualmente apresentava a mendicância e a vadiagem como crimes passíveis de repressão, entendidos como crimes

²¹² FALSOS mendigos. *O Dia*, Teresina, Ano I, 20/01/1952.

²¹³ *Id. Ibid.*

²¹⁴ MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros da repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. In: *Revista de História Regional* 3 (1): 87-116, verão 1998. p. 89.

²¹⁵ Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890 (Código Penal). Em especial os artigos 393 a 400.

“relativos à polícia de costumes”²¹⁶. Junto à mendicância, estavam crimes como a vadiagem e a embriaguez, muitas vezes associados aos pobres urbanos que aparentemente não tinham trabalho, apresentavam-se bêbedos e perambulando pelas ruas da capital. Os crimes eram assim tipificados:

Vadiagem

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

[...]

Menicância

Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada:

- a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento;
- b) mediante simulação de moléstia ou deformidade;
- c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos.

[...]

Embriaguez

Art. 62. Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria e alheia:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Parágrafo único. Se habitual a embriaguez, o contraventor é internado em casa de custódia e tratamento.²¹⁷

Só no início desde século, com a Lei 11.983, de 16 de julho de 2009, o artigo 60 da Lei de Contravenções Penais foi revogado. Até então, o Código Penal de 1941 prescrevia a mendicância como prática ilícita e fornecia os subsídios para a argumentação dos letrados, que descreviam esses como criminosos inescrupulosos, indolentes, desajustados e vadios que, portanto, deveriam ser punidos na forma da lei. Assim, os argumentos presentes na vida social que liam tais indivíduos como pertencentes às classes perigosas (e por isso deveriam ser reprimidos) já estava há muito consolidados. Um passo importante para higienizar a sociedade consistia no conhecimento do número e das reais condições de vida dos pedintes que comprovarem ser necessitados. Àqueles que não fornecessem provas satisfatórias de sua condição, seriam enquadrados na letra da lei.

Vadiagem, embriaguez e mendicância eram crimes, embora distintos do ponto de vista legal, comumente ligados aos falsos mendigos, tendo em vista que, em geral, aos olhos

²¹⁶ Decreto-Lei nº 3.688/41. Cf. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1941: Atos do poder executivo (Decretos-leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1942. p. 26-38.

²¹⁷ Artigos 59, 60 e 62 do Decreto-Lei nº 3.688/41.

de letrados e das autoridades policiais, eram desocupados que exploravam a caridade alheia com o fim de entregar-se aos vícios e a embriaguez. Na estrutura do Departamento de Polícia Civil do Piauí, uma delegacia cumpria papel importante na repressão aos falsos mendigos, vadios e bebedores. A Delegacia de Vigilância Geral e Capturas era responsável pelo patrulhamento das ruas da cidade, e por recolher sob sua custódia os indivíduos encontrados em situação suspeita ou denunciados por populares em fato ilícito. No ano de 1950, por exemplo, ela registrou em seu movimento a detenção correcional de 54 pessoas por embriaguez, 42 por vigarismo e 15 por desordem, além de 266 por suspeita de furto, 243 por furto, 57 para averiguações e 55 por motivos diversos não especificados²¹⁸. Embora a sinopse geral do movimento da delegacia não enumere o crime específico da mendicância, entendemos que os supostos falsos mendigos estejam diluídos nas estatísticas entre as categorias de embriagados, vigaristas, desordeiros e na genérica detidos por motivos diversos, devido à comum associação entre vadiagem, embriaguez e mendicância, assim como pela pretensão de pôr fim à existência de mendigos no centro da capital, ainda que através de um apagamento dos considerados “elementos nocivos a sociedade”²¹⁹ das estatísticas.

Na argumentação do jornal, ficava explícita a sua posição de que era preciso tirar os indivíduos mal-intencionados do convívio com o povo honesto e trabalhador, pois os falsos mendigos tinham como estratégia provocar mais compaixão até que os verdadeiros necessitados. O Estado deveria tomar as providências pertinentes para pôr fim à falsa mendicância, enquanto não se atingia aquilo que seria o ideal, ou seja, o fim completo da existência dos mendigos nas ruas de Teresina.

O desejo de acabar com a mendicância apresentava-se muitas vezes como algo irrealizável. Segundo as estatísticas policiais, nos anos iniciais da década de 1950, em contraste com as décadas anteriores, houve um crescimento acelerado do número de menores vivendo nas ruas. Em 1950, foram encaminhados à Justiça estadual 9 menores (7 meninos e 2 meninas) que foram encontrados “perambulando nas ruas da Capital”²²⁰. Em 1951, o número cresceu para 23 menores²²¹ e em 1952 para 33 menores considerados pela polícia como abandonados²²².

²¹⁸ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 28 de fevereiro de 1951, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 28 de fevereiro de 1951. p. 12.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 14.

²²⁰ *Ibid.*, p. 13.

²²¹ PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 21 de abril de 1952, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 21 de abril de 1952. p. 45.

²²² PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 21 de abril de 1953, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 21 de abril de 1953. p. 24.

Em 29 de abril de 1951, o crescimento do número de menores abandonados nas ruas que viviam entre os mendigos foi observado pelo jornal *O Dia*. Ao falar sobre o cotidiano da cidade, denunciou que, em frente à Escola Normal, um pátio localizado nas proximidades da Praça da Bandeira, conhecido popularmente como Bacia, vinha servindo de campo de futebol e de “outros jogos perniciosos à sociedade” pela “infância desbragada de Teresina”²²³. Dizia que os meninos despudorados “não respeitam os transeuntes e dizem obscenidades tremendas a senhoras e senhoritas que por ali passam” quando caminhavam para os estudos na Escola Normal.

Na visão do jornal, tais “irregularidades sociais” ainda eram mais graves, pois, mesmo havendo na cidade três delegacias de polícia²²⁴, “cada uma com o nome mais pomposo”, achavam-se nos coretos do Parque da Bandeira grupos de mendigos compostos por velhos, mulheres e crianças que ali se arranchavam diariamente. Nos coretos, os mendigos pronunciavam improperios e termos de baixo calão, e, como era do conhecimento de todos, “às vezes se engalfinham em lutas físicas, magoando as chagas que os deformam, chegando até se esfaquearem”²²⁵.

O jornal chamava atenção das autoridades competentes, do Chefe de polícia, dos seus delegados auxiliares e até mesmo do Governador do Estado, Pedro Freitas, quanto às perturbações provocadas pelos mendigos, pois tais abusos ocorriam “defronte à Assembleia Legislativa; à Prefeitura; à Escola Normal; à Igreja do Amparo; ao Tribunal de Justiça e à casa do Secretário Geral do Estado”²²⁶. Ou seja, em todos os lugares, inclusive os revestidos pela autoridade pública. Na leitura do jornal, isso acabava significando uma afronta aos poderes públicos e uma reafirmação de que viviam mesmo tempos de crise, onde misérias sociais das mais graves cercavam a cidade. Por isso mesmo deveria inspirar mais atenção das autoridades no sentido de “reprimir o mal”, “reprimir o abuso em defesa da ordem pública”, uma vez que tais misérias se alastravam rapidamente pela cidade, como anunciava o jornal. O termo “miséria”, portanto, facilmente se desloca da reflexão em torno das privações materiais para o campo da moralidade, como podemos inferir a partir dos discursos da imprensa. Os comportamentos considerados incivilizados (promíscuos, agressivos, etc.) eram lidos como um “mal” que carecia do braço forte do Poder Público para ser suprimido do olhar, tendo em

²²³ COM a polícia. *O Dia*, Teresina, Ano I, 29/04/1951. Texto não assinado sob responsabilidade do redator-secretário, Bugyja Britto, e do diretor do jornal, Leão Monteiro.

²²⁴ Tratava-se das Delegacias de “Vigilância Geral e Capturas”, de “Segurança Pessoal e Ordem Pública” e de “Trânsito e Costumes”.

²²⁵ COM a polícia. *loc. cit.*

²²⁶ *Id. Ibid.*

vista que, ao que parece, bastava empurrar os pobres para longe das vistas dos expectadores, fazê-los ausentes de lugares considerados importantes e destinados às sociabilidades.

As diferentes maneiras pelas quais os pobres viviam sua pobreza eram observadas e anunciadas na cultura letrada como elementos capitalizadores da crítica e do estado de emergência, entretanto, eram problemas não apenas da sociedade teresinense que, como qualquer outra cidade, vivia as implicações próprias às carências da vida material, educacional e social. Os jornais da cidade construía narrativas opiniosas sobre as informações, pesavam no tem de denúncia ao tempo em que buscavam formar opinião entre seus leitores sobre os problemas que julgavam ser de difícil solução.

Dentre os muitos problemas julgados sem solução da cidade estava a prostituição, porque, como diziam, resultavam “na sua maior parte, do desnível gritante das condições de vida existentes nas classes menos favorecidas da fortuna”²²⁷, condições que também poderiam levar à mendicância. A prostituição era uma prática conhecida e fazia parte do cotidiano. Ela se tornava um problema quando entediam que ela inevitavelmente expressava a pobreza.

A historiadora Maria Mafalda de Araújo ressalta esse aspecto do problema afirmando que a prostituição muitas vezes resultava das inúmeras dificuldades cotidianas de sobrevivência que levava muitas mulheres a complementar seus baixos ganhos com o meretrício. Muitas dessas mulheres pobres se prostituía “na surdina”, ocultando ao máximo sua condição, pois muitas delas eram casadas, mães e/ou menores. A prostituição dessas mulheres, segundo a historiadora, estava intimamente ligada à pobreza na qual viviam²²⁸.

Em estudo recente sobre a prostituição em Teresina entre as décadas de 1930 e 1970, o historiador Bernardo de Sá Filho mostra que havia um verdadeiro “circuito do prazer erótico” espalhando-se do centro para os subúrbios da cidade, com ambientes que transitavam entre a boemia das elites e os divertimentos marginais dos mais pobres. Segundo ele,

O circuito do prazer erótico iniciava-se na rua Paissandu e adjacências. Era a zona mais boêmia e mais estruturada, constituída dos cabarés mais famosos, clientes mais endinheirados e mulheres mais sedutoras. Ligada à [rua] Paissandu e contrastando como ela em infra-estrutura, encontrava-se na Barrinha, à beira do rio Parnaíba, outro território de prostituição conhecida como Palha de Arroz. Prosseguindo, chegava-se à Lucaia, Barroão, Cajueiros, Planalto da Vermelha e Capelinha de Palha, bairros pulverizados de pequenos e paupérrimos prostíbulo, alguns abertos publicamente, outros, disfarçados, onde se praticava a prostituição clandestina. Ao chegar- ao bairro Piçarra, encontrava-se a segunda maior zona de prostituição denominada de Morro do Querosene, cujo eixo central era formado pelas ruas Santa Luzia e

²²⁷ A MENDICÂNCIA em Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 06/01/1952.

²²⁸ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 61-62.

Tersando Paz. Pequenos prostíbulo pontuavam as margens dos trilhos do trem até chegar à Estação Ferroviária de Teresina onde, por trás, existia um outro aglomerado de prostíbulo bem paupérrimos conhecido por Móio de Vera. Seguindo a estrada de ferro, chegando-se ao bairro Mafuá, o acostamento para o rebaixamento dos trilhos era chamado de “corte”. Ali se concentrava um conjunto de pequenos cabarés formando outro baixo meretrício, chamado por alguns de “Canal de Suez”, por outros, de “Caco de Vidro”. Um pouco mais adiante, no bairro Matinha, existiam outros prostíbulo, fechando o ciclo com um cabaré conhecido como Cai N`Água, à margem direita do rio Parnaíba. Fora desse círculo, existiam outros espaços da prostituição, todos com nomes bem pitorescos: o Quebra-chifre, o Ralice ou Rala-Pau, no Matadouro; a Ena, no Morro do Urubu; o Brasília na Ilhota e o Purgal, nas imediações da sede do River Atlético Clube. Partindo-se do centro da cidade para a periferia, em todas as direções deparava-se com lugares da prostituição.²²⁹

O crescimento dos espaços de prostituição nos subúrbios da cidade acompanhava seu crescimento populacional, urbano e as diferenças sociais, como faz notar a descrição do historiador. A pobreza que levava à mendicância também levava à prostituição e as mulheres aliciadas ao meretrício pela sua condição de pobreza, muitas delas ainda meninas, eram maioria nas zonas.

A mendicância e a prostituição que se espalhava por todos os espaços da cidade, do centro à periferia, era apenas uma das muitas formas pelas quais a pobreza se apresentava na cidade. Como muitas vezes afirmava a imprensa local, era a expressão do pauperismo e dos contrastes sociais observados na cidade. A emergência atribuída ao tema da pobreza em todas as suas formas, em tempos de seca, nas expectativas do centenário de Teresina e após uma longa convivência com a pobreza, deixa entrever um cotidiano marcado pela presença dos pobres, de inválidos, cegos, pedintes, crianças, mulheres e velhos. Acreditamos que essas críticas, carregando um pouco mais nas descrições da pobreza com a intenção mesmo de intensificar a crítica ao governo, seja da cidade, seja o Estado, fornecem imagens verossímeis do cotidiano. Falava-se, por exemplo, que tal estado de coisas evidenciava “a realidade absoluta dos dias que correm, a miséria campeando em todos os lares humildes e desprovidos de amparo, o contraste flagrante entre os que possuem o pão certo de cada dia e os que não o possuindo se situam no ponto terminal da escala econômica da vida humana”²³⁰. O tom trágico pelo qual narravam aquele tempo deixa emergir uma leitura marcada pela ideia de que se vivia um tempo de crise coerente com a realidade observada. O desejo de caminhar rumo

²²⁹ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2006, p. 66-67. Grifos no Original.

²³⁰ A MENDICÂNCIA em Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 06/01/1952.

ao progresso e do moderno imprimia nas mentes dos intelectuais que escreviam nos periódicos modelos de sociedade cunhados para além dos limites de Teresina e que eram marcados pelo contraste em relação à realidade vivida no presente que, por sua vez, foi construída historicamente sob o signo da pobreza.

2.2 Crise e pobreza na Seca de 1951-53

Ver os pobres em sua errância pela cidade provocava incômodo entre os letrados, como pudemos observar linhas acima. A pobreza material e moral, na leitura feita pela cultura letrada, eram evidências da crise. Com a ocorrência de mais uma estiagem no Nordeste, entre os anos de 1951 e 53, a imprensa teve outro objeto empírico para exercitar a observação e a interpretação acerca da pobreza. Sobre os sertanejos que ocupavam as ruas de Teresina em busca de auxílios em decorrência da calamidade desencadeada pela ausência de chuvas, produziam leituras em relação a sua movimentação, aglomeração e demais estigmas que caracterizavam a miséria da qual eram vítimas. Este era um aspecto da leitura feita pela imprensa: a princípio, todos os retirantes eram vítimas da ingerência do Estado que não atendia as necessidades dos frágeis trabalhadores rurais que tudo perderam com o implacável desprezo dos céus, de onde não caía sequer uma gota d'água. Pressuposto este que informava a produção de leituras sobre a pobreza oriunda da seca, nas quais os intelectuais levavam em consideração o que viam com os próprios olhos na cidade e aquilo que imaginavam a partir de notícias que vinham de fora dos domínios de Teresina.

Em janeiro de 1952, Solon Lustosa, prefeito de Parnaguá no sul do Estado, escreveu aos jornais de Teresina para descrever a situação calamitosa do seu município. Ao apresentar como extraordinário o “pânico causado aos habitantes das regiões assoladas” após meses à espera das chuvas, constatava que um “vento bate impetuosamente parecendo querer arrastar os últimos fragmentos de fé que nos restam”²³¹. A seca de 1951-53 expôs novamente a dimensão do problema no sertão nordestino. Na capital Teresina, a todo o momento chegavam notícias de fome e misérias decorrentes da forte estiagem em diversas cidades e povoados do interior do Estado.

Em Parnaguá, assim como em muitas outras cidades pequenas no interior do Nordeste, os vaqueiros e os lavradores presenciavam a destruição do pouco que tinham, de

²³¹ LUSTOSA, Solon. O tempo e a fatalidade... *Jornal do Comércio*, Teresina, 12/01/1952.

rezes aos roçados geralmente cultivados dentro de propriedades de terceiros, arrendadas em pequenos lotes para o trabalho familiar de subsistência e venda do excedente de produção. Concluindo que já não podiam mais labutar a terra e cuidar da criação, pois naquele momento permanecer ali era arriscado demais, muitos deles acreditavam que a única maneira de escapar da fome era migrar para locais onde imaginavam como certo receber auxílios. A fome tomava proporções crescentes, na visão de Solon Lustosa: “o povo em geral se agita, perde a esperança de bom tempo, propala o terror, começa a emigração; famílias já começam [a] abandonar seus lares”²³². Os destinos apontados para os retirantes eram principalmente o sul do país, sobretudo São Paulo, e os Estados de Goiás e Maranhão, por não sofrerem tanto a seca. Entretanto, os que não tinham forças para sair de suas terras em busca de vida nova noutras cidades, esperavam pelo fim que se desenhava, ou seja, a morte ou, por obra de um esperado milagre, a ocorrência de chuvas que tivesse a capacidade de esverdear os campos na medida exata. Como afirmava o prefeito Solon Lustosa, “fazem-se de encorajados e tímidos esperam pela misericórdia divina, monologando sobre o desfecho fatal depois de despojados pela seca, os seus bens labregos, criação e etc...”²³³.

Solon Lustosa falava da urgência que a situação pedia e questionava sobre por que os representantes do Estado no Distrito Federal não remediavam os problemas do seu município, mantendo uma postura conformada diante da calamidade. Ao salientar isso, reiterava o papel que a imprensa assumiu ao longo dos anos, seca após seca, como dispositivo de pressão das autoridades com menor envergadura de ação, no sentido de garantir providências para o enfrentamento das estiagens. Uma estratégia que foi utilizada por jornalistas, intelectuais e, sobretudo, por políticos (como é o caso do prefeito Solon Lustosa) para criticar a incúria dos parlamentares, divulgar os problemas de pequenas localidades e, em troca, auferir legitimidade para reivindicar medidas concretas do poder público no socorro aos contingentes mais vulneráveis. Como denunciava Solon Lustosa:

Basta de configurações, não há palavras que possam sintetizá-las. O povo sofre terrivelmente e o mau tempo o ameaça com um futuro ainda mais periclitante. Precisamos remedia-lo [...]. No meu município, os nossos representantes parecem conformados. Será que não veem o sofrimento do povo? Será que não se julgam responsáveis em parte, pelo sofrimento e pelo despovoamento da terra? Ou já lhes faltam as forças do apanágio exclusivo do ser humano? “A palavra”. Ou já não lhes incomoda o sofrimento e o consumatum est? Ou é falta de desprendimento aos interesses da comuna e morbidez de administração?²³⁴

²³² LUSTOSA, Solon. O tempo e a fatalidade... *Jornal do Comércio*, Teresina, 12/01/1952.

²³³ *Id. Ibid.*

²³⁴ *Id. Ibid.*

Como dissemos, a imprensa era um importante meio de pressão política, um instrumento que dava publicidade aos argumentos elaborados por autoridades de pequenas cidades do interior, cidades que possuíam uma capacidade financeira reduzida. Diante de tantos questionamentos, o prefeito solicitava ao governo do Estado, em caráter de urgência, gêneros de primeira necessidade para remediar a situação do povo. Contudo, diz o pedido oficial, não pedia auxílio “como esmoleres inertes”. Tais alimentos não seriam dados pelo Estado como esmolas são dadas a um mendigo de mãos estendidas. Os alimentos, dizia ele, seriam comprados e pagos com o trabalho que seria providenciado pelo governo, trabalho esse que deveria ser condizente com as condições da cidade e em nome do seu progresso.

Carecemos de alívio aos nossos sofrimentos. Não queremos latas de conservas: leite condensado, tóde, ou maisena e etc... Somos rústicos e habituamo-nos ao consumo de carne, feijão, milho, farinha e é exclusivamente o nosso pedido de alimento que dirigimos a quem mui dignamente dirige o Piauí “Exmo. Sr. Pedro de Almendra Freitas”. Não queremos receber o pão como esmoleres inertes, recebendo racionadamente o nosso quinhão daí-nos trabalho e vendeinos aquilo de que carecemos ao alcance dos nossos esforços no trabalho e pelo progresso desta comuna. É este o apêlo e sugestão que apresentamos ao então governador do Piauí pelo povo de Parnaguá.²³⁵

O que as autoridades municipais buscavam com a solicitação de ajuda era em parte evitar as migrações e do despovoamento da pequena cidade assolada pela seca e, sobretudo, o recebimento de recursos que deveriam ser ressarcidos através do trabalho, trabalho este que o governo também deveria providenciar aos pobres do município. Nesse período (anos 1950), quando se verifica um crescimento rápido das capitais brasileiras, tanto em termos demográficos quanto econômicos, a equação que associa despovoamento à estagnação, empobrecimento e atraso é implicitamente impressa na fala do prefeito. O êxodo dos habitantes de cidades como Parnaguá, no interior do Piauí, vivenciado repetidas vezes em secas passadas, era um entrave para o desenvolvimento, pois as estagnava num ciclo de pobreza. Eis a fatalidade que os tempos de seca traziam para a cidade e que o prefeito imprimiu no título da crônica sobre as agruras vividas em Parnaguá.

O jornal *O Dia* colocou-se como um dos principais críticos da seca, denunciando com constância aquilo que considerou como a grave situação que se configurava no Nordeste: o êxodo dos sertanejos. Para o jornal, o Nordeste vivia “a sua hora cruciante” e “o seu drama mais pungente”, pois se estabelecia o “antagonismo doloroso e gritante em que se extremam a

²³⁵ LUSTOSA, Solon. O tempo e a fatalidade... *Jornal do Comércio*, Teresina, 12/01/1952.

natureza e o homem”²³⁶. Diante da seca inclemente, censurava o fato de o nordestino permanecer abandonado à própria sorte, desprezado na sua terra à mercê de um clima semelhante ao das regiões mais áridas do continente africano, enfrentando sozinho “as intempéries das estações, as canículas prolongadas, as febres palustres, o desprezo de seus compatriotas, a miséria e a hostilidade da terra madrasta, quando as chuvas inesperadas não abreviam os seus sofrimentos”²³⁷. Por isso, explicava que quando não chove na terra calcinada, após anos de “esperanças infrutíferas”, o nordestino procura novas paragens. Desse modo, como considerava o jornal, os nordestinos se lançavam muitas vezes “como animais” nas estradas e, assim, ocorriam cenas estarrecedoras, pois os homens válidos abandonavam a terra “em tumultuosas migrações” fugindo da fome e da pobreza extrema.

A frequência das notícias sobre a seca impressiona. Os principais jornais da cidade tinham publicações semanais e em pelo menos duas edições mensais o problema era tratado com destaque, muitas vezes em matéria de capa, outras tantas tomando extensa parcela no interior dos periódicos. De fevereiro a junho e nos meses de setembro a novembro, o problema da seca estava presente em praticamente todas as edições, ainda que seja apenas uma nota para informar que nas cidades interioranas não havia caído uma gota d’água ou que as chuvas não foram profícuas, como a matéria de 25 de fevereiro de 1953 do *Jornal do Comércio*, que lamentava o fato de as chuvas não terem trazido “proveito à lavoura”²³⁸.

Além dos anúncios das misérias e das migrações provocadas pela seca em outros Estados – anúncios estes que sempre a colocavam como um problema nacional dos mais urgentes –, os jornais apresentavam a seus leitores com mais ênfase os relatos de fome. Em março de 1952, relatos com esse teor passaram a ser mais rotineiros nos periódicos. Vindos de muito longe, tais relatos deixavam ainda mais presente no cotidiano da cidade a pobreza emanada do interior do Estado, a exemplo das palavras do prefeito de Parnaguá sobre a calamidade que se espalhava em sua terra. A frequência e a força com as quais os relatos eram veiculados na imprensa acabavam por encurtar as distâncias entre a capital piauiense e toda sorte de misérias vividas pela gente pobre de todo o Estado.

Focalizando o tema da fome, um dos temas de discussão eram as ações do Estado para responder à crise instaurada pela seca. Um dos aspectos centrais eram as ações do presidente da República. De um modo geral, pontuavam as ações como insuficientes e ressaltam a continuidade do problema da seca. Em março de 1952, após Getúlio Vargas ter

²³⁶ O DRAMA do nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano II, 09/03/1952.

²³⁷ *Id. Ibid.*

²³⁸ CHUVAS que não trazem proveito à lavoura. *Jornal do Comércio*, Teresina, 25/02/1953.

anunciado auxílio do Governo Federal, em resposta “aos clamores partidos da Bahia”, determinando que a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN) procedesse “imediatamente a distribuição de gêneros de primeira necessidade, gratuitamente, ao povo das regiões nordestinas assoladas pela inclemência das secas”²³⁹, continuavam as agruras dos sertanejos, como ressaltava o jornal *O Dia*. O editorial da imprensa afirmava que

Outros apelos, outros gritos de socorro ao Chefe da Nação, agora partem daqui do Piauí, procedentes do município de São Raimundo Nonato, onde segundo informa o Prefeito Francisco Antônio da Silva, ao deputado estadual Edison Ferreira, grande parte de sua população está morrendo de fome e famílias inteiras, em debandada, de lágrimas aos olhos, imploram esmolas das autoridades locais para filhos famintos e extenuados pela penosa e errante caminhada.

Não dispondo de recursos financeiros e nem gêneros de primeira necessidade para distribuir a tão avultado número de retirantes, o município piauiense expia a tremenda culpa de se encontrar no nordeste sempre esquecido, onde as chuvas milagrosas ainda não chegam...

Considera o Prefeito local caótica a situação e que será verdadeiro milagre se 500 pessoas não morrerem à fome.

Em Bom Jardim, florescente povoado de S. Raimundo, o êxodo é total. A localidade está completamente abandonada, o que também acontecerá em outros pontos do município.

Diante das difíceis contingências dos nossos irmãos sofredores, lançamos daqui desta tribuna do povo o nosso apelo ao mais alto Magistrado da Nação, esperando que o nosso eco repercuta em todos os recantos de nossa Pátria.

O Piauí precisa, merece e deve ser ouvido!!!²⁴⁰

Publicar notícias sobre a fome que se espalhava pelo Nordeste à revelia das ações do presidente Vargas, considerado o Pai dos Pobres, pontuar a fala do prefeito de um município assolado pela seca afirmando a convulsão social na qual viviam e reclamar auxílio, estes eram os principais elementos que compunham as crônicas da miséria da seca e contribuía para a construção de referências no imaginário dos leitores dos jornais que davam subsídio às interpretações sobre a realidade, cujas linhas os periódicos produziam imagens em muitos sentidos tenebrosas. Exatamente um ano depois (1953), outro ano de escassez de chuvas, a grave situação de São Raimundo Nonato, também localizado no extremo sul do Estado, mais uma vez é exposta em suas cenas trágicas pelo prefeito Francisco Antônio da Silva. Em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio*, o prefeito reaviva a condição de miséria que ocorrera na região no ano anterior, informando, ainda, que, há poucos dias, a situação chegara a tal ponto que “os famintos invadiram a Cooperativa de Gêneros em uma

²³⁹ GÊNEROS gratuitos para o povo nordestino. *O Dia*, Teresina, Ano II, 02/03/1952.

²⁴⁰ O DRAMA do nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano II, 9/03/1952.

noite para saciar a fome”²⁴¹. Na sua convicção, isso havia acontecido porque a situação de fome e subnutrição era de tal modo alarmante que diversas vezes ele havia mandado levantar homens, mulheres e crianças, que desmaiavam de fraqueza nas ruas da cidade.

Continuando sua narrativa, Francisco Antônio da Silva relata que seus esforços para atender a população faminta concentravam-se em racionar 12 sacas de farinha para cerca de 600 pessoas por dia, “cabendo a cada pessoa uma ‘caneca’”, o que, de fato, não era nem de longe suficiente para resolver o problema, numa cidade em que diariamente morria gente à míngua. Seu relato assinala com fortes tintas a narrativa da fatalidade, pois a situação chegara ao extremo: “em uma só família quatro crianças morreram em um só dia, e uma outra que ficou deve ter morrido”²⁴². A gravidade do momento é ainda ressaltada em outros detalhes: “Os homens, outrora fortes, ante tanta miséria, estão esqueléticos, a semelhança dos combatentes de ‘Canudos’, mencionados por Euclides da Cunha. O quadro é de horror”²⁴³. A tragédia da fome arrasava famílias inteiras e definhava o homem nordestino, considerado protótipo da resistência humana, portador da coragem e do heroísmo do sertanejo, sempre disposto ao trabalho árduo e pesado, enfim, como reforçavam os discursos da época, cheio da “força suprema de patriotismo”²⁴⁴.

Dias depois do entristecedor relato vindo de São Raimundo Nonato, o padre Solon Pinto, vigário da cidade de São João do Piauí, no sudoeste do estado, vindo à capital a fim de obter socorro aos flagelados de sua paróquia, anunciava a todos os teresinenses que o viajante, rumo aos sertões do Piauí, “verá contristado desenrolar-se ante seus olhos o mais pungente quadro de desolação: é a fome, a nudez, a doença, a miséria, toda sequela, enfim, de males que a seca traz consigo”²⁴⁵. O vigário fazia ainda um relato pessoal do que vinha presenciando naquela região, relato esse que visava ressaltar a crise e testar a sensibilidade dos leitores da capital, a quem o religioso expunha o problema ao tempo em que solicitava ajuda:

Eu vi, senhor jornalista, criaturas dando ataque de fome e, agora mesmo, acabo de receber telegrama do Senhor Prefeito de S. João do Piauí notificando-me de que morreu uma criança de fome, abandonada pelo pai desesperado, que deixara o lar em procura de com que saciar a fome da mulher e dos filhos. Na verdade, que se pode esperar num lugar onde a estiagem se prolongou por mais de 50 dias? Toda, literalmente toda a

²⁴¹ SILVA, Francisco Antônio. S. Raimundo Nonato palco da grande tragédia da seca no Piauí: Declarações do Prefeito Municipal sobre o flagelo. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 08/03/1953.

²⁴² *Id. Ibid.*

²⁴³ *Id. Ibid.*

²⁴⁴ O DRAMA do nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano II, 09/03/1952.

²⁴⁵ PINTO, Solon (Padre). Entrevista do padre Solon Pinto – vigário de São João do Piauí, aos Jornais de Teresina, sobre a seca no sudoeste do Estado. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 17/03/1953.

lavoura perdeu-se. Alguns lugares existem que nem sequer possuem água para os poucos habitantes. Em Simplício Mendes, por exemplo, disse-me um dos próceres que a população local está na iminência de abandonar a Cidade dentro de poucos meses, caso não chova para abastecimento da mesma população. Este é um fato por demais sintomático, capaz de tirar toda dúvida a respeito de tão aflitiva situação.

Contra fatos, ressaltava, não há argumentos. Cenas como as apresentadas acima, em que famílias inteiras eram forçadas a deixar o seu torrão sagrado, o lar e a roça, onde centenas de pessoas, na sua maioria lavradores pobres, vivenciavam o medo constante da morte pela fome, simbolizado na fala do padre Solon Pinto acerca da morte prematura de uma criança cujo pai não teve condições de “saciar a fome”, traziam à tona as evidências das dificuldades de uma vida já difícil em tempos de seca e foram muitas vezes ditas e repetidas de modo a inviabilizar qualquer argumento que viesse a contestar a gravidade do problema. Os relatos de fome, nudez, doenças e misérias mostravam o Nordeste como um lugar “sempre esquecido” e “palco de sofrimento”, o que reiterava o caráter emergencial da situação²⁴⁶.

Ao tempo em que a imprensa era utilizada como espaço de reivindicação pelas autoridades das cidades mais afetadas pela seca, tais como São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Parnaguá, os jornais alimentavam-se das descrições de pobreza e da urgência dos pedidos de ajuda das autoridades para constituir um espaço de discussões acaloradas que repercutiam em muitas edições. Impressiona o fato de que as edições dos jornais *O Dia*, *A Luta*, *Jornal do Comércio*, por exemplo, comecem logo em fevereiro (entre os anos de 1951 e 1953) a publicar notas lamentando o fato de ainda não haver ocorrido chuvas no interior do Estado. As publicações eram intensificadas entre os meses de março e junho e depois voltando a tratar do tema entre os meses de setembro e dezembro, este último período considerado o mais quente na região, com temperaturas que variavam entre 37,6°C a 38,6°C e quando as precipitações de chuvas reduziam drasticamente, como apontam as anotações do IBGE²⁴⁷.

Entretanto, as altas temperaturas eram apenas uma dimensão do problema, cujo ápice apontado pelos jornais eram a fome e a morte em decorrência da seca. Na leitura de Josué de Castro, ao estudar o problema da fome, havia no Brasil o predomínio da fome

²⁴⁶ NORDESTE, palco de sofrimento. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 14/02/1953.

²⁴⁷ Conforme dados do IBGE, em Teresina, a nebulosidade medida, numa escala de 0 a 10, caída de 7 e 7,9 nos meses de março e abril para 3,9 e 4,3 em setembro e outubro, ocorrendo, por consequência, a redução das precipitações de chuvas. Devido ao calor que se intensificava de uma média de 33°C nos meses de março e abril para 38,6°C em setembro, os índices de evaporação eram proporcionais ao aumento das temperaturas, tornando o clima quente e úmido, o que se traduzia em mal humor, como registravam os jornais quando tratavam do clima, assim como desencadeava problemas de saúde, especialmente os respiratórios, em grande parte da população. Quanto aos dados referentes ao clima, cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

epidêmica e da fome agravada pelos períodos de seca, cuja memória inquietava os nordestinos gerando pânico, como narrado acima, e o vai-e-vem dos flagelados em busca de melhores condições de vida nas cidades. Realizando uma avaliação do Nordeste sertanejo em diversos aspectos, Josué de Castro constatou que a alimentação nessa região do país era bem equilibrada e constituía, tendo em vista que baseada no consumo de milho, leite, carne, feijão, farinha, batata-doce, inhame, rapadura e café. Apesar da falta e irregularidade no consumo de frutas, era “um bom exemplo de como pode um grupo humano retirar de um meio pobre, recursos adequados às necessidades básicas de sua vida”²⁴⁸. O principal motivo da fome no sertão nordestino, localizado por ele, estava na seca. Segundo seu argumento,

Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo aterrorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada.²⁴⁹

Vista como responsáveis pela desarticulação de todo o modo de vida nordestino, sobretudo a desorganização da economia de subsistência do sertanejo pobre do interior dos Estados da região, as secas periódicas eram lidas como fator primordial para a ocorrência de surtos de fome e, conseqüentemente, movimentos migratórios, onde inúmeros indivíduos famintos e extenuados buscavam nas principais cidades e capitais nordestinas, ou em outras regiões do país, melhores condições de vida. Ao inquirir a fome no Nordeste em tempos de seca, Josué de Castro documentava as dificuldades dos pobres e dava dimensão internacional ao problema vivido no sertão brasileiro.

Em certo sentido, as narrativas sobre seca que circulavam na imprensa regional contribuíram para a construção, visibilidade e fixação da imagem do Nordeste e de seus habitantes. Como analisa o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “a fixação do que seria uma paisagem nordestina foi decisiva para que esta ganhasse foros de realidade, para que esta se tornasse uma região não apenas conceitual ou política, mas que fosse materialidade capaz de ser lembrada”²⁵⁰. Embora carregada pela lembrança, o discurso

²⁴⁸ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 174.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 156-157.

²⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Nordeste: uma paisagem que dói nos olhos e nas mentes. In: *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 206.

esvazia a dimensão histórica das secas quando concorre para a cristalização da paisagem através da reiteração dos signos eleitos pelas leituras dos intelectuais (como a fome, a desnutrição e as migrações), o que revela a produção de estereótipos de uma paisagem vista como imutável. A partir desse pressuposto, Albuquerque Júnior ressalta o discurso regionalista que norteia toda a obra *Geografia da Fome* de Josué de Castro que, embora discutisse o problema da fome em termos nacionais, “está preso à imagem do Nordeste como a região que melhor sintetiza a pobreza, o nosso subdesenvolvimento”²⁵¹.

Como observamos até aqui, esse pressuposto que alça o Nordeste à condição de paisagem pobre é largamente empregado na imprensa. Ao cristalizar imagens da pobreza advinda da seca em um período marcado pela reflexão sobre os destinos do Piauí revelados pela efervescência do Centenário de Teresina, de modo contundente contribuía para marcar a ideia de que uma crise se instalara. A imutabilidade das misérias da seca lançava para o futuro a incerteza e o questionamento sobre a possibilidade de as cenas se repetirem.

O *Jornal do Comércio* prosseguia afirmando, em fevereiro de 1953, que o Nordeste era um lugar de sofrimentos porque o nordestino necessitava do amparo diante de um fenômeno que, para além de meramente climático, tornava-se um problema de grandes proporções e de dimensão social. Entretanto, acusava que enfrentava sem a ajuda dos poderes públicos. Mais uma vez o discurso pontuando a um só tempo o dever e o desleixo do Estado em suprir as necessidades dos acometidos pelas intempéries, o que se caracterizava como uma crítica que visava reforçar a obrigação do Estado em prover os recursos financeiros imprescindíveis para debelar a crise. Ao confrontar o conceito que se tinha do nordestino forte e trabalhador com a sua condição diante da seca, reforçava-se a imagem de *espectro humano*, como observa a crônica a seguir:

[...] Governos caem e governos se elegem sem que o nordestino venha a ser encarado como um ser humano digno de proteção e cuidados. Para ele só a terra causticante, o sol inclemente, a enxada e nada mais. Que ele faça milagre é o que se espera. De uma terra adusta e sem preparo técnico, transforme em celeiro do mundo. Ele é forte e, por isso mesmo, pode aquecer no lombo o mal, só existente num país em que os dirigentes se preocupam, antes do mais com a própria melhoria financeira mandando às favas o interesse da coletividade. Só quando se aproxima uma catástrofe é que merecemos algumas olhadelas do Poder Central. É isso mesmo, depois de uma gritaria que, por força, haveria de azucrinar a paciência dos altos chefes do Estado. Será que eles pensam que não temos estômago? É bem capaz que tal aconteça.

²⁵¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Nordestino: a miséria ganha corpo. In: *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 472.

Antes, pois, que se junte ao já existente exército de espectros humanos mais e mais nordestinos comecemos a gritaria. Do contrario teremos de convir que, dentro em pouco, o nordeste será riscado do mapa da União ou emigrará totalmente para o sul.

E que vergonha o se afirmar tal fato. É que a seca, atualmente, dado o progresso da técnica, deve ser encarado como uma calamidade de ordem social e, por isso mesmo, de falta de visão administrativa que um problema de meio ambiente. [...]

A seca nos assola e o nordestino, braços cruzados espera, em atitude estoica, a morte do filho, da esposa, dos pais, deles mesmo.²⁵²

Logo na primeira frase da crônica, a ideia da imutabilidade da situação do nordestino é afirmada. O percurso discursivo novamente toma o itinerário que vai da denúncia da incúria dos administradores do Estado, passando pela vitimização do nordestino retirante, considerado o elo mais frágil da estrutura social, e, como consequência inevitável dada a imutabilidade das coisas, o fim trágico que se avizinhava para uma típica família de retirantes e para a própria região Nordeste, pela morte ou pela migração. Cabe ressaltarmos aqui a menção feita ao descabimento da ocorrência de tal drama social tendo em vista ao progresso técnico que permitiria o abastecimento de água e a continuidade da produção agrícola das famílias nas regiões assoladas pela seca, argumento utilizado para capitalizar a crítica ao Estado.

É necessário ressaltar ainda que, para além dos proselitismos políticos e suas artimanhas, devemos ter em mente que a crítica à inoperância do Estado não deve ocultar um importante aspecto das notícias sobre a seca. Os anúncios e testemunhos de abandono, pobreza e fome nasciam da experiência social, ainda que enredados em discursos que pesavam nos adjetivos, suscitando preocupações e cumprindo de certo modo o papel de chamar a atenção dos leitores dos jornais, formando opinião entre os letrados e fazendo com que o olhar se voltasse para a realidade do interior do Estado. Assim, pela relação de alteridade, permitia também uma reflexão sobre a situação na qual Teresina se encontrava e seus aspectos produziam sentimentos contraditórios entre os leitores, fruto do aguçamento dos sentidos em busca de interpretar os signos apresentados e realizar articulações coerentes com a imaginação social a respeito, por exemplo, levando a considerar que os elementos disponíveis eram coerentes com um estado de “calamidade de ordem social”. Afinal, os teresinenses sentiam a seca não apenas pela falta de chuvas que agravava seu clima ardente. O medo da fome e das misérias advindas da seca emerge em Teresina e pode ser percebido no incômodo vivenciado no cotidiano da cidade, que foi traduzido nas observações e nas

²⁵² NORDESTE, palco de sofrimento. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 14/02/1953.

reflexões sobre o que se via e se lia. Como capital do Estado, a cidade tinha sua vida agitada pelos destoantes clamores por ajuda vindos de cidades devastadas e também pela presença crescente de retirantes diariamente em suas ruas, indivíduos sobre os quais recaía ora o olhar caridoso, pois vinham com a intenção de receber socorro do governo e a caridade de quem se compadecesse, permanecendo na cidade ou se dirigindo ao vizinho Estado do Maranhão; ora o olhar que os lia como indivíduos desconhecidos e, por consequência, potencialmente perigosos.

Os jornais da cidade anunciavam com frequência essa chegada de mais e mais retirantes vindos do interior do Piauí e de outros Estados do Nordeste, sobretudo do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco. O número de flagelados que chegavam diariamente à Teresina e “desfilavam pelas ruas, implorando a caridade pública”, eram, na linguagem utilizada nos periódicos, “prova insofismável” de que o sertão continuava a ser palco de sofrimentos e misérias, na mesma medida em que tornavam evidente a constatação de que os poderes públicos ainda não haviam levado a sério a pobreza e a fome que se espalhavam. Se estivessem tratando o assunto com seriedade, afirmava a imprensa local, “o êxodo não estaria se verificando de forma tão alarmante” na capital, onde desde a “Estação da Estrada de Ferro S. Luiz-Teresina e nas suas imediações, o número de famílias acampadas, à espera de uma passagem a fim de viajar para o Maranhão é de causar espanto”²⁵³.

O uso da linha férrea era um modo de abreviar as distâncias quando os retirantes acreditavam que o melhor para si era buscar auxílio em outras cidades. Ir para São Luiz a partir da Estrada de Ferro que ligava as duas capitais tinha três razões: em primeiro lugar, parte dos retirantes acreditava que lá poderiam obter auxílios e trabalho com mais facilidade, tendo em vista o maior porte da capital em relação à Teresina, muitos deles já conheciam a cidade e estavam apenas fazendo o caminho de volta por serem maranhenses de origem; em segundo lugar, corriam entre os retirantes rumores de que o vizinho Estado não sofria tão intensamente os efeitos da seca por se tratar de uma região com características climáticas mais amenas; e, em terceiro lugar, São Luiz, para outros tantos, era apenas mais um ponto na escala da migração, pois os destinos principais eram os Estados do Pará e do Amazonas, onde o clima era diferente (não havia seca de modo algum, por ser região com densa floresta) e acreditavam que poderiam obter trabalho na agricultura, pecuária, extrativismo ou no garimpo. Desse modo, Teresina se tornava destino preferencial de massas de retirantes não

²⁵³ DIARIAMENTE chegam flagelados. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 25/02/1953.

apenas por sua condição de capital, mas também por integrar uma malha que permitiria o deslocamento mais rápido e ameno de flagelados para outros lugares.

2.2.1 A série “*Flagelo*”

Em sua estada pela capital, os retirantes expunham suas misérias, aglomerando-se em frente ao palácio de governo e principalmente nas imediações da Estação como modo de fazer pressão pelo auxílio e aguardar pela distribuição de bilhetes para tomar o trem rumo ao Estado do Maranhão ou para a região Norte do país em busca de uma vida menos sofrida. Sua presença na cidade motivou a crítica na imprensa e sobre estes personagens o jornal *O Dia* dedicou uma série de textos nas suas edições semanais entre os dias 21 de junho e 26 de julho de 1953. Ao tratar de diversos aspectos da presença dos retirantes, entendemos que se trata de significativo exemplo de discursos que nos permite lançar luz sobre o impacto da visibilidade que os migrantes provocavam entre os intelectuais e os sentidos operados para dizer o pobre da seca e a si mesmo, traçando um panorama do cotidiano da miséria, a um só tempo, do outro e compartilhada com o outro.

A série *Flagelo* possuiu um total de seis textos que falavam dos pobres que diariamente chegavam à capital piauiense. As crônicas da série não eram assinadas, por isso, assim como muitos textos tratados aqui, estavam sob a responsabilidade do diretor do jornal, Raimundo Leão Monteiro. Todos os textos que compõem a série foram publicados no ano de 1953, quando há pelo menos dois anos o Piauí convivia mais intensamente com a seca e suas misérias. E este dado não é de se desprezar. Num primeiro olhar, os anos de seca também eram anos em que se verificava um acúmulo de tensões oriunda da migração, exposição de corpos esqueléticos, clamores por auxílios e a ameaça de ações de massa, tensões estas que, por sua vez, eram traduzidas a partir do caráter emergencial que se atribuía ao tema, como muitas vezes foi noticiado.

O primeiro texto da série, publicado em 21 de junho de 1953, falava sobre a fama de Teresina como uma cidade conhecida pela “maneira fidalga e cativante com que recebe nacionais e estrangeiros”²⁵⁴. Com simplicidade, os bailes, banquetes, passeios e presentes eram características das recepções aos visitantes, como pode ser constatado amplamente na ocasião do centenário da cidade cerca de um ano antes. Por mais pobre que fosse, afirmava o

²⁵⁴ FLAGELO I. *O Dia*, Teresina, Ano III, 21/06/1953, p. 6

jornal, essa era uma impressão que melhor se poderia cultivar da cidade, pois desse “acolhimento hospitaleiro, franco, carinhoso, [os visitantes] levam a maior saudade”²⁵⁵.

A louvação à cidade como cordial e acolhedora funciona como fundação para a crítica que vinha a seguir: havia uma exceção à regra, pois o bom tratamento não era extensivo a qualquer visitante. Somente os “cidadãos que ocupam posição de destaque na vida política, que possuem muita riqueza, que desempenhem missão do Governo” gozavam de tratamento tão gentil e acolhedor. Enquanto isso, os que realmente necessitavam de um tratamento hospitaleiro, os flagelados da seca que se espalhavam pelas ruas da cidade suplicando ajuda após fugir em migrações tumultuosas estavam abandonados e recebiam um tratamento diferente:

“[...] quando chegam centenas e milhares de famílias pobres, sacrificadas pela seca nordestina, desnudas e famintas, conduzidas como se fossem bichos, em ‘paus de araras’, aqueles mesmos poderes públicos negam-lhes a menor cordialidade de uma recepção, o menor carinho de uma visita”²⁵⁶.

O acento dado ao abandono dos flagelados que se encontravam na cidade é ressaltado. Para o cronista, o tratamento desigual que os poderes públicos dispensavam aos pobres da seca que, naquela ocasião, somavam-se aos pobres urbanos, estava em desalinho com a fama atribuída à cidade ao tratar muito bem seus visitantes. Eis a primeira crítica. Continuando sua reflexão, vinha expressa a contundente crítica: “cordialidade desigual” do governo e também dos habitantes da cidade, aqui principalmente os ricos, pois não era atitude própria de homens públicos e religiosos o tratamento dispensado aos retirantes. Ressaltamos aqui o caráter contundente da crítica pelo que ela questiona: o caráter cristão dos homens públicos. Considerando que a esmagadora maioria da população declarava-se católica, o que naquela época significava igrejas cheias e a presença de políticos de todas as siglas partidárias era indiscutível. Apontar a falha na caridade tornava-se um modo incisivo de demarcar o desprestígio do homem público diante da população, que, à luz do argumento posto, era tratada com desprezo.

Desse modo, é notória a força que naquela época a esfera religiosa ainda possuía na dimensão pública, a ponto de servir para marcar o descompasso no trato dos flagelados. Tratava-se simplesmente de faroleiros, ou seja, de indivíduos que ostentavam na sociedade a imagem de democratas e cristãos apenas no discurso, pois suas práticas eram muito diferentes.

²⁵⁵ FLAGELO I. *O Dia*, Teresina, Ano III, 21/06/1953.

²⁵⁶ *Id. Ibid.*

Os elementos colocados em ação na crônica pontuam a leitura que informa o desalinho entre os discursos e as práticas, evidenciando a desigualdade e o interesse por trás da hospitalidade aos que possuíam posição econômica e política de relevo, enquanto arrematava: “os flagelados passam, tristonhos, cansados, sem que possam levar uma risonha saudade de Teresina. Que triste impressão vem dando os nossos poderes públicos!!!...”²⁵⁷.

Na edição seguinte, mais um texto sobre a presença e movimentação dos flagelados no cotidiano da cidade. Agora, o escritor tomava como tema de debate os motivos de sua prolongada estada em Teresina. Na crônica, explicavam aos leitores que, com a falta de transporte regular para o Maranhão, Pará e Amazonas, Teresina havia se tornado “ponto de concentração” dos flagelados que “rumam” para aqueles Estados. Em razão da demora do trem de cargas, os nordestinos eram obrigados a passar dias e até semanas a esperar pelo embarque²⁵⁸. O tom da explicação pode ser expresso pelo ritmo que toma: o de um lamento. Era lamentável, de um lado, a espera do retirante já extenuado e, de outro, a própria permanência na cidade.

Logo em seguida, o contraste entre esses pobres e “os ricos” é retomado. Alguns dos flagelados hospedavam-se em barracões de palhas e tábuas construídos pela prefeitura. A maioria, entretanto, ficava ao relento, “apanhando chuva e sol, dormindo sobre as calçadas de cimento, sobre o barro vermelho das ruas, embrulhados pela poeira, para que não sejam vistos”²⁵⁹. Aqui, o encobrimento da visibilidade do flagelado se apresenta em duas possíveis dimensões exploradas pela crônica: aquele encobrimento de intenção do próprio flagelado que, humilhado, procura resguardar um tantinho que seja de sua dignidade buscando a invisibilidade (lembramos das leituras dos nordestinos como fortes, trabalhadores e íntegros), aproveitando-se do ritmo de vida da cidade para reduzir os olhares sobre si; e aquele encobrimento fruto do desdém imposto pela própria agitação da vida na capital, com um vai-e-vem de veículos restrito às dimensões da cidade, mas suficiente para produzir uma espessa poeira sobre os retirantes, tornando-os invisíveis socialmente. Entendemos que a segunda interpretação guarda maior coerência com o desenrolar a crônica. A condição degradante da espera é logo destacada no texto, pois eles eram apenas “acalentados pelos gritos das carangueijolas [como eram chamados os velhos ônibus de transporte coletivo] e pelo buzinar dos caminhões, para que não sejam ouvidos os seus gemidos de dor”²⁶⁰.

²⁵⁷ FLAGELO I. *O Dia*, Teresina, Ano III, 21/06/1953.

²⁵⁸ FLAGELO II. *O Dia*, Teresina, Ano III, 28/06/1953.

²⁵⁹ *Id. Ibid.*

²⁶⁰ *Id. Ibid.*

Nos “barracões”, viviam homens e mulheres, velhos e crianças, rapazes e senhoritas, todos, sem distinção, acomodados no mesmo espaço. Não havia privacidade, as famílias viviam “expostas à curiosidade popular” e sem o menor repouso após a exaustiva viagem. O texto assinala ainda que, vivendo nestas condições, a humildade própria do nordestino – com costumes reservados, respeitoso e cheio de resignação – o impedia de se revoltar contra sua condição miserável a protagonizar um triste espetáculo nas ruas da cidade²⁶¹. Embora a confiança no caráter ordeiro e humilde dos retirantes não fosse partilhada integralmente pela opinião pública, preocupada com o iminente risco moral desencadeado pelo alastramento da pobreza, percebemos que essa avaliação marca uma diferença de juízo entre os contingentes movidos pela seca e os pobres já incrustados no meio urbano, como os mendigos.

Em contraste com a condição na qual viviam os flagelados, “os ricos” estavam bem longe dessa intranquilidade e sofrimento. O sono dos ricos não era perturbado pelos gemidos abafados dos pobres. Segundo a argumentação realizada na crônica, eles dormiam a sono solto em residências que pareciam mais com “palácios, bangalôs e casarões vetustos”, dormiam em camas confortáveis e macias. É notório o contraste que pretendia ressaltar para sustentar a crítica que vem em seguida: se os lares dos ricos não estavam de portas abertas para “abrigar um irmão brasileiro nordestino”, aqueles que sofriam no relento ou aos magotes em barracões, isso se devia ao fato de ser o rico “um grandioso miserável”²⁶², pontuando-se, portanto, a inversão do estado de miséria, quando articulada a equação: rico, porém moralmente pobre.

Dias depois, na edição do jornal de 05 de julho de 1953, a série *Flagelo* retoma o tema do número anterior com uma clara intenção de fazer a crítica aos leitores, o que difere da maioria das crônicas e artigos consultados. O questionamento realizado aqui se refere aos atos dos teresinenses de um modo geral, não voltando o olhar às autoridades públicas especificamente ou aos ricos. Referindo-se aos pais e chefes de família, sonda o espírito humanitário, a caridade e as ações privadas dos cidadãos ao questionar se já haviam visitado ou pronunciado algumas palavras de conforto aos pobres da seca. É evidente a ação de ir ao encontro do pobre só seria possível com a superação do olhar de desconfiança em relação ao outro desconhecido, embora fosse corrente a ideia que distinguia a boa índole do sertanejo.

O jornal reafirmava uma ideia já anunciada com palavras ainda mais fortes, pois provocava a compaixão ao afirmar que “aquele que não possuía, no próprio lar, um

²⁶¹ FLAGELO II. *O Dia*, Teresina, Ano III, 28/06/1953.

²⁶² *Id. Ibid.*

lugarzinho para acolher, durante alguns dias, uma criança flagelada, não possuía consciência para cultivar um sonho”. Ou seja, há um deslocamento da análise sobre olhar a respeito do problema dos retirantes, quando defende a ideia de que se mobilizar atitudes privadas como modo de minimizar uma questão social mais ampla. Como argumenta o jornal,

Quem é pai extremoso (seria pleonasmo invocar-se a palavra sagrada – Mãe) não pode ver, indiferentemente, a sorte daquelas crianças magras, doentes e heroicamente silenciosas, que saem de seus ninhos quentes como o beijo de amor – o Nordeste – e vem como anjos na caravana dos flagelados. Muitas, ainda em vôo, e outras com as primeiras plumagens, fazem o primeiro pouso em Teresina.

Como elas choram famintas, sonolentas, castigadas pelo frio e pelo calor... Como elas brincam, sujas, despidas e risonhas, naquele trecho de rua da Estrada de Ferro!...²⁶³

O sentimento de compaixão que se pretendia fazer emergir ao apresentar as cenas de crianças desnutridas, enfermas, sofridas, ganhava ainda tons de denúncia pois, enquanto aquelas crianças passavam “despercebidas”, acontecia um fato que suscitava revolta. Além da falta de espírito de caridade do povo teresinense, indivíduos “paisanos e guardas civis” eram vistos, sorratamente, nos postos de distribuição de víveres com a intenção de “desviar” os alimentos das crianças às quais se referia linhas antes.

Na edição seguinte do jornal *O Dia*, em 12 de julho de 1953, a discussão da série se concentrava não nos flagelados, mas sobre o motivo, para além da seca, de migrarem em busca de ajuda. Dizia o jornal que a maioria dos flagelados não possuía “um palmo de terra própria” e que grande parte deles vendeu o que tinha para os grandes proprietários de terra, “os ricos paraibanos”, cuja riqueza advinha dos latifúndios onde cultivavam e beneficiavam a cana-de-açúcar. Os camponeses trabalhavam em terra alheia e mediante pagamento descontado sobre o que produziam²⁶⁴. Assim, um fio puxa o outro para chegar ao cerne da questão: se no Piauí os representantes do povo, os senadores, deputados federais e estaduais, estudassem atentamente o assunto, concluiriam inevitavelmente que a “questão agrária”, ou seja, a concentração de terra nas mãos de poucos, assim como a existência de vasta extensão de terras devolutas no Estado, eram alguns dos motivos pelos quais “o caboclo piauiense” não possuía sua própria terra, vivia escravizado na terra alheia e se achavam empobrecidos. A terra, afirmava, deveria estar nas mãos daqueles que eram os verdadeiros e humildes lavradores e a Constituição dava condições de ampará-los nesse aspecto.

²⁶³ FLAGELO III. *O Dia*, Teresina, Ano III, 05/07/1953.

²⁶⁴ FLAGELO IV. *O Dia*, Teresina, Ano III, 12/07/1953.

Essa não foi a única leitura, dentre o conjunto de jornais pesquisados, que apontou “a questão agrária” como cerne dos problemas sociais e do empobrecimento da população sertaneja. Francisco Cunha e Silva, por exemplo, em agosto de 1952, havia discutido sobre a necessidade de fixar o homem no campo, a partir do subsídio estatal que auxiliaria na manutenção de sua existência no meio rural. Ao abordar o assunto, argumentou sobre importância de se realizar uma reforma agrária e enumerou como um dos problemas de relevo para a fixação do sertanejo nas regiões rurais a concentração de terras nas mãos de poucos e as situações limites de trabalho existentes no meio rural. Analisou que o fluxo migratório obedecia a razões econômicas, pois decorria da busca de melhores condições de vida e assistência do poder público. Desse modo, para Cunha e Silva,

O problema de fixação do homem ao solo, não só nos Estados do Nordeste e Leste, como em todo o Brasil, não é problema assim de tão difícil solução, como muitos pensam, pois, com boa vontade e esforço patriótico, muito se poderá fazer de modo a não permitir que os nossos sertanejos emigrem dos seus respectivos Estados por falta de recursos para viver, porque o Governo Federal, com o apoio do Congresso Nacional, tem meios poderosíssimos e eficazes para melhorar consideravelmente as condições de vida das populações sertanejas, sobretudo do Nordeste, quer abrindo novas rodovias nas regiões mais populosas e produtivas, quer construindo outros serviços públicos, como pequenos açudes e poços artesianos, de modo que dêem trabalho a muita gente dos nossos sertões e resolvam o importante problema da água nas zonas onde há falta dela; quer intensificando em todos os municípios a distribuição de sementes e instrumentos agrícolas mais necessários aos lavradores pobres, bem como lhes prestando a mais completa assistência social e proporcionando mais conforto à vida sertaneja. E tudo isso se fará com mais presteza e facilidades depois que se fizer a reforma agrária no país de maneira a se acabar com os latifúndios e com os sistemas rotineiros empregados secularmente na lavoura e na pecuária.²⁶⁵

Ao Estado, através do Governo Federal e do Congresso Nacional, caberia a realização da reforma agrária. A constatação de que isso era algo relativamente fácil advinha do laço paternalista construído a partir da imagem de Getúlio Vargas como o Pai dos Pobres, que imprimia no plano político um padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade que buscava o equilíbrio entre o autoritarismo político e o liberalismo econômico²⁶⁶. A fala do intelectual fundamentava-se na ideia de que o Governo de Vargas proveria ações necessárias com vistas ao auxílio dos trabalhadores, nesse caso a reforma agrária; esperava-se uma intervenção que não ocorreria tendo em vista que seu peso proporcionaria um desequilíbrio de

²⁶⁵ CUNHA E SILVA, Francisco. Fixar o homem ao solo. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.

²⁶⁶ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001, p. 108.

difícil sustentação política e social, devido às forças políticas, em grande medida, possuidoras de grandes propriedades rurais.

Só após a concretização da reforma agrária, para Cunha e Silva, seria possível avançar na solução dos problemas decorrentes da concentração de terra nas mãos de poucos, realizando obras infraestruturais, como a expansão do sistema viário para o escoamento das produções e obras de utilidade pública para garantir água e conforto para as populações nordestinas. Tudo isso se utilizando de frentes de trabalho constituídas pelos próprios sertanejos. Como podemos observar, muitos problemas seriam resolvidos a um só tempo, mas apenas com a consecução da reforma agrária.

Ao contrário do que se projetava com o fim do latifúndio, as condições de trabalho pautadas pelo assalariamento indireto, parcial ou em espécie, incluindo-se o colonato e diversos tipos de parceria e arrendamento permaneciam como hegemônicas. Segundo a análise de Tamás Szmrecsanyi, relações de trabalho no campo reguladas através desses princípios envolviam, de um lado, um pagamento por serviços prestados (em dinheiro, em produtos ou em ambos) e, de outro, “garantia a subordinação e mantinham a miséria da maior parte da população que obtém o seu sustento através da produção agropecuária”²⁶⁷.

Importa considerar aqui a mudança de reflexão sobre a questão agrária inerente ao discurso de Cunha e Silva e à crítica expressa na crônica *Flagelo*. Em ambos os casos, os problemas inerentes ao campo são revestidos por uma leitura que os compreende como problemas econômicos e sociais. A partir dos anos 1940, o campesinato, como tema de discussão no cenário político, tornou-se uma novidade. Mesmo continuando sendo entendido como o espaço por excelência do atraso, sobretudo em relação ao urbano, o atraso atribuído ao espaço rural deixou de ser entendido pelos seus elementos geográficos, climáticos e de composição racial inferior, para ser analisado como decorrentes de razões econômicas e sociais²⁶⁸.

Segundo o argumento da crônica *Flagelo*, os representantes do povo não trabalhavam pelos flagelados do Piauí em razão de não advogarem contra si. Segundo denunciava o texto, eles eram também proprietários das melhores terras do Estado, utilizando-se da força do dinheiro e da proteção oficial que gozavam. Desse modo, sendo do conhecimento de todos, eles deveriam temer a possibilidade de suas terras serem invadidas

²⁶⁷ SZMRECSANYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da geral da civilização brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 3, v. 11, p. 214-215.

²⁶⁸ GRYNSPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.213.

pelos “famintos e desprotegidos” flagelados da seca. E concluía: “Quantas glebas desses proprietários podiam ser povoadas pelos flagelados nordestinos, pelos caboclos piauienses!!!... A questão agrária é importante, senhores Licurgos. Acordem, vejam o futuro”.

Assim, o jornal reiterava o drama vivido pelo nordestino frente à estiagem, drama este narrado a partir do que se observava cotidianamente, através da memória de secas anteriores e através de reflexão social pautada pelo que imaginavam a respeito das relações sociais. A sina do nordestino não era algo novo, nem ocasional. A sina de se lançar nas estradas em busca de um modo de se manter vivo, era também uma das consequências da brutal concentração de terras. A ênfase do texto continuava a ser a polaridade que expunha ora o sofrimento pelo qual passava o sertanejo pobre, ora a sua força de homem rústico e forte diante das dificuldades descomuns. Essas imagens reforçavam, por isso mesmo, a ideia de que ele deveria ser fraternalmente amparado pelos piauienses:

Depois de consumir o último farelo de alimento, de esperar ao menos uma só gota de lágrima da bondade dos santos que reinam nos céus, de vender a nesga terra, o bode, o jumento e as jóias que possui, o nordestino abandona sua terra. Sai fazendo preces, para que um dia possa voltar. Deixa a caatinga, a terra rachada, a solidão, em procura da baixada, da terra escura, da música, dos rios, das cachoeiras, dos passarinhos. Pensa, contempla, ainda e vence os caminhos como se fosse para um degredo. Não há pedaço de terra que lhe seja mais útil, mais amigo, mais encantador, do que o recanto humilde, castigado pela seca, que lhe viu nascer.

Este é o fim da tragédia e o começo de um drama. Morrem-lhe a esposa e o filho, racham-se os pés doloridos, desgastam-se as energias, desaparecem os sonhos e as alegrias, mas o nordestino não desanima. Parece um soldado imprestável que marcha para o *front*, mas atrás daquela aparência tristonha há uma alma viril, um arrojo inaudito contra a batalha da fome. Não tem certeza de conquista fácil, mas luta heroicamente pela sobrevivência.

É por isto que ele merece carinho, apoio, amparo e admiração do seu verdadeiro irmão piauiense.²⁶⁹

Forte e sofredor, essa era uma polaridade muitas vezes repetida naqueles anos, características que faziam do retirante um homem digno de admiração e amparo. No último texto da série *Flagelo*, de 26 de julho de 1953, afirmava-se que não era preciso nem mesmo ter as qualidades de um escritor como “Dante para descrever o infra-mundo dos flagelados”²⁷⁰. O sofrimento do homem sertanejo em tempos de seca era algo conhecido. Conhecido porque, além de inúmeras vezes ter sido imortalizado por homens como Joaquim Nabuco, era principalmente cotidiano, verificável pela observação. O quadro de dor e angústia

²⁶⁹ FLAGELO V. *O Dia*, Teresina, Ano III, 19/07/1953.

²⁷⁰ FLAGELO VI. *O Dia*, Teresina, Ano III, 26/07/1953.

dos retirantes estava à vista e à porta de todos e poderia ser comparado com um lugar de expiação, tal como o inferno.

Novamente o texto apresenta a cena de migrantes da seca chegando a Teresina depois de longas caminhadas rumo à imensidão do norte amazônico, reafirmando a ideia de que a capital do Piauí era uma estação importante para eles em virtude de possuir uma linha férrea que abreviaria a distância para São Luís, capital do Maranhão. Ou seja, Teresina se tornava um corredor de passagem. Mas migrar era algo também arriscado, uma vez que não se sabia, de fato, o que iam encontrar no Norte. A ideia de que ali iam encontrar o que faltava em sua terra natal – terras férteis, chuva e abundância –, poderia não se confirmar. Essa era, na leitura dos produtores das crônicas, uma expectativa presente no pensamento dos retirantes e, nesse sentido, alertava o leitor que, ao invés de um paraíso, eles poderiam encontrar “a tortura do sétimo inferno de Dante”, algo do que já estavam fugindo.

Em razão disto, o argumento era que os piauienses, ou seja, os administradores do Estado, poderiam socorrê-los e fixá-los em terras locais e com vantagens, pois se tratava de trabalhadores acostumados a labutar a terra. O trabalho seria benfeitor em todos os sentidos: seria benéfico ao flagelado que é antes de tudo um trabalhador; seria um ato de caridade daqueles que lhes forneceria o trabalho; contribuiriam para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Piauí. A contradição foi assinalada a partir da ideia que “os homens [públicos] não pensam dessa maneira”. São vaidosos e só pensam em dinheiro. Como já havia dito em edições anteriores, os representantes dos interesses do Estado, antes de tudo, representavam seus interesses como proprietários de terras, as melhores, diga-se de passagem.

Para finalizar, uma questão lançada aos leitores de um modo geral, mas que pretendia fazer uma crítica aos homens públicos: “Conheces a miséria, o sofrimento, as consequências dos flagelos da seca, caro leitor? Olha para Teresina, por onde passa a procissão interterminal dos emigrantes”²⁷¹.

É notório que essas falas também não são inocentes. Pelo contrário. O tom ora enérgico, ora entristecido através dos quais se argumentava nos pedidos de ajuda aos poderes públicos e na descrição da miséria dos pobres da seca evidenciando a fome que levava a desnutrição, definhamento e morte, assim como as penosas migrações, fazia parte das estratégias dos produtores desses discursos. Criticavam-se os políticos por não se interessarem ou por não envidarem os devidos esforços para pôr fim ao sofrimento dos sertanejos, atentando, por exemplo, para a necessidade de se promover uma reforma agrária irrestrita,

²⁷¹ FLAGELO VI. *O Dia*, Teresina, Ano III, 26/07/1953.

uma vez que a seca também era um problema relacionado à exploração do trabalhador rural. Criticavam-se os ricos por estarem cegos pela vaidade e pelo amor ao dinheiro, que os impossibilitava de pensar no sofrimento dos retirantes. Criticava-se a sociedade de um modo geral por não receber os pobres com o mínimo de espírito de caridade.

Esses discursos estavam permeados, inevitavelmente, pelo modo como os contemporâneos pensavam, viviam e registravam esse estado de emergência. A crise era, em grande medida, afirmada e reafirmada através de notícias e discursos como os que foram apresentados, tomando como base a série *Flagelo*, ou a produção do padre Joaquim Chaves, que ao tematizar a seca e as misérias que caracterizavam Teresina em suas primeiras décadas, lançava no mesmo passo um olhar crítico sobre o seu tempo, como vimos no capítulo anterior.

O interesse pelos flagelados tinha suas razões: era um fenômeno presente. Os discursos na imprensa da época mostravam como a grande incidência de invasões e saques no Nordeste, assim como a aglomeração de pessoas no espaço urbano provocadas pela movimentação dos flagelados “em caravanas dramáticas [...] na beira e ao longo das estradas poeirentas”²⁷², alastravam a pobreza na região. Como analisa o historiador Frederico de Castro Neves, a movimentação espacial, as atitudes e as experiências dos retirantes na busca por socorros públicos, em que pesem as palavras que enfatizavam o drama das migrações e seus perigos, eram manifestações políticas da multidão:

[...] a década de 1950 significou, para os retirantes das secas, o estabelecimento e a consolidação de uma tradição nas formas de pressão e negociação com as autoridades urbanas. A multidão, como forma de organização possível no contexto social de onde se originam os vaqueiros e pequenos produtores rurais, afirmava-se como uma alternativa política diante da rápida degradação das condições de vida experimentada nos momentos de seca, em que a escassez toma proporções radicais.²⁷³

A precariedade do socorro às populações flageladas, socorro esse almejado pela ação política da multidão, foi alvo de constantes críticas, pois a Constituição de 1946, garantindo aos Estados auxílios em caso de calamidade pública, garantia que a intervenção não ficasse apenas no nível do discurso. Reconhecendo a abrangência e a força social das calamidades provocadas pela estiagem, a letra da Constituição deliberava que, “na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União despenderá,

²⁷² O FENÔMENO dos “retirantes” nordestinos. *O Dia*, Teresina, Ano II, 13/04/1952.

²⁷³ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 161.

anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.”²⁷⁴ Mas, tais recursos nem sempre chegavam, tal como garantia a Constituição.

Por esta razão, ao demitir-se da presidência da Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), o coronel Severino Sombra denunciou, em entrevista ao jornal *Diário Carioca*, a miséria que assolava o Nordeste do país. Ao regressar ao Rio de Janeiro após viagem de inspeção às regiões flageladas, Severino Sombra acusou o ministro da Fazenda Horácio Lafer de “maior aliado que o comunismo tem no país”, pois, ao sonegar os recursos garantidos pela Constituição ao povo nordestino, “tornou-se culpado de sete pecados irremissíveis: o êxodo, a fome, a nudez, as moléstias, o desamparo, o estado de necessidade e, o que é mais trágico, o desespero que pode levar as populações do Nordeste a uma tremenda convulsão.”²⁷⁵ Na entrevista, afirma que

– Mas de 750 milhões de cruzeiros destinados ao combate dos efeitos da seca no Nordeste e à assistência aos flagelados devem estar retidos em mãos do ministro da Fazenda, enquanto famílias inteiras morrem à míngua ao longo dos caminhos do sul, dentro das sedes dos municípios nordestinos e, até, à porta da hospedaria de Imigrantes, em Fortaleza.

– Esse é o dinheiro que os flagelados do polígono das secas têm o direito de exigir. Eles não estão pedindo nenhum favor, pois é a própria Constituição quem mandou reservar a eles três por cento de toda a renda tributária da união (para combate do flagelo) e mais um por cento, para assistência direta. O dinheiro vem-se acumulando desde 1947, e já deve andar mesmo pelos 750 milhões.

– Desse dinheiro [...] a Comissão de Abastecimento do Nordeste, que foi criada em novembro de 1951, só viu até hoje 100 milhões, que lhe foram entregues em duas parcelas de 50 milhões – e assim mesmo a muito custo, pois o Sr. Lafer levou três meses para autorizar a entrega do dinheiro a CAN, a despeito de ordem expressa do presidente da República.²⁷⁶

A situação narrada por Severino Sombra era trágica a ponto de, sem os recursos destinados às regiões flageladas, “o desespero do povo explodirá, generalizando-se o que já vem ocorrendo em vários pontos, onde o comércio e os armazéns do governo vem sendo saqueados” e se não houvesse a incidência de chuvas na região em poucos dias, “assistiremos ao irrompimento de graves desordens em todo o Nordeste”²⁷⁷. Eis a dimensão atribuída ao

²⁷⁴ Art. 198 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Cf. BALEEIRO, Aliomar e LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições Brasileiras: 1946*. Vol. 5. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. p. 113.

²⁷⁵ LAFER: maior aliado atual do comunismo – culpado pela miséria que assola o nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953. Transcrição de notícia publicada no *Diário Carioca*, Rio de Janeiro.

²⁷⁶ *Id. Ibid.*

²⁷⁷ *Id. Ibid.*

fato presente que circulavam nos jornais e configuravam um campo de incertezas e insegurança social.

A burocracia na liberação dos recursos também foi denunciada pelo bispo auxiliar de Teresina, Dom Raimundo de Castro e Silva. O bispo foi ao Rio de Janeiro pedir ajuda do Governo Federal para o Piauí e, em entrevista ao jornal *Tribuna da Imprensa*, em abril de 1953, criticou a burocracia que tolhia a ajuda ao Nordeste. Os gêneros alimentícios e medicamentos armazenados na então extinta Comissão de Abastecimento do Nordeste estavam retidos nos depósitos de Teresina por não ter sido assinada a ordem de entrega do estoque à Comissão de Auxílio às Vítimas da Seca (CAVIS), recém-criada, razão pela qual “ninguém pode tocar neles”²⁷⁸. Segundo Dom Raimundo, a situação chegara a tal ponto que o governador do Estado, Pedro Freitas, “chegava a falar em tomar esses gêneros pela força”²⁷⁹.

O sentido de urgência que orientava sua intervenção era ressaltado pela afirmação de que, mesmo se chovesse naquele momento, ainda assim seria preciso muitos meses para que a situação deixasse de ser calamitosa, uma vez que as colheitas foram perdidas e os víveres disponíveis não eram suficientes. Assim, o religioso continuava afirmando que, no Piauí, “gente morrerá ao longo das estradas e poderá haver epidemias, assaltos a localidades e saques”, caso não fossem tomadas providências urgentes. Foi calculado em 60 mil o número de crianças abandonadas encontradas nas estradas do Piauí pela CAVIS. Em Teresina, “o número de flagelados que vêm, em ‘paus de arara’, a cavalo e, principalmente a pé, é incontável. Todos querem tomar o trem [para o Maranhão]. Chegam, porém, em tal estado de penúria que precisamos socorrê-los.”²⁸⁰ Pobre e sem ajuda, Dom Raimundo concluía: o Piauí transformou-se numa estrada.

Considerando esses discursos, podemos afirmar que a emergência era afirmada a partir destas narrativas carregadas pela descrição do sofrimento dos flagelados e da tensão social que davam destaque às muitas expressões da pobreza vivida naqueles anos. Estes discursos sempre ressaltavam a quantidade de retirantes afetados pela seca, as condições de sua marcha rumo às cidades, a aglomeração no meio urbano, a necessidade de serem socorridos com urgência, a impossibilidade de socorrê-los em razão da burocracia na liberação de recursos, etc. E a emergência era reafirmada como denúncia e no apelo aos poderes públicos para intervirem na situação. Entendemos que em todos eles a crítica é

²⁷⁸ GRAVE denúncia do bispo auxiliar de Teresina: É possível uma Revolta Popular no Nordeste. Milhares de crianças estão passando fome. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 23/04/1953. Transcrição de notícia publicada na *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro.

²⁷⁹ *Id. Ibid.*

²⁸⁰ *Id. Ibid.*

também um lugar de medo. A citação abaixo é longa, mas diz muito sobre o tom de crítico anunciado através de várias dimensões do problema:

A esta altura o Ministro João Cleofas estará contando o que viu e o que ouviu durante a sua excursão ao Nordeste.

Não serão agradáveis, certamente, as recordações de S. Exa.! Os seus olhos devem guardar, ainda a visão atroz de **um povo aterrorizado pela emergência da fuga e da morte!** Nos seus ouvidos deve reboar, também, **o brado pungente de milhões de patricios** que já sofrem o rigor cintilante de um sol imutável!

A brutalidade do drama nordestino, se não comoveu e conquistou o homem, terá sido um desafio à capacidade do Ministro.

Os socorros para o Nordeste virão! Por força de um dispositivo constitucional eles nos são devidos e a opinião pública brasileira impõe a sua remessa.

O sofrimento transitante dos ‘paus e arara’, calou, profundamente, na consciência cívica do país, transformando, por fim, **o flagelo do Nordeste num problema do Brasil**. A agitação que empolga todos os círculos políticos e sociais da nação, prenuncia, para breve o equacionamento definitivo do problema secular que nos aflige.

Por outro lado, o estágio atual de civilização brasileira é incompatível com o abandono e desamparo em que se encontram as populações nordestinas. O país inteiro, por certo, convergirá para o Nordeste as suas atenções. E nesse movimento nacional de recuperação, caberá ao nordestino a cota maior de trabalho.

Antes de tudo cumpre-lhe reformar o sentido utilitarista que emprestou ao fenômeno das secas. Até hoje o Nordeste se tem utilizado das secas, como mendigo das suas chagas curáveis, para atrair a caridade pública.

Como este, ele descurou a terapêutica apropriada ao mal, no caso, um plano conjunto de prevenção e combate, para o qual a Constituição Brasileira oferece os necessários recursos. Aos governos e às bancadas nordestinas, cabe a responsabilidade pela elaboração e execução sistemática desse plano que, além dos favores constitucionais, contará com o apoio e a compreensão da opinião pública nacional.

Entrementes, **voltemo-nos para a contingência atual que se anuncia grave e sombria**. Diante da miséria que ameaça os nossos conterrâneos, é indispensável a colaboração de todos, no sentido de amenizar as agruras dos dias tristes que se seguirão. [...] ²⁸¹

Entre os muitos aspectos relevantes que estão presentes no texto acima, podemos destacar pelo menos três. Em primeiro lugar, a narrativa forte que enfatiza a emergência do problema através de expressões marcantes (brutalidade, drama, sofrimento, brado, etc.). Os pobres do Nordeste estavam vivendo um drama brutal, aterrorizados fugiam da fome nas piores condições possíveis. Em segundo lugar, que isso merecia a intervenção do Estado porque aquele problema superou as fronteiras do Nordeste e se tornou um problema nacional, cuja opinião pública comovida faria pressão em favor dos nordestinos. Em terceiro lugar, diante dessa, com a ajuda do Estado, o Nordeste deveria superar o caráter “utilitarista” que a

²⁸¹ NOSSO apelo. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953. Grifos nossos.

seca adquiriu ao longo dos anos e deveria deixar de se comportar como um falso mendigo, aquele que tem toda a possibilidade de trabalhar, pois suas chagas eram curáveis, mas isto não ocorre em razão de estar acostumado a receber a caridade sem esforço. Para mudar este quadro seria necessário o apoio de todos, do governo federal e estadual e, sobretudo, do povo nordestino.

Muitos discursos que falavam nesta conjuntura sobre a emergência da pobreza no Nordeste e no Piauí, ampliavam o debate sobre os problemas específicos da seca de modo a atingir o nordestino pobre de um modo geral. A desorganização da economia sertaneja que provocava as mazelas muitas vezes anunciadas nos jornais da época tinha o seu momento mais radical na destruição das lavouras, razão pela qual, como descrevia Josué de Castro, no livro *Geografia da Fome*, os sertanejos, “morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, [...] fugindo aterrorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada”, partiam para outras regiões. Mas em períodos de estiagem, outro tipo de desarticulação da economia nordestina se verificava, atingindo mais acentuadamente a gente comum: a desigualdade social numa terra de enormes e improdutivos latifúndios.

Além disso, a escassez de alimentos provocada pela seca após a desorganização da economia primária da região, no mesmo passo, motivava a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Os aumentos dos preços muitas vezes não se deviam tão somente à redução da oferta daqueles produtos em virtude da baixa produtividade agropastoril em tempos de seca, mas, volta e meia, decorriam da sua retenção nas mercearias e armazéns com a intenção deliberada dos comerciantes de auferir lucros com a calamidade ou justificados por ela.

Com a intenção de combater os excessos de comerciantes considerados gananciosos que a pretexto das periódicas crises de abastecimento embolsavam enormes lucros com o açambarcamento desarticulando ainda mais profundamente a economia popular, que alguns críticos acionaram a letra da carta constitucional de 1946 que estabelecia mecanismo que previa a intervenção do Estado na ordem econômica e social. Como prescrito nesta “brecha” legal, a União poderia, “mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade”²⁸², cabendo também reprimir “toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, [...] que tenham por fim dominar os mercados

²⁸² Art. 146 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Cf. BALEEIRO, Aliomar e LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições Brasileiras*: 1946. Vol. 5. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. p. 103.

nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros”²⁸³, sendo “a usura, em todas as suas formas, [...] punida na forma da lei”²⁸⁴.

Estes dispositivos constitucionais não eram novidade quando de sua criação, ou pelo menos já existiam em parte, pois a ideia geral já tinha aparecido nas Constituições de 1934 (principalmente) e 1937. Entretanto, o elemento diferencial que a Constituição de 1946 trouxe foi o tom veemente com o qual enfatizava que a lei reprimiria os abusos, inclusive quando do aumento arbitrário dos lucros no âmbito da economia popular. O argumento de que em tempos de crise a Constituição dava poderes ao Estado de intervir na economia em defesa da gente comum foi amplamente utilizado pela imprensa nacional e piauiense no início da década de 1950, falando muito sobre a crise de abastecimento que fazia parte do cotidiano das pessoas pobres e confluindo para uma inflexão no debate e nas providências contra a fome e a pobreza.

Não podemos esquecer que em Teresina, os debates acerca da crise vivida, capitalizados por temas como a pobreza, a seca e a fome, eram colocados em pauta pelos intelectuais no momento em que as comemorações dos cem anos da cidade estavam em plena evidência, de modo que, às expectativas e esperanças aderentes à efeméride, somou-se uma reflexão sobre seus problemas estruturais e, como que à revelia, sobre a vida e as dificuldades das pessoas comuns. Não podemos também deixar de ressaltar que essa elite intelectual teresinense que contribuía nos jornais da cidade era composta, como ressaltamos no início desse capítulo, por bacharéis em Direito, professores, clérigos, acadêmicos da Faculdade de Direito e Filosofia e, portanto, não poderia deixar de expressar suas opiniões levando em consideração as referências do imaginário social, as diversas implicações da pobreza e as obrigações do Estado, fundamentando-se nos princípios constitucionais e na legislação em defesa do povo em épocas de crise.

Considerando estes vários discursos que expressam de diversas maneiras a presença da pobreza no Piauí, é possível entrever o acúmulo de tensões que naqueles anos informou o caráter de emergência dado ao tema. Uma urgência informada pela presença cotidiana e ameaçadora da fome, da nudez e do definhamento do homem pobre. O reconhecimento de que o Piauí era um Estado pobre ganhou naqueles anos uma materialidade que incomodava.

²⁸³ Art. 148. Cf. BALEEIRO, Aliomar e LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições Brasileiras: 1946*. Vol. 5. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 200, p. 104.

²⁸⁴ Art. 154. *Ibid.*, p. 105.

2.3 *Omnia in Charitate*: comoção, caridade e assistência

Embora motivadas por circunstâncias diversas (a ocorrência da estiagem para os flagelados e, no caso dos pedintes, tantas e variadas motivações ligadas à inserção no mercado de trabalho, moléstias, tragédias familiares, vícios, etc.), os flagelados da seca e os mendigos eram lidos na cultura letrada não apenas através da errância e das misérias materiais e morais pelas quais estavam sujeitos. Ambos suscitavam sentimentos contraditórios, em grande medida frutos de uma tendência da imprensa em ressaltar aspectos grotescos, dando destaque às vestes maltrapilhas, sujas e aos corpos dilacerados por chagas, deformidades físicas ou mesmo pelo delineamento dos ossos nas carnes magras dos andarilhos.

Em parte, a exposição do grotesco fazia sentido quando consideramos as características da imprensa no início dos anos 1950, como pontuamos no final do primeiro capítulo. A escrita jornalística em Teresina possuía ainda laços com a escrita literária, sendo caracterizada pelo estilo livre e o largo uso de adjetivos e expressões que concorriam para produzir significados e fortalecer conclusões que respondiam às intenções de seus escritores, uma particularidade ainda muito ligada ao estilo de jornalismo de alguns periódicos do final do século XIX e início do século XX²⁸⁵. Concomitante a isto, desde o final do século XIX a exposição dos pobres através de feição grotescas é um dos elementos que faz parte de um arsenal discursivo sobre o qual se diz o Nordeste (outrora o Norte) e o povo nordestino (outrora, nortista) como síntese da pobreza nacional²⁸⁶. Tais leituras começaram a emergir com mais intensidade, segundo Alexandre Barbalho, a partir da relação de alteridade surgida através do olhar em relação às imagens das misérias da seca de 1877, onde, “na incompreensão do que era estranho, o discurso, mesmo com pretensões realistas, adquiriu contornos grotescos”²⁸⁷ e traços que marcavam uma separação entre o civilizado e o bárbaro,

²⁸⁵ A comunicóloga Valéria Guimarães, em estudo sobre a imprensa de São Paulo no final do século XIX e na primeira década do século XX, aponta a popularização de seções sobre *atos diversos* (*fait divers*) nos jornais de maior circulação no Brasil onde se publicava “crônicas policiais, que também traziam prodígios de todos os tipos, [...] contadas de modo dramático, por vezes com laivos cômicos, povoando os jornais com cenas violentas ou absurdas”. Do ponto de vista do jornalismo empresarial da época, tais seções, explorando as temáticas de maneira sensacionalista, eram lucrativas na medida em que popularizavam os jornais e aumentavam as vendas. Para o historiador, é possível, segundo Guimarães, levantar questões sobre a “representação que os contemporâneos faziam da cidade de São Paulo, das camadas mais pobres da sua população, assim como do lugar estratégico da imprensa e das comunicações nas políticas higienistas”. Cf. GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, jun. 2007, p. 324 e 344.

²⁸⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Nordeste: uma paisagem que dói nos olhos e nas mentes. In: *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008, p. 206.

²⁸⁷ BARBALHO, Alexandre. Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877. *Trajetos*. Fortaleza, vol. 03, nº 06, abr. 2005, p. 147.

o normal e o grotesco, o sulista e nortista, o eu e o outro²⁸⁸. Em certa medida, os termos dessa separação foram incorporados à cultura local, tendo em vista a utilização de discursos que operavam a repetição de enunciados sobre a pobreza, produzindo estereótipos que selecionavam uma parte para dizer o todo, ou seja, o retirante da seca para dizer o nordestino de um modo geral²⁸⁹. Ainda quando o discurso possuía um tom questionador do uso conveniente da seca para atrair atenção e recursos públicos, o discurso se valia de termos e expressões que evidenciavam o uso de estereótipos.

Além da exploração pela imprensa dos aspectos grotescos dos pobres, os sentimentos contraditórios em relação aos mendigos e flagelados também advinham da desconfiança que alimentava uma busca pelo conhecimento acerca das suas verdadeiras condições de vida e potenciais de ameaça. Nos periódicos estudados, a interpretação dos letrados sobre a mendicância passava pela clara e fundamental posição de que era salutar separar o joio do trigo. O Estado deveria agir no sentido de atestar as reais condições materiais e morais dos mendigos que, perante a lei, poderiam mendigar dentro de certos parâmetros aceitáveis (por verdadeira necessidade, de modo “digno” e sem expor alienados ou menores). Os mendigos que se enquadrassem nessas condições deveriam receber a assistência e a caridade. Esta, ligada às atitudes diante da miséria notadamente vinculadas ao pensamento cristão; aquela, ligada a um modo institucional de prover carências, mobilizando estrutura e recursos públicos. Os casos desviantes deveriam ser enquadrados e reprimidos conforme a lei: pela falsa mendicância.

Por sua vez, para muitos letrados os retirantes da seca eram considerados sujeitos íntegros e ordeiros (características anunciadas como naturais entre os homens do campo). Parte desses discursos mobilizava adjetivos e ideias que suscitavam comoção, informando uma contundente e imperiosa necessidade de olhar a suas misérias, dar atenção aos sujeitos e agir em prol de dirimir os seus sofrimentos. A comoção, tomada na sua dimensão individual fruto do olhar do observador, movia na escrita jornalística signos capazes de torná-la coletiva entre parte dos leitores, que incorporavam a indignação que alimentava atitudes caridosas na população e exigiam assistência do Estado.

²⁸⁸ BARBALHO, Alexandre. *Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877. Trajetos*. Fortaleza, vol. 03, nº 06, abr. 2005, p. 148.

²⁸⁹ Conforme analisa o historiador Elson Rabelo, “a pobreza piauiense era repetida nos enunciados até se tornar um estereótipo sobre o Piauí, que passava a operar, como todo estereótipo, com caráter metonímico, selecionando uma parte para representar o todo, dando visibilidade à miséria e à rusticidade e apagando os demais aspectos da sociedade e da cultura piauiense”. Cf. RABELO, Elson de Assis. Rumores de miséria, ecos da história. A emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. In. *Fênix: revista de história e estudos culturais*. vol. 06, ano VI, nº 01, jan./fev./mar. 2009, p. 18. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br> Acesso em: 08 jun. 2013.

Entretanto, para outros, a comoção não era o sentimento preponderante, pois os retirantes eram lidos também a partir de um olhar de suspeita e medo, justificados pelos possíveis efeitos da degradação moral que a condição miserável produziria sobre suas índoles. Vivendo um estado de miséria e desamparo, poderiam se inquietar de tal modo que transbordariam os limites do suportável pelo seu temperamento ordeiro e proporcionariam episódios de violência e transgressões, como os saques e outras ações. Ou seja, suscitavam desconfiança entre parte dos letrados que aguardavam a qualquer momento uma explosão de ações consideradas antissociais e incivilizadas (por isso a urgência nos clamores para que o Estado controlasse a situação).

Havia, portanto, uma tensão entre os olhares letrados em relação à mendicância e ao flagelo da seca. Atribuir e esperar ações mais enérgicas do Estado com vistas a pôr fim ao que consideravam misérias morais de Teresina era um posicionamento corriqueiro e parece demonstrar certa esquiva em aceitar os problemas sociais como comuns a todos aqueles que vivem em sociedade. Os que se percebiam como co-responsáveis pela questão encontravam na caridade um meio de ação para amenizar a pobreza do outro, ação que teria implicações interiores. Na imprensa, alguns discursos ponderavam sobre a riqueza e a pobreza tomando por base a ética do bom cristão, como a seguir tentaremos discutir não através de discursos oficiais oriundos da Igreja e suas filiações, mas daqueles disponíveis na imprensa que se colocavam no debate evocando elementos do discurso cristão.

O número de católicos no Piauí evidencia uma supremacia da Igreja Católica como norteadora dos comportamentos na vida pública e privada. Em Teresina, de uma população de 90.723 habitantes, 88.764 declaravam-se *católicos*, portanto, 97,8% dos teresinenses. Fora desse universo os números mais expressivos eram de *protestante*, 1.089, e de *espíritas*, 260. Declaravam-se sem religião 380 habitantes. Cristãos ortodoxos, judeus e maometanos juntos não somavam mais que 8 praticantes, um contingente reduzido que pode ser explicado pela não existência de mesquitas e sinagogas em Teresina de práticas religiosas que exigiam um relacionamento próximo dos fiéis com seus respectivos lugares sagrados.

As religiões de origem africanas e afro-brasileiras não foram mencionadas ou estavam contabilizadas no genérico item “outras religiões”, com um contingente de 146 praticantes²⁹⁰. De maneira geral, os números dão subsídio para ressaltarmos a dimensão que a

²⁹⁰ Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico* (1º de julho de 1950). Estado do Piauí, seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952. p. 23. Importantes estudos abordam de muitas maneiras os temas relacionados à religiosidade no Piauí na metade do século XX, sobretudo referentes à Igreja Católica, entre eles estão: ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. *Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetória e representações do Arcebispo do Piauí (1956-1971)*. 2008.

ética cristã ocupava nas mentes dos letrados e entre as pessoas comuns. É preciso lembrar que, como foi comum em muitas empreitadas colonizadoras dos portugueses séculos atrás, muitas cidades no Brasil desenvolveram-se na circunvizinhança de uma igreja católica, algumas de modo espontâneo e outras com parte do processo estatal de ocupação do território. Teresina não foi diferente, pois, como citamos no capítulo anterior, cresceu em lugar escolhido pela presidente da província, José Antônio Saraiva, e teve como primeiro prédio público edificado a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a Igreja Matriz da cidade.

A relação dos teresinenses com as práticas católicas permanece de tal modo arraigada que sequer conseguimos precisar com alguma certeza a eleição do princípio *Omnia in Charitate* (em tradução livre, “Tudo pela Caridade”) como lema da cidade. Essa concepção de influência cristã provavelmente ganhou força com o uso corrente nas homilias do Frei Serafim de Catânia entre os anos de 1874 e 1886, quando, segundo a historiadora Maria Mafalda Baldoino de Araújo, “esse missionário considerado pelos católicos ‘santo e portador das bênçãos do céu’ conseguiu envolver a sociedade na ética católica através de seus conselhos, palavras de paz e esperança”²⁹¹. O frade italiano pregou a caridade e a compaixão pela pobreza quando a cidade de Teresina vivia os espectros da seca de 1877-78: o medo, a fome e as moléstias.

A ideia de caridade cristã está presente em muitos discursos em diferentes momentos da história da cidade. Além de falar de um progresso social fundamentado no bem-estar do povo e de um futuro incerto, o jornalista Karam Jorge Cury na crônica 2+2=4 que citamos no capítulo anterior, seguia a sua análise localizando o que, em sua opinião, era o cerne desta verdade incontestável que era a pobreza e o sofrimento da gente pobre. Gente que para escapar da fome se lançava às ruas na mendicância. O autor já havia anunciado que o amor entre os homens estava sendo suplantado por sentimentos como a vaidade, a cobiça e o egoísmo e que isso levava a sociedade a um ponto limite.

Seu argumento era ainda reforçado pela sua interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo, os quais informariam uma “doutrina humanitária”, para ele, um dos pilares esquecidos da sociedade que, ao lado da busca pelo progresso, levaria a solução dos

211f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2008; OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. *Imagens Dissonantes? A família teresinense: entre prescrições católicas e práticas culturais na década de 1950*. 2009. 173f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2009; e PEREIRA, Luciana de Lima. *A Igreja Católica em “tempos mundanos”*: a luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960). 2008. 242f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2008.

²⁹¹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. (1877-1914). Teresina: FCMC, 1995. p. 66.

problemas sociais. Assim, referia-se a duas concepções que para ele estavam em choque na sociedade: as *liberdades individuais* e a *coletividade*. Assim ele relacionava esses termos:

Disse Jesus Cristo que desceu à Terra para libertar o homem e trazer-lhe a paz. Por certo nunca veio à Teresina.

Creio que ele não veio à Terra para impor o verdadeiro sentido de uma comunidade sensata contra a vontade dos que não a querem, como se fossemos escravos. Não! O homem nasceu livre à imagem do criador. É livre de aceitar ou não a própria salvação, pois Deus o fez senhor do seu destino. Nesta liberdade é que reside a liberdade humana. O mesmo acontece com uma coletividade. O nosso povo está presenciando o choque entre essas duas concepções.

É preciso lutar sem esmorecimento para obtenção de uma sociedade justa e compreensiva, com o senso de iniciativa própria. Lutar até conseguir a Vitória do Bem contra o Mal, lutar sempre para minorar o sofrimento do próximo, sem outra preocupação que não seja o da grandeza da nossa terra crescida.

Reflitamos, portanto, um pouco por ocasião dos festejos do Centenário, e no turbilhão da alegria ergamos uma taça de champanhe e derramêmo-la sobre a nossa situação, que é a de quem se encontra quase à beira do abismo.²⁹²

Dizer que Jesus Cristo nunca veio à Teresina equivalia a dizer que por estas paragens suas palavras não tiveram eco. A relação que o cronista estabelece entre o livre arbítrio – a liberdade humana de escolher “seu destino” – e o interesse da coletividade é um elemento importante na sua argumentação. Se o homem individualista escolhe caminhar “fora da estrada que o conduz a redenção” e sua alma está dominada pela vaidade, cobiça e egoísmo, como poderia haver progresso social? Os interesses individuais não se encontravam compatíveis com as escolhas e ideais coletivos.

Na crônica do jornalista Karam Jorge Cury é possível concluir que ele era católico. Embora a sua fala tenha traços que fazem lembrar discursos do Rotary Club (com sua ênfase em laços fraternos, dignidade moral, busca de uma sociedade mais justa e progressista), não encontramos na literatura sobre a história do jornalismo piauiense menção sobre uma possível filiação de Karam Jorge Cury ao Rotary. Nem mesmo mencionavam qualquer relação com o Rotary Club quando volta-e-meia apareciam notas que divulgavam suas viagens ao Rio de Janeiro e sua relevante contribuição ao jornalismo piauiense. Caso fosse, essa informação certamente estaria exposta em notas, tendo em vista que esta era uma qualidade apreciada e utilizada para fazer pressão sobre autoridades filiadas²⁹³.

²⁹² CURY, Karam. 2+2=4. *O Dia*, Teresina, Ano II, 17/08/1952.

²⁹³ Exemplo disso encontramos em inúmeras matérias que faziam menção à filiação de políticos e empresários ao Rotary Club. Quando em 12 de agosto de 1951 o jornal *O Dia* queixava-se dos elevados preços dos itens de primeira necessidade e das péssimas condições sanitárias do cais do porto fluvial de Teresina, situado à Avenida Maranhão, onde eram comercializados alimentos, frisou: “o Diretor de saúde Pública é rotariano e o Prefeito um bom viverdor”. Inadmissível que o primeiro, rotariano, não tomasse providências já que o segundo pouco se

Karam Cury apresentava aos leitores o que percebia na cidade de Teresina: uma sociedade centenária em busca do progresso, mas de indivíduos egoístas que caminham no sentido oposto ao do bem-estar entre os homens. O choque entre individualismo e coletividade, para o autor ajudava a disseminar a pobreza de “mãos estendidas” nas ruas e, contraditoriamente, diante do abismo social em plena efeméride do Centenário. E neste conflito entre o interesse individual e da coletividade, o autor conclama a participação de todos em favor da luta por uma sociedade melhor. É possível perceber, pela ironia que expressa quando ressaltou que em Teresina os ensinamentos de Cristo não encontraram eco, que era preciso cultivar um comportamento coerente ao de um bom cristão, pois ele escolheria lutar por uma sociedade justa e compreensiva, “lutar sempre para minorar o sofrimento do próximo”. Ao finalizar a crônica, afirmou a sua posição de católico e sua esperança em dias melhores pela inspiração divina: “hoje é sábado, amanhã irei à Igreja”.²⁹⁴ Sábado, dia 17 de agosto de 1952, dia seguinte à pomposa festa do Centenário que reuniu numerosos políticos e personalidades a quem ele Karam Cury, de modo implícito, considerou vaidosos e egoístas.

O reconhecimento de que Teresina era uma cidade socialmente desigual, com muitos pobres e poucos ricos, e eivada pela vaidade e egoísmo ensejou muitas críticas como a de Karam Cury nos jornais da capital. Em 31 de maio de 1950, o *Jornal do Comércio* levou a público o editorial intitulado: “A questão é: Amar a pobreza”.²⁹⁵ Esse texto fazia uma crítica ressaltando que há quase um século, também se referindo ao centenário próximo de Teresina, “os homens de gabinete” se ocupavam em tentar resolver, sem sucesso, a verdadeira “questão social” que continuava a desassossegar os pobres. A posição que o homem ocupava na sociedade constituía um “problema social” passível de verificação, dado o “impasse de extremos e contradições” construído durante décadas entre, de um lado, os subúrbios, as casas de palha, os desnutridos, os pedintes nas ruas centrais da cidade, os retirantes e, de outro, o modo de vida abastado das elites piauienses²⁹⁶.

A pobreza apresentava-se como um problema que desafiava pela sua aparência insolúvel. Isso porque, para outros grandes temas que ocupavam os debates políticos, como a saúde pública, a educação e a instrução profissional, apontavam-se soluções possíveis e alguns avanços poderiam até ser notados. Mas quando se falava da pobreza em suas múltiplas formas, segundo o jornal, nenhuma melhora se verificava. Assim, ao discutir a pobreza em

importava com a situação, como queriam ressaltar. Cf. AS MISÉRIAS de Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 19/08/1951.

²⁹⁴ CURY, Karam. 2+2=4. *O Dia*, Teresina, Ano II, 17/08/1952.

²⁹⁵ A QUESTÃO é: amar a pobreza! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano IV, 31/05/1950. Texto não assinado sob a responsabilidade do redator, Da Costa Ribeiro, e do diretor do jornal, Bento Clarindo Bastos.

²⁹⁶ *Id. Ibid.*

Teresina – do mesmo modo que era preciso distinguir o “pobre” do “não pobre” através de um Atestado de Pobreza quando da concessão de auxílios públicos, como ressaltavam os vereadores e o prefeito dias antes no caso dos desabrigados²⁹⁷ ou para distinguir os verdadeiros dos falsos mendigos – antes de tudo era preciso distinguir bem o que seria *pobreza* e *miséria*, termos muitas vezes utilizados como sinônimos.

Nesta sociedade com maioria absoluta de católicos e com uma Igreja muito influente na vida cotidiana, o discurso cristão dava o tom da crítica. E a diferença entre os conceitos de *pobreza* e *miséria* era fundamental para pôr às claras os problemas observados diariamente: a posição que o homem ocupava na sociedade, o estado de necessidade vivido por inúmeras famílias, a mendicância e a fome. Afinal, tudo era uma questão moral:

Nós devemos distinguir bem entre pobreza e miséria. Miséria é um mal. A pobreza um bem. As S. Escrituras dão o exemplo da verdadeira posição humana quando incita os fiéis a esta oração: “Eu te peço Senhor: nem riqueza nem miséria. Dá-me o que for necessário para a vida”.

Cristo viveu em Nazaré sem riqueza, mas também não viveu na miséria. O carpinteiro S. José, como todos os artífices daquele tempo, ganhava o suficiente para sustentar sua família. Miséria houve por algum tempo talvez em Belém e nos primeiros tempos no Egito e depois no Gólgota. No espaço que mediou, pode-se falar da pobreza de Jesus, não de sua miséria.

S. Francisco que se entusiasmou também tanto pela pobreza, não pensou nunca nem em entregar seus frades apenas à mendicância nem à falta dos meios necessários a uma vida humana. Os frades deviam trabalhar e assim ganhar o necessário para a vida – é a sua ordem. Só no caso de não darem aos frades a paga do trabalho é que estes poderiam pedir de porta em porta. Não precisariam, portanto, ficar sem o necessário para a vida.²⁹⁸

Como é possível observar, o significado cristão de pobreza e miséria poderia ser localizado nas histórias bíblicas de tempos imemoriais, na vida de Jesus Cristo e nas histórias dos Santos, especialmente, São Francisco. A oração citada como “o exemplo da verdadeira posição humana” é um trecho *d’As palavras de Agur*, no livro dos Provérbios, e a sua leitura é importante para entendermos por que a *miséria* carregava um significado negativo, enquanto a

²⁹⁷ No ano de 1950, antes da grande seca de 1951 e 1953, foram as chuvas que agitaram o cotidiano dos bairros pobres de Teresina. Inúmeras famílias tiveram seus lares destruídos pelo excesso de chuvas, em contraste com os longos períodos de calor ardente tão característico da cidade e de seca. Desabrigadas, as famílias pediram ajuda aos poderes municipais, uma vez que a força das chuvas arruinou tudo que tinham: seus frágeis casebres de taipa e alguns pertences miúdos. A situação apresentava-se de tal modo calamitosa que por diversas vezes foi o principal tema discutido na Câmara Municipal de Teresina entre os meses de março e maio daquele ano. O vereador Edson Pires, reiterando falas anteriores suas e dos seus pares, insistia em consultar a Casa “se não era possível estudar um meio de facilitar às pessoas reconhecidamente pobres, a reconstrução de suas casas que desabaram com as últimas chuvas”. O reconhecimento da pobreza se faria através de Atestado emitido pela Delegacia de Polícia. TERESINA. Câmara Municipal. Ata da 209ª Sessão Ordinária de 30 de março de 1950. *Livro de Ata nº 3*, folha 5.

²⁹⁸ A QUESTÃO é: amar a pobreza! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano IV, 31/05/1950.

pobreza seria uma virtude, como defende o texto. O personagem bíblico Agur pedira a Deus que, durante sua vida, não lhe provesse de duas coisas: primeiro, que afastasse dele a falsidade e a mentira; segundo, que Deus não lhe desse nem a riqueza, nem a miséria, mas apenas o necessário.²⁹⁹ E justificara: “para não suceder que, estando eu farto, te negue e diga: Quem é o Senhor? Ou que, empobrecido, venha a furtar e profane o nome de Deus”³⁰⁰.

Riqueza e miséria eram extremos cujo ponto de inflexão era a pobreza. Eram apresentadas, assim, como condições perigosas porque desviavam o homem da submissão a Deus. Tomado pela fartura e pela vaidade dela advinda, o homem poderia negar o Senhor. Vivendo na miséria (estado de pobreza extrema, sem o necessário ao sustento), o homem poderia cair na corrupção, furtar e não honrar o Senhor. Assim, o valor da pobreza estaria na condição de viver apenas com o necessário. A vida de Cristo e de São Francisco eram exemplos perfeitos disso, pois viveram apenas com o necessário à vida e valorizavam o trabalho. Assim entendida, a pobreza era a medida exata da humildade humana e do lugar que deveria ocupar na sociedade e mediadora dos comportamentos em relação ao outro, enquanto a miséria correspondia a um estado injurioso e degradante do indivíduo.

Pondo a questão nesses termos e continuando sua argumentação, o jornal afirmava que não se colocava um ponto final nas misérias nas quais a cidade padecia porque os ricos, aqueles que tinham condições e o dever pela sua posição privilegiada na sociedade, não perseguiriam verdadeiramente este caminho.

É preciso ser pobre para saber e ter a vontade pronta para sanar a miséria dos necessitados. Os ricos não são capazes de querer isto séria e praticamente, a não ser que tomassem em consideração ao mesmo tempo, o propósito ou pelo menos a possibilidade de se tornarem pobres. Mas então já seriam pobres espiritualmente e no caminho mais curto para tal se tornarem também social e economicamente.

Uma das razões principais da questão social é haver bem poucos ricos com vontade séria de se tornarem pobres, e bem poucos pobres que estejam felizes com sua pobreza. Há ricos com sentimentos de justiça e amor ao próximo. Mas neles estes sentimentos não vão até onde começa, mesmo de longe, a pobreza.³⁰¹

Segundo essa leitura, o pobre, aquele que vive apenas com o necessário, compreenderia a pobreza e a sensibilidade de ser caridoso. As palavras acima evocavam, ainda, uma passagem bíblica importante na interpretação cristã da pobreza e da riqueza,

²⁹⁹ Pv 30, 7-9. *BÍBLIA Sagrada*: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2ª edição. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005. p. 616-617.

³⁰⁰ *Id. Ibid.*

³⁰¹ A QUESTÃO é: amar a pobreza! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano IV, 31/05/1950.

interpretação essa considerada pelo crítico. Jesus em uma de suas pregações foi questionado por um homem que, ajoelhando-se diante dele, perguntou: “Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?”³⁰² E Jesus o orientou a seguir os mandamentos de Deus. O homem respondeu que observara todos os mandamentos desde a infância e insistiu na pergunta. Jesus, então, disse que faltava uma coisa: “Vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; então, vem e segue-me”³⁰³. Surpreendido com as palavras de Cristo, o homem retirou-se contrariado e triste, pois era dono de muitas propriedades.

Aparecendo nas entrelinhas do texto, o conto bíblico do encontro do jovem rico com Jesus Cristo indica bem a ideia que o autor queria ressaltar do que se observava na sociedade teresinense. Se era preciso ser pobre para compreender a pobreza e assim se dispor a “sanar a miséria dos necessitados”, os ricos não eram capazes disso, pois situados no outro extremo da vida material e inebriados pela condição social que gozavam, segundo a visão do jornal. Mesmo os que possuíam sentimentos nobres como o amor e a justiça, não chegavam nem de longe a compreender o significado da pobreza e o que era ser pobre.

Obviamente, o texto não considera o comportamento daqueles que ascenderam socialmente, deixando a pobreza através do trabalho e gozando uma boa vida material. Afinal, uma das promessas do mundo capitalista é a livre possibilidade de ascensão e enriquecimento pelo trabalho. A intenção do crítico, portanto, pode ser compreendida como espaço de denúncia e exposição da questão em termos cristãos, convocando a população (letrada e católica) a olhar as misérias de Teresina, buscar maneira de minorar os sofrimentos dos pobres e observar os preceitos como a humildade e a caridade. A questão seria, então, amar a pobreza, como assinalava o título do texto.

Esse discurso se reverte ainda como crítica a segmentos da Igreja Católica. A ideia expressa no texto parte da constatação da sua opulência e avaliava que, em decorrência dela, não tinham a capacidade de pregar uma vida simples. Concluía, portanto, que havia um contraste entre a riqueza do clero e seu discurso em favor da pobreza, razão pela qual a Igreja necessitava do exemplo que ela não poderia dar, precisava mesmo do exemplo de humildade de seus fiéis: “Em si, portanto, seria esta a hora mais própria para a criação de uma ordem de leigos cristãos com o ideal da pobreza”³⁰⁴. Segundo o Jornal, tal ordem de leigos no passado já colhera bons frutos, pois

³⁰² Mc 10, 17-22. *BÍBLIA Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2ª edição. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2005, p. 897-898.

³⁰³ *Id. Ibid.*

³⁰⁴ A QUESTÃO é: amar a pobreza! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano IV, 31/05/1950.

No século 13, a pobreza das ordens chamadas mendicantes fizera correr no povo uma torrente de clara e fresca água evangélica. Ao mesmo tempo os teólogos construíram um novo e maravilhoso edifício de pensamento religioso. Pois, vida e pensamento estão em relação bem íntima na existência dos povos. Estas ordens, infelizmente, perderam seu frescor de vida e ação. [...]

O clero pode com muito mais facilidade e eficiência anunciar o reino de Deus e do carpina Jesus Cristo vivendo pobremente, ou melhor, sendo pobre. Rico, ele [o clero] não tem a faculdade e a graça de fazê-lo. Mas a pobreza do clero já não basta hoje à Igreja. Assim como a Igreja precisa hoje do apostolado dos leigos, precisa também de sua pobreza. Os leigos cristãos têm de dar testemunho em favor da pobreza. Sem testemunho não há apostolado. E este testemunho tem de ser dado visivelmente diante do mundo, e nos pontos principais. Ora para o mundo de hoje o ponto crucial de tudo é o dinheiro.³⁰⁵

O mundo moderno, segundo o raciocínio expresso no editorial, estava solidamente estabelecido sob duas colunas: a *mentira* e o *dinheiro*. E a coluna da mentira servia apenas para apoiar a coluna do dinheiro, razão pela qual, “na intenção de lucrar e enriquecer é que se engana e mente muito”³⁰⁶. Do amor ao dinheiro nasciam sentimentos como a vaidade, a cobiça e o egoísmo, pois o “instinto de posse” era próprio do ser humano, considerado um dos seus “instintos mais naturais”, e por isso mesmo afirmava a necessidade de decidir pela pobreza, como modo de enfrentamento da inversão de valores cristãos, passando da “simples boa vontade” à “vontade de ação”³⁰⁷, tal como séculos atrás fizeram as ordens mendicantes. Afinal, como concluía, “vida e pensamento estão em relação bem íntima na existência dos povos”. Então, era preciso alinhar o discurso à prática, pois a maior ameaça imposta pelo “instinto de posse” consistia no comprometimento do próprio destino da sociedade ao “pôr em jogo toda esta teia de relações do cristianismo com a cultura e a civilização”. E concluía: “[...] se os cristãos não derem o exemplo da pobreza voluntariamente, serão obrigados a dá-lo”.³⁰⁸

Chegamos finalmente àquela que seria, no nosso entendimento, a intenção do texto: alertar sobre os perigos e incertezas em relação ao destino da sociedade, ou seja, ressaltar que a ausência de uma conduta informada pela ética cristã era mais um indício de que uma crise moral se instalara. Embora o editorial revele uma forte influência do pensamento cristão acerca dos pobres e da postura diante da pobreza, que faz parte da história ocidental e que se fazia presente entre os teresinenses naquele momento, a contradição se instaura na constatação (implícita ao texto) do declínio do princípio *Omnia in Charitate* como

³⁰⁵ A QUESTÃO é: amar a pobreza! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano IV, 31/05/1950.

³⁰⁶ *Id. Ibid.*

³⁰⁷ *Id. Ibid.*

³⁰⁸ *Id. Ibid.*

ideia norteadora das atitudes face à pobreza entre os contemporâneos, declínio este verificado em uma capital com população majoritariamente católica.

As representações da pobreza (como ideal), da riqueza e da miséria (como extremos indesejáveis em suas consequências morais), bem como as práticas reclamadas como alinhadas (ou desalinhadas) com a caridade presentes no texto possuem ligações históricas informadas pelo pensamento cristão com relação à pobreza. O historiador polonês Bronislaw Geremek, ao estudar a presença de personagens vagabundos e miseráveis na literatura europeia entre os séculos XIV e XVII, mostra que “[...] a pobreza era um valor proclamado e afirmado pelo cristianismo [...], o que repercutiu sobre a atitude geral diante do fenômeno social dos pobres”. Entretanto, a valorização da pobreza e a atitude cristã em relação aos pobres não deveria ser interpretada “como sinal de uma valorização positiva do mundo da miséria”³⁰⁹, pois havia uma diferença entre ser pobre e ser miserável. Segundo Geremek, a pobreza voluntária “era um estado digno de elogio, enquanto a miséria ‘por necessidade’ era moralmente condenada”³¹⁰, considerada, portanto, um mal. Ao afirmar a necessidade de dar o exemplo de humildade, evocando a memória de uma “ordem de leigos cristãos”, tal como as ordens mendicantes do cristianismo medieval, valorizava-se o papel da pobreza voluntária de outrora pela passagem do discurso à prática, entendida também como “um caminho para a perfeição e a salvação”³¹¹. Esta compreensão passou por mudanças através de um longo e lento processo, quando “a miséria aparecia sobretudo como uma praga social, e o pobre como uma figura perigosa para a ordem pública”³¹².

Bronislaw Geremek aponta que, no desenvolvimento das ideias sobre a pobreza, “assiste-se, na era moderna, ao progressivo esvaziamento da reflexão ética e religiosa nas interpretações do fenômeno e ao privilegiar de análises em termos de política social, interesse colectivo e razão do Estado”³¹³. Esse esvaziamento da reflexão religiosa mencionado por Geremek pode ser verificado no declínio do princípio *Omnia in Charitate*, incentivado em Teresina a partir do final do século XIX pelo Frei Serafim e reclamado como ausente pouco mais de meio século depois pelo editorial do *Jornal do Comércio*, em 1950. Concomitante às leituras que percebiam a pobreza como uma questão de política social, ou seja, de assistência e controle formulados por um corpo de intelectuais e executados com a intercessão do Estado,

³⁰⁹ GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 9-10.

³¹¹ *Ibid.*, p. 20.

³¹² *Ibid.*, p. 21-22.

³¹³ GEREMEK, Bronislaw. O mundo contemporâneo e a miséria. In: *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, [1995?], p. 275-276.

coexistia na vida social desde o século XVIII a ideal de compaixão pelos pobres. Segundo o raciocínio iluminista analisado por Bronislaw Geremek, “não se pode dissociar o progresso social da fraternidade universal nem da necessidade de desenvolver a instrução pública”. Nesse sentido, “a pobreza é considerada o resultado da ignorância dos pobres e da falta de solidariedade humana dos ricos”³¹⁴. A leitura de Geremek é baseada em suas pesquisas referentes à realidade europeia e é evidente que o caso brasileiro, especialmente no que se refere aos Estados do Nordeste, podemos localizar influências do modo de pensar iluminista em certos aspectos como também a existência de outras variáveis, como a ocorrência de fenômeno das secas, por exemplo.

Em certo sentido, o humanismo do século das Luzes teve importante reflexo no fortalecimento da autonomia individual (percepção da separação e caráter sagrado dos corpos humanos) e da empatia (reconhecimento de que outros sentem e pensam) como práticas culturais. Segundo Lynn Hunt, esses foram ingredientes importantes na construção de verdades autoevidentes sobre a condição humana, presentes desde a Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776, passando pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa de 1789 até a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pelas Nações Unidas em 1948, que “cristalizou 150 anos de lutas pelos direitos”³¹⁵.

Significados e sensibilidades construídos ao longo de séculos fundamentaram a ideia de que havia direitos humanos a serem defendidos e resguardados. Como afirma Lynn Hunt, “a Segunda Guerra Mundial estabeleceu uma nova referência para a barbárie com seus 60 milhões de mortos”³¹⁶. Inevitavelmente, pela sua proximidade temporal, as revelações sobre os horrores praticados pelos Alemães marcaram mais imediatamente as mentes letradas e forneceram referências que foram utilizadas para a descrição da pobreza em Teresina, combinadas com outras de cunho religioso, médicos e sanitários. Quando, por exemplo, as notícias sobre o custo de vida que subia hora a hora indicavam o sentimento de que se alastravam misérias materiais, morais e sociais, pois a subnutrição e a fome presentes naquele contexto provocavam toda a sorte de fatos degradantes ao homem, a menção à Segunda Guerra e, mais especificamente, à Alemanha Nazista foi evocada para dizer e quantificar a dimensão da crise:

³¹⁴ GEREMEK, Bronislaw. O mundo contemporâneo e a miséria. In: *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, [1995?], p. 279.

³¹⁵ HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 207.

³¹⁶ *Ibid.*, p. 202.

Se Deus não se apiedar de sorte do povo teresinense, dois terços da população de nossa infeliz Capital sucumbirá à fome, devido a grande miséria reinante entre as camadas menos favorecidas da fortuna.

A zona suburbana oferece, agora, uma paisagem descolorida, um aspecto desolador, de pobreza e desgraças, onde em campo propício a parca impiedosa vai ceifando sem dó, em certas cutiladas, centenas de vidas preciosas.

Nos casebres pobres dos bairros, nem o fogo da *trempe* de ferro continua aceso.

Nada tem o que comer. A fome domina todos os lares humildes.

Um campo de concentração, na Alemanha, em plena guerra, propiciaria aos seus prisioneiros melhor ração alimentar.

É a fome total, implacável.

Crianças maltrapilhas, desnutridas, escondem entre os farrapos das vestes um conjunto de ossos descalcificados.

A tuberculose, a paralisia infantil, o tifo, a gripe, a difteria e outras tantas calamidades infestam as alcovas das palhoças, onde nunca a Saúde Pública prestou a mínima assistência.

Todas as desgraças, todos os desajustamentos sociais são provenientes e resultantes do encarecimento da vida, de vez que astronômicamente ela teve o seu padrão elevado nestes últimos meses.³¹⁷

Logo de início, está presente no discurso a ideia de que só a piedade divina poderia livrar a população faminta da morte, tamanha era a crise. Entretanto, recorrer à misericórdia divina parece não ter sido suficiente para o produtor da nota (não assinada) pontuar a crise. O estado de coisas havia chegado a um patamar tal que não foi apenas comparado à Segunda Guerra, mas a superaria em certos aspectos, pois afirmava que até um campo de concentração nazista forneceria aos seus presos “melhor ração alimentar”. Como é possível observar, é notória a busca e utilização de uma vasta gama de referências para dizer a crise e empobrecimento. Não era observada, nos corpos dos famintos, a saliência dos ossos na pele magra que evidenciava a fome. Como que se fosse possível enxergar além das vestes e examinar com minúcia a composição do corpo, concluía-se sobre a carência alimentar. Assim como a Segunda Guerra forneceu novas referências para dizer a crise, evidenciadas pela própria adoção de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 pelas Nações Unidas, também as leituras das carências alimentares concorreram, a exemplo do que foi dito, para fornecer elementos para analisar o pobre e seus corpos.

Em que pesem as críticas sobre a reiteração de estereótipos relacionados ao Nordeste em Josué de Castro, é importante ressaltar que sua obra forneceu novos elementos para dizer a pobreza e os corpos dos pobres. A referência a “ossos descalcificados”, “desnutrição”, “subalimentação” passam a ser recorrentes no início dos anos 1950 na

³¹⁷ ENCARECE a vida. *O Dia*, Teresina, Ano I, 21/10/1951.

imprensa teresinense, ao contrário das descrições da pobreza no início do século XX até meados nos anos 1940, quando se falava de corpos “ossudos”, “esqueléticos”, pairavam pela cidade em decorrência da “fome”, expressões que coexistiam em menor frequência entre os textos pesquisados. O professor de geografia Francisco Cunha e Silva, por exemplo, escreveu inúmeros textos nos quais defendia a intensificação da produção de alimentos no Brasil com vistas a baratear os custos dos produtos de primeira necessidade e evitar a desnutrição, pois, conforme concluía “um povo sub-alimentado está fadado a decadência física e moral”³¹⁸. Em outra avaliação, Cunha e Silva constatava que, de modo geral, “come-se mal e pouco no Brasil, principalmente em virtude da precária situação econômica de sua população e do pouco conhecimento que a mesma possui em matéria de ciência alimentar”. Conclusões como essas apoiavam-se em obras como as de Josué de Castro, que ganharam popularidade nacional e internacional nos anos 1950, mas que estavam disponíveis entre intelectuais como Francisco Cunha e Silva desde os anos 1930, quando foi publicada a tese de Josué de Castro *Os problemas da Alimentação no Brasil* (1932) e, tempos depois, aquela que ficou conhecida como a sua obra clássica: *Geografia da Fome* (1946).

A ação do Estado na produção alimentícia e no barateamento dos custos de produção e aquisição de gêneros de primeira necessidade era uma atitude alinhada ao progresso social pretendido. A importância da ideia de progresso social pode ser observada nas leituras de Francisco Cunha e Silva apontadas no início do capítulo sobre a relação entre socialdemocracia e bem-estar social, assim como sobre a necessidade do Estado de prover a instrução pública. A política social, entendida como meio de prover a assistência que se esperava do Estado, também foi tema dos discursos da imprensa sobre a pobreza, da mendicância e aos flagelados da seca e outros considerados necessitados.

Mesmo quando se mostrava a grande preocupação com a falsa mendicância, de certo modo os jornais também ressaltavam uma preocupação com a assistência aos pobres pedintes, por isso afirmavam a necessidade de separar os falsos dos verdadeiros mendigos. Argumentavam que, vivendo o povo teresinense o que consideravam uma “fase negra da vida cidadina”, onde uma legião de maltrapilhos se arrastava pelas vias públicas impressionando mal os visitantes e condoendo os corações mais insensíveis, os leitores deveriam praticar atos humanamente cristãos para socorrer os verdadeiros necessitados. E quando afirmava isso, falava de cenas muitas vezes repetidas de pedintes nas ruas, pois, segundo eles,

³¹⁸ CUNHA E SILVA, Francisco. Terrível dilema. *O Dia*, Teresina, Ano I, 15/07/1951.

Em qualquer lugar público de Teresina, seja de dia ou às horas caladas da noite, há sempre um mendigo à nossa espera, às vezes em pranto, de lágrimas aos olhos, de mão estendida implorando uma esmola pelo amor de Deus... Não é tão fácil como parece a solução de tão grave problema. Depende, antes de tudo, do espírito de cooperação de cada um de nós. A vida humana só pode existir quando haja compreensão e auxílio de uns com os outros. O certo é que precisamos acabar de uma vez para sempre com a mendicância nas ruas de Teresina e para isso contamos, desde já, com o patriotismo e a boa vontade do nosso povo.³¹⁹

A constatação de que não era fácil pôr fim à mendicância e a posterior afirmação sobre a necessidade de engajamento coletivo para solucionar o problema indica uma mobilização para que a sociedade tomasse parte no enfrentamento da questão. Embora a crítica pontuasse um arrefecimento do espírito de caridade, este permeava as iniciativas de assistência aos pobres. Isso se deve principalmente ao fato de que, no Piauí, as instituições que atuavam na assistência aos pobres tinham vinculações filantrópicas, muitas delas com algum vínculo com a Igreja, e não constituíam um braço de ação ligados institucionalmente ao Estado, a menos no que se refere à dependência que tinham dos recursos públicos, que em grande medida mantinham as instituições, responsáveis por uma considerável parcela da renda auferida em conjunto com doações e contribuição de membros e associados. Apenas no final dos anos 1950, no governo Chagas Rodrigues (1958-62), eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi desenvolvida uma política econômica e social orientada pelo desenvolvimentismo³²⁰, que possuía entre outras características a busca de aproximação entre Estado e população pobre. Segundo o cientista social Antônio José Medeiros, Chagas Rodrigues buscou implementar uma política social, com a instalação do Serviço Social do Estado (SERSE), a assistência aos mendigos, o fornecimentos de refeições, a criação de uma pensão para os hansenianos inválidos, etc.³²¹

No início dos anos 1950, as principais instituições assistenciais existentes no Estado e que recebiam recursos públicos para seu provimento eram: a Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina; a Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba; a Sociedade de Amparo à Infância de Teresina; a Sociedade de Assistência aos Lázarus e

³¹⁹ A MENDICÂNCIA em Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 06/01/1952.

³²⁰ Essas ações traduziam-se na intenção de industrializar o Estado, planejar e modernizar institucionalmente a administração pública, além de intervir na economia. Nesse período foram criadas com esse fim a “Loteria Estadual do Piauí”, a Comissão e o Fundo de Desenvolvimento do Estado, as estatais “Centrais Elétricas do Piauí S/A” (CEPISA), “Agro-industrial do Piauí S/A” (AGRINPISA) e a “Telefones do Piauí S/A” (TELEPISA), bem como o “Banco do Estado do Piauí S/A” (BEP). MEDEIROS, Antônio José Castelo Branco. Forças sociais e disputa política numa conjuntura de crise. In: *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina: Cepac, 1996. p. 75-76.

³²¹ *Ibid.*, p. 77.

Doentes com Lepra; e a Liga de Assistência à Infância de Teresina. O quadro abaixo demonstra os valores repassados no exercício de 1949-1950:

Tabela 3 – Instituições Assistenciais subvencionadas pelo Estado do Piauí (1949-50)

INSTITUIÇÃO	ORÇAMENTO (Cr\$)
Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina	360.000,00
Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba	12.000,00
Sociedade de Amparo à Infância de Teresina	3.600,00
Sociedade de Assistência aos Lázarus e Doentes com Lepra	6.000,00
Liga de Assistência à Infância de Teresina	24.000,00

Fonte: PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 28 de fevereiro de 1951, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 28 de fevereiro de 1951. (Adaptado)

São limitadas as referências que localizamos acerca das instituições de assistenciais. Através da tabela acima, é possível perceber que a maior parte dos recursos cabia à Caixa dos Mendigos de Teresina³²², o que evidencia de certo modo que a repercussão do assunto na imprensa tinha uma conexão com a realidade e o Estado de algum modo respondia ao chamado de ação. Parte do recurso destinado às instituições assistências era captado pelo Estado com a compra pelos contribuintes do chamado *Selo de Caridade*, descrito como “uma taxa de assistência e segurança social” paga no âmbito da burocracia estadual, na solicitação de alvarás, licenças, abertura de firmas, e outros procedimentos. Não sabemos o valor unitário do *Selo de Caridade*, mas sua arrecadação gerou para os cofres públicos Cr\$ 123.148,00 em 1948, Cr\$ 135.281,60 em 1949, Cr\$ 122.629,10 em 1950, Cr\$ 183.570,10 em 1951 e 248.927,20 em 1952. Com base nos valores arrecadados e nos orçamentos apresentados pelo governo do Estado é possível perceber que as arrecadações, embora crescentes entre 1949 e 1952, não cobriam as expectativas de recursos para as instituições subvencionadas.

O recurso complementar para a assistência vinha da genérica rubrica “despesas complementares” e do Governo Federal. Entretanto, nem sempre os chamados auxílios federais chegavam ao destino, a exemplo dos recursos vindos para a seca. O auxílio federal de Cr\$ 999.684,50 destinado à criação e aparelhamento do Educandário de Menores

³²² A Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina foi criada em meados da década de 1930 por senhoras de posição social da cidade com vistas a regular a circulação dos pedintes na cidade, retirando-os dos espaços públicos. Segundo a historiadora Salânia Maria Barbosa de Melo, a expectativa das idealizadoras da Caixa dos Mendigos de Teresina era de que eles “deixariam o processo de esmolar pelas portas, passando a receber em ponto determinado o óbolo que lhes cabe, que ficava localizado na rua Areolino de Abreu esquina com a rua Barroso”, no Centro da capital. Cf. MELO, Salânia Maria Barbosa de. A construção da memória nacional a partir da Escola Normal Piauiense, no período de 1937-1945. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais*. Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0461.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.

Abandonados (instituição escolar inspirada nos Colégios dos Educando Artífices e Colégio de Órfãos criados no final do século XIX e início do século XX para o amparo e profissionalização de crianças pobres), foi transferido sem maiores explicações em 19 de julho de 1950 para a Usina Termoelétrica de Teresina “como empréstimo para posterior ressarcimento à pedido do Governador”, à época José da Rocha Furtado (UDN). Entendemos, com vistas nisso, que a falta de uma política social e o modo como a assistência era pensada fragilizava a sua gestão e comprometia a efetividade das ações sociais.

O serviço de assistência foi utilizado, por exemplo, como instrumento para tirar os pedintes das ruas, agindo em função do desejo de embelezar a cidade, maquiando as misérias que não deveriam estar expostas aos seus visitantes. Dias depois do aniversário de Teresina, o *Jornal do Comércio* publicou uma nota na coluna “Coisas da Cidade” com a intenção de falar do que consideravam um relevante serviço prestado pela SAMT (Serviço de Assistência aos Mendigos de Teresina, antiga Caixa dos Mendigos) nas festividades do Centenário.

A nota assinada genericamente por “Um Samtista” falava que Teresina viu passar seu centenário sem o lastimável aspecto causado pelos mendigos que tristemente sensibilizavam os transeuntes aos expor seus aleijões, feridas e sujeira. Essa “agradável transformação” se devia a atuação da SAMT que retirou os sofrendores das ruas com o propósito de prestar-lhes assistência e proteção, alegrando, por sua vez, a “feição geral de nossas ruas.”³²³ Vale dizer que a SAMT, assim como a Legião de Brasileira de Assistência do Piauí (LBA/PI), era presidida pela primeira-dama do Estado, Sra. Nazaré Freitas. O esforço de dar publicidade às ações empreendidas pelo Estado insinua a intenção política que havia por trás ao tempo em que reforça o incômodo das autoridades com a pobreza andarilha. Retirar os pobres da rua, nesse caso, não era uma questão de caridade. Era encarado, mais uma vez, como uma questão de higienização social, porque eles eram considerados perigosos e possuíam toda sorte de atributos injuriosos, além de expressarem o pauperismo que se queria, naquele momento, esconder.

2.4 O cotidiano da carestia em Teresina no início dos anos 1950

Como podemos observar até aqui, vários elementos foram tomados pela imprensa para dizer a crise. Na construção e determinação dos seus espectros, incitava-se nos leitores a experimentação daquele momento como um tempo de anormalidade, justificada pelo

³²³ MENDIGOS I. *Jornal do Comercio*, Teresina, Ano VI, 10/09/1952.

agravamento do processo de empobrecimento que, historicamente, caminhava junto à cidade de Teresina e encontrava o seu momento terminal exatamente quando a capital comemorava o Centenário. Por esta razão, a postura cautelosa diante do futuro tornou-se mais comum no discurso público que o olhar esperançoso que, embora menos frequente, ainda assim movia e estimulava a ação, ora solicitada ao Estado, ora reclamada às pessoas com espírito de caridade e assistência.

As referências fornecidas através das crônicas, matérias e notas na imprensa convergiam para que os leitores examinassem a realidade e incorporassem os termos da crise pela replicação dos discursos e cotejamento da realidade empírica, ou seja, da leitura que faziam do cotidiano a partir dos dados que serviam de referências. No arsenal discursivo disponível, estavam postos como elementos que caracterizavam a pobreza da cidade: a deficiência dos serviços públicos, as precariedades relacionadas à gestão dos espaços e serviços como limpeza pública, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, o descuido com a instrução, saúde pública, a mendicância e a seca. Estas últimas carregadas de adjetivos e expressões que, como dissemos linhas acima, suscitavam sentimentos contraditórios.

Como é possível perceber, aspectos materiais relacionados à cidade e sua gestão, de um lado, e os pobres e miseráveis, do outro. Além desses elementos, os problemas relacionados à economia cotidiana contribuíram para o fortalecimento da ideia de que se vivia um estado crítico. A economia extrativista responsável por uma significativa parcela da movimentação financeira do Estado do Piauí através da exportação carnaúba, do babaçu e maniçoba entrou em declínio entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Devido à concorrência sofrida no mercado nacional e internacional, o percentual da produção extrativa caiu de 62%, em 1947, para 11,2%, em 1955³²⁴.

O reflexo mais geral disso foi a revitalização da dependência interna da economia ao setor público, com um elevado contingente de funcionários principalmente na capital. O comércio, a agricultura e a pecuária familiar passaram a ser as atividades econômicas mais importantes do Estado. Visto como evidência da crise, o encarecimento da vida povoou os discursos como intensificador da pobreza, pois se espalhava pela sociedade produzindo desequilíbrios e empurrando os remediados para patamares inferiores na escala social.

Entre inúmeros anúncios de itens de consumo modernos, como refrigeradores (White Star, Kelvinador, etc.), veículos (Fargo, Jeeps Willys Overland, Jeeps Truck, Austin

³²⁴ SANTANA, R. N. Monteiro de. Integração da economia piauiense no mercado nordestino. In: *Evolução histórica da economia piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 117-133.

A-70 Hereford), e tantos outros produtos que, como estes eram importados por estabelecimentos comerciais como a *Casa Marc Jacob S/A*, as *Casas Inglesas* (Estabelecimento James Frederick Clark S/A, fundada em 1849 na cidade de Parnaíba) e *Poncion Rodrigues & Cia.*, cresciam as publicidades de produtos e serviços que registravam ofertas devido ao aumento do custo de vida. O Café e Restaurante *O Dragão*, por exemplo, anunciou no jornal *O Dia* durante todo o ano de 1952 e 1953 que dispunha de “coalhada de leite rigorosamente examinado”, e que reduziu seus preços em 30%, devido “a grande crise” que atravessavam.

Figura 9 – Anúncio de redução de preços devido à crise.



Fonte: *O Dia*, 06 de janeiro de 1952

No cotidiano, o desequilíbrio da economia do Estado e a ocorrência da estiagem no início dos anos 1950 passaram a figurar como justificativa mais imediata para o aumento do custo de vida que atingia a todos, ricos e pobres. Na mesma nota em que o jornal *O Dia* comparou a situação de fome em decorrência do custo de vida em Teresina aos campos de concentração da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, demarcou o caráter geral da crise:

Um pobre operário, que já ganha um salário de fome, de modo nenhum pode comprar carne a Cr.\$ 15,00 o quilo de oitocentas gramas; feijão, a Cr.\$ 7,00, farinha, a Cr.\$ 4,00; toucinho, a Cr.\$ 20,00, que além de roubados no peso, são desvitaminados.

As queixas e lamentação que todos os dias ouvimos, não são só proferidas pelos pobres.

Os bem situados na vida e até mesmo os ricos, estão apreensivos com a calamitosa situação.

Se adquirem três quilos de carne, ao separá-la dos ossos, verificam, constrangidos, que foram roubados pelos magarefes. Ao invés de Cr.\$ 15,00 o quilo, a carne custará, na realidade, Cr.\$ 30,00.

À feição de Diógenes, o povo procura, inquieto, de lâmpada à mão, neste tremedal medonho, quem dele se compadeça e amenize um pouco os seus sofrimentos.³²⁵

Na nota acima, publicada em 21 de outubro de 1951 com o título “Encarece a vida”, podemos observar que, se os ricos lamentavam e se mantinham apreensivos quanto à alta dos preços, na visão do jornal, os pobres nem sequer poderiam adquirir determinados itens, como a carne, por exemplo, cujo preço era elevado e muitas vezes não correspondiam ao peso solicitado pela adulteração de balanças. Além disso, a própria qualidade dos produtos de primeira necessidade era posta em dúvida, basta observarmos a expressão “desvitaminados”.

A menção aos baixos salários dos trabalhadores também é um aspecto relevante. Entre os anos de 1947 e 1949, o salário da maioria dos trabalhadores dos poucos estabelecimentos industriais de Teresina correspondia a menos de Cr\$ 400,00, considerando que o salário mínimo na época era Cr\$ 380,00³²⁶. No comércio, que possuía um maior número de trabalhadores em relação à indústria, as faixas salariais com maior contingente de trabalhadores eram de Cr\$ 380,00 e até Cr\$ 600,00. Em ambos os setores, o contingente de trabalhadores diminuía quanto maior as faixas de salário. O número de trabalhadores que percebiam Cr\$ 1.500,00 ou mais era diminuta, sobretudo na indústria, correspondendo aos empregados atividades especializadas, com maior qualificação técnica e grau de instrução, ou ocupantes de cargos de gestão.³²⁷

O aumento do custo de vida trazia, portanto, dificuldades para as famílias cuja renda principal baseava-se no salário mínimo ou na instabilidade do mercado informal. Inúmeras famílias dependiam de uma renda baseada em serviços domésticos, as costuras, a venda de alimentos de porta-em-porta, a marcenaria, ou trabalhos braçais, como os de estivador, pedreiro, servente, cujos pagamentos dos serviços realizados se davam por diária. A tabela abaixo assinala o preço médio de alguns produtos em fins das décadas de 1930 e 1940, alguns deles constituíam a base alimentar de famílias de baixa renda.

³²⁵ ENCARECE a vida. *O Dia*, Teresina, Ano I, 21/10/1951.

³²⁶ Decreto 5.977 de 10/11/1943. O salário mínimo de Cr\$ 380,00 vigorou de 01/12/1943 até 31/12/1951 quando passou a vigorar, em 01/01/1952, o valor de Cr\$ 1.200,00 (Decreto 30.342 de 24/12/1951). Quando foi criado em 1942, o salário mínimo valia 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis), o que correspondia a, aproximadamente, Cr\$ 240,00. Cf. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do salário mínimo. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEE9C0AE25062/leg_evolucao.pdf Acesso em: 01 mai. 2014

³²⁷ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Teresina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951. p. 30-31

Tabela 4 – Preço médio de alguns gêneros alimentícios (1947-49)

Gênero	1938* (Réis / Cr\$) ³²⁸	1939* (Réis / Cr\$)	1947** (Cr\$)	1948** (Cr\$)	1949** (Cr\$)
Açúcar	1\$700 / 1,70	1\$800 / 1,80	4,70	4,70	4,00
Arroz	\$700 / 0,70	\$700 / 0,70	2,60	2,70	3,00
Banha	4\$000 / 4,00	4\$000 / 4,00	14,30	9,70	12,30
Batata Inglesa	2\$000 / 2,00	3\$000 / 3,00	3,10	4,10	3,40
Café em Pó	4\$600 / 4,60	4\$500 / 4,50	12,50	12,30	15,70
Carne fresca (com osso)	2\$000 / 2,00	1\$800 / 1,80	6,40	6,30	7,90
Charque de 1ª	–	4\$000 / 4,00	10,00	16,40	12,00
Farinha de mandioca	\$800 / 0,80	\$600 / 0,60	1,50	1,70	1,50
Farinha de Trigo	–	–	8,10	10,20	8,40
Feijão	2\$000 / 2,00	1\$400 / 1,40	3,00	4,90	5,90
Leite (litro)	1\$400 / 1,40	1\$400 / 1,40	3,60	4,00	4,00
Manteiga	11\$000 / 11,00	–	33,30	35,90	42,00
Milho	–	–	0,90	1,20	1,10
Ovos (dúzia)	2\$400 / 2,40	2\$400 / 2,40	6,90	7,90	7,90
Pão	3\$000 / 3,00	2\$000 / 2,00	7,90	9,60	10,50
Sal	–	–	1,10	1,40	1,30
Toucinho fresco de 1ª	–	–	7,50	9,20	9,80

Fontes:

* BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942. p. 67. (adaptado)** BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Teresina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951. p. 31 (adaptado)

Com base nos dados apresentados é possível ponderar que, no final da década de 1930, a variação de preços foi relativamente leve e alguns produtos até tiveram redução de preços. No final dos anos 1940, houve uma oscilação mais acentuada nos valores dos gêneros alimentícios, com tendência preponderante de alta de preços. Nos cerca de dez anos que separam os levantamentos, houve uma transformação no cenário do custo de vida da população. Se confrontarmos os valores da tabela acima e os dados apresentados na nota do jornal *O Dia* de outubro de 1951, que imaginamos ter alguma sincronia com a realidade, tendo em vista que falavam para leitores contemporâneos aos fatos, verificaremos o aceleramento da alta de preços. Portanto, um chefe de família que percebia salário mínimo entre 1943 e 1951 (intervalo de tempo no qual o salário mínimo ficou congelado em Cr\$ 380,00), viu progressivamente o declínio do seu poder de compra.

³²⁸ O Réis vigorou como moeda oficial do Brasil até 1942, dando lugar ao *Cruzeiro* (Cr\$) que foi adotado em momentos distintos de nossa história contemporânea (entre 1942-1967, 1970-1986 e 1990-1993). Em 1942, a razão financeira entre Réis e Cruzeiro era de Cr\$ 1,00 para 1.000 réis (representado por 1\$000). Essa razão foi adotada tão somente para auxiliar a compreensão da mudança ocorrida entre as moedas nos períodos em comparação e não considera eventuais movimentos de valorização ou desvalorização cambial.

A incorporação dos termos nos quais a crise foi dita nos jornais e sentida na pele por uma considerável parcela da população pode ser observada nas publicações de cartas dos leitores para se queixarem do custo de vida. Tais queixas utilizavam-se das referências da crise disponíveis na imprensa e no cotidiano para, ressaltando a agudeza do momento, solicitar ações do Estado no sentido de pôr um basta nas arbitrariedades vivenciadas. Ou seja, não se questionava a atribuição do governo em regular a vida em sociedade, pelo contrário, expressava-se o reconhecimento e concordância de que cabia ao Estado a ação. Esse modo de pensar deixa entrever uma base moral³²⁹ nas cobranças de enfrentamento da crise, como afirma Eduardo Silva, “uma queixa pressupõe, para ser formulada, tanto quanto para ser socialmente aceita, o reconhecimento de um direito”³³⁰.

Em maio de 1950, por exemplo, um leitor do *Jornal de Notícias*, identificado genericamente pela alcunha de “Um Inquilino”, escreveu ao redator do jornal para denunciar os elevados preços dos aluguéis dos imóveis em Teresina. Dizia ele que os valores dos aluguéis não correspondiam aos ordenados do povo, que por sua vez teria de dedicar pelo menos 12 dias de trabalho, integralmente, para a “satisfação do senhorio”, ficando assim “os vencimentos ou salários do infeliz inquilino golpeados em mais de um terço e muitas vezes na sua metade”. Constatava, portanto, que o trabalhador já começava o mês com um poderoso golpe em sua bolsa. No seu ponto de vista, esta situação se evidenciaria aos leitores quando atentassem para a precisão do argumento: isso era um absurdo que continuaria na ausência de qualquer meio de frear a alta dos preços. Para ele, a falta de controle dos aluguéis, considerando a sua alta vertiginosa e sem freios, apresentava-se como mais um elemento caracterizador do “aspecto alarmante e anti-social”³³¹ que se verificava em Teresina quanto ao custo de vida.

O que chama a atenção nessa quase despercebida queixa foi o modo como o anônimo denunciante expunha o problema do alto custo de vida que atingia indistintamente a todos, ao produzir uma cartografia de uma Teresina eivada por desigualdades e pobreza:

Esboçou-se nos subúrbios com reflexos nas diversas classes, atinge a camada média da população do centro, já se manifestando, inquietadoramente, na zona urbana. É a ameaça de mudar de terra para não morrer de fome. É o êxodo de uma população que luta pela sobrevivência. O alto nível do custo de vida em Teresina não encontra precedentes. A elevação dos preços entre nós marcha em progressão geométrica. O atual padrão – a que o desenfreio

³²⁹ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 21.

³³⁰ *Ibid.*, p. 34.

³³¹ O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 01/05/1950.

dos preços nos obrigou – dá a ideia de que habitamos uma cidade de nababos.³³²

São muitos os elementos para a reflexão. Antes de falar dos valores dos aluguéis, seu reclamo evoca a força do medo da fome, do êxodo, a luta pela sobrevivência para ressaltar que a crise se delineou por todos os lados, partindo dos lugares pobres e se espalhou por toda a cidade. Salta aos olhos de imediato a preocupação do queixoso em fazer um diagnóstico das dificuldades cotidianas de uma cidade empobrecida, uma vez que a alta dos preços dava a paradoxal impressão de que aquela era uma cidade habitada somente por ricos. E para debelar tal crise, segundo o queixoso, a opinião pública voltava-se para a necessidade de intercessão do Estado, especificamente através da Comissão Estadual de Preços³³³, instituída para o controle do custo de vida, no sentido de “aguardar sua atitude frente ao momentoso problema”³³⁴.

Dias depois, o senhor José Guimarães Ribeiro, conhecedor dos seus direitos e, ao que tudo indica um homem remediado, utilizava-se do mesmo artifício para “clamar justiça” à Comissão de Preços e aos poderes públicos em relação à fiscalização dos preços e do peso dos pães vendidos na cidade.

Ele contava que dias antes, como de costume, havia comprado pães na porta de sua residência. Ao vendedor, havia solicitado vinte cruzeiros do produto. Entretanto, ficou intrigado ao perceber a parca quantidade fornecida. Curioso, constatou que, depois de pesado, os seus Cr\$ 20 haviam lhe rendido apenas 1.050 gramas de pães. Estarrecido, dizia ao redator do jornal e ao público leitor: “[...] não conheço de perto o preço da farinha de trigo e nem das outras matérias que entram na confecção do pão, mas, de uma coisa tenho certeza – não há possibilidades, de maneira nenhuma, do preço do quilo de pão ser este.”³³⁵

Na manhã seguinte, como relatava o senhor José Guimarães, “afim de que pudesse procurar me defender de tamanho avanço diário à minha bolsa”³³⁶, fez uma série de perguntas ao vendedor de pães, tais como: Qual o nome da padaria que lhe fornecia o produto? De quem era a padaria? Qual o número de sua carteira profissional?

³³² O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 01/05/1950.

³³³ A Comissão Central de Preços e as suas representações, as Comissões Estaduais de Preços, foram criadas em 04 de abril de 1946 pelo Decreto-lei nº 9.125, em atendimento às determinações da Constituição, sobretudo o artigo 146, que atribuía ao Estado o poder de intervir na economia. Estas Comissões foram extintas em 26 de dezembro de 1951, com a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e suas correlatas estaduais e municipais (COAP e COMAP). Falarei mais adiante sobre esta nova Comissão.

³³⁴ O POVO reclama. *loc. cit.*

³³⁵ O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 04/06/1950.

³³⁶ *Id. Ibid.*

A resposta a todas as suas perguntas foi somente uma: “Sr. José, compra e come pão, quem tem dinheiro”.

Com uma resposta tão atrevida, o queixoso constatava:

Veja, Sr. redator, em que estado de misérias estamos vivendo. Um indivíduo sujo, maltrapilho, sem identidade, sem educação, sem nada – podemos dizer, distribuindo e pegando nos pães que meus filhos comiam, e dizendo desaforos a mim que apenas educadamente lhe interroguei.³³⁷

A altivez demonstrada pelo vendedor de pães em sua resposta sugere que o interrogatório talvez não tenha se dado tão educadamente, como afirmou o senhor José Guimarães. Entretanto, para ele, ter desembolsado um valor entendido como desproporcional pelos pães e ter sido maltratado ao tentar exercer o direito de conhecer melhor de quem comprava os pães para buscar se defender, denunciando o caso às autoridades competentes, eram elementos que o levavam a constatar “o estado de misérias” em que se vivia.

Continuando seu relato, contava que depois do ocorrido passou a comprar pães numa padaria de nome “Santa Teresinha” e logo no primeiro dia constatou que realmente havia sido lesado no preço do pão: “Logo no primeiro dia, pedi ao empregado do balcão que fizesse a fineza de pesar vinte cruzeiros de pão e este gentilmente levou os pães à Filizola que registrou o peso de 2.055 gramas.” Ou seja, a balança registrou cerca de 1.000 gramas a mais que na compra anterior, em sua porta. Embasbacado, foi conversar com o gerente da padaria, Sr. Roldão, que lhe informou que os pães poderiam ser vendidos por preços ainda mais acessíveis à população, mas, como era do seu conhecimento, havia inúmeras padarias clandestinas em Teresina e Timon (outrora denominada São José das Flores, MA), oferecendo percentagens astronômicas aos vendedores. Estes empreendimentos não eram fiscalizados pela Saúde Pública nem pelo Ministério do Trabalho, não tinham máquinas nem pessoal qualificado e operavam livremente sem pagar impostos, atuando, assim, de maneira desleal com a concorrência e encarecendo o produto.

Diante de tal estado de coisas, o senhor José Guimarães Ribeiro escrevia ao jornal para usar de suas prerrogativas para pedir justiça, uma vez que os poderes públicos deveriam trabalhar para coibir tais abusos, ao fazer com que as engrenagens do Estado funcionassem adequadamente: a Saúde Pública deveria fiscalizar o fabrico do pão; o Ministério do Trabalho deveria identificar os trabalhadores do ramo e suas condições de trabalho; a Comissão Estadual de Preços deveria fazer baixar os preços!

³³⁷ O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 04/06/1950.

Ao finalizar a nota, alertava que providências efetivas deveriam ser tomadas “em favor do povo sofredor desta cidade, que consome pão sem saber de onde vem, quem fabricou e em que condições.”³³⁸ Se providências não fossem tomadas, suas queixas iriam ganhar a capital da república, uma vez que, no Rio de Janeiro, “saberei propagar de como as autoridades do Piauí cuidam dos interesses coletivos.”³³⁹ O cálculo seria assim resolvido: no Piauí, o Estado não opera satisfatoriamente pois seus governantes não atendem satisfatoriamente os interesses da sociedade.

Essas não eram falas isoladas e a presença de reclamos como esses eram indícios das dificuldades cotidianas da maioria dos teresinenses, assim como, para os contemporâneos, demonstrava a crise que acentuava a pobreza, tornando a sua presença algo generalizado na cidade. Alguns meses depois, a constatação de que o elevado custo de vida não encontrava precedentes na capital piauiense foi reafirmada numa acalorada discussão na Câmara Municipal. O vereador eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Álvaro Monteiro da Cunha pediu a palavra para discorrer sobre “a situação desesperadora do povo desta terra em relação ao custo de vida.”³⁴⁰ Ele denunciava que nos mercados públicos se verificavam todo o tipo de abuso contra o povo. Os vendedores desonestos elevavam o preço da carne e não satisfeitos em “roubar” no preço, roubavam também no peso do produto. Para Álvaro Monteiro, o resultado disso não poderia ser outro: “não mais se pode viver com certo conforto e [...], resultante desta situação, de uma maneira assombrosa, cresce o número de óbitos por tuberculose.”³⁴¹

Intervindo no discurso de Álvaro Monteiro, o vereador Isaac Irineu de Souza (União Democrática Nacional, UDN), em defesa do prefeito da cidade, responsável pelos mercados públicos, mas ao mesmo tempo expondo suas falhas, declarou que não faltavam esforços por parte prefeito Ribamar de Castro Lima (UDN) no sentido de aliviar a situação. Justificava que seus esforços não tinham o sucesso esperado devido à “atitude hostil” dos açougueiros que eram seus adversários políticos. Discordando, Álvaro Monteiro retomou a palavra para contestar. Afirmava que “o colega foi infeliz no seu aparte, pois não se trata de caso político e sim de uma medida que fosse beneficiar o povo.” O vereador Edson Pires (PSD), concordando com Monteiro, questionou que já havia algum tempo que os impostos municipais vinham sendo dispensados para que os açougueiros baixassem os preços da carne,

³³⁸ O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 04/06/1950.

³³⁹ *Id. Ibid.*

³⁴⁰ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 220ª Sessão Ordinária de 10 de outubro de 1950*. fl. 53-54.

³⁴¹ *Id. Ibid.*

entretanto, os resultados não foram o esperado. Esses benefícios não eram para os marchantes e sim para o povo, o maior prejudicado com o alto preço da carne.

Evocando a sua autoridade sobre os problemas do município, os poderes públicos deveriam lançar “suas vistas para este povo sofredor”, conforme declarou o vereador Edson Pires:

Faço um apelo ao Sr. Prefeito Municipal, em nome do povo que represento nesta Casa, no sentido de serem postas em prática, as medidas que se fazem necessárias para coibir os abusos verificados ultimamente no que diz respeito à venda de carne verde. A Prefeitura continua dispensando os impostos dos marchantes, não se justifica, portanto, que esses marchantes, desrespeitando os compromissos assumidos com o Sr. Prefeito e esta Câmara, elevem o preço da carne sem que para isso tenham entrado em entendimentos. Considero tal abuso que deve ser reprimido e nesse sentido espero que S. Excia. o Sr. Prefeito ponha em execução as letras seguintes do artigo primeiro da Lei nº 123, de 7 de março de 1950: b) declarar “feira livre” para o mercado de carne; c) promover o abatimento de gado se for preciso, fazendo sua aquisição independente de qualquer formalidade; d) vender a carne de gado assim adquirida sob controle de um funcionário municipal, pelo menor preço possível.³⁴²

Há que se considerar essa fala pelo que informa sobre as ações políticas do município para responder ao encarecimento dos produtos considerados de primeira necessidade, a começar pela isenção de impostos e, ao fim, pela intervenção e controle direto dos produtos, valendo-se da letra da lei municipal. Declarar “feira livre” significaria que todos os donos de gado poderiam abater e vender o próprio gado, sem necessariamente o intermédio dos açougueiros dos mercados, seria uma primeira iniciativa para fazer baixar os preços. Uma segunda medida seria a própria prefeitura adquirir e abater o gado comprado diretamente dos criadores, “independente de qualquer formalidade”, ou seja, desconsiderando qualquer contrato ou acordo com um fornecedor específico. Por fim, proceder como a letra da lei mandava: vender a carne ao povo “pelo menor preço possível”.

O aumento do preço da carne nos mercados municipais que suscitava estas medidas enérgicas foi muito discutido na Câmara Municipal. No início de 1951, assim se pronunciava o vereador José Patrício Franco (PSD), recém-empossado, num longo discurso no qual chamava seus pares a analisar as variáveis da questão que afligia com mais intensidade a população pelo menos desde o ano anterior, ou seja, antes mesmo da seca de 1951-53:

³⁴² TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 220ª Sessão Ordinária de 10 de outubro de 1950*. fl. 53-54.

Tenho sido abordado e ao mesmo tempo tenho abordado várias pessoas sobre o problema da carne em Teresina. [...] Examinando o assunto, encontramos, e afirmamos como conclusão das nossas investigações, que há da parte dos açougueiros, uma grossa exploração contra o povo, no preço e no peso. O preço se eleva ao máximo, e o peso desce ao mínimo. Isto é, temos carne de dez cruzeiros o quilo de setecentas gramas. [...] Mas é também certo que o mercado de carne verde em Teresina, não pode e nem deve continuar como está, à mercê dos exploradores do povo. Há neste modo de ver vários pontos de vista, partidos entretanto de dois ângulos: de um que acha que o **mercado deve ser livre, e livre os preços**, e de outro que acha que **o mercado deve ser taxado e portanto os preços tabelados**. Aqueles justificam alegando a falta de produção, que naturalmente motiva a escassez ou abundância do produto, e estes que acham que os gêneros de primeiríssima necessidade estão subordinados ao tabelador por uma razão já admitida no conceito do governo como órgão regulador entre consumidor e produtor. Velha questão que desde os primeiros dias vem agitando e dividindo a opinião entre oprimidos e opressores. A velha história entre ricos e pobres. De fartos e famintos; que cada dia, se agrava como o problema e toma corpo com o despertar da consciência das massas. Este agravamento, esta queda de produção, ao meu modo de ver originam na chamada inflação, que, para a maioria, passa despercebida, na sua origem, mais viva e palpitante nos seus efeitos todos os sentem na sua própria carne, quando falta carne para a si e aos seus. Assim expondo as ligeiras observações sobre o mercado de carne, deixo aos meus colegas, também como eu estudiosos do assunto, afim de que possamos obter meios de debelá-los nos seus efeitos contra o povo, suavizando ao menos as aperturas do povo teresinense em face da sua principal alimentação: a carne verde.³⁴³

Como afirmava o vereador Patrício Franco, o problema possuía pelo menos duas variáveis e definindo-se como “social democrata” – contrário a essa espécie de liberalismo que deixava o mercado da carne se auto-regular –, tendia a considerar mais aceitável a intervenção do Estado como “regulador entre consumidor e produtor”, como defendeu em outras oportunidades na imprensa e na própria Câmara Municipal. Afinal, era uma questão que passava necessariamente pelo combate a pobreza que se desenhava entre “opressores e oprimidos”, “ricos e pobres”, “fartos e famintos”, com medidas capazes de responder à crise.

A situação continuou a ser estudada pelos membros daquela Casa e os debates sobre o assunto continuaram a ter um lugar de destaque. O mesmo é possível dizer da presença do tema nos jornais. Partindo de vários lugares, as falas acima e muitas outras indicam uma preocupação crescente com o aumento do custo de vida em Teresina, sobretudo dos gêneros de primeira necessidade.

É evidente que essas falas não eram inocentes. Em regra elas faziam críticas às formas de intervenção adotadas e ao papel desempenhado pelas autoridades municipais, estaduais e federais na solução dos problemas relacionados à coletividade, sobretudo aos

³⁴³ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 8ª Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 1951*. fl. 133-135.

pobres. Nestas críticas, os autores recorriam muitas vezes à figura genérica do pobre e ao sujeito coletivo “povo”, geralmente adjetivados por termos como “sofredor”, “abandonado” e, “perigoso”.

Muitas dessas imagens de pobreza advinham daquela que seria a razão primeira das misérias que assolavam o povo nordestino, através das cenas de fome e migrações: a seca. Para o vereador Raimundo Basílio, a seca apresentava-se como um problema diretamente ligado à elevação do custo de vida na cidade e não seria exagero considerar a possibilidade de pedir rápidas providências aos poderes públicos como, a exemplo do Ceará e Paraíba, a “proibição da exportação de gêneros alimentícios”.³⁴⁴ E o motivo da sua preocupação era do conhecimento de todos: “nós sabemos pôr experiência que para Teresina convergem todos os desamparados.”³⁴⁵

Em 11 de março de 1951, o jornal *O Dia*, afirmava que a seca trazia consigo outros males além dos flagelados. Um deles era a alta vertiginosa das primeiras utilidades, uma vez que, com a destruição das lavouras e das pastagens, a baixa oferta dos produtos ligados à alimentação do povo e a grande procura, inevitavelmente, ocasionavam o aumento dos preços. Outro grande problema era o “recolhimento criminoso por parte dos produtores e vendedores”³⁴⁶ de tais utilidades. A seca fornecia o pretexto ideal para que, mesmo ainda existindo alimentos estocados, os comerciantes recolham os gêneros com a intenção de esperar a alta dos preços, embolsando, assim, maiores lucros. E isso trazia graves transtornos à coletividade:

O arroz, por exemplo, está subindo cerca de dez cruzeiros por dia, além de vir sendo sonegado ao público e escondido debaixo de sete chaves. Os maiores piladores deste produto soltam 2, 3 e às vezes 6 sacas por dia aos pequenos comerciantes do mercado velho e de quitandas, a preço que custa os olhos da cara.

A farinha, atualmente, para o consumo, só porco faminto pode comer. No entanto, está a boa toda escondida pelo atraca³⁴⁷. O feijão branco chamado, está sendo vendido a 5 ou 6 cruzeiros o quilo que para ser obtido é preciso grande prestígio perante o vendedor marreteiro.

A rapadura que sempre foi também gênero de primeira necessidade, está a Cr\$ 2,50, uma. E assim por diante.³⁴⁸

³⁴⁴ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 8ª Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 1951*. fl. 133-135.

³⁴⁵ *Id. Ibid.*

³⁴⁶ CRISE de utilidades. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/03/1951.

³⁴⁷ O atraca é um indivíduo que se aproxima com impertinência de alguém para lhe fazer pedidos e oferecer algo. Termo muito utilizado para se referir a comerciantes de feiras e mercados públicos em Teresina no período em questão.

³⁴⁸ CRISE de utilidades. *loc. cit.*

O jornal denunciava, assim, que a Comissão Estadual de Preços não cumpria a contento o seu papel no acompanhar e tabelamento dos gêneros. Por isso, o governo deveria intervir mais pontualmente, já que suas ações em defesa da população tinham amparo nas Constituições Federal, Estadual “e em qualquer outra Lei humana” se a sua finalidade fosse “acudir o povo contra a fome.” O governo deveria, então, “confiscar tudo que for gênero de 1ª ordem e pagar ao produtor o preço que não seja extorsivo”; deve, ainda, vender ao povo por valores que estivessem “dentro das possibilidades de cada pai de família.”³⁴⁹ Como é possível constatar, o argumento encontrava-se fundamentado na Lei municipal citada anteriormente pelo vereador Edson Pires cerca de um ano antes, e também no conhecimento da Constituição Federal que garantia a intervenção do Estado na economia quando fosse necessário.

Outra postura foi sugerida por José Patrício Franco na edição seguinte do jornal *O Dia*. Para ele, em última instância, os problemas verificados na cidade tinham raízes na “própria estrutura da sociedade”³⁵⁰ (a qual estava dividida em “exploradores e explorados”) e, em grande medida, do privilégio dado pelos liberais que governavam o Estado aos exploradores do povo. No entanto, ele não deixava de reconhecer a emergência e de solicitar a intervenção do próprio Estado, ao defender que naquele momento as autoridades deveriam reconhecer a grave situação, pois:

De fato, e pelo que temos sentido no contato com a maioria da população pobre de Teresina, paira sobre a mesma um medo imenso do flagelo. A miséria que se avizinha, ameaça e ronda a todos os lares desprotegidos da sorte, enquanto os gêneros de primeiríssima necessidade escasseiam, desaparecem, dando lugar a subida vertiginosa dos mesmos. Por certo os trabalhadores descem e os especuladores sobem, na exploração de novos lucros extraordinários: com a miséria do povo.

Para José Patrício Franco, os poderes públicos precisavam intervir de fato em todas as frentes, e através de suas instituições: na Comissão Estadual de Preços, na Delegacia de Economia Popular³⁵¹, na intervenção direta na concorrência pública, na criação de Postos de Abastecimento. Entretanto, acreditava também, e fazia questão de pontuar esta diferença, que a forma mais segura de enfrentar a fome, embora mais demorada, deveria emergir da própria sociedade, pois “seria a aceitação por parte de todos deste estado de emergência; no

³⁴⁹ CRISE de utilidades. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/03/1951.

³⁵⁰ FRANCO, José Patrício. O município e os problemas de abastecimento público. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/03/1951.

³⁵¹ A Delegacia de Economia Popular, como o próprio nome informa, tinha por atribuição reprimir os delitos considerados de ordem econômica e em defesa do povo, desde crimes como a venda de produtos em desacordo com a tabela de preços, até os crimes contra a concorrência pública em nível nacional. Muitas vezes atuava em parceria com a Comissão Estadual de Preços e, depois, com a Comissão de Abastecimento e Preços.

estabelecimento de um racionamento natural, e numa cooperação baseada no limite do lucro, em razão das necessidades prementes da população.”³⁵² Assim, todos, ricos e pobres, deveriam ter consciência de que a excepcionalidade daqueles tempos difíceis não poderia obscurecer as questões de fundo e que cabia a todos enfrentar em benefício da sociedade teresinense, ou seja, de si mesmos.

Na Câmara Municipal, o vereador Albino Alencar, preocupado com a repercussão social da crise que se instalava na cidade, principalmente em relação a eles mesmos enquanto representantes do povo, falava da necessidade da criação de cooperativas nos subúrbios de Teresina para vender arroz, feijão, e farinha aos pobres no valor tabelado pela Comissão Estadual de Preços ou menos, se fosse possível. Albino Alencar reconhecia que nos subúrbios a miséria continuava a mesma: “os comerciantes escondendo o gênero e a pobreza passando fome”³⁵³.

Seus companheiros na Câmara aprovaram na ocasião, por unanimidade, o envio de um telegrama ao presidente Getúlio Vargas relatando as misérias que assolavam Teresina em decorrência do elevado custo de vida. Argumentavam que não havia recursos suficientes para socorrer o povo da crise que se fazia presente em todos os lares pobres da capital. Nesse sentido, reforçavam a caráter emergencial ressaltando a “situação aflitiva [da] pobreza faminta desta cidade” que, confiantes no espírito “humanitário e cooperador [de] V. Excia”, humildemente solicitavam que o presidente autorizasse o Banco do Brasil a conceder um empréstimo no valor de até 1 milhão de cruzeiros, a juros módicos, destinados a criação de Postos de Abastecimentos para vender ao povo os gêneros de primeira necessidade pelo preço de aquisição, “a fim de combater a exploração dos gananciosos especuladores que açambarcam os Gêneros, deixando a população passando fome.”³⁵⁴ Para reforçar a necessidade do atendimento do pedido, o telegrama foi enviado também à esposa do presidente, Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidente da Legião Brasileira de Assistência, e às bancadas do Piauí no Senado e na Câmara Federal. Não localizamos nos dados sobre as receitas auferidas pelo município qualquer referência da liberação desse recurso.

É possível afirmar que o conjunto dos discursos neste período ressaltava com frequência o fato de que tal estado de coisa deveria mudar com urgência. A imprensa, ao

³⁵² FRANCO, José Patrício. O município e os problemas de abastecimento público. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/03/1951.

³⁵³ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 24ª Sessão Ordinária de 12 de março de 1951*. fl. 164-165.

³⁵⁴ TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 25ª Sessão Ordinária de Teresina de 13 de março de 1951*. fl. 166-167.

ênfatizar a ideia da crise, traduzia aos seus leitores o que era possível observar dos pobres e da pobreza de Teresina, de modo que eram comuns as descrições carregadas de adjetivos.

Os problemas de abastecimento da cidade e o aumento do custo de vida inquietavam a todos. Em novembro de 1951, depois de muito insistir na necessidade de providências enérgicas em defesa da economia popular e do bem-estar social, a imprensa aponta algumas medidas importantes tomadas pelo Governo do Estado em parceria com a iniciativa privada para amenizar aquilo que definiam como “a triste situação de miséria e de fome”, ao tempo em que solicitavam mais:

O Governo do Estado, cumprindo com o seu dever, acaba de minorar um pouco a situação aflitiva, instalando dois postos de venda de legumes, um na Secretaria Geral do Estado e outro no Mercado Público da Praça Deodoro. Por outro lado, a firma Melo & Melo, desta Praça, dentro em breve venderá, em Teresina, por preço inferior ao da Tabela Oficial, 2.500 sacos de arroz. Só o problema da carne continua insolúvel, de vez que o mesmo está afeto à administração municipal. Não são responsáveis, continuamos a afirmar, pela alta do preço da carne os magarefes, e, sim, os marchantes, que são os principais tubarões do gado abatido. Esgotada como está a capacidade aquisitiva e a paciência do nosso povo, cumpre ao Dr. João Mendes tomar os açougues das mãos dos gananciosos, abatendo a Prefeitura o gado necessário para o consumo público.³⁵⁵

A coluna “Fatos da Semana”, no início de dezembro de 1951, noticiava que o problema do aumento dos preços já apresentava as suas consequências entre os servidores públicos municipais cobrando medidas mais ágeis do Prefeito quanto ao controle dos preços. O elevado custo de vida e a triste realidade de pauperismo dos funcionários municipais, com poucos salários, como denunciavam, foram demonstrados mais uma vez quando dos 85 servidores submetidos a exames de saúde pelo Serviço Médico da Prefeitura, 26 foram diagnosticados com tuberculose ativa.³⁵⁶ O texto afirmava que, por conveniência, o Governo do Estado deveria também promover inspeção médica entre seus servidores onde, por certo, o número de doentes era maior, pois além dos baixos salários, estavam atrasados. Eram os chamados: “miseráveis de gravata”.

Quanto ao mercado da carne, ao que tudo indica, medidas foram tomadas pelo prefeito João Mendes para fazer baixar os preços, pois já se sentiam as reações dos açougueiros. Sob o título de “Exploradores Gananciosos”, o jornal *O Dia* discutia a questão, ao tempo em que apresentava aos leitores mais cenas de pobreza, agora acrescidas da fala do

³⁵⁵ MALHANDO em ferro frio. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/11/1951.

³⁵⁶ FATOS da semana. *O Dia*, Teresina, Ano I, 02/12/1951.

presidente Getúlio Vargas sobre o momentoso assunto, como que para dar acento à gravidade da situação através da autoridade do chefe da Nação:

As medidas legais adotadas pela Prefeitura de Teresina, reprimindo as manobras altistas do preço da carne, determinaram pronta reação dos exploradores gananciosos e insaciáveis, que se rebelaram contra as ordens oficiais e em represália deixaram de abater o gado necessário para o consumo público.

Há vários dias os mercados amanhecem vazios, sem uma grama sequer de carne exposta à venda.

A diminuta quantidade que aparece é vendida no cambio negro, à razão de Cr.\$ 16,00 e a Cr.\$ 20,00 o quilo.

Somente os hotéis, restaurantes e afortunados podem comprá-la pelo preço exorbitante que mercadejam os magarefes.

A pobreza, os desvalidos e os *miseráveis de gravata*, nem os ossos chegam a adquirir.

Se existe cousa parecida, aqui na terra, com o inferno, há de ser igual ao Mercado Público da praça Deodoro, nas horas de feira.

Não há dinheiro que chegue para as necessidades habituais de qualquer chefe de família.

Ou a carne é vendida a preço único, de acordo com a tabela oficial, ou mande o Prefeito fechar os açougues a-fim-de evitar a ganância dos exploradores, que não tem limites.

O Presidente Getúlio Vargas, no seu discurso de 1.º de maio do corrente ano, aconselhou aos brasileiros que ‘a única maneira do povo defender-se, para não ser explorado, é ajudar o governo a lutar contra os elementos negativos da sociedade e contra os que não colaboram, contra os que prejudicam, contra os autores das fraudes, os sabotadores, os exploradores do povo e seus advogados ostensivos ou disfarçados’.

O povo está pronto a prestar este auxílio patriótico aos governantes, denunciando-os ao Tribunal Popular para serem processados regularmente.

A principal solução de emergência para resolver o importante problema alimentar, reside nas providências que cabem ao Sr. Prefeito Municipal, que deverá comprar o gado nas fontes produtoras, abatendo-o para o consumo público.

Duvidamos que os marchantes resistam, por muito tempo, as sanções impostas pelas autoridades.

Hão de capitular forçosamente em benefício dos que sofrem, atendendo a circunstância da hora que atravessamos, que é bastante grave.

Para os gananciosos insaciáveis existem leis repressoras, há pouco votadas pelo Congresso Nacional, que prevêm os crimes contra a economia popular. Não será difícil ao governo Municipal, aplicá-las com justiça.³⁵⁷

Com um discurso marcado pela proximidade entre o governo e o povo,³⁵⁸ o presidente destacava a participação patriótica de todos no combate à elevação do custo de

³⁵⁷ EXPLORADORES gananciosos. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/12/1951.

³⁵⁸ Muitos estudos exploram o relacionamento do governo varguista com os trabalhadores e com o povo. Cito, como exemplo, dentre outros, o trabalho de José Roberto Reis sobre as correspondências enviadas por populares diretamente ao presidente Vargas. Cf. REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. 2002. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

vida, atribuindo aos “elementos negativos da sociedade”, no que a fala evocada deixa entrever, a responsabilidade primeira pela agonia do povo. Segundo matéria do jornal *O Dia*, 01 de junho de 1952, o ministro da Fazenda, Horácio Lafer, em sucessivas palestras no programa “A voz do Brasil” sobre o combate à inflação, teria se dirigido em muitos momentos às mulheres como parte fundamental nessa luta, uma vez que delas dependia a “felicidade dos nossos lares” e, por consequência, o próprio futuro da nação. E concluía: “nenhuma mulher avalia suficientemente a influência que os seus conselhos e opiniões exercem sobre os homens. Na luta contra os altos preços a participação da mulher pode ser elemento decisivo.”³⁵⁹ Como é possível perceber, a figura feminina possui um papel importante, mas um papel restrito ao espaço privado. Suas atividades domésticas cotidianas na gestão do lar e da família lhes forneciam o conhecimento da economia que havia por trás das refeições diárias e dos itens indispensáveis ao conforto ou à sobrevivência de todos.

Outro movimento que merece destaque é a ideia de que o povo deveria levar os seus malfeitores ao “Tribunal Popular” para se fazer justiça, porque existiam leis que garantiriam a repressão dos gananciosos, leis para punir os crimes praticados contra a economia popular.

2.4.1 Intervenções legais de combate a carestia

Em dezembro de 1951, foram criadas duas leis muito importantes com vista a controlar a alta de preços: a *Lei 1.521* sobre os crimes contra a economia popular, dando orientações sobre o seu julgamento; e a *Lei 1.522*, que autorizava o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo, sempre que deles houvesse carência.

Leis nesse sentido não eram novas. A Comissão Central de Preços e as suas representações, as Comissões Estaduais de Preços, eram exemplos disto. Criadas em 04 de abril de 1946 pelo Decreto-lei nº 9.125, em atendimento às determinações da Constituição, sobretudo o artigo 146, essa comissão tinha a função de fiscalizar o comércio, tabelar preços, tomar medidas para impedir sua transgressão, etc. Estas Comissões foram extintas em 26 de dezembro de 1951, dando lugar às novas Comissões formadas pelas leis de dezembro de 1951.

³⁵⁹ A PARTICIPAÇÃO da mulher na luta contra os altos preços. *O Dia*, Teresina, Ano II, 01/06/1952.

É necessário observar algumas noções expressas nestas leis que fundamentavam as discussões acerca da ideia de crise e da obrigação do Estado em defender a ordem econômica através desta intervenção na economia no início da década de 1950. A compreensão de produtos de “primeira necessidade” ou “necessários ao consumo do povo”, expressa na Lei 1.521/51, fundamentava a tipificação dos crimes contra a economia popular e deixava bem claro os objetivos da lei, defender a população dos abusos dos gananciosos que exploravam um domínio essencial da economia. Tais produtos faziam parte do consumo diário da população “os gêneros, artigos, mercadorias e qualquer outra espécie de coisas ou bens indispensáveis à subsistência do indivíduo em condições higiênicas e ao exercício normal de suas atividades”, compreendendo nesta definição, portanto, “os artigos destinados à alimentação, ao vestuário e à iluminação, os terapêuticos ou sanitários, o combustível, a habitação e os materiais de construção.”³⁶⁰

Nesse sentido, constituíam-se crimes contra a economia popular, culminando em pena entre seis meses e dois anos de prisão, além de multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 50.000,00:

- I) Recusar individualmente em estabelecimento comercial a prestação de serviços essenciais à subsistência; sonegar mercadoria ou recusar vendê-la a quem esteja em condições de comprar a pronto pagamento;
- II) Favorecer ou preferir comprador ou freguês em detrimento de outro [...];
- III) Expor à venda ou vender mercadoria ou produto alimentício, cujo fabrico haja desatendido a determinações oficiais, quanto ao peso e composição;
- IV) Negar ou deixar o fornecedor de serviços essenciais de entregar ao freguês a nota relativa à prestação de serviço, desde que a importância exceda de quinze cruzeiros e com a indicação do preço, do nome e endereço do estabelecimento, do nome da firma ou responsável, da data e local da transação e do nome e residência do freguês;
- V) Misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, expô-los à venda ou vendê-los como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidade desiguais para expô-los à venda ou vendê-los por preço marcado para os de mais alto custo;
- VI) Transgredir tabela oficial de gêneros e mercadorias, ou de serviços essenciais, bem como expor à venda ou oferecer ao público ou vender tais gêneros, mercadorias ou serviços por preço superior ao tabelado, assim como não manter afixadas em lugar visível e de fácil leitura, as tabelas de preços aprovadas pelos órgãos competentes;
- VII) [...]
- VIII) Celebrar ajuste para impor determinado preço de revenda ou exigir do comprador que não compre de outro vendedor;

³⁶⁰ Lei 1.521/51, Art. 2º, parágrafo único. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1951: Atos do poder legislativo (leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 105-117.

- IX) Obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos [...];
- X) [...]
- XI) Fraudar pesos e medidas padronizados em lei ou regulamentos; possuí-los ou detê-los, para efeitos de comércio, sabendo estarem fraudados;³⁶¹

Pela sua feição cotidiana e pela evidência de agressão direta ao “povo”, os acusados de incorrerem nestes crimes seriam tratados com severidade, não sendo beneficiados pela suspensão da pena, nem havendo direito a liberdade condicional, salvo “quando o infrator fôr empregado do estabelecimento comercial ou industrial ou não ocupe cargo ou pôsto de direção dos negócios”³⁶², podendo ser concedida ainda, neste caso, o direito à fiança. Tais crimes também deveriam ser rapidamente julgados e a sentença deveria ser proferida dentro do prazo de 30 dias contados do recebimento dos autos da autoridade policial³⁶³, em consonância com o Art. 536 do Código de Processo Penal.

E, para reforçar o sentido de exemplaridade desta intervenção, os acusados dos crimes acima seriam levados a Júri Popular. A composição do corpo de jurados deveria refletir a severidade com a qual tais criminosos seriam julgados, uma vez que os jurados, no total de 20, seriam escolhidos a partir de uma lista de 150 a 200 eleitores de cada zona eleitoral e “entre pessoas de notória idoneidade, incluídos de preferência os chefes de família e as donas de casa”, não podendo servir como jurado pessoa da mesma atividade profissional do acusado.³⁶⁴

Outros crimes suscitavam penas mais longas e multas mais caras aos infratores, pois estavam relacionados intrinsecamente ao impacto que causavam na economia local e nacional, como por exemplo: destruir ou inutilizar, intencionalmente, matérias primas ou produtos necessários ao consumo com a finalidade de determinar alta de preços; abandonar ou fazer abandonar lavouras ou plantações ou atividades industriais mediante indenização com a intenção de acabar com a competição de mercado; reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços; vender mercadorias abaixo

³⁶¹ Lei 1.521/51, Art. 2º. Grifos meus. Cf. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1951: Atos do poder legislativo (leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 105-117.

³⁶² *Ibid.*, Art. 5º.

³⁶³ *Ibid.*, Art. 10.

³⁶⁴ *Ibid.*, Art. 13, 14 e 18.

do preço de custo para impedir a concorrência, etc. Para estes crimes a pena era de detenção de dois a dez anos e multa entre Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 100.000,00.

Estabelecer as relações entre estes crimes cometidos contra o povo e a crise de abastecimento era uma preocupação crescente, mas esta estratégia também legitimou a intervenção do Poder Executivo na economia em nome da segurança alimentar, bem como a distribuição justa de mercadorias e serviços de consumo do povo em épocas de carência. Dessa forma, o Governo Federal ampliava suas margens de ação ao criar, ainda que provisoriamente, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e seus órgãos auxiliares nas capitais dos Estados e Territórios (COAP) e em alguns municípios (COMAP).

Constituída por treze (13) membros, sendo um (1) deles o presidente, participavam da COFAP os representantes do comércio, da indústria, da agricultura, da pecuária, da imprensa, das forças armadas, das cooperativas de produtores e de consumidores, dos economistas dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, do Banco do Brasil e da Prefeitura do Distrito Federal. Nos Estados, as COAP teriam, na medida do possível, a mesma composição da COFAP e número entre 5(cinco) a 12(doze) membros. Em suas atribuições, a Comissão cumpriria o papel do Estado de intervir na economia a partir de três frentes de ação (Artigo 2º):

I – na compra, distribuição e venda de:

- a) gêneros e produtos alimentícios de primeira necessidade;
- b) gado vacum, suíno, ovino e caprino, destinados ao talho;
- c) aves e peixes próprios para alimentação humana;
- d) combustíveis vegetais ou minerais;
- e) tecidos e calçados de uso popular;
- f) medicamentos;
- g) instrumentos e ferramentas de uso individual;
- h) máquinas, inclusive caminhões, “jeeps”, tratores, conjuntos motomecanizados e peças sobressalentes, destinados ao trabalho agrícola;
- i) arames farpados e lisos, quando destinados a emprêgo nas atividades rurais;
- j) artigos sanitários e artefatos industrializados, de uso doméstico, destinados ao consumo normal de pessoas de restrita capacidade econômica;
- k) cimento e laminados de ferro, destinados às construções de casas próprias de tipo popular e às benfeitorias rurais;
- l) produtos e materiais indispensáveis à produção de bens de consumo popular.

II – na fixação de preços e no controle de abastecimento.

III – na desapropriação de bens por interesse social, ou na requisição de serviços necessários, uns e outros, à realização dos objetivos previstos nesta Lei.³⁶⁵

³⁶⁵ Lei 1.522/51, Art. 2º. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1951: Atos do poder legislativo (leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 105-117.

Nas atividades de controle do abastecimento e dos preços, a COFAP poderia:

- a) promover inquéritos econômicos, pesquisar os custos de produção e a distribuição dos gêneros e mercadorias;
- b) verificar periodicamente o estoque dos bens mencionados no artigo 2º, inciso I, desta Lei, existentes em qualquer parte do país, a fim de conhecer a sua qualidade, quantidade e procedência;
- c) regular e disciplinar, no território nacional, a circulação e distribuição dos bens mencionados no artigo 2º, inciso I, desta Lei, inclusive estabelecendo prioridade para o transporte e armazenagem, quando o interesse público o exigir;
- d) regular e disciplinar a distribuição das matérias primas [...];
- e) tabelar os preços máximos em relação aos revendedores, quer sobre mercadorias, quer sobre serviços essenciais;
- f) tabelar os preços máximos e estabelecer condições de venda de outras mercadorias ou serviços, a fim de impedir lucros excessivos, inclusive diversões públicas populares;
- g) estabelecer o racionamento dos serviços essenciais e dos bens mencionados no artigo 2º, inciso I, desta Lei, cuja produção se mostre insuficiente para atender ao consumo;
- h) auxiliar as cooperativas de consumo e mistas agrícolas a obterem preferencialmente os produtos de que necessitem para o seu bom funcionamento;
- i) manter estoque das mercadorias enumeradas no inciso I, do artigo 2º, desta Lei;
- j) superintender e fiscalizar, em todo o país, a execução das medidas que adotar e os serviços que estabelecer.³⁶⁶

A lei, abrindo espaço para a atuação do Estado em defesa da economia popular, da segurança alimentar e dos serviços essenciais ao povo; reconhecia a dimensão da crise vivida no Brasil, particularmente no Nordeste; e também as dificuldades financeiras do Estado para enfrentá-las.

Ao relacionar detalhadamente os crimes contra o povo na prática econômica cotidiana mais simples, como fraudar pesos e medidas de produtos ou misturar gêneros de qualidade diferentes para vender por um preço maior, além de criar uma série de dispositivos reguladores das mais diversas atividades relativas à produção e comercialização de gêneros de “primeira necessidade”, o Estado reforçava a imagem, muito cara, de estar a serviço da população através da punição daqueles que, por suas práticas econômicas nefastas, atingiam diretamente a população, aprofundando a pobreza ao provocar o desequilíbrio entre o poder de compra dos assalariados, dos trabalhadores informais, dos aposentados, desempregados, professores, e de quem mais vivenciava as dificuldades da vida cotidiana e a alta dos preços de tudo o que era mais “necessário ao consumo do povo”. A fala de Getúlio Vargas e de

³⁶⁶ Lei 1.522/51, Art. 2º. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1951: Atos do poder legislativo (leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 105-117.

Horácio Lafer chamando o povo a dar sua contribuição lutando “contra os elementos negativos da sociedade e contra os que não colaboram, contra os que prejudicam, contra os autores das fraudes, os sabotadores, os exploradores do povo e seus advogados ostensivos ou disfarçados” sugere que a questão é mais profunda.

Primeiro temos os críticos do Estado, em âmbito Nacional e Estadual, buscando pressionar o Estado a agir no sentido de conter os famintos e andarilhos flagelados; depois temos o posicionamento de um Ministro de Estado reforçando a necessidade de intervenção, mas repassando parte desta responsabilidade para a sociedade; e, por fim, temos a criação de leis específicas que, num primeiro olhar, visavam o controle da ordem econômica.

2.4.2 “O povo julgue o gesto de cada um”

Em 05 de julho de 1952 tomavam posse os membros da COAP (Comissão Estadual de Abastecimento e Preços) que tinham a missão de zelar pela letra da lei e defesa do povo. Foram eles escolhidos entre os membros mais ilustres da sociedade piauiense para representá-la em suas queixas. Entre eles estavam: o Major Antônio Lustosa, representante das Forças Armadas; Bento Clarindo Bastos, da Indústria; Carlos César de Negreiros Freitas, do Comércio; Edson de Castro Rego, do Departamento de Obras Públicas; Camilo da Silveira, da Fazenda, José Lourenço Mourão, da Imprensa. Em breves palavras, o presidente nacional da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, o Sr. Nilo Brito, pediu que todos empregassem os melhores esforços para que a COAP cumprisse a sua finalidade: “ampliar o poder aquisitivo do povo através de uma fiscalização eficiente, que constará o abastecimento de gêneros e o escoamento dos excessos.”³⁶⁷

Dias depois, a Comissão toma sua primeira decisão polêmica: a comissão concluiu que não havia motivos para impedir a saída de gêneros alimentícios do estado. O jornal *A Luta* prontamente criticou a decisão. Seus articuladores consideravam tal decisão com estranhamento, sobretudo num momento em que, do interior do Estado, diariamente “chegam telegramas de escassez desses gêneros”³⁶⁸. Nos dias que se seguiram, a Comissão começava a discutir mais atentamente o tabelamento dos preços de uma série de utilidades. O pão, por exemplo, foi um dos primeiros itens a ter seu preço discutido e o tabelamento deste e

³⁶⁷ POSSE dos membros da coap. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

³⁶⁸ NOTÍCIAS da Coap. *A Luta*, Teresina, Ano I, 13/07/1951. As matérias não assinadas são de responsabilidade do diretor A. Tito Filho e dos redatores Fabrício de Área Leão, Cunha e Silva e Valdemar Sandes.

de vários outros produtos foi atentamente acompanhado pelo jornal *A Luta*. As notícias muitas vezes vinham em pequenas notas: “– O Sr. Roldão Castelo Branco propôs à Coap a baixa do preço do pão para Cr\$10,00 o quilo. Os demais proprietários de padaria propuseram Cr\$ 12,00 e Cr\$13,00.”³⁶⁹

As atitudes da Comissão começaram a ser criticadas, pois, segundo o jornal, a COAP procedia em desalinho aos seus reais objetivos, o de defender o povo dos abusos dos especuladores, uma vez que, como se dizia, começou tropeçadamente seus passos. Seus membros tinham a mania de tabelar, como quem saía tabelando às cegas e sem a devida consulta aos interessados, e sem que tivessem ao menos realizado pesquisas econômicas:

Com poucos dias de existência em Teresina, a Coap já tabelou arenque, pata, ovo de qualquer coisa, piau de vara, ossos de boi, cerveja, bode, carneiro, carga de lenha, leite, etc. etc., sempre repetindo velhas fórmulas: as velhas fórmulas que permitem organizar extenso rol de animais, cereais, líquidos, espumantes e outras coisas, dando a cada uma um valor, um preço, sem que para isto se tenha constituído comissões de inquérito.³⁷⁰

Mas o maior debate talvez tenha se dado em torno do pão. Já era do conhecimento de todos que havia padarias clandestinas em Teresina e Timon e que, em virtude disso, o preço do pão teria subido progressivamente. O jornal denunciava que, no afã de resolver o problema do povo, ou em benefício de alguns padeiros, não se sabia ao certo, a Coap teria fixado deliberadamente o preço do gênero em Cr\$ 10,00, como sugeriu dias antes o senhor Roldão Castelo Branco. Tal atitude teria prejudicado muitos comerciantes quando considerado os custos da produção e permitido assim o monopólio do setor. Para além das críticas que denunciavam a parcialidade da Comissão, o jornal defendia que ela deveria zelar pelo equilíbrio entre os interesses econômicos e os interesses da coletividade.

Nesta mesma edição o jornal denunciava que o leite também inspirava atenção da Comissão. Sob o título de “Leite Batizado”³⁷¹, a coluna “Flagrantes da Cidade” denunciava que não era novidade em Teresina o criminoso problema “de se por água no leite que é vendido ao público”. Os proprietários de vacarias negavam que usam de tais meios vergonhosamente ilícitos no comércio do leite e davam a entender que não podiam evitar que os leiteiros, aqueles que comercializavam o produto no varejo ou de porta-em-porta, adicionassem água ao leite que vendiam.

³⁶⁹ NOTÍCIAS da Coap. *A Luta*, Teresina, Ano I, 13/07/1951.

³⁷⁰ ARBITRÁRIO e injusto o tabelamento do pão. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.

³⁷¹ LEITE batizado. *A Luta*, Teresina, Ano I, 3/08/1952.

O jornal reforçava o argumento dos donos de vacarias ao afirmar que os leiteiros, na sua quase totalidade, assim procediam “por esperteza e ambição de ganhar mais dinheiro”, além do ordenado que recebiam. Os apelos e protestos, amplamente feitos na imprensa, eram em vão, pois,

[...] o responsável único por tão grave e condenável falta na venda do leite em Teresina é o Departamento da Saúde Pública, que devia ser enérgico contra tais falsificadores de leite, alguns dos quais, por perversidade ou ignorância, chegam a batizar o leite com a água que encontram; e contam até que um deles, certa vez, apanhou água dum esgoto da rua e misturou-a com o leite que trazia. Achamos também que os senhores donos de vacarias deviam chamar a atenção dos leiteiros e responsabilizá-los pelo crime que cometem contra a saúde dos que consomem o leite, principalmente as crianças, que podem ser vítimas de infecções gastrointestinais, provenientes do leite batizado que ingerem diariamente.³⁷²

Assim, as responsabilidades pelos aumentos de preço ficavam, na interpretação do jornal *A Luta*, claramente delimitadas de uma maneira bem equilibrada: de um lado, o Estado e seus aparatos de poder; do outro, vendedores ambulantes, provavelmente autônomos e/ou muito mal pagos. Na mesma edição em que criticava a qualidade de leite disponível à população, o referido jornal, numa atitude que indica a vontade de pôr em destaque os conflitos políticos em torno do tabelamento dos preços, e, sobretudo, do seu controle pelo Estado, publicou a seguinte nota:

O aumento do leite
 VOTARAM pela fixação do preço do leite em Cr\$ 5,00 o litro, os seguintes conselheiros da Coap:
 Edson de Castro Rego
 Major Antônio Diogo Lustosa
 Jornalista Bento Clarindo Bastos
 Jornalista José Lourenço Mourão
 Sr. Messias Chaves
 VOTARAM – pelo aumento do litro para Cr\$ 6,00 os seguintes conselheiros da COAP;
 Sr. José Camilo da Silva
 Sr. Paulo Carneiro da Cunha
 Sr. Fernando Pires Leal
 Sr. César Freitas
 Sr. Mariano Gayoso
 Sr. Leônidas Silva
 DEIXOU de votar, alegando a sua qualidade de interessado, como proprietário de Vacaria:
 Sr. Joaquim Macedo de Sousa
O povo que julgue o gesto de cada um.³⁷³

³⁷² LEITE batizado. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.

³⁷³ O AUMENTO do leite. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952. Grifo nosso.

Não conhecemos os argumentos que fundamentaram os votos de cada um dos membros citados e antecipadamente condenados pelo tom da crítica que arremata a nota. Logo, podemos dizer é que essa nota não é inocente. Que intencionalidades, que conflitos, que tensões ela informa?

O preço do leite aumentou numa votação apertada. Os que defendiam a fixação do valor em Cr\$ 5,00 eram os representantes, respectivamente, do Departamento de Viação e Obras públicas, das Forças Armadas, da Indústria, Imprensa e da Prefeitura de Teresina. Os que votaram pelo aumento eram os representantes, pela ordem, da Fazenda, da Pecuária, da Agricultura, do Comércio, das Cooperativas e do Banco do Brasil. O representante das Cooperativas de Gêneros votou pelo aumento. O representante da Pecuária também... Ao finalizar, o texto da breve nota com fecho “o povo que julgue o gesto de cada um”, ressaltando o lugar de cada um dos conselheiros e a ideia de que ali estavam “para aumentar o poder aquisitivo” do povo.

Apesar de muito criticadas, as ações da COAP eram reconhecidas como necessárias. A luta da COAP contra a adulteração do leite era anunciada como uma atividade digna de apreço público. No jornal *A Luta* continuam as matérias denunciando os problemas relacionados a adição de “tapioca e água”³⁷⁴ ou mesmo a falta de higiene no acondicionamento do leite.

[...] Diariamente centenas de litros de leite são derramados, em virtude da elevada quantidade de água adicionada ao importante alimento – fato que já levou o Diretor de “O Dia”, prof. Leão Monteiro, a pedir que coloquem menos leite na água.

Terça-feira última a fiscalização encontrou até **cabeça de prego**, irmão gêmeo da muriçoca, nadando no leite de certa vacaria. Noutra, constatou-se a existência de grande quantidade de goma misturada a seis litros d’água. O povo teresinense não pode continuar a ser vergonhosamente enganado.³⁷⁵

Estas notícias faziam parte do cotidiano da cidade naqueles anos. Ao criticar ou elogiar a atuação do Estado na economia, economia popular como pontuavam, sempre ressaltando o seu papel necessariamente vinculado ao bem-estar da coletividade, falavam sobre o cotidiano da cidade e sobre questões que tomavam dimensão expressiva. É preciso considerar, para além das intenções nada inocentes dos produtores destes discursos, o impacto que eles provocavam, as brechas que eles criavam nas relações sociais.

³⁷⁴ LEITE fabricado: Tapioca e água, os ingredientes da nova indústria. *A Luta*, Teresina, Ano I, 31/08/1952

³⁷⁵ ÁGUA e mais água no leite: centenas de litros derramados. *A Luta*, Teresina, Ano I, 23/08/1952. Grifo no original.

No início dos anos 1950, como discutia o professor e diretor do Arquivo Público de Piauí, Francisco da Cunha e Silva – escrevendo sobre temas ligados à crise social e econômica vivida na cidade (e no país) e que estavam relacionados à crise de abastecimento, ao aumento do custo de vida, à pobreza e muitos outros assuntos – cabia ao governo brasileiro o dever de intervir em benefício do povo e contra a ganância desenfreada daqueles que estavam concorrendo para o debilitamento do povo brasileiro: “Um povo de sub-alimentados está fadado a decadência física e mental. Ou o governo toma então medidas drásticas contra tal estado de coisas, como iniciativa de alto patriotismo e de verdadeira justiça social, ou o povo fará justiça com as próprias mãos. [...] É o dilema terrível do momento.”³⁷⁶

Em Teresina, assim como em todo o Piauí, o custo de vida continuava muito elevado e em desproporção com os vencimentos e salários da grande maioria da população. O número dos que ganhavam o insuficiente para a sua subsistência e de sua família era considerável. Não era por menos que Cunha e Silva, num texto com o sugestivo título “De baixo para cima”, questionava:

Quem é, no momento atual, que pode viver com Cr.\$400,00 mensais?! E, no Piauí, ainda há pouco, existiam funcionários civis e militares, como, por exemplo, os soldados rasos de nossa Força Pública, que percebiam menos do que isto, como se o estômago e os intestinos do pequeno e alto funcionário tivessem funções fisiológicas diferentes. Não sou apologista da igualdade de classes e contra a hierarquia burocrática, como pregam os igualitários utopistas, pois, desde que não haja igualdade de inteligência, de aptidões e capacidade de trabalho entre os homens, não pode haver também igualdade social e econômica entre eles. Mas também não é direito que existam seres humanos vivendo com regalo e fartura e outros passando extrema miséria, sem possuírem ao menos o suficiente para se alimentar e vestir.³⁷⁷

É difícil avaliar o peso de falas como estas e seu alcance na população de Teresina. Uma parcela da população, os que consideravam a si como sociedade teresinense (ocupantes de cargos públicos, intelectuais, funcionários públicos de alta hierarquia, empresários, membros da imprensa, etc.), certamente foram tocados pelas discussões e debates, tomaram partido e expuseram as suas opiniões, denúncias e temores, como podemos perceber nos inúmeros textos aqui citados. Aquela “humanidade muito pobre” que habitava os subúrbios da cidade, para usar uma expressão utilizada pelo escritor H. Dobal no Centenário

³⁷⁶ CUNHA E SILVA, Francisco. Terrível dilema. *O Dia*, Teresina, Ano I, 15/07/1951.

³⁷⁷ CUNHA E SILVA, Francisco. De baixo para cima. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953.

de Teresina³⁷⁸, estivadores, pescadores, malandros, meretrizes e muitos outros de vários feitios, aqueles que, compartilhando os sabores e dissabores da vida, como nos conta o literato, eram e continuam sendo dito como “pobres”, também sentiram, discutiram e elaboraram as suas experiências diante do agravamento de suas condições de vida e do medo da fome. Mesmo sendo difícil tecer avaliações mais profundas acerca do alcance de certos discursos sobre a população da cidade, entretanto, estão manifestos no discurso público³⁷⁹ que, nascido da observação social, evidenciam a presença dos pobres.

É o caso, por exemplo, das falas de Francisco Cunha e Silva, que embora não fosse um “apologista da igualdade de classes e contra a hierarquia burocrática”, como fazia questão de pontuar, não concordava com o que via diariamente na cidade, com “seres humanos vivendo com regalo e fartura e outros passando extrema miséria, sem possuírem ao menos o suficiente para se alimentar e vestir”. Tais falas dão a perceber aquilo que Roberto DaMatta, num tom de alerta, ressalta sobre “as práticas humildes” e a “força invisível”³⁸⁰ da sociedade e que remetem ao fato também ressaltado por DaMatta de que “o Estado só tem razão de ser em função da sociedade da qual faz parte”³⁸¹. A razão de existir do Estado foi muitas vezes evocada nos debates, na mesma medida em que a sociedade manifestava sua força, sobretudo através da imprensa com vistas a superar uma crise cotidiana quase intransponível no discurso.

³⁷⁸ DOBAL, H. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. In: *H. Dobal: obra completa II. Prosa. 2. Ed.* Teresina: Plug, 2007. Roteiro Sentimental e pitoresco de Teresina foi escrito em 1952 em meio às comemorações do centenário de Teresina.

³⁷⁹ James C. Scott dá ênfase à necessidade dos historiadores atentarem para os discursos públicos e para os discursos ocultos que circulam na sociedade em estudo e que falam das relações sociais entre a classe dominante e os subalternos. Scott alerta que: “La mayor parte de la vida pública de los grupos subordinados sucede en un vasto territorio situado entre los extremos de la oposición abierta y colectiva contra los detentores del poder y la total obediencia hegemónica. [...]”. E, nesse sentido, defende que nesse espaço entre o enfrentamento e a obediência, há a resistência presente em diversas gradações, explícita no discurso ou disfarçada. Os pobres, portanto, podem inserir, disfarçadamente no discurso público da elite, a sua resistência e autoafirmação. Se o historiador consegue perceber esse movimento de ocultamento da resistência do pobre no discurso público, localizará na mesma medida um diálogo político com o poder. Cf. SCOTT, James C. *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*. México, DF: Ediciones ERA, 2003. p. 197 e 199.

³⁸⁰ DAMATTA, Roberto. Estado e Sociedade: a Casa e a Rua. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 357.

³⁸¹ *Ibid.* p. 358.

3 AÇÕES, CONFLITOS E EXPECTATIVAS DOS POBRES

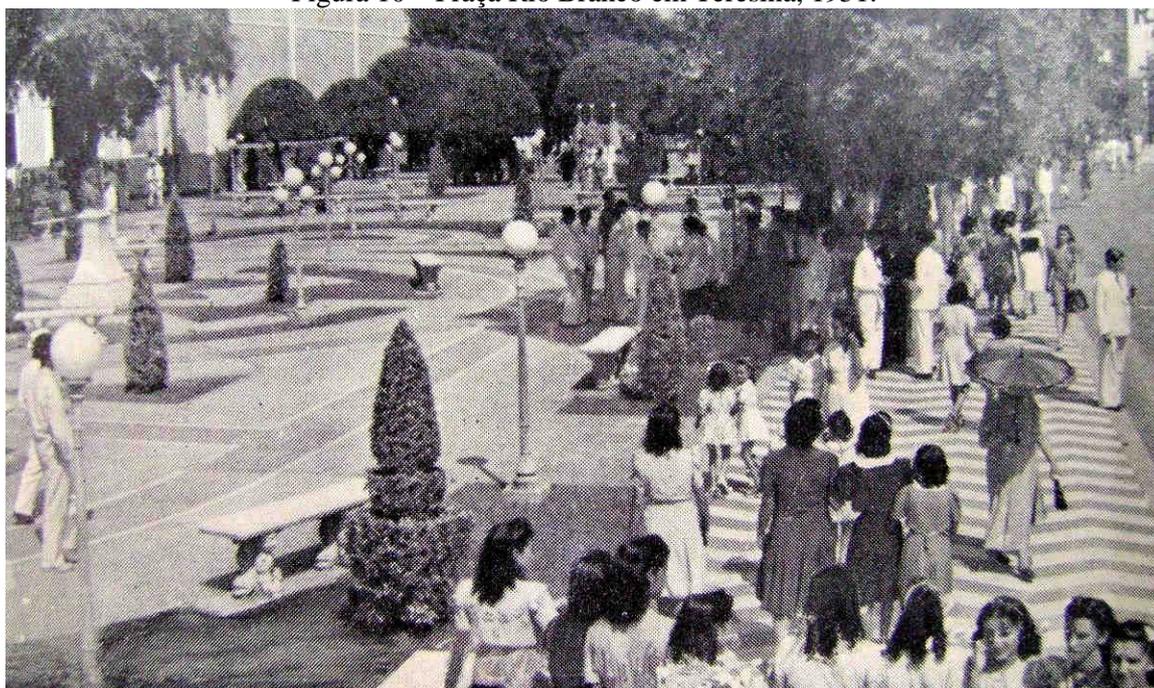
O Centenário de Teresina foi um momento no qual uma matizada elite letrada se viu diante da oportunidade de construir aquela data como um marco histórico. Políticos, intelectuais, jornalistas, literatos debruçaram-se sobre a data comemorativa e, ao refletirem sobre a realidade, exerceram poder no campo simbólico, mobilizando expressões e adjetivos para dizer e interpretar o seu tempo. Assim procedendo, forneceram também referências para seus leitores na imprensa. Dentre os diversos temas tratados no momento, a pobreza que a cidade conhecia há muito tempo ganhou espaço no discurso público. Mais ainda, o tema foi amplificado pela situação que muitos não tinham qualquer dúvida em classificar como “um momento de crise”. A seca no Nordeste e o aumento dos preços em decorrência da inflação que afetava o país adicionaram tons mais fortes ao momento de comemoração e contribuíram para a construção, determinação, incitação e experimentação da crise que tantos anunciaram com clamor.

Mesmo com as dificuldades, e justificada por elas, todos foram chamados a participar da construção do centenário. Tratava-se de um ato patriótico, um ato cívico e de amor à cidade. A falta de recursos do Estado e do município forneceu o pretexto ideal para o chamamento: a população teria obrigações para com a cidade. Mas, de que modo a população deveria participar? A resposta foi amplamente divulgada pela imprensa: reformando a fachada de suas residências, zelando pela limpeza pública, reparando suas calçadas e também dando sua contribuição em dinheiro. Tal contribuição monetária viria em forma de uma taxa de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) adicionada em todos os tributos, talões e pagamentos efetuados pelos contribuintes, como apontamos no capítulo 1.

Mas todos participaram da comemoração planejada e de seus rituais em praça pública? Todos contribuíram do modo esperado? É difícil crer na unanimidade, o que nos deixa tentados a afirmar que não. Os habitantes da cidade não vivenciaram o momento de comemoração do centenário do mesmo modo. Alguns, ou muitos, possivelmente, nem sequer foram no dia 16 de agosto de 1952 à Praça Pedro II, em frente ao *Teatro 4 de setembro* e ao *Cine Rex*, local onde foi erguida uma tosca réplica do arco do triunfo na ocasião do aniversário da cidade e onde as autoridades, visitantes e convidados se aglomeraram para parabenizá-la (ver Figura 6). Muitos certamente nem sequer percorreram as suas cercanias ou tomaram conhecimento do importante evento que ocorria, muito embora a cidade não fosse tão extensa e populosa a ponto de apagar, nas suas dimensões, o que estava acontecendo naquele momento.

Entre os muitos discursos de exaltação e crítica, Teresina foi homenageada pelo escritor Hindemburgo Dobal Teixeira, conhecido no círculo literário piauiense como H. Dobal. Em que pese o tom ora irônico, ora crítico, o aspecto acolhedor e aberto dos lugares de Teresina e também dos seus habitantes (pois todos de certo modo se conheciam, segundo ele), é um traço marcante e destacado no *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina*, escrito em 1952. A cidade é narrada a partir desse pressuposto. Ele descreve a cidade como “...simples, tranquila”, pois nela “...não há becos nem ladeiras, mistérios nem tradição...”³⁸² e, nessa pretensa simplicidade em que todos fazem parte harmoniosamente, conta as peculiaridades da cidade centenária a partir de seus lugares e pessoas, dos fatos corriqueiros que qualquer um poderia se deparar no dia-a-dia. Desse modo, ele constrói uma relação dialógica com o leitor tal como se procedia nas praças da capital, onde, para ele, poderíamos ouvir “a crônica viva dos acontecimentos cotidianos, ponto de encontros e discussões, comentários e mexericos”.³⁸³

Figura 10 – Praça Rio Branco em Teresina, 1951.



Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse estatística do município de Teresina*. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p. 42 (IV Parte – Aspectos Fotográficos).

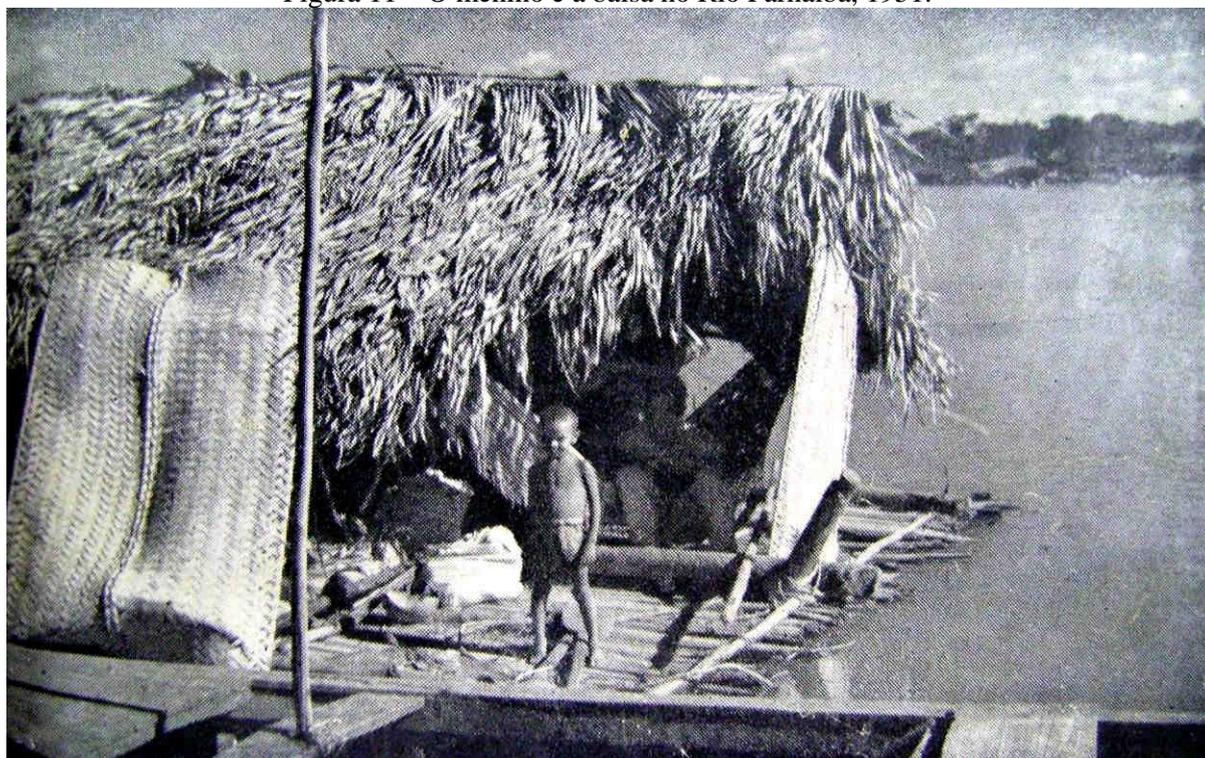
Na imagem da Praça Rio Branco de 1951, publicada na Sinopse Estatística de Teresina do IBGE, podemos perceber a circulação de pessoas bem vestidas, trajando roupas de tons claros em sua maioria, bem penteadas, algumas aproveitando as sombras das árvores

³⁸² DOBAL, H. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina (1952). In.: *H. Dobal: obra completa II (prosa)*. 2 ed. Teresina: Plug, 2007. p. 11.

³⁸³ *Ibid.*, p. 16.

para trocar um dedo de prosa com algum conhecido. O espaço público possui traços urbanos desejados: um ambiente limpo, ajardinado e sem a aparente presença de miseráveis. Embora não registrados nessa imagem, os miseráveis, em sua errância, transitavam por toda parte, especialmente no Centro, em busca de caridade. A pobreza não deixou de ser registrada na Sinopse do IBGE através da imagem de uma balsa no cais da Avenida Maranhão, onde estivadores e balseiros ganhavam a vida movimentando mercadorias e pessoas ao longo do Rio Parnaíba. Diferente da imagem da Praça Rio Branco, onde foram registradas pessoas bem vestidas e aspectos urbanos, a imagem abaixo registrava a precariedade do “tipo de embarcação rústica usada no Parnaíba”. O menino no centro da imagem não foi mencionado na descrição da imagem, como que se não fosse preciso dizê-lo.

Figura 11 – O menino e a balsa no Rio Parnaíba, 1951.



Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse estatística do município de Teresina*. Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951, p. 46 (IV Parte – Aspectos Fotográficos).

Os contrastes sociais de Teresina – a exemplo dos assinalados na publicação oficial do IBGE, ao registrar e destacar as imagens acima como que pretendendo reiterar as diferenças apontadas nas estatísticas que as precederam – eram conhecidos pelo jovem bacharel em Direito H. Dobal, que viria a se tornar um dos mais perspicazes escritores e ícones da literatura piauiense. Entretanto, embora o literato aponte contrastes e conflitos nas relações sociais que se processavam na cidade em algumas rápidas passagens do *Roteiro*

Sentimental, percebemos que esses aspectos (que contradizem a ideia de uma cidade ordeira construída na obra) são pouco tratados na sua cartografia de Teresina. Ou seja, os conflitos são eclipsados pela sua ênfase na ideia de uma cidade simples, de povo acolhedor, ordeiro, e onde todos de algum modo se conheciam. A simplicidade dos espaços da cidade e o caráter ordeiro de seu povo emergem como aspectos que o literato pretendia registrar de Teresina em seu centenário; simplicidade e tranquilidade que seriam próprias e peculiares a ela em detrimento de outras capitais. Com esta fórmula, ele abrandava os contrastes, enfatiza a ideia de que em cem anos de existência pouca coisa havia mudado, a cidade e sua população não havia sido corrompida pelos valores e pela velocidade da vida que caracterizavam aqueles tempos nas grandes metrópoles. Teresina era assim um lugar diferente, que só no momento de seu centenário começava a sofrer com as mudanças trazidas pelo tempo. Nas suas palavras,

Cem anos não deixaram acumular muita coisa na vida de uma cidade que já nasceu velha e que sempre teve o ar de uma aldeia grande, como notou um viajante ilustre e mal-humorado. Um ar que se transforma aos poucos com o correr do tempo e esta transformação indecisa mais o progresso ajudam a descaracterizar.³⁸⁴

O sentimento acerca do tempo deve ser observado. Se o tempo é imperioso³⁸⁵, estabelece a duração das coisas e serve muitas vezes como medida para enfatizar o desenvolvimento e o progresso; para Dobal, ele não desempenhou bem o seu trabalho quando o assunto era Teresina. Não havia fatos históricos a serem lembrados e enaltecidos, um percurso trilhado com vitórias, derrotas, declínio e ascensão. Teresina já nasceu para ser capital, “já nasceu velha” nas suas palavras. O reflexo disso poderia ser percebido no cotidiano da cidade onde “o ritmo da vida é muito calmo”.³⁸⁶

Segundo a historiadora Eliane Rodrigues de Moraes³⁸⁷, a produção do *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina* está inserida em um momento no qual os intelectuais piauienses se mobilizaram com a intenção de narrar a cidade. Para Eliane de Moraes, na obra, “nos deparamos com um conjunto de ideias e sentidos que são estabelecidos por um intelectual que, ao praticar o cotidiano do espaço citadino, expressa, principalmente, a pluralidade da

³⁸⁴ DOBAL, H. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina (1952). In.: *H. Dobal: obra completa II (prosa)*. 2 ed. Teresina: Plug, 2007. p. 11.

³⁸⁵ HARTOG, François. Ordens do tempo, regimes de historicidade. In.: *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

³⁸⁶ DOBAL, *op. cit.*, p. 12.

³⁸⁷ MORAIS, Eliane Rodrigues. *A comemoração do centenário de Teresina, um exemplo de práticas e representações*. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

cidade”³⁸⁸. Não entendemos dessa maneira. Embora H. Dobal no *Roteiro Sentimental* aponte os contrastes da cidade, falando, por exemplo, dos diferentes bairros da capital, o movimento geral da obra se caracteriza pelo apagamento de diferenças através do pressuposto do povo ordeiro, acolhedor, simples que vive numa cidade onde o tempo possui um ritmo próprio.

Na medida em que Dobal destaca que em Teresina o tempo não produziu seus efeitos, ou produziu de modo diferente do que fez em outros lugares, mostra as consequências disto na vida e no cotidiano da cidade. Esse aspecto contrasta com o ritmo da vida experimentado em outros lugares naquele momento histórico. Segundo os historiadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, entre os anos de 1950 e 1979, uma parcela considerável dos brasileiros acreditava que estávamos muito próximos de nos tornar uma nação moderna, e a iminência disto foi vivida com o otimismo característico daqueles que acreditavam estar “assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos”³⁸⁹.

Nesse mesmo período, o país foi capaz de consolidar uma economia moderna e incorporar modelos de produção e consumo que em nada deixavam a desejar diante dos países desenvolvidos. As pessoas – ricas, pobres e as muitas que se enquadravam nas gradações entre ambas – foram introduzindo-se e integrando-se em uma paisagem técnica “tornada extensão quase natural das ações cotidianas”³⁹⁰. Como destaca o historiador Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho, foi laboriosa a introdução dos elementos técnicos acionados pela energia elétrica ao cotidiano das pessoas, que encantavam pelo conforto ao tempo em que suscitavam cautela³⁹¹.

Dobal mostra-nos que esse ritmo frenético característico da modernidade galgada em outras regiões do país só muito lentamente começava a imprimir suas marcas em Teresina, o que faz apenas sugerindo, pois não dá amostras sobre o que vinha mudando na cidade. Ao citar isso, apresenta mais um elemento que faz reforçar a ideia do calmo ritmo da vida em Teresina na época que, por sua vez, eclipsa os conflitos próprios da vida em sociedade. O que se questiona aqui, portanto, não é a pertinência histórica dos diferentes ritmos e dinâmicas do tempo em determinadas sociedades e em um mesmo período de tempo (cronológico), mas o uso disso como um dos pressupostos para desconsiderar contrastes e conflitos sociais.

³⁸⁸ MORAIS, Eliane Rodrigues. *A comemoração do centenário de Teresina, um exemplo de práticas e representações*. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. p. 103.

³⁸⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 560.

³⁹⁰ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Técnica e cultura material na cidade de Fortaleza (1945-1965). *Projeto História*, São Paulo, n. 40, jun. 2010, p. 295.

³⁹¹ *Id.*, 2008. p. 109.

Explorar alguns elementos do cotidiano de pessoas que provavelmente nem sequer tenham se motivado a participar da festa do centenário, ou que tenham participado de modo anônimo, indireto, é nossa intenção nesse momento. Pessoas que a historiografia tem chamado de gente comum, para utilizar a expressão consagrada por historiadores como Edward Thompson, Eric Hobsbawm, e outros para falar da grande maioria das pessoas que desenrolam suas existências fora do circuito do poder político e econômico institucionalizado, aqueles que não fazem parte da minoritária classe dominante. Nosso propósito aqui é sondar o cotidiano da cidade com a intenção de analisar e refutar a imagem produzida por H. Dobal de uma sociedade sem conflitos, ordeira e simples, assim como explorar elementos que estão fora do domínio discursivo da imprensa local que discutimos no capítulo anterior.

Num primeiro momento, investigaremos o cotidiano de pessoas que se autodenominavam pobres, recorriam à autoridade policial para respaldar essa condição e a partir daí ter acesso à justiça com o fito de reivindicar direitos que acreditavam possuir. É o caso de mulheres que recorriam à justiça para solicitar o pagamento de pensões alimentícias para si e/ou para os filhos, após terem sido abandonadas pelos maridos. Ao tempo em que abordaremos os processos de solicitação de alimentos, também exploraremos o universo do crime e da criminalidade em Teresina, problematizando assim, nos conflitos, elementos reveladores do cotidiano das camadas populares. Com isso não estamos reafirmando a clássica equação que associa pobreza e criminalidade como algo indissociável. De modo algum. Cabe lembrar que, tendo em vista que a maioria da população considerada pobre historicamente é marcada pelo analfabetismo e pelo anonimato (muitas vezes decorrente do analfabetismo); encontramos nos processos judiciais, tanto civis como criminais, uma fonte importante para conhecer o que for possível do seu cotidiano e de suas relações sociais, o que poderia ser considerado normal e rotineiro, o que é vivido como excepcional na sua existência (às vezes o próprio fato de estar envolvido no liame da justiça).

Nesses processos, estão diante da autoridade policial, dos juízes e do aparato repressivo legal, não só o réu, o ofendido e seus advogados, mas também as testemunhas, pessoas que foram chamadas à cena para prestar esclarecimentos. Os cenários não são apenas o Centro da cidade e os ambientes frequentados pelas elites, mas os espaços que estão situados à margem, a extensão da cidade, lugares que na maioria das vezes, como é o caso de Teresina, cresceram e desenvolveram-se à revelia das normas urbanísticas contidas em planos e códigos de posturas produzidos por especialistas, políticos e representantes das classes dominantes: a ruazinha que não saberíamos o seu nome dado o anonimato em que viviam seus moradores; as “festas dançantes” que pretendiam apenas divertir sem motivações suntuosas;

os moradores que viviam nas margens da cidade. Esses elementos e outros tantos podem ser sondados a partir de inquéritos policiais e processos judiciais.

Por último, tomaremos a obra literária *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, para analisar o cotidiano dos pobres a partir do olhar do literato. Fontes Ibiapina foi bacharel em Direito e juiz, viveu na cidade no momento do centenário entre os anos 1940 e 50, e escreveu a obra ficcional abordando o ambiente social e político de meados dos anos 1940, final do Estado Novo. É inevitável considerar que o lugar de bacharel em Direito e juiz, assim como o de morador da cidade de Teresina naqueles anos, foram elementos que forneceram a matéria para as reflexões que Fontes Ibiapina desenvolveu na obra. Através da literatura, temos a intenção de investigar o cotidiano dos pobres na cidade de Teresina e de compreender as experiências e expectativas que o letrado imaginava serem coerentes ao cotidiano do pobre, tensionando um discurso público sobre as relações sociais naquele momento histórico. Entendemos como discurso público aquele que representaria o autorretrato dos dominantes, aquela imagem que as elites desejam passar de si mesmas e dos outros como sendo a verdade, em contraste com um discurso oculto, que se constitui como espaço social produzido pelos subalternos para expressar sua dissidência, sua atitude rebelde e contestatória, seu pensamento de modo dissimulado a partir de sua atuação e de outros mecanismos característicos da sua infrapolítica, como aponta James C. Scott³⁹².

3.1 Cenas do cotidiano dos pobres nas veredas da justiça

Há cerca de um mês da grande festa do Centenário de Teresina, a senhora Maria Zélia Pereira de Amorim não via motivo algum para comemorar. Para pedir auxílio numa questão delicada, saiu de sua residência, situada à Rua Odilon Araújo 544, no bairro Piçarra, zona sul da Capital, com destino ao escritório do advogado Celso Pinheiro Filho, situado à Rua das Estrelas 1.370. Ao pôr-se diante do advogado, com seu filho nos braços, o jovem Klecino Pereira de Amorim, de um ano e meio de idade, passou a relatar a infelicidade pela qual estava passando. Contou que casou civilmente com Geraldo Gomes de Amorim, Sargento do Exército em Teresina, em março de 1950, e pouco tempo após a união, esperava um bebê, o pequeno Klecino, que nasceu em 22 de janeiro de 1951. Quando se casaram, ele tinha 30 anos e ela 18.

³⁹² SCOTT, James C. *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*. México, DF: Ediciones ERA, 2003.

Entretanto, pouco mais de dois anos após o casamento e “sem que nenhum motivo” aparente tenha dado, “seu marido abandonou o lar conjugal”, deixando-a “sem nenhum recurso para manter a si e ao filhinho do casal”³⁹³. Além do “abandono voluntário do lar”, Geraldo de Amorim “mandou pessoas de sua família na casa [...], levando estas pessoas todos os bens do casal para lugar ignorado”³⁹⁴. Para ela, não era justo viver tal situação, seu marido largou a família e a deixou sem nada. Procurou então o advogado para fazer valer o direito que acreditava possuir: o de que o seu marido deveria prover o sustento da família, mesmo separados fisicamente³⁹⁵, pois ele havia abandonado o lar sem que ela tivesse dado qualquer motivo.

Ao que tudo indica, a senhora Maria Zélia pagou a quantia necessária referente aos custos iniciais do processo, provavelmente com suas parcas economias (ou com a ajuda de parentes, amigos ou vizinhos) que foram orçadas em cerca de Cr\$ 36,00 (trinta e seis cruzeiros), incluída aí a “Taxa do Centenário de Teresina” no valor de Cr\$ 2,06 (dois cruzeiros e seis centavos). Também arcou com o pagamento da procuração que passou ao seu defensor, o senhor Celso Pinheiro Filho, no valor de Cr\$ 5,50 (cinco cruzeiros e cinquenta centavos). Por certo, essas despesas processuais foram sentidas em tempos de alta dos preços dos itens de primeira necessidade, como podemos observar na Tabela 4 e discussões sobre a elevação do custo de vida no capítulo anterior.

³⁹³ ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (doravante: ATJEPI). Petição Inicial. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 17 de julho de 1952. A pesquisa nos processos judiciais foi autorizada pela então Corregedora da Justiça Desembargadora Eulália Maria R. G. do Nascimento Pinheiro, em 08 de setembro de 2010 através do Ofício n.º 1636/2010-GC. Tendo em vista o estado de organização dos processos, muitos deles sem uma numeração definida e não distribuídos em caixas e fundos, optamos por citá-los da maneira que está acima: Arquivo em que foi localizado, nesse caso ATJEPI, nome do documento, tipo de processo, quem moveu e contra quem e, por fim, a data do documento.

³⁹⁴ *Id. Ibid.*

³⁹⁵ Conforme a historiadora Mona Ayala da Silveira, “o Código Civil de 1916 passou a utilizar para este rompimento da vida conjugal o termo *desquite*. A dissolução do vínculo matrimonial ocorreu somente com a aprovação da lei do Divórcio em 1977, foi permitido, a partir de então, casar-se novamente”. Cf. SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. O cotidiano das relações conjugais no Piauí oitocentista por meio de processos judiciais. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/silveira.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.

Figura 12 – Selos do Governo do Estado referentes à Taxa do Centenário de Teresina.



Fonte: ATJEPI. *Petição Inicial da Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 17 de julho de 1952.

Seu advogado, provavelmente pela condição financeira de Maria Zélia, aceitou a causa apenas com o pagamento das custas iniciais, ficando o pagamento de seus honorários para o final da ação. Possivelmente contribuíram para tal decisão dois fatores: de um lado, considerou a condição financeira do réu, senhor Geraldo de Amorim, que era Sargento do Exército, ou seja, teria condições de pagar o valor da causa, estimada pelo próprio advogado em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), o equivalente a pouco mais de quatro salários mínimos (Cr\$ 1.200,00); e, de outro, ponderou que uma causa como aquela poderia ser considerada ganha, tendo em vista o que havia relatado a esposa e a existência de uma criança deixada à mingua.

Foi assim que a senhora Maria Zélia de Amorim entrou nas veredas do judiciário, ou pelo menos são estes alguns dos elementos que compõem a narrativa dos fatos feita pelo seu advogado. Logo de início passou a ser designada como “a suplicante”. Poderia ter sido denominada como “a requerente” ou “a solicitante”, mas não foi. A palavra escolhida por seu defensor carrega a intenção de dar acento à condição de alguém que pede com urgência, alguém que roga, e não apenas requer ou solicita, ela suplicava por amparo e por justiça. Seu advogado destacou, logo na petição inicial, o estado de pobreza no qual Maria Zélia se encontrava, pois era uma mulher apenas “de prendas domésticas”, ou seja, vivia para cuidar do lar e do filhinho pequeno. O desespero no qual se encontrava foi ressaltado por ele ao expor as humilhações pelas quais ela teve que passar, pois “diante de tal emergência, procurou ao Exmo. Snr. Coronel Comandante do 25º B.C. [Batalhão de Caçadores do

Exército], explicando a esta justiceira autoridade a situação em que foi deixada por seu marido”. As lamúrias de Maria Zélia, segundo ele, haviam sido suficientes para amolecer o coração do Tenente Coronel Odilon Siqueira, autoridade à qual Geraldo de Amorim estava subordinado, a ponto de ele dar sua palavra que descontaria, por conta, metade dos vencimentos do marido de Maria Zélia, alertando-a, por sua vez, “que procurasse regularizar tal estado de cousas perante [o] Juízo”.³⁹⁶

Seu advogado arrematou a argumentação em favor de Maria Zélia evocando a legislação que a amparava. Do Código Civil, apontou o artigo 233, inciso V, que afirmava que competia ao marido “prover a manutenção da família”, no artigo 248, inciso IX, encontrou o argumento que fundamentava o direito de “pedir alimentos” para a manutenção de sua existência. Do Código de Processo Civil, citou o artigo 676, inciso VIII, que dispunha sobre o pagamento preventivo da pensão, e nos artigos 680 e 919, apontou que o seu pagamento deveria ser executado através de desconto em folha de pagamento do funcionário público ou militar.³⁹⁷

No dia seguinte ao início do processo, 18 de julho de 1952, o juiz da 2ª Vara da Comarca da Teresina, Manoel Felício Pinto, enviou ofício ao Comandante do 25º Batalhão de Caçadores, o Tenente Coronel Odilon Siqueira, para que ele fizesse estar presente, pela sua autoridade, o sargento Geraldo Gomes de Amorim, para que, na “Casa da Justiça”, pudesse se pronunciar sobre as queixas da senhora Maria Zélia no dia 23 de julho que se avizinhava. Foi o que aconteceu. O Sargento Geraldo de Amorim compareceu à Audiência de Conciliação³⁹⁸ com a carta de apresentação assinada pelo seu superior hierárquico.

Na audiência, a reconciliação do casal proposta pelo juiz se mostrou inviável. Entretanto, chegaram a um acordo, pois “o marido da suplicante [...] comprometeu-se a fornecer a mesma suplicante e sua mulher e ao filho do casal, que ficará em poder dela, a quantia de um mil e quinhentos cruzeiros mensais (Cr\$ 1.500,00)”³⁹⁹. Além do valor referente

³⁹⁶ ATJEPI. Petição Inicial. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 17 de julho de 1952.

³⁹⁷ BRASIL. Presidência da República. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*: Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 01 nov. 2013. BRASIL. Código de Processo Civil: Decreto-Lei Nº 1.608 de 18 de setembro de 1939. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11608.htm>. Acesso em 01 nov. 2013.

³⁹⁸ A Lei 968 de 10 de dezembro de 1949 determinava que, antes de dar sequência ao processo de desquite litigioso e de solicitação de alimentos, o Juiz deveria realizar Audiência de Conciliação e promover “todos os meios para que as partes se reconciliem” ou “entrem em acordo”. BRASIL. Senado Federal. *Lei 968 de 10 de dezembro de 1949*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 01 nov. 2013.

³⁹⁹ ATJEPI. Termo de Acordo. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 23 de julho de 1952.

à pensão e ao salário família, que seriam descontados diretamente dos vencimentos do militar, foi realizado o levantamento dos bens do casal que, em seguida, foram divididos entre eles:

[...] o casal possui os seguintes bens móveis: um sofá e seis cadeiras, uma cama, uma penteadeira, uma mala, uma rede e dois lençóis, uma mesinha para rádio, um bilheiro, uma cristaleira, e uma mesa de jantar e neste ato acordam ficar para Maria Zélia Pereira de Amorim, a penteadeira, a mala, o bilheiro, e uma mesa de jantar, ficando os demais para seu marido [...].⁴⁰⁰

O acordo assim foi firmado e dona Maria Zélia de Amorim desistiu de dar seguimento à Ação de Alimentos contra o marido. No dia 1º de agosto de 1952, o juiz Manoel Felício Pinto homologou o Termo de Acordo e a desistência da Ação para que, nas suas palavras, “produzam os seus efeitos legais”, expressão que tinha (e ainda hoje tem) a pretensão de imprimir a autoridade do ato e seu poder de repercussão na vida daqueles sujeitos. O arremate do juiz, depois de uma sucessão de narrativas de fatos e dos procedimentos ritualizados que compõem um processo judicial, não significou o final dessa história, muito embora tivesse essa pretensão. O relato das circunstâncias referente ao processo é longo e é possível a partir dele suscitar elementos que podem nos ajudar a refletir sobre o cotidiano das relações sociais no período no qual o Centenário de Teresina estava inscrito. Desse modo, o ponto final que tinha a pretensão de dar por encerrada uma questão, que para os seus protagonistas era importantíssima, assim como em muitas outras querelas judiciais envolvendo pessoas que experimentavam situações semelhantes, impulsiona-nos numa jornada com a intenção de ir além dele e sondar a vida, a sobrevivência, as estratégias e expectativas das camadas populares no período em estudo. Família, trabalho, moradia, vizinhança, conflitos cotidianos, a busca de direitos que acreditavam possuir, e as estratégias para alcançá-los, são alguns dos pontos a serem discutidos neste momento, a partir da memória dos conflitos guardados em processos judiciais do período entre 1942 e 1959.

3.1.1 Família e trabalho

Maria Zélia, assim como muitas mulheres de seu tempo, casou-se cedo e com um homem mais velho (ela aos 18 anos e seu esposo aos 30 anos). O casamento de homens com

⁴⁰⁰ ATJEPI. Termo de Acordo. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 23 de julho de 1952.

mulheres mais jovens pode ser considerado “uma constante praticamente universal”.⁴⁰¹ O homem era, em média, dez anos mais velho que as mulheres. Em junho de 1941, por exemplo, a senhora Maria José casou-se, aos 16 anos, com Sandoval Rodrigues Barbosa, de 23 anos de idade, numa modesta cerimônia religiosa na Igreja Matriz de São Benedito.⁴⁰² Em setembro de 1943, a senhora Corina Marciana da Silva, aos 16 anos, casou-se civilmente com João Monteiro da Silva, de 25 anos de idade.⁴⁰³ A senhora Delma Lustosa Nogueira Sena, aos 18 anos, casou-se civilmente com Antero de Alencar Sena, de 30 anos, em outubro de 1944.⁴⁰⁴

No início dos anos 1950, o número de mulheres casadas entre 15 e 19 anos de idade era 11 vezes maior que o número de homens casados nessa faixa etária no país. De um contingente de 2.644.531 homens recenseados, 38.340 eram casados (1,45%) enquanto que de um total de 2.857.784 mulheres, 422.520 eram casadas (14,78%). Na faixa etária de 20 a 29 anos a proporção de homens e mulheres casados passa para 41,12% e 50,23%, respectivamente. Certo equilíbrio só poderá ser verificado na faixa de 30 a 39 anos, com percentuais de casamento de 78,16%, para homens, e de 76,11, para as mulheres.⁴⁰⁵ No Piauí, não era diferente. Analisando a faixa de idade de 15 a 19 anos, 10.530 mulheres eram casadas, enquanto o número de homens casados era de apenas 1.033. Em Teresina, 972 mulheres tinham menos de 20 anos quando contraíram o matrimônio contra apenas 93 homens. Ou seja, de um universo de 5.482 mulheres com menos de 20 anos de idade, 17% eram casadas, enquanto que, de 4.690 homens na mesma faixa de idade, menos de 2% eram casados.⁴⁰⁶ Tendo em vista que os números apurados correspondem ao corte realizado pelo censo, ou seja, apenas o estado cível das pessoas por faixas de idade no momento da pesquisa (1º de julho de 1950), o número de pessoas que se casaram com menos de 20 anos em períodos anteriores certamente eleva os números desse tipo de matrimônio, podendo ser considerado quase que uma regra.

É necessário ter em mente, ainda, que os dados quantificados nos censos demográficos foram obtidos pela autodeclaração da população, o que implica dizer que os

⁴⁰¹ BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 417.

⁴⁰² ATJEPI. Certidão de Casamento juntada. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria José de Amorim contra o seu marido Sandoval Rodrigues Barbosa*, 09 de junho de 1943.

⁴⁰³ ATJEPI. Certidão de Casamento juntada. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Corina Marciana da Silva contra o seu marido João Monteiro da Silva*, 18 de outubro de 1945.

⁴⁰⁴ ATJEPI. Certidão de Casamento juntada. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Delma Lustosa Nogueira contra o seu marido Antero de Alencar Sena*, 31 de julho de 1958.

⁴⁰⁵ Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais>>. Acesso em: 12 janeiro 2012.

⁴⁰⁶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Estado do Piauí, 1º de julho de 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, pp. 05 e 22.

números comportam tanto as relações conjugais formalizadas pelo casamento civil e/ou religioso⁴⁰⁷, como as uniões não formalizadas (como o concubinato e amasio). Tais uniões eram produzidas consensualmente e eram entendidas como um casamento de fato, reconhecido pelo casal e pelo círculo de pessoas mais próximo, a ponto de, quando perguntados, responderem prontamente a situação conjugal na qual se enquadravam. Segundo Elza Berquó, houve uma tendência maior para a ocorrência dessas uniões consensuais entre os anos 1950 e 1960 nos estratos mais pobres da população, pois constituía, “antes do divórcio, que [...] foi instituído só em 1977, a única alternativa para uma nova união após a dissolução de um casamento civil”.⁴⁰⁸

Do ponto de vista moral, informado em grande medida pela doutrina católica, hegemônica entre as práticas religiosas da população no período em estudo, concorria para a realização precoce do casamento da mulher uma série de preocupações. Segundo a prescrição católica, o noivado não deveria tardar em ser formalizado e não deveria durar muito, em virtude de ser um momento perigoso, no qual cuidados especiais deveriam ser tomados pelos pais. Nesse período da relação, “muitos rapazes solicitavam de suas namoradas uma prova de amor, e vez por outra, apareciam moças grávidas”.⁴⁰⁹ As alternativas diante de tal possibilidade seriam, de um lado, a denúncia do delito para a polícia de costumes (Delegacia de Trânsito e Costumes), dando origem a um inquérito e a um processo pelo crime de sedução, defloração ou estupro, dependendo do caso; ou, por outro lado, o casamento, um modo caseiro de resolver a pendência sem deixá-la vir a público, resguardando a honra da jovem e de sua família.

Este foi o motivo da querela judicial envolvendo a jovem Felisbela Ferreira Rêgo, cuja miserabilidade judicial foi reconhecida pelo Delegado de Costumes Humberto Reis da Silveira no momento da abertura do inquérito policial que apurou o crime de sedução praticado contra ela, em abril de 1955. Felisbela foi levada a fazer o exame de corpo de delito com vistas a provar a queixa feita por sua mãe, Balbina Felisbela do Rêgo, moradora do bairro Poti Velho, de que a filha menor de idade havia sido iludida por Benedito Gomes da Silva.

Felisbela tinha 16 anos e ajudava a mãe com a renda de empregada doméstica. Benedito, que trabalhava como ferreiro também no bairro Poti Velho, frequentava a casa do

⁴⁰⁷ Desde a nossa primeira Constituição Republicana, de 1891, a união reconhecida legalmente era a civil.

⁴⁰⁸ BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 420.

⁴⁰⁹ OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. *Imagens dissonantes? A família teresinense: entre prescrições católicas e práticas culturais na década de 1950*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009, p. 96.

pai de Felisbela, com quem a jovem morava após a separação dos pais. Ao cortejar a moça, Benedito prometia o casamento e o noivado não tardou em se concretizar mediante a troca de alianças perante os familiares. Entretanto, pouco tempo após a oficialização do noivado, Benedito alertou Felisbela que “só casaria depois que tivesse a certeza que [ela] era moça”. Temerosa com a possibilidade de rompimento do noivado, ela cedeu às investidas do rapaz. Engravidou, o noivado foi abreviado e poucos dias depois da constatação da gravidez foi realizada a cerimônia religiosa na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, no centro da cidade.

Após o casamento, quando todos se dirigiam à casa de Benedito, o rapaz “foi franco em dizer”, segundo dona Balbina, “que não moraria com Felisbela”. Nos dias que se seguiram, todos souberam da notícia de que Benedito “raptara uma menor de nome Paixão, que era empregada na casa do senhor Samuel Serrate Cordeiro, levando-a para o Estado do Maranhão e [...] com ela se casara civilmente.”⁴¹⁰ O imbróglio que envolveu Felisbela e Benedito é um exemplo de que o casamento formal na Igreja ou nos cartórios nem sempre ocorria dentro das expectativas dos envolvidos, além de, volta e meia, não impedia novas uniões. É exemplo, ainda, dos riscos que os pais tentavam proteger as filhas.

Como é possível perceber, era comum que as mulheres se casassem antes de atingir a maioridade.⁴¹¹ O casamento precoce da mulher era uma possibilidade de evitar situações como a mencionada acima que não eram incomuns⁴¹². Outro elemento permite entender o que levava ao interesse por homens mais velhos. Para ser considerado um bom partido, os rapazes teriam que possuir algumas qualidades diante da família e da sociedade. A expectativa comum era que o candidato ao matrimônio deveria ser respeitador, honesto e trabalhador, atitudes esperadas em um homem de maior idade e mais experiente. O fato de ser trabalhador deveria garantir o sustento da mulher. De seu lado, entre muitos aspectos a serem considerados, a jovialidade da pretendente e o precioso atributo da virgindade consistiam elementos de muito valor quando da decisão pelo casamento.

⁴¹⁰ ATJEPI. Termo de realização do exame de corpo de delito realizado em Felisbela Ferreira Rêgo e Termo de declarações prestadas pela queixosa D. Balbina Felisbela Rêgo. *Processo-crime de Sedução movido contra Benedito Gomes da Silva*. 22 de julho de 1955.

⁴¹¹ A maioridade para o exercício pleno dos direitos e deveres da vida adulta, do ponto de vista civil, era considerada a partir dos vinte e um anos de idade. Art. 9º do Código Civil de 1916. Cf. BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*: Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 01 nov. 2013.

⁴¹² Foram localizados três processos de estupro, dois processos de sedução, e um de defloramento entre os anos de 1954 e 1959. O número é certamente maior tendo em vista que estes formam apenas os processos encontrados em bom estado de conservação. É possível que o número seja bem maior, pois ainda há um grande número de processos não catalogados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Piauí, particularmente do período entre 1930 a 1970.

Resguardar a honra da mulher antes do casamento e um bom marido não garantia direitos a ela. Do ponto de vista jurídico, o casamento não emancipava a mulher para desempenhar a vida civil com plenitude, como acontecia com o homem quando se casava antes de completar os 21 anos. Para elas, nem sequer a maioridade civil era garantia de liberdades com a consecução do matrimônio. Segundo o Código Civil em vigor desde 1916, o casamento produzia efeitos jurídicos para ambos os cônjuges, entretanto, o marido era considerado o chefe da sociedade conjugal e, na condição de autoridade, cabia a ele grandes poderes sobre a mulher. Elas, “enquanto subsistir a sociedade conjugal”⁴¹³, seriam consideradas incapazes para a realização de certos atos da vida civil, como o trabalho, por exemplo, que deveria ser autorizado pelo marido, sob pena de nulidade do ato ou contrato.

A restrição ao trabalho, no entanto, não implicava dizer necessariamente que as mulheres só trabalhavam com a autorização do marido. Se muitas delas tiveram sua autorização para o trabalho, principalmente as mulheres que gozavam de certa posição na sociedade, e para o exercício apenas de determinadas funções – como o magistério em escolas públicas e particulares (no ensino normal ou o ensino de música, por exemplo), o trabalho artesanal com bordados ou o comércio, ajudando nos negócios da família –, outras tantas complementavam a renda familiar com trabalhos não formalizados, que não dependiam necessariamente de uma autorização dos maridos.

Segundo o historiador Pedro Vilarinho Castelo Branco, “Teresina sempre se caracterizou por ser uma cidade com um grande número de pessoas pobres e mesmo miseráveis” e “as possibilidades de trabalho para essa massa de pessoas, que viviam sempre perseguidas pela necessidade, eram restritas”⁴¹⁴. Com poucas indústrias e com um setor de serviços incipiente, as alternativas para as mulheres pobres eram limitadas do ponto de vista do trabalho formal. Ainda conforme Castelo Branco, das poucas indústrias que havia em Teresina nas primeiras décadas do século XX, apenas duas empregavam mulheres pobres: a Fábrica de Fiação de Tecidos Piauiense e a Fábrica de Cigarros Ipiranga. Nessas indústrias, trabalhavam principalmente mulheres solteiras, muitas delas menores de idade, com nove, dez ou onze anos, para quem pagavam salários bem inferiores aos das mulheres em idade adulta. As operárias dessas indústrias eram conhecidas como “pipiras” [um pássaro típico da região], mulheres “que circulavam no fim da tarde pela cidade, após um dia exaustivo de trabalho, e

⁴¹³ Art. 6º, inciso II, do Código Civil de 1916. Cf. BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*: Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 01 nov. 2013.

⁴¹⁴ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*: a condição feminina na Primeira República. 2. Ed. Recife: Edições Bagaço, 2005, p. 111-112.

que frequentavam os bailes populares nos subúrbios, que ficaram conhecidos como pipirais”⁴¹⁵.

O trabalho doméstico apresentava-se como uma alternativa de remuneração para as mulheres pobres em razão da escassez de oportunidades e de qualificação, pois em sua maioria eram analfabetas, o que restringia mais ainda suas possibilidades. Nos processos analisados, é possível perceber a diferença feita entre as mulheres que trabalhavam na prestação de serviços domésticos remunerados, daquelas que não exerciam uma atividade remunerada, dedicando-se aos cuidados da família no ambiente privado do lar. A senhora Maria Zélia, com a qual iniciamos essa história, por exemplo, era uma mulher de “prendas domésticas”, ou seja, exercia as tarefas do lar, desempenhando aquele que seria o seu papel segundo o pensamento da época, diante da sociedade e da lei: a condição de companheira e auxiliar nos encargos da família.

O ambiente privado da casa no qual possivelmente Maria Zélia e outras tantas mulheres passaram grande parte de suas vidas, assim como as atividades escolares como discentes, representava o principal espaço de atuação da mulher. A segunda atividade onde podemos encontrar uma forte presença feminina também se situava no âmbito do privado, pois se tratava das atividades domésticas remuneradas. Como cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, atividades de prestação de serviço direto em casas de famílias com melhores condições financeiras, muitas mulheres complementavam a renda familiar ou conquistavam o único recurso disponível para a sobrevivência. Em quantidade reduzida, a mulher também desempenhava atividades ligadas à Igreja e instituições sociais, trabalhava no comércio de mercadorias (sobretudo as mulheres solteiras pobres) e na agricultura. Sua presença no serviço público, na indústria extrativa e de transformação e como profissional liberal, era de apenas algumas dezenas.⁴¹⁶

Portanto, a principal atividade remunerada era a prestação de serviços, dentre elas as de empregada doméstica e ofícios como, por exemplo, o de costureira, atividades que proporcionavam baixos salários. Quando o advogado da senhora Maria José de Amorim peticionou Ação de Alimentos contra seu marido Sandoval Rodrigues Barbosa, um dos

⁴¹⁵ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. 2. Ed. Recife: Edições Bagaço, 2005, p. 112.

⁴¹⁶ Segundo o censo de 1950, em Teresina, de um universo de 34.472 mulheres recenseadas, 81% tinham como ocupação as atividades domésticas não remuneradas (donas de casa) ou eram discentes, 7,4% trabalhavam na prestação de serviços em atividades domésticas remuneradas (cozinheiras, lavadeiras, costureiras, etc.), 2,16% atuavam em atividades sociais, na Igreja ou outras instituições, 0,7% na agricultura e pecuária, 0,5% no funcionalismo público, 0,4% na indústria de transformação e extrativista, 0,1% eram profissionais liberais, dentre outras atividades. Cf. BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. Estado do Piauí, 1º de julho de 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p. 26.

argumentos que levou ao juiz foi o fato dela “perceber tão somente o salário de cinquenta cruzeiros, mensalmente, *quando trabalhava* no atelier de costura da madame Izaura Le Lonès”.⁴¹⁷

Antes do casamento com Sandoval, Maria José já trabalhava como costureira, ofício que provavelmente aprendeu com a mãe, pois fazia parte do processo de aprendizagem do ofício e da preparação para a vida adulta, desde cedo, ajudar a mãe nas suas tarefas diárias, o que também repercutia na renda familiar. Após o casamento, passou a se dedicar ao lar e aos cuidados com a filhinha Conceição Maria, exercendo a profissão de costureira informalmente, aceitando encomendas esporádicas na vizinhança, e assim, contribuindo nas despesas de casa. Sandoval, por sua vez, trabalhava na Tipografia Popular e tinha remuneração mensal de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), o valor do salário mínimo na época. Embora ganhasse seis vezes o valor que a esposa recebia como costureira, o fato de saber apenas assinar o nome é indício de que não tenha exercido uma profissão que exigisse habilidades com as letras, como por exemplo, o ofício de tipógrafo, razão pela qual podemos considerar que, no âmbito de uma tipografia, seus vencimentos fossem dos mais baixos.

Com a separação, Maria José se viu diante da necessidade de assumir com mais afinco a sua atividade como costureira e passou a trabalhar no atelier de Izaura Le Lonès. As condições nas quais se estabeleceu o vínculo de trabalho são incertas, contudo, o uso da expressão “quando trabalhava” exprime uma condição que indica o caráter descontínuo ou ocasional do trabalho de Maria José no atelier. Em que pese o fato de ser uma argumentação jurídica produzida pelo seu advogado para que a “suplicante” se tornasse vitoriosa na Ação (um incerto salário de Cr\$ 50,00 mensais, considerado muito aquém do necessário para a sobrevivência, tornava-se um forte argumento diante do juiz), considerando a elevada disponibilidade de mão-de-obra e a condição de necessidade na qual grande parte dela se encontrava (assim como era o caso de Maria José), é possível inferir que aquele valor de remuneração pode ter sido praticado frequentemente como salário para costureiras. É compreensível, nesse sentido, que o baixíssimo salário não atendesse as suas necessidades básicas num tempo de crescente carestia.

Maria José tinha uma filha pequena chamada Conceição Maria, de seis meses de idade, quando ocorreu a separação, razão pela qual seria tão difícil prestar os cuidados necessários à filha e manter a assiduidade e a pontualidade exigidas no trabalho como costureira no atelier de Dona Izaura Le Lonès, o que pode ter contribuído para a sugerida

⁴¹⁷ ATJEPI. Petição Inicial. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria José de Amorim contra o seu marido Sandoval Rodrigues Barbosa*, 29 de maio de 1943. Grifos nossos.

descontinuidade de sua remuneração. Órfã de pai, Maria José contava apenas com o apoio de sua mãe, Maria de Lourdes Neves, para auxiliá-la no cuidado com a pequena Conceição, assim como ocorria em inúmeras famílias no período.

3.1.2 Casa e vizinhança

Na falta de familiares para auxiliar nos cuidados com os filhos, muitas mulheres se utilizavam da solidariedade construída na vizinhança. A senhora Maria Francisca do Nascimento, de sessenta e dois anos, chegou muito cedo à Teresina vinda do interior do Ceará. Viúva, ela residia à Avenida Centenário, em frente ao campo de aviação, com suas duas filhas. Não sabia ler nem escrever e trabalhava como empregada doméstica em casa de família durante alguns dias da semana, atividade que lhe provia com certa dificuldade. Premida pela necessidade, ela contava com o costumeiro apoio de sua vizinha Euclidiana Alves do Nascimento para tomar conta de sua casa e de sua filha mais velha (que tinha problemas mentais) sempre que necessitava “tratar de negócios na cidade”⁴¹⁸. Depois de uma amizade de muitos anos entre as conterrâneas, sentia-se íntima para chamar Euclidiana apenas pelo apelido de “Leó”. Em 16 de novembro de 1954, quando o cabo de turma da Prefeitura de Teresina que dirigia o serviço de capina da Avenida, Raimundo Bezerra de Pinho, aproveitou-se da ausência de Maria Francisca para violar a porta da casa e abusar de sua filha mais velha, a vizinha Leó e seu esposo, o marceneiro Manoel Borges do Nascimento, foram os primeiros a observar a estranha movimentação na casa da vizinha. Eles reconheceram o agressor e figuraram como testemunhas principais no inquérito policial e no processo judicial contra Raimundo Bezerra.

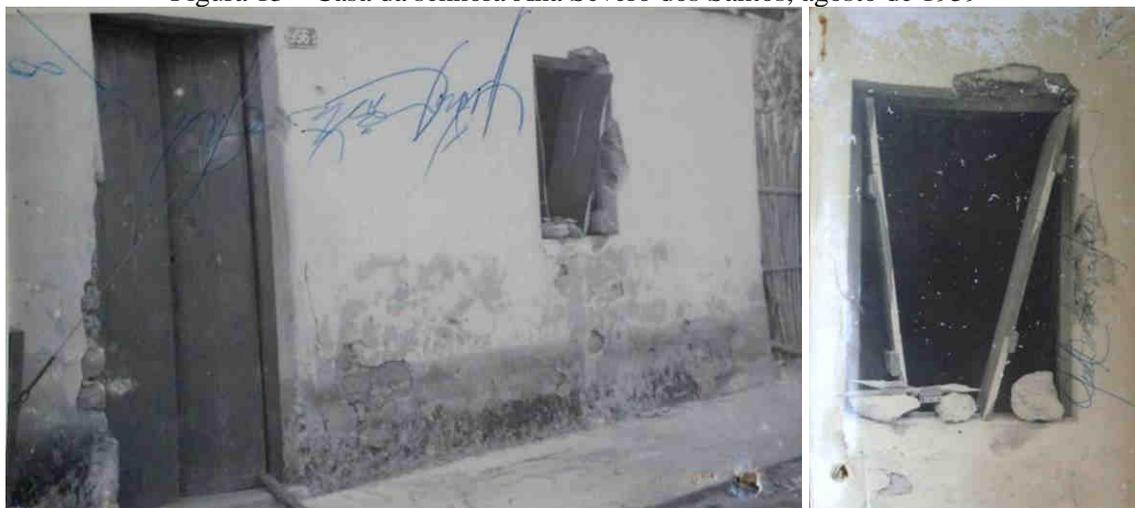
Na vizinhança se estabeleciam laços de solidariedade importantes para o enfrentamento das adversidades da vida. No caso de Maria Francisca, possibilitava o trabalho sem o qual a sobrevivência seria mais difícil. Em outros casos, porém, configurava-se como um espaço de conflitos. Exemplo disso pode ser localizado no processo movido pela senhora Ana Severo dos Santos contra Luís Pereira Dias. Por volta das três e meia da madrugada do dia 16 de agosto de 1959, a senhora Ana Severo, moradora da Rua Simplício Mendes 956, no bairro Vermelha, acordou apavorada com violentas batidas em sua porta e janela. Com socos e pontapés, Luís Pereira Dias, conhecido na vizinhança como Luís Gago, batia na porta

⁴¹⁸ ATJEPI. Inquirição sumária a testemunha Euclidiana Alves do Nascimento. *Processo-crime de Estupro movido contra Raimundo Bezerra de Pinho*. 23 de novembro de 1954.

tentando invadir a casa e, como não teve êxito de início, “botou a janela ‘adentro’”. Além disso, como afirmou Ana Severo e muitas testemunhas do delito, “o acusado tanto jogava pedras como dizia nomes feios”.⁴¹⁹ O marido de Ana Severo, Ricardo dos Santos, estava ausente de casa, pois havia se dirigido ao Centro da cidade, onde trabalhava como vigia. Aos gritos, ele era chamado pelo agressor de “corno” e “por outros impropérios”.⁴²⁰

Ana Severo, apavorada com a violência pela qual estava passando, saiu pelos fundos da casa e, “ainda em trajes de dormida”, pediu auxílio aos vizinhos para que a ajudassem a tirar da residência seus “dois filhos menores e uma garota que lhe ajudava nos serviços domésticos”.⁴²¹ O alfaiate Jonas de Oliveira Barroso foi quem entrou na casa e tirou os filhos e a garota, enquanto outros vizinhos se aglomeravam na porta depois de serem despertados pela “zuada e alarido”.⁴²² Alguns só observavam, ao passo que outros lutavam para conter Luís Gago. Pela manhã, Ana Severo foi dar conta do crime junto à Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Pública, chefiada pelo delegado Olímpio Castro de Oliveira que solicitou uma junta para avaliar os danos e proceder à investigação sobre os fatos, intimando as testemunhas citadas pela senhora Ana. Os danos foram contabilizados e seu registro foi feito pelos peritos Manoel Pereira Lopes e Manoel Rufino Neto, como podemos observar nas imagens abaixo.

Figura 13 – Casa da senhora Ana Severo dos Santos, agosto de 1959



Fonte: ATJEPI. Auto de Exame Pericial procedido em uma porta e uma janela da casa situada à Rua Simplicio Mendes Nº 956-S. *Processo-crime de Ofensa Física, Danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

⁴¹⁹ ATJEPI. Inquirição sumária a testemunha Astrogilda Maria Ribeiro. *Processo-crime de Ofensa Física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

⁴²⁰ ATJEPI. Auto de perguntas feitas a Ana Severo dos Santos. *Processo-crime de ofensa física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

⁴²¹ *Id. Ibid.*

⁴²² ATJEPI. Inquirição Sumário a testemunha Astrogilda Maria Ribeiro. *Processo-crime de ofensa física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

Ana Severo e sua família viviam numa casa comum entre a população pobre que habitava os arredores do centro de Teresina, na transição entre a zona urbana e suburbana. Na frente, havia uma calçada pequena, de cerca de um metro, uma porta principal de duas folhas de madeira com uma fechadura e uma escora para reforçar a segurança (o que impediu o arrombamento da porta, embora tivesse sido muito avariada), tinha uma janela também de duas folhas de madeira, arrebentada por três pedras grandes. Em seu interior, era dividida, partindo da porta de entrada e pelo lado esquerdo, em uma sala (dividida ao meio por uma cortina), e cozinha; pelo lado direito, havia três quartos, o primeiro era do casal, o segundo dos filhos e, nos fundos, o pequeno quarto da auxiliar nas tarefas domésticas, provavelmente uma moça vinda do interior do Estado para trabalhar e estudar. Depois da cozinha, em extensão à casa, havia um banheiro. No quintal, havia uma sentina, para o despejo dos dejetos, um tanque para armazenar água e o criadouro de animais, como galinhas e porcos. Todas as janelas dos quartos davam para um corredor lateral e uma cerca de “pau-em-pé”, produzida comumente com o talo da palha do babaçu, que delimitava a área e servia de divisa com o terreno do vizinho. A casa era construída de alvenaria e coberta de telha cerâmica, sob caibros e ripas confeccionados de madeira não cerrada.

Mesmo com o grande esforço dos dirigentes da cidade em extinguir as casas com cobertura de palha de arroz e outros materiais semelhantes, ação que visava dar feições modernas à capital ao empurrar os pobres para outras áreas, razão de muitos incêndios ocorridos em passado recente⁴²³, ainda era possível encontrar casas com aquelas coberturas em menor proporção, algumas não muito longe do Centro, como é possível observar na imagem abaixo.

⁴²³ NASCIMENTO. Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: FCMC, 2002. p. 212-337.

Figura 14 – Ponte Metálica “João Luís Ferreira” e as casas populares, década de 1950.



Fonte: Arquivo Público do Piauí

A imagem acima retrata a ponte metálica, no encontro das avenidas Maranhão e Miguel Rosa (perspectiva na qual foi tirada), local que delimitava o fim da zona urbana da cidade do lado norte. A ponte, uma importante via de transporte entre Piauí e Maranhão, é registrada num primeiro plano e alguns elementos a sua margem podem ser observados: a rua pavimentada em paralelepípedo, a presença de iluminação pública e casas populares cobertas de telha cerâmica, uma delas em ruínas. No canto direito, uma casa quase passa despercebida, pois é possível visualizar apenas uma pequena parte da cobertura de palha. Nessa região, surgiram ainda na década de 1920 os bairros “Matinha” e “Mafuá”, seguindo pela Avenida Miguel Rosa rumo à Estação, local de feiras-livres e venda de comida, “onde se concentrava em seu conjunto um grande número de trabalhadores braçais ocupados com as escavações ou corte do terreno”⁴²⁴ à época da construção da Estrada de Ferro. A casa de Ana Severo situava-se no outro lado da cidade, no bairro Vermelha, na Zona Sul, descrito pelo escritor H. Dobal

⁴²⁴ LIMA, Francisca Lidiane de Sousa. História do Mafuá. *Cadernos de Teresina*. Teresina, n. 41, p. 73, fev. 2010.

como um bairro antigo da cidade, onde outrora foi tomado de casas rústicas com cobertura de palha.

Nos depoimentos das testemunhas, todos vizinhos do casal (Ana e Ricardo dos Santos) e também de Luís Gago, as versões das agressões destacam as ameaças de morte e os nomes horrorosos ditos entre uma pedrada e outra. Luís Gago foi descrito pela polícia como um homem de trinta e oito anos de idade, de um metro e sessenta e oito de altura, pele parda, cabelos crespos castanhos e que usava bigode. Era sapateiro e possuía instrução primária, porém mal conseguia assinar o nome. Segundo apurado pelo Instituto de Criminalística, teve pelo menos quatro passagens anteriores pela polícia: em fevereiro de 1944 por embriaguez e distúrbio; em julho de 1944 por embriaguez; em agosto de 1944 por distúrbio; e em maio de 1946 por ofensa física. Para seus vizinhos, esses dados eram apenas o registro do que já sabiam, pois Luís já era conhecido na vizinhança como um desordeiro.

Na noite do ocorrido, todos foram unânimes em dizer que era notório o estado de embriaguez no qual se encontrava. Mas a embriaguez por si só explica as agressões? Nos depoimentos, as testemunhas deixam entrever que existiam desentendimentos entre as famílias de Ana e Luís. Jonas de Oliveira Barros, por exemplo, ao ser perguntado sobre os motivos que teriam levado Luís a protagonizar tais violências, respondeu que “não sabe a razão por que Luís fez o ataque à esposa de Ricardo e a ele se estivesse em casa, mas, por ouvir dizer, [sabia que] as famílias são intrigadas”.⁴²⁵ O próprio acusado, após negar os fatos, reconheceu que a causa daquela situação devia-se a “desinteligências de famílias que já procuraram, inclusive, entendimentos [...] com o esposo da vítima no sentido de se descobrir uma solução amigável.”⁴²⁶

As “desinteligências” alegadas tinham por origem uma disputa de propriedade. Tanto a família de Ana, quando a família de Luís, principalmente o seu sogro, senhor Aurélio, disputavam a propriedade de um terreno que fazia limite com as casas de ambos na Rua Simplício Mendes. Os termos e razões da disputa pelo terreno não são dados a conhecer no processo, entretanto, é marcante a ideia de que a disputa levou as famílias a se tornarem inimigas de modo que, no momento da embriaguez de Luís Gago, o desentendimento emergiu na forma de improperios, pontapés e pedradas na casa de dona Ana.

O conflito gerado pela disputa de propriedade foi capitalizado, ainda, por outro elemento importante. A senhora Ana Severo era uma mulher católica, possuía em seu quarto

⁴²⁵ ATJEPI. Inquirição sumária a testemunha Jonas de Oliveira Barros. *Processo-crime de ofensa física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

⁴²⁶ ATJEPI. Auto de perguntas feitas a Luís Pereira Dias. *Processo-crime de ofensa física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

um santuário, móvel de madeira no qual guardava as imagens dos santos de sua devoção e, assim como suas vizinhas, costumava assistir às missas dominicais na igreja de Nossa Senhora de Lourdes, na Praça Saraiva, a algumas quadras de sua residência. Luís Gago e alguns de seus familiares, por sua vez, tinham práticas religiosas consideradas suspeitas, apesar de Luís ser casado catolicamente.

O bairro Vermelha, além de antigo, era famoso pelos seus terreiros de macumba, aspecto mencionado pelo escritor H. Dobal no *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina*.⁴²⁷ No interrogatório realizado pelo juiz Heli Ferreira Sobral, muitas testemunhas apontaram um fato que não havia sido mencionado nos depoimentos prestados durante o inquérito policial. Luís Gago, que estava embriagado no momento das agressões, estava acompanhado de um “Expedito de tal”, que, embora tenha sido acusado de ajudar Luís Gago a jogar as pedras e impedir a aproximação das pessoas, não foi arrolado no processo. Segundo a testemunha Astrigilda Ribeiro, o tal Expedito era “conhecido até como macumbeiro”.⁴²⁸ Ao relatar essa peculiaridade do acontecimento, a embriaguez de Luís Gago passa a ser atribuída à sua prática religiosa e à influência de um indivíduo reconhecidamente “macumbeiro”, como afirmavam outros vizinhos.

Nos depoimentos, embora não seja dito de forma clara e direta pelas testemunhas, é possível perceber o movimento que faz a embriaguez passar a loucura provocada pela crença profana. Assim, as discordâncias familiares, nascidas possivelmente na querela envolvendo a propriedade de um terreno, transcendiam os limites materiais da disputa e chegavam ao campo religioso, da não aceitação de uma prática considerada desviante, e assim revela conflitos pouco visíveis tendo em vista o apagamento daquelas práticas religiosas, ou pelo menos o não dito sobre elas. O apontamento da prática religiosa tendeu a funcionar como um recurso que tornava indubitável a culpa do réu, o que revela traços de uma moralidade. Naquele momento é possível perceber a marginalização sofrida pelas religiões de origem africanas e afro-brasileiras, quando constatamos que elas nem sequer apareciam nos censos demográficos que buscavam quantificar o número dos praticantes das diversas religiões existentes no país. Nos censos, o número de seus praticantes acabava sendo apagado

⁴²⁷ DOBAL, H. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina* (1952). In.: *H. Dobal: obra completa II* (prosa). 2 ed. Teresina: Plug, 2007. p. 14.

⁴²⁸ ATJEPI. Depoimento da testemunha de acusação Astrogilda Maria Ribeiro ao Juiz Heli Ferreira Sobral. *Processo-crime de ofensa física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

possivelmente em categorias generalizantes, em meio aos que possuíam “outras religiões” ou entre os “sem religião declarada”.⁴²⁹

Motivado pela embriaguez ou pela insanidade de sua crença, a violência proporcionada por Luís Gago era prova irrefutável, para seus vizinhos, de que ele era um desordeiro. Essa conclusão foi apontada de modo unânime pelas testemunhas do incidente. Ele violou a propriedade de outra pessoa, proferiu “nomes horrorosos” ferindo a honra e dignidade de uma mulher, seu esposo e filhos, expondo uma família aos olhares da vizinhança, e ainda lutou contra todos aqueles que o tentaram impedir. Assim como na vizinhança nos bairros da capital, muitos lugares da cidade foram palco de conflitos envolvendo pessoas consideradas desordeiras, tais como os mercados públicos, onde a aglomeração de pessoas propiciava desentendimentos e crimes.

3.1.3 Nos mercados

O Mercado do Cajueiro, localizado na Rua Santa Luzia, esquina com Rua 13 de Maio, no bairro Cajueiros (hoje Centro-Sul), assim como o mercado da Piçarra, eram mercados de bairros que atendiam a população do entorno, assim como as quitandas, açougues e bancas que se espalhavam como pequenos negócios improvisados em residências nos bairros desprovidos de um espaço para esse tipo de comércio. Segundo o literato H. Dobal, gozava maior popularidade o mercado municipal da Praça Deodoro, para onde convergia “gente de toda parte”⁴³⁰. Por ser o mais antigo da cidade, fundado ainda no século XIX (ver Figura 1), ficou conhecido popularmente como “Mercado Velho” e foi descrito pelo literato ora como portador de um “aspecto de bazar oriental”, pela sua agitação, mistura de pessoas de origens diversas e de diferentes mercadorias no mesmo espaço; ora como uma “típica feira do Nordeste”, com cantadores cegos pedindo esmolas, vendas onde seria possível comprar jumentos com cangalhas, selas e arreios, tomar café com cuscuz, frito de carne de porco, um lugar no qual muitos poderiam resolver problemas de saúde nas incontáveis bancas

⁴²⁹ Como citamos no capítulo anterior, o censo demográfico de 1950 não fazia menção alguma a qualquer culto religioso de origem africana ou afro-brasileira. Ele dividia as religiões praticadas, distribuídas pela quantidade de praticantes em Teresina, da seguinte forma: Católicos Romanos: 88.764; Protestantes: 1.089; Espíritas: 260; Ortodoxos: 2; Israelitas: 4; Budistas: 0; Maometanos: 2; Outras religiões: 146; Sem religião: 360; e Sem declaração de religião: 76. Cf. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico do Estado do Piauí*, 1º de julho de 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p. 23.

⁴³⁰ DOBAL, H. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina (1952). In.: *H. Dobal: obra completa II (prosa)*. 2 ed. Teresina: Plug, 2007. p. 35.

de ervas, onde encontravam “uma riqueza incalculável e a sabedoria e a experiência dos donos, velhinhos, que conhecem todos os males”⁴³¹.

Na exposição feita por Dobal, no *Roteiro Sentimental e Pitoresco de Teresina*, o caráter peculiar e acolhedor daquele mercado devia-se ao fato de que nele seria possível encontrar, em suas palavras, “um mundo à parte”⁴³². Entretanto, valentões como Luís Gago, por exemplo, volta e meia protagonizavam das suas pela cidade. Por serem lugares de aglomeração de pessoas, os mercados eram espaços marcados cotidianamente tanto pelas negociações que garantiam o rendimento da feira em tempos de alta dos preços, quanto pelos conflitos de origens diversas. O mercado do Cajueiro, por exemplo, foi palco de muitos casos de “desinteligências”. Exemplo disso eram os conflitos entre os fiscais da prefeitura e os açougueiros nos mercados, um dos poucos embates apontados por Dobal no *Roteiro Sentimental*, o que resultava, segundo ele, de uma “luta desigual”⁴³³ entre os pequenos comerciantes e os membros da Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (COAP), tabeladores de preços constituídos por lei.

No dia 3 de dezembro de 1955, por volta das oito e meia da manhã, o marchante Pedro Cesário, conhecido no Mercado do Cajueiro como Pedro Porca, “correu de faca em punho” atrás de um fiscal da Prefeitura, conhecido por Jorge, quando este conferia se a balança do açougueiro estava aferida. O fiscal da Prefeitura havia constatado e alardeado a todos que a balança do marchante marcava um peso maior de carne do que aquele que realmente estava sendo medido, o que se caracterizava como um crime previsto em lei.

Durante a perseguição, Pedro Porca foi impedido de chegar às vias de fato com o Fiscal da Prefeitura pelo militar reformado Júlio Saraiva, de 51 anos, que estava saindo da barbearia quando observou a agitação. Com o fim da perseguição, o fiscal Jorge foi prestar queixa da tentativa de homicídio no quartel da polícia militar, situado a Rua Paissandu, em frente à Praça Pedro II. Conforme testemunhas, para evitar a prisão do açougueiro, Júlio o orientou a correr dali e a se esconder bem longe.⁴³⁴

Esse foi o motivo do maior alvoroço no mercado naquela manhã de sábado. Pedro Porca era conhecido no mercado pelas suas demonstrações de valentia, muitas delas causando tumulto e prejudicando as vendas, pois afastavam os frequentadores. Não tolerava a fiscalização dos preços, pesos e medidas, protagonizando mais de uma dezena de vezes

⁴³¹ DOBAL, H. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina* (1952). In.: *H. Dobal: obra completa II* (prosa). 2 ed. Teresina: Plug, 2007, p. 34-35.

⁴³² *Ibid.*, p. 34.

⁴³³ *Ibid.*, p. 35.

⁴³⁴ ATJEPI. Auto de denúncia. *Inquérito Policial da Delegacia de Trânsito e Costumes para apurar a denúncia de Injúria e Difamação contra Júlio Saraiva*. 30 de dezembro de 1955.

situações como aquela. Assim, uma pergunta surgia entre os feirantes e frequentadores: como um policial militar, mesmo reformado, poderia deixar passar tal coisa, acobertando a fuga de um desordeiro reincidente? Os comerciantes do mercado e a população em geral que presenciou o fato, conhecedores da fama de valentão do marchante, useiro de métodos reprováveis para auferir lucros em seu comércio, prontamente desaprovaram a atitude de Júlio.

Em meio a todos, uma verdureira de nome Maria da Costa gritou em tom de chacota: “...hein, seu Júlio, você vai servir de padrinho para o senhor Pedro, hein!”⁴³⁵ Isso foi o suficiente para gerar protestos mais contundentes. Ouviram-se muitos gritos. Algumas vaias foram ensaiadas pela multidão que se avolumou diante do militar aposentado Júlio Saraiva, quando o paradeiro de Pedro Porca já era desconhecido. Ele, por sua vez, calejado pelos anos de serviço militar, valeu-se da autoridade. Ordenou que todos se afastassem dele e se dirigiu para a banca de verduras de dona Maria, despejando todo tipo de impropérios à senhora Josefa dos Reis. Todos estranharam o fato de ele ter ofendido a senhora Josefa que estava fazendo sua feira na banca de verduras, pois não havia sido ela quem inflamou a população contra Júlio, e sim, a verdureira Maria da Costa.

A senhora Josefa dos Reis era dona de casa e estava no Mercado do Cajueiro fazendo a feira semanal. Preferia fazê-la aos sábados bem cedo para evitar o grande número de pessoas que frequentavam o mercado aos domingos, desse modo evitando eventuais furtos e podendo escolher com paciência, pesquisando os preços dos melhores e mais vistosos produtos. Normalmente comprava a carne, legumes, frutas e verduras. Declarou ser casada com o comerciante Emídio da Silva, que tinha uma venda de arroz, feijão, farinha e outros produtos domésticos também no Mercado do Cajueiro. Entre um serviço doméstico e outro, ajudava o marido na venda. Eles moravam à Rua David Caldas 1131, no bairro Vermelha.

A confusão feita por Júlio ao dirigir-se a Josefa e não a verdureira, revelou conflitos entre eles. Júlio conhecia a senhora Josefa, já tinha tido desentendimentos com ela por uma dívida que tinha na venda de Emídio, dívida que depois do ocorrido a senhora Josefa fez questão de cobrar no quartel da polícia militar, questionando os superiores de Júlio se os vencimentos do militar aposentado estavam de fato atrasados como ele argumentava como justificativa para o elevado débito que tinha na venda de Emídio. E de fato seus vencimentos estavam atrasados. A crise financeira pela qual o Estado passava, teve como reflexo o atraso

⁴³⁵ ATJEPI. Inquirição Sumária a testemunha Maria Pereira da Costa. *Inquérito Policial da Delegacia de Trânsito e Costumes para apurar a denúncia de Injúria e Difamação contra Júlio Saraiva*. 30 de dezembro de 1955.

no pagamento dos salários, um problema que afetou o comércio de um modo geral, em razão da extensa folha de pagamentos do funcionalismo público estadual.

No calor do momento, Júlio expôs seus desentendimentos com Josefa, “virou-se para [ela] e disse que o respeitasse”. Repetiu “por mais de uma dezenas vezes que ela não era casada”, deixando a entender que era sim amasiada com Emídio, tendo em vista que este já era casado e encontrava-se separado da mulher, e por isso, para ele, ela “não merecia respeito”.⁴³⁶ Afirmar isso também era um modo de dizer que seu comportamento era de mulher fácil e, por sua vez, capaz de ser desonesta com seu marido.

Além de revelar conflitos situados fora do contexto geral do “apadrinhamento” de um militar a um desordeiro, o reflexo da crise financeira do Estado na vida das pessoas emerge como um elemento presente no cotidiano da cidade. O modo pelo qual se via as relações conjugais não formalizadas também ganhava destaque na narrativa dos fatos geradores da desavença. As palavras proferidas por Júlio durante a discussão tornam visível o olhar condenatório em relação à mulher que mantinha uma união não formalizada, que viviam amasiadas ou em concubinato, atribuindo a ela uma imagem depreciativa e comportamentos análogos aos das prostitutas, o que originou o processo por injúria e difamação contra o militar reformado Júlio Saraiva.

Como destacamos, os mercados eram lugares de aglomeração de pessoas, o que propiciava conflitos de ordens diversas, como os gerados pelas ocorrências de furtos. No dia 23 de abril de 1954, por exemplo, Cícero Lins de Aguiar foi preso acusado de furtar uma carteira no Mercado Velho.⁴³⁷ No dia anterior já havia sido preso sob a alegação de ter furtado canetas automáticas no mesmo mercado. Entretanto, havia sido solto em razão de ter alegado ser menor de 17 anos. Era natural de Fortaleza no Ceará, onde afirmou ter sido tecelão. Alegou que devido à falta de “colocação” no mercado de trabalho na capital cearense, deslocou-se para São Luís no Maranhão onde passou temporada à procura de emprego. Não conseguindo trabalho na capital maranhense, rumou para Teresina também na tentativa de conseguir emprego e na cidade já estava há um mês. A busca por trabalho, segundo Cícero, foi frustrada, encontrando-se em estado de necessidade, com fome e sem dinheiro para voltar para a cidade natal o que, para ele, justificava a prática dos delitos no Mercado Velho.

O Mercado era o local ideal para a prática do furto. Segundo o promotor público que ofereceu a denúncia contra Cícero, ele valeu-se de dois elementos propícios no local para

⁴³⁶ ATJEPI. Auto de perguntas feitas a ofendida Josefa Alves dos Reis. *Inquérito Policial da Delegacia de Trânsito e Costumes para apurar a denúncia de Injúria e Difamação contra Júlio Saraiva*. 30 de dezembro de 1955.

⁴³⁷ ATJEPI. *Processo-crime de Furto movido contra Cícero Lins Aguiar*. 10 de março de 1955.

praticar o furto: o descuido da vítima e a “confusão reinante naquele ambiente”.⁴³⁸ A vítima escolhida por Cícero era um magistrado maranhense que estava de passagem por Teresina e, antes do regresso a São Luís, resolveu fazer turismo no famoso Mercado Velho.

Em depoimento ao delegado Suetônio Saraiva Ribeiro, na Delegacia de Vigilância Geral e Capturas, confessou que estava “a observar o movimento no Mercado Velho, [...] onde milhares de pessoas ali se encontravam, [quando] notou que um certo senhor, que fazia compras, colocara sua carteira em um dos bolsos de fora do paletó, [...] aproveitando o ensejo dada a densidade de gente, conseguiu ‘bater’ aquela carteira”.⁴³⁹ Ao praticar o furto, Cícero seguiu em fuga para “a zona do baixo meretrício”, localizada à Rua Paissandu, local onde pôde com tranquilidade contabilizar o produto do furto que acabara de realizar. A carteira do senhor Fausto da Silva tinha a quantia de mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 1.600,00). Desse valor, utilizou cerca de duzentos e trinta de dois cruzeiros (Cr\$ 232,00) com bebidas e mulheres nos prostíbulo da Paissandu, além de comprar uma passagem de ônibus para garantir o seu regresso à capital cearense. Após a compra da passagem, foi procurar abrigo no bairro Vermelho, distante do Mercado Velho, quando foi surpreendido por policiais que o procuravam em um pequeno restaurante enquanto almoçava.

Na delegacia, após devolver o valor furtado ao senhor Fausto da Silva, confessou que já havia praticado o mesmo delito em Fortaleza por três vezes. Em São Luís, havia sido preso uma vez, “porque fumava diamba [maconha]”.⁴⁴⁰ No seu corpo, os peritos encontravam evidências de que o acusado mentira a idade. Segundo os médicos peritos Hugo Bastos e Antônio Portela, tudo levava a crer que ele era maior de dezoito anos. Cícero já possuía todos os dentes da sua arcada, inclusive os quatro últimos grandes molares e os dentes sisos. Além disso, a ocorrência de pelos nas axilas e púbis eram evidências de sua maioridade, segundo os peritos. Entretanto, a maior prova de que se tratava de um adulto, para os peritos, foi o fato de Cícero possuir três tatuagens, o que destacaram no laudo como sendo motivo de grande espanto e suspeição, “sendo uma na região peitoral direita, formando uma cruz, outra na região peitoral do lado oposto, em forma de coração atravessado por uma seta, e outra irregular, sem qualquer expressão no terço médio da face externa do braço direito”.⁴⁴¹

⁴³⁸ ATJEPI. Auto de denúncia do promotor público Antônio José da Cruz Filho. *Processo-crime de Furto movido contra Cícero Lins Aguiar*. 08 de março de 1955.

⁴³⁹ ATJEPI. Auto de perguntas feitas ao acusado Cícero Lins Aguiar. *Processo-crime de Furto movido contra Cícero Lins Aguiar*. 23 de abril de 1954.

⁴⁴⁰ *Ibid. Id.*

⁴⁴¹ ATJEPI. Auto de exame de idade. *Processo-crime de Furto movido contra Cícero Lins Aguiar*. 23 de abril de 1954.

Perguntado, informou que as tatuagens haviam sido feitas quando ele, certa vez, esteve preso, no Ceará.

Cícero foi assim alçado à categoria de “gatuno célebre” pelo delegado de polícia que considerou para tanto a reincidência do crime, o uso de entorpecentes e a presença de tatuagens pelo seu corpo, marcas consideradas irrefutáveis da delinquência e não muito comuns de serem vistas em Teresina, quando observamos a perplexidade dos peritos ao se depararem com elas. Essa foi também a justificativa para a solicitação da prisão preventiva de Cícero Aguiar e em seguida para o pedido de condenação no processo.

Tanto frequentadores quanto os próprios feirantes dos mercados eram alvos dos gatunos. O senhor Abdias Pinheiro, por exemplo, vendia redes no Mercado Velho e foi vítima do crime de furto. Ele tinha vinte e seis anos, sabia apenas assinar o nome, era solteiro e residia à Avenida José dos Santos e Silva, na zona sul da cidade. Assim como muitos feirantes, ele não tinha lugar dentro do mercado, e comercializava suas redes em feira livre, utilizando uma banca de madeira apenas para armazenar seus produtos. Quando chegou ao mercado na manhã do dia 10 de fevereiro de 1955, logo notou que as tábuas de madeira de sua banca haviam sido violadas e em seguida deu pela falta de onze redes. Consternado, dirigiu-se para a delegacia de polícia para registrar o infortúnio de ter sido visitado “pelo amigo do alheio”.⁴⁴²

Após as diligências dos policiais da Delegacia de Vigilância e Capturas, chefiada pelo delegado Bento Clarindo Bastos, foi preso Francisco Alves da Silva que, ao ser arguido sobre o assunto, confessou ter violado a banca de Abdias Pinheiro e furtado as redes. Disse ainda sobre o paradeiro delas que foram vendidas ao senhor José Germano de Oliveira, que também era comerciante de redes no Mercado Velho, por Cr\$ 600,00, quantia muito aquém do valor das redes, estimado em Cr\$ 1.400,00.

Este fato gerou a desconfiança sobre o senhor José Germano. Teria ele comprado as redes sem desconfiar da sua origem delituosa, estando inocente na negociação, ou seria ele um receptor de produtos roubados? Para o delegado Bento Clarindo Bastos, José Germano tinha conhecimento de que o colega de feira havia sido furtado e aceitou a compra das redes por um valor muito abaixo do mercado vislumbrando auferir maiores lucros ao revendê-las. Ao solicitar a prisão preventiva de Francisco Alves e de José Germano, assim se expressou o delegado em seu relatório:

⁴⁴² ATJEPI. Termo de declarações prestadas pelo senhor Abdias pinheiro. *Processo-crime de Furto movido contra Francisco Alves da Silva e José Germano de Oliveira*. 10 de fevereiro de 1955.

[...] o vendedor [José Germano] é um indivíduo que se apresenta pobremente trajado, mostrando assim, impossibilidade de fazer aquisição de tais mercadorias e, muito menos, de efetuar uma venda em tais condições; por outro lado, pode notar-se o dolo e a má fé praticada por José Germano, pois, quando efetuou a compra das redes, já era sabedor do furto de que havia sido vítima um seu colega.⁴⁴³

Sobre José Germano recai o estereótipo que liga a condição de pobreza ao crime. Segundo o delegado ele era um sujeito cuja pobreza se constatava pelo aspecto no qual se apresentava, de modo que seria difícil imaginar como conseguia ser um comerciante no mercado mais tradicional da cidade. Essa constatação, bem como o fato de José Germano já ter conhecimento de que Abdias havia sido furtado tornam-se, para o delegado, elementos que afirmam a desonestidade e levavam a concluir pela ocorrência do crime de receptação de produtos roubados.

Na denúncia do caso ao Judiciário, o delegado revela a conduta esperada de um sujeito honesto diante de um caso como aquele. Esperava-se de um homem de qualidades, na posição de José Germano, ter feito as indagações necessárias a fim de poupar o seu colega de profissão de arcar com tamanho prejuízo. Ao proceder desse modo, ele estaria se posicionando perante a sociedade como “um cidadão que também cuida da tranquilidade pública, do bem comum e por fim de melhores dias para a coletividade”⁴⁴⁴.

[...] recomendo ao Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca desta Cidade, a quem couber este por distribuição, a prisão preventiva dos indigitados – Francisco Alves da Silva e José Germano de Oliveira, a bem da Justiça e da sociedade. Justificando este requerimento esclareço o seguinte: a nossa sociedade de muito vem sendo assolada por indivíduos inescrupulosos da estirpe de Francisco Alves da Silva que estimulado por outros do nível de José Germano de Oliveira se transforma num quisto social perigoso sem caráter e habituado ao crime. Daí a razão do requerimento em que solicito a medida para ambos.⁴⁴⁵

Seguindo o cálculo do delegado Bento Clarindo Bastos, o crime se apresentava em seu aspecto mais danoso: um tumor que crescia na sociedade. O delito que teria sido praticado por José Germano era revelador da degradação social que caracterizaria aqueles tempos, do modo pelo qual os indivíduos não se preocupavam com o bem comum, com a coletividade, com o outro. Nesse sentido, restava solicitar a prisão dos infratores.

⁴⁴³ ATJEPI. Relatório do delegado de polícia Bento Clarindo Bastos. *Processo-crime de Furto movido contra Francisco Alves da Silva e José Germano de Oliveira*. 10 de fevereiro de 1955.

⁴⁴⁴ *Id. Ibid.*

⁴⁴⁵ *Id. Ibid.*

3.2 Algumas notas sobre ações, ideias, direitos e justiça

Pelo menos um aspecto é comum a todos os processos estudados: o uso da condição de pobreza e da elevação do custo de vida pelos sujeitos para reivindicar direitos ou para se esquivar das sanções pela prática de atos considerados ilícitos. Está implícito a esse aspecto o fato de todos se colocarem na condição de possuidores de direitos. Parece redundante dizer isso, tendo em vista que hoje está implícito na ação de demandar à justiça o sentimento de reivindicar a proteção legal, exigir reparação sobre algo que a legislação afirma em seus princípios como lícito e ilícito, direitos e deveres. É necessário ressaltar esse aspecto, pois, muitas vezes aos pobres foi atribuído um caráter passivo a sua existência, vista como desinteressante, ou mesmo uma visão ameaçadora e truculenta de suas manifestações, muitas delas beirando a irracionalidade e à revelia dos meios definidos pela vida em sociedade para a reinvidicação.

A historiografia recente, para citar apenas experiências mais próximas, tem esquadrihado fontes diversas no sentido de investigar a ação social, o costume, as relações de trabalho e solidariedade e as ideias das pessoas comuns. Em muitos desses estudos foram utilizadas fontes judiciais como modo de acesso a elementos que podem subsidiar a compreensão sobre a cultura e as diversas experiências sociais em convivência ou em embate no mundo social⁴⁴⁶. No Brasil, para as historiadoras Silvia Lara e Joseli Mendonça, a aproximação entre História e Direito mais recente “caminha sem considerar as letras maiúsculas e o modo singular com que ambas as palavras são normalmente empregadas”⁴⁴⁷, em trajetória diferente da clássica História do Direito, disciplina da história intelectual e institucional. Essa trajetória, para as historiadoras, tem dois momentos principais: os avanços no campo de estudos da história da escravidão e, caminhando quase que paralelamente e influenciado pelo primeiro, o crescimento dos estudos sobre o trabalho livre. Como explicam,

Nos anos 1980, muitos pesquisadores passaram a procurar fontes judiciais como via de acesso ao cotidiano e ao universo de homens e mulheres cujas vozes não haviam sido registradas nos chamados “documentos oficiais” (do Executivo ou do Legislativo), ou em outras fontes, como os jornais. Procurando ir além das análises abrangentes que enfatizavam as linhas gerais do processo econômico, buscavam apreender a visão escrava da escravidão e

⁴⁴⁶ SECRETO, Verônica; TOLEDO, Edilene; RIBARD, Franck; MARTINS, Mário (orgs.). *A história em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006, p. 19-20.

⁴⁴⁷ LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 09.

entender como as ações dos escravos haviam contribuído para conformar as relações escravistas no Brasil.⁴⁴⁸

No caso dos estudos da escravidão, assim como nos estudos sobre a história das relações de trabalho livre, partiam da ideia na qual as fontes judiciais poderiam fornecer material capaz de auxiliar o historiador a compreender “como homens e mulheres concebiam as políticas de domínio senhorial que governavam as relações escravistas e como [...] podiam delas se utilizar em sentido inverso”⁴⁴⁹. Ou seja, incorporar e utilizar “um conjunto de direitos e deveres, muitas vezes formulados na própria retórica dos seus adversários”⁴⁵⁰, constituindo suas concepções de justiça de modo a operá-las no sentido de aliviar suas condições no campo da dominação ou peticionar em juízo, defendendo direitos que acreditavam possuir.

Esse estudo procurou caminhar nessa direção. O pressuposto defendido pela historiadora Natalie Davis no qual afirma que “uma disputa fora do comum por vezes desnuda motivações e valores que se diluem na agitação da vida cotidiana”⁴⁵¹ norteou nosso entendimento sobre as possibilidades encontradas nos processos judiciais. Nestes, entendemos que é possível sondar, ainda que parcialmente, as ideias que moveram as ações de pessoas comuns no sentido de buscarem aquilo que entendiam como direito e justiça. Dizemos “Parcialmente” porque devemos ter a cautela para não distorcer a visão sobre a sociedade em estudo, tendo em vista que o setor representado nos processos judiciais, assim como na maioria das fontes, “não constitui uma amostra perfeita”⁴⁵². Aliás, em *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg, utilizando-se de processos inquisitoriais, ensinou-nos que há possibilidades de superar a escassez de testemunhos na pesquisa sobre o comportamento e atitudes das classes subalternas; e alertou que assim como as fontes escritas de um modo geral, os processos oriundos de arquivos repressivos fazem chegar a nós os pensamentos, crenças, esperanças de homens e mulheres do passado “através de filtros e intermediários que os deformam”⁴⁵³.

Desse modo, outro pressuposto que orientou nosso caminho até aqui é também informado pela prática de Carlo Ginzburg, quando considera que “ler os testemunhos históricos a contrapelo [...] contra as intenções de quem os produziu – embora naturalmente,

⁴⁴⁸ LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 10.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 10-11.

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 12-13.

⁴⁵¹ DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 20.

⁴⁵² SECRETO, Verônica; TOLEDO, Edilene; RIBARD, Franck; MARTINS, Mário (orgs.). *A história em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006, p. 19-20.

⁴⁵³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13.

deva-se levar em conta essas intenções – significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados”⁴⁵⁴. A partir desses elementos incontrolados, e considerando a cautela que devemos ter diante das fontes, tratamos aqui de possibilidades históricas.⁴⁵⁵

Como dissemos acima, em todos os processos consultados, uma peça processual era constante: o Atestado de Pobreza. Em 20 de abril de 1942, o delegado de polícia da capital expediu o documento para a Dona Vicência Sousa, no qual podemos ler o seguinte texto: “Atesto, por me haver sido pedido verbalmente, ser a expressão da verdade, que a Da. Vicência de Almeida Sousa, residente nesta capital à rua Olavo Bilac nº 27 é reconhecidamente pobre”⁴⁵⁶. O uso da expressão “por me haver sido pedido verbalmente” dá indício da ausência de um critério definido para enquadrar os requerentes como pobres, ou melhor, da fragilidade dos possíveis critérios, que poderia ser tanto documental, como a apresentação de comprovante de rendimentos com um limite de renda que impossibilitasse de arcar com despesas além do estritamente necessário à sobrevivência, por exemplo; testemunhal, como a apresentação de vizinhos ou parentes que ratificassem a condição; ou mesmo o critério visual: ler os estigmas que caracterizavam a pobreza nas vestes e no corpo do requerente. Evidentemente, esses estigmas eram informados por um conjunto de imagens que a autoridade policial tinha sobre a pobreza. Todos esses modos de comprovar a pobreza partiam de leituras subjetivas. O que é necessário para a sobrevivência muda dependendo da posição social e econômica de cada um e, evidentemente, entre um delegado de polícia e um requerente havia variações de ponto de vista.

Pela constância desse documento nos processos, podemos considerar como razão que justificava a frequente solicitação do Atestado de Pobreza pelos requerentes como uma estratégia para ter acesso ao judiciário, pois a apresentação do documento emitido pela polícia garantia ao requerente a constituição de um defensor pelo juiz que analisaria o caso, geralmente solicitado à Comissão de Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além do acesso à defesa, isentava-os de pagar os emolumentos que encareciam os processos, como pudemos observar no caso de Maria Zélia citado anteriormente. Desse modo, a peleja jurídica poderia ser viabilizada para os que não dispunham de recursos.

⁴⁵⁴ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11.

⁴⁵⁵ Natalie Davis fala do “espaço para as incertezas, os ‘talvez’, os ‘poderia-ser’ a que o historiador tem que recorrer quando as evidências são inadequadas ou geram perplexidade”. DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martín Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

⁴⁵⁶ ATJEPI. Atestado de Pobreza. *Processo de Solicitação de Alimentos movido pela Senhora Vicência Almeida de Sousa contra Luiz de Oliveira Sousa*, 01 de setembro de 1942.

Em 1952, Maria Zélia provavelmente desconhecia o caminho menos oneroso para reclamar seus direitos. Entretanto, em julho de 1960, quando novamente entrou na justiça, ocasião em que requereu a atualização dos valores de sua pensão, solicitou da autoridade policial o Atestado de Pobreza e, junto à OAB/PI, solicitou a assistência judiciária gratuita. Na portaria emitida em 7 de julho de 1960, assinada pelo Presidente da Comissão de Assistência Judiciária da OAB/PI, foi nomeado o advogado Manoel Lopes Veloso “para prestar assistência judiciária a Maria Zélia Pereira Amorim [...] que está impossibilitada de pagar ou adiantar custas e despesas, sem privar-se dos recursos indispensáveis às necessidades ordinárias da própria manutenção ou da família”⁴⁵⁷.

Foram apresentadas pelo advogado as justificativas para a solicitação de majoração do valor da pensão, que permanecia no valor fixado em 1952, ou seja, Cr\$ 1.500,00, o que também foi utilizado como argumento para a necessidade de obter a assistência gratuita. A defesa estava centrada nos aspectos materiais da vida, pois, segundo o advogado, “a desvalorização da moeda é sentida por todos os mortais, principalmente no Brasil e [...] o custo de vida tem subido astronomicamente, a ponto de não se poder suportar”⁴⁵⁸. Para arrematar, afirmava que, uma pensão congelada há anos naquele valor, “hoje em dia, não dá para comprar nada de útil ao passadio de uma mulher em companhia de um filho em idade escolar – o que, para bem dizer, não dá para comprar nem sequer lápis e papel escolar”⁴⁵⁹, uma retórica que, partindo de elementos do cotidiano, pretendia capitalizar o pedido.

O ato de peticionar, que esbarrava nos altos valores inerentes às custas e aos honorários advocatícios, era superado, assim, pela atitude de pôr-se diante da autoridade policial e judiciária como pobre. Antes da década de 1950, esse benefício só existia pela observação constitucional, presente em todas as Constituições republicanas, para assegurar a todos o direito à defesa e ao acesso à justiça. A Ordem dos Advogados do Brasil possuía em seu regimento dispositivo para que seus associados exercessem a assistência judicial aos que alegassem não poder arcar com os custos, indicados por uma comissão de assistência, como observamos no caso citado acima.

Somente após o ano de 1950 foi regulamentada o que dizia a Constituição de 1946 sobre o amplo acesso à justiça, através da Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que ficou mais

⁴⁵⁷ ATJEPI. Portaria nº115/60 da OAB/PI. *Processo de Majoração de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 24 de outubro de 1960.

⁴⁵⁸ ATJEPI. Petição Inicial. *Processo de Majoração de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 24 de outubro de 1960.

⁴⁵⁹ *Ibid.*

conhecida na época como *Lei de Assistência Judiciária aos Necessitados*.⁴⁶⁰ Segundo a Lei, “todos aqueles cuja situação econômica não lhe permitisse pagar as custas do processo e os honorários de advogado” seriam resguardados em seu direito perante a lei. A pertinência da assistência seria verificada pelo Juiz através de requerimento onde deveriam constar os vencimentos do requerente e as despesas e encargos próprios e da família⁴⁶¹. Além disso, o requerimento deveria ser acompanhado do já mencionado Atestado de Pobreza, documento que, na prática, era o único levado em consideração, pois em nenhum dos processos localizados havia quaisquer documentos comprobatórios de renda ou despesas, a não ser o próprio Atestado de Pobreza e a indicação de um advogado pela Comissão de Assistência da OAB.

Ao acessar as portas do Judiciário pela alegada situação de pobreza, cabia aos advogados evocar uma série referências à pobreza da requerente, que passava a suplicante, nos casos de ações de solicitação de alimentos, para, logo em seguida, fundamentados pela legislação, solicitar o direito. Nesse ponto, o direito que imaginavam ter consubstancia-se em direito conforme a lei. As petições iniciais dos processos dão indícios sobre o sentido de moralidade que informavam e capitalizavam as demandas. Nereu de Figueiredo Bastos, advogado de Maria José Amorim na ação contra Sandoval Rodrigues Barbosa, após frisar a “dureza dos tempos” e argumentar sobre as condições de precariedade nas quais viviam Maria José e a filhinha Conceição Maria, com apenas Cr\$50,00 por mês, evocou o comentário de Clóvis Beviláqua sobre o Código Civil para indicar que a demanda de Maria José era “inteiramente justa e procedente”. Segundo Clóvis Beviláqua, citado por Nereu,

Na sociedade moderna, ao marido incumbe o dever de sustentar a mulher. É uma obrigação que ele mesmo assume ao casar-se. É uma promessa que se supõe contida na proposta de casamento pelo homem: ele se compromete a prover ao bem estar da família que vai constituir. É dever seu de honra desenvolver todos os esforços de que é capaz, a-fim-de tornar suave a vida da mulher e dos filhos.⁴⁶²

Segundo Ipojucan Dias Campos, esta era a constituição e a realização, no discurso, da família moral articuladas pelo Judiciário e pela polícia⁴⁶³. Como dissemos linhas acima, o Código Civil de 1939 alienava a mulher ao marido com o casamento. O argumento

⁴⁶⁰ Art. 2º de Lei 1.060/50. Cf. BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1950: Atos do poder legislativo (leis de janeiro a março)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951. p. 27.

⁴⁶¹ Art. 4º da Lei 1.060/50.

⁴⁶² ATJEPI. Petição Inicial. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria José de Amorim contra o seu marido Sandoval Rodrigues Barbosa*, 29 de maio de 1943.

⁴⁶³ CAMPOS, Ipojucan Dias. Cotidiano conjugal e discursos jurídicos em Belém nas primeiras décadas do século XX (1916/1940). *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 329-341, dez. 2006.p. 329.

do advogado, evocando a interpretação de Clóvis Beviláqua, era de que, assim como o Código Civil dava direitos ao homem sobre a mulher, por essa relação, também impunha deveres. Ao procurar a justiça para reivindicar o direito que nascia do dever do marido em prover a família, ainda que após a separação de corpos (a dissolução do vínculo conjugal só foi possível sob a égide da Lei do Divórcio de 1977), Maria José e outras mulheres partiam de uma ideia que já havia sido consolidada no meio social. Desde as Ordenações Filipinas, passando pelo Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916, até o Código Civil vigente (1939), o dispositivo legal que alienava a mulher ao marido estava presente. Difícil falar aqui sobre as circunstâncias nas quais esse princípio foi incorporado à legislação por ser uma ideia comum no meio social ou se a legislação veio para regular ou aniquilar práticas sociais indesejadas, instaurando o que deveria ser o comportamento padrão nas relações conjugais, antes orientadas pela Igreja Católica⁴⁶⁴. Mas o fato de esse dispositivo estar presente desde tempos imemoriais e em exercício na mente das pessoas, naquele momento, contribuiu para mover a busca pelo direito.

Ainda segundo o argumento do advogado Nereu Bastos, “a suplicante [Maria José] pede pouco: uma pensão mensal para a filhinha, dentro das possibilidades do pai ingrato, que se distanciou do lar, quando mais a inocente criatura precisava de seu amparo e dos seus afagos”⁴⁶⁵. Maria José, para a busca do direito, passou a suplicante, e a humildade que seria própria de uma esposa e de uma mulher pobre informava o argumento do advogado (pois ela pedia pouco), e transformava o marido em “ingrato”. O conteúdo moral das alegações se faz presente no resultado do processo. O réu não compareceu à audiência de instrução, mesmo citado. O processo correu a sua revelia, o que contribuiu para o juiz considerá-lo réu confesso. Na sentença, o juiz afirma que, diante do exposto, “ficou exuberantemente provado, que o réu abandonou a filha menor sem lhe dar assistência alguma”, deixando o lar desprovido, por isso solicitou que o escrivão Lauro Cavalcante Sampaio expedisse, em 20 de agosto de 1943, ofício ao “cidadão Antônio Lopes”, proprietário da Tipografia Popular, informando sobre a sentença judicial, de modo que procedesse ao desconto nos vencimentos de Sandoval, conforme a Lei, e providenciasse o devido repasse mensal à vencedora da lide.

⁴⁶⁴ Cf. SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. O cotidiano das relações conjugais no Piauí oitocentista por meio de processos judiciais. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/silveira.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.

⁴⁶⁵ ATJEPI. Petição Inicial. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria José de Amorim contra o seu marido Sandoval Rodrigues Barbosa*, 29 de maio de 1943.

Além da provisão de recursos mensais para a sobrevivência, outras questões emergem nos processos. Maria Zélia, por exemplo, pretendia obter os alimentos mensais, mas também obter uma partilha justa dos bens que constituiu durante o breve casamento. O “direito de ter uma vida digna” foi evocado no depoimento de Maria Marques Martins que alegou em depoimento que seu marido, “levado por sentimentos outros, [estava] vivendo com uma mulher de vida fácil” por isso, “praticou um ato indigno, além de desumano, deixando-a [...] em situação verdadeiramente aflitiva”⁴⁶⁶ após ter perdido a visão.

A moralidade também suscitada nos processos de Ana Severo contra Luís Gago que diante do olhar de todos, violou não apenas o “lar sagrado”, como também expôs uma mulher e seus filhos pequenos. O marido de Josefa dos Reis, o senhor Emídio da Silva, não teve dúvidas em procurar a Delegação de Trânsito e Costumes para denunciar os impropérios ditos por Júlio Saraiva a sua esposa. Mesmo não sendo casado no papel com Josefa, pois já havia se casado antes e estava separado, para ele, Josefa era a sua esposa. Júlio Saraiva, ao expor seu desentendimento com o casal, deu indícios do modo pelo qual as mulheres que viviam amasiadas eram vistas aos olhos da sociedade: como mulheres desonestas e que não mereciam respeito. Emídio não deixou de responder ao militar reformado no terreno da justiça.⁴⁶⁷

Portanto, como é possível perceber nesses breves apontamentos, a proposição de uma cidade ordeira e de um povo pacato pode cumprir o papel discursivo de apagar os conflitos no momento do Centenário de Teresina na homenagem feita por H. Dobal, entretanto, a vida cotidiana comporta conflitos que revelam, ao menos parcialmente, o modo como as pessoas comuns pensaram e enfrentaram diversas situações. A literatura também foi um campo discursivo no qual a pobreza foi tema. A obra *Palha de Arroz* do escritor piauiense João Nonon de Moura Fontes Ibiapina traz em seu bojo uma série de elementos importantes sobre o modo pelo qual o letrado pensava a pobreza, na medida em que narrou o cotidiano dos pobres e atribuiu a eles raciocínio, pensamentos e ideias, o que analisaremos a seguir.

⁴⁶⁶ ATJEPI. Petição Inicial. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Marques Martins contra o seu marido José de Sousa Martins*, 15 de março de 1943.

⁴⁶⁷ ATJEPI. Auto de perguntas feitas a ofendida Emídio dos Reis. *Inquérito Policial da Delegacia de Trânsito e Costumes para apurar a denúncia de Injúria e Difamação contra Júlio Saraiva*. 30 de dezembro de 1955.

3.3 Os dilemas da pobreza na literatura: “Palha de Arroz”, de Fontes Ibiapina

Quando chegou a Teresina, no início dos anos 1940, aos 21 anos, João Nonon de Moura Fontes Ibiapina talvez não imaginasse que a capital do Estado, outrora edificada em local cuidadosamente escolhido e planejada para ocupar o *status* de “capital”, vivesse assombrada por incêndios.⁴⁶⁸ Talvez não imaginasse, ainda, que a pobreza se apresentava de modo tão ostensivo nas ruas da cidade e nos seus subúrbios.

Nascido em 14 de junho de 1921, na fazenda Lagoa Grande no município de Picos, no centro-sul do Piauí, o jovem João Nonon Ibiapina escolhe a capital do Estado para continuar seus estudos, uma vez que, àquela altura, apenas tinha o primário completo. Teve sucesso em seu percurso. Concluiu os estudos secundários no Colégio Diocesano “São Francisco de Sales” e se tornou Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí em 1954. Exerceu a magistratura em diversas cidades do interior, ao tempo em que cultivou o gosto pelas letras, pelo folclore e cultura sertaneja do povo piauiense. Entre o jovem “João Nonon” e o reconhecido magistrado e escritor “Fontes Ibiapina”, o encontro inicial com a Teresina dos anos 1940 marcaria sua vida de modo particular; a experiência da observação em meio à novidade da vida urbana em Teresina e a atividade como magistrado seriam, nos anos que se seguiram, matérias fundamentais para sua escrita literária, especialmente no romance *Palha de Arroz*.⁴⁶⁹

A literatura tem se mostrado muito rica para os historiadores, fornecendo não apenas matéria para reflexões no seio da própria construção e imaginação literária e cultural, como também explicitando aspectos relativos aos “valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo”⁴⁷⁰. Nesse sentido, afirmar que a produção ficcional da literatura é filha do seu tempo é tão coerente quanto o pressuposto vale para a História. Como afirma Bronislaw Geremek, ao discutir o uso da literatura como fonte no livro *Os filhos de Caim*, a “literatura [especialmente a que utiliza em seu estudo] origina-se evidentemente na realidade social”⁴⁷¹ e, desse modo, não pode ser vista tão somente como um

⁴⁶⁸ O historiador Francisco Alcides do Nascimento estudou os incêndios ocorridos em Teresina no período do Estado Novo e o processo de modernização da cidade em curso naquele momento. Cf.: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002..

⁴⁶⁹ A primeira edição da obra foi publicada em 1968. IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007.

⁴⁷⁰ FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 61.

⁴⁷¹ GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 11.

produto da imaginação e da ficção. Semelhante perspectiva alimenta o nosso olhar sobre a literatura. Até mesmo a ficção mais radicalmente inventiva ou aparentemente distante de “uma realidade histórica” específica pode nos dizer algo sobre como o seu produtor pensa sua sociedade, como as relações sociais e culturais se processam, o que era comum e consensual a ponto de ser reafirmado ou criticado, mesmo que isto seja feito a contrapelo.

O historiador Sidney Chalhoub nos proporciona uma boa reflexão sobre o modo pelo qual essa relação entre literatura e história opera no ofício do historiador, ao analisar a produção literária machadiana. Segundo ele,

A releitura de Machado, mediada por vários anos de pesquisa sobre a história social do Rio no século XIX, foi dessas experiências intelectuais que não passam, e ainda assim deixam saudade. Surpreso, encontrava naqueles textos exposição detalhada das políticas de dominação social que buscava reconstituir a partir de outras fontes históricas; perplexo, percebia ali muita alegoria e reflexão sistemática sobre a experiência social de escravos, dependentes e outros sujeitos que, dizia-se, não estavam no centro da obra de Machado.⁴⁷²

Como observa Chalhoub, Machado produziu em sua obra alegorias e reflexões sobre a experiência social de sujeitos históricos que muitos não enxergavam, ao tempo em que dava detalhes de como funcionava a sociedade carioca do final século XIX, ou pelo menos parte dela. Nesse sentido, é necessário acentuar que é na análise, portanto, do que é periférico em uma obra, na mesma medida em que buscamos seus aspectos centrais, que o historiador pode localizar as peculiaridades da experiência histórica, em detalhes nos quais o literato inevitavelmente imprimiu as marcas das relações sociais de seu tempo, intencionalmente ou não, de modo alegórico ou explícito.

No romance *Palha de Arroz*, publicado originalmente em 1968, tematizando o bairro homônimo, Fontes Ibiapina, nome pelo qual o autor ficou conhecido⁴⁷³, narrou o cotidiano do “povo” reproduzindo muitos adjetivos correntes na imprensa local. Entretanto, não reproduzia os adjetivos pelos quais os pobres eram caracterizados com a intenção de

⁴⁷² CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 09-10.

⁴⁷³ Roger Chartier ressalta as três noções constituintes do discurso literário moderno que associam obra, autor e comentário, destacando que “a função-autor é o resultado de operações específicas e complexas que referem a unidade e a coerência de uma obra, ou de uma série de obras, à identidade do sujeito construído” CHARTIER, Roger. *Literatura e História. Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 197-216, jan./dez. 2000, p. 199. Robert Darnton também analisa a construção de uma obra e de um autor como clássicos, ao estudar o processo pelo que uma obra se destaca das outras e ocupa um lugar de relevância em “História e Literatura” DARNTON, Robert. *História e literatura*. In.: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 320-337.

reiterar a opinião da imprensa; é possível perceber a crítica ora explícita, ora a contrapelo, a tal opinião.

Os acontecimentos narrados teriam lugar temporal em meados dos anos 1940, período no qual o Piauí foi governado por interventores escolhidos pelo presidente (então ditador) Getúlio Vargas, sobretudo durante a interventoria de Leônidas de Castro Melo, momento em que diversos incêndios ocorreram em casas de palha na periferia da cidade. Estes incêndios teriam sido motivados pela tentativa, clandestina e ocultada da elite dirigente do Estado, através da polícia local, de retirar os pobres das proximidades do centro da cidade, empurrando suas habitações para áreas mais distantes e propiciando a “higienização” e modernização da capital, fatos que, gerando medo generalizado na população pobre, mantiveram-se por muito tempo silenciados, emergindo de modo difuso anos depois.

O romance, entre a literatura e a história, foi um dos responsáveis por fazer emergir acontecimentos que por anos (e até bem pouco tempo, ainda) mantiveram-se aos cuidados do silêncio⁴⁷⁴. Antes de analisar alguns de seus elementos, cabe fazer um breve resumo sobre a narrativa. O romance, narrado em terceira pessoa e com um narrador conhecedor dos pensamentos dos personagens, conta a história do negro Pau de Fumo, um malandro que fazia da gatunagem seu meio de vida, praticando pequenos furtos para sobreviver. Ele morava numa palhoça no bairro Palha de Arroz com a mulher Genoveva – com quem se casou sob as bênçãos da Igreja Católica – e seus três filhos pequenos. Pau de Fumo na verdade era o vulgo de Chico da Benta (que poderia ser a forma contraída de Francisco filho de Dona Benta), um sujeito que realizou os estudos primários no Colégio Diocesano “São Francisco de Sales”, um dos mais importantes de Teresina, e que teve a má sorte de perder o pai prematuramente, razão da conseqüente pauperização que o levou ao delito. Seus únicos amigos, ou melhor, seu círculo de amizade mais evidente é composto pelo negro Parente, estivador que fazia bico como “pescador de defuntos” no rio Parnaíba em troca de algum dinheiro; e por Maria Preá, uma prostituta “pobre que só ela” com quem tinha um caso extraconjugal e na casa de quem volta e meia se escondia da polícia.

⁴⁷⁴ Segundo o historiador Francisco Alcides do Nascimento, “o primeiro trabalho sobre os incêndios data do início da década de 1950. Trata-se do conto *Fogo*, de Vítor Gonçalves Neto, publicado fora dos limites do Piauí. Na década seguinte, Fontes Ibiapina escreveu o romance *Palha de Arroz*. [...] o jornalista Afonso Ligório publicou *Tempos de Leônidas*, procurando ressaltar as qualidades do homem, do médico e o interventor Leônidas de Castro Melo, eximindo-o de qualquer responsabilidade sobre os incêndios [...]. Em virtude da realidade local, as marcas deixadas pelos acontecimentos nos segmentos sociais da população mais pobre, bem como a repressão policial aos envolvidos nos incêndios devem ter contribuído para o que se interpreta como silêncio [a respeito dos acontecimentos]”. Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e memória: o processo de modernização de Teresina nos anos 1930 e 1940. In.: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias: de vários feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p. 130.

Após uma de suas peripécias ilícitas, Pau de Fumo se viu obrigado a se entregar à polícia que, não encontrando o “negro safado”, havia resolvido prender sua esposa, Geneveva, mulher de honra inquestionável, o que ressaltava a atitude autoritária da polícia no sentido de atingir seu objetivo imediato: prender o gatuno, nem que para tanto tivesse que prender um inocente para chegar até ele. Na noite que passou na cadeia, em meio às torturas físicas, eis que surgiu um fato que lhe castigou os miolos: mais um incêndio na Palha de Arroz. Das grades da prisão, observou as chamas consumirem as casas bem na região onde ficava a sua palhoça. Sem poder ajudar a sua família e os seus vizinhos a retirar os pertences antes que as chamas os consumissem, Pau de Fumo foi surpreendido com a notícia de que a tragédia afigurava-se maior que imaginou, pois Zefinha, a sua filha mais nova, “a negrinha cheirosa do papai”, havia morrido no incêndio.

Com a perda da filha, sua esposa enlouqueceu. Inicialmente, Pau de Fumo entregou-se à bebedeira e aos delitos, abrigando-se sempre no barraco de Maria Preá. Tempos depois Maria Preá foi embora para a Bahia, o negro Parente, para o Mato Grosso, tentar a vida no garimpo. Geneveva, inebriada pela loucura, suicidou-se. Pau de Fumo resolveu abandonar o vulgo em nome de uma nova vida como Chico da Benta. Ao lado de Conceição (viúva de Zé Remador que havia fugido de casa para livrar-se dos maus tratos da madrasta Maria Gorda e do pai Fabrício), Chico da Benta esforçava-se em ter uma vida honesta, mas enredado na pobreza da qual não conseguia se livrar e assistindo ao agravamento contínuo de sua condição de vida, volta a furtar, emergindo Pau de Fumo com o seu bordão salvador: “quando me aperto, me desaperto na primeira oportunidade”. Ao fim, e após muitas peripécias, foi expulso de Teresina sob pena de, caso permanecesse, encontrar a morte certa. Em virtude disto, dois policiais o escoltaram até Timon (cidade maranhense vizinha a Teresina). Entretanto, sobre a ponte metálica que liga as duas cidades, Pau de Fumo chegou à conclusão de que “se era de um sapo viver chorando de fome e ouvindo a sapa velha e seus sapinhos chorando de fome a vida toda, melhor morrer. E o melhor lugar era aquele”. Chamou os guardas que o escoltavam de “Filhos de uma puta”, soltou uma gargalhada e suicidou-se pulando no rio Parnaíba.

Feito este breve resumo da obra, passemos então a algumas considerações sobre o olhar do literato sobre o cotidiano e a pobreza em Teresina.

3.3.1 Um cotidiano de pobreza e misérias

A narrativa é marcada pelas descrições e reflexões sobre o pobre e a pobreza. Logo nas primeiras linhas, o leitor é introduzido na quietude carregada que quase imobiliza o tempo no fim de tarde teresinense, a ponto de exercer um peso enorme sobre os sujeitos, e como que levando ao universo cotidiano da cidade e dos seus pobres.

Ruas quietas dentro duma tarde cinzenta de janeiro. Quase nada de movimento por aqueles becos estreitos e sujos entre casas pobres. O sol assim como se enferrujado. Quase mesmo que querendo se apagar de todo. Era uma coisa como se o próprio tempo estivesse de propósito para abafar o movimento daquelas vivalmas que por ali labutavam e faziam outras coisas. Palha de Arroz não era bairro, nem de longe, propenso a tamanha tranquilidade. Já a tarde ia-se findando. E não aparecia um vivente para fechar o ponto do dia, ou mesmo abrir o programa da noite que já vinha vindo bem perto. Tudo silente. Tudo parado que nem água de poço.⁴⁷⁵

É possível perceber que a quietude era incomum naquele dia, destoando do agitado cotidiano do bairro Palha de Arroz e de seus arredores. Insinua o narrador que a tranquilidade “nem de longe” poderia ser uma característica atribuída aos pobres, sobretudo no seu lugar de morar ou nos lugares onde desenrolam a sua existência. A tranquilidade que pesava sobre os ombros dos pobres poderia ser uma singularidade do fim de tarde, ou seja, do fim de uma jornada de trabalho para os que trabalhavam, no limiar de tempo que separava o trabalho das diversões que a noite guardava, diversões consideradas promíscuas. Tranquilidade que poderia também se assemelhar à expressão do cansaço de uma vida de labuta, de uma vida de luta pela sobrevivência.

Aquele era o momento no qual os trabalhadores dos armazéns à beira do rio Parnaíba, o “velho monge” como era conhecido, finalizavam suas últimas atividades. Os estivadores “trabalhavam dando os últimos pospontos em sacos de oiticica, cera de carnaúba, babaçu”⁴⁷⁶. Em meados da década de 1940 a economia piauiense era em grande medida agitada pela exportação destes produtos⁴⁷⁷, cuja mão-de-obra, como a dos estivadores, era oriunda das zonas suburbanas da capital.

⁴⁷⁵ IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007, p. 11.

⁴⁷⁶ *Id. Ibid.*

⁴⁷⁷ Segundo o economista Raimundo Nonato Monteiro de Santana, “a participação percentual da produção extrativa vegetal [na economia piauiense] era, em 1947, de 62%; passou a declinar, representando, em 1955, 11,2% [...]” (p.117). No final dos anos 50, o Piauí possuía uma das mais baixas rendas *per capita* do País. Esses dados são importantes para nos ajudar a compreender o agravamento da situação de pobreza em Teresina, e no Piauí de um modo geral, uma vez que o comércio extrativo movimentava a vida econômica e social da capital

Ainda refletindo sobre aquele momento que se apresentava também como o limiar que separa o trabalho do descanso e da diversão nas zonas⁴⁷⁸, enfatiza a semelhança entre o homem e seu instrumento de trabalho, marca uma ideia muito corrente nas mentes dos que observam o cotidiano da pobreza: a associação entre o pobre e a prostituição.

Vareiros encostavam canoas às ribanceiras. Para dormirem amarradas. Vareiros e canoas... duas coisas parecidas e que se completam tanto no serviço como em gozo de descanso. Destinos parecidos. Ambos forcejam o dia todo numa margem à outra do rio. À noite, os dois amarrados. Elas em correntes, eles nos braços de quem quer que seja.⁴⁷⁹

Naquele fim de tarde, o negro Parente terminando sua tarefa junto aos outros estivadores rumou para o rio, “jogou os panos fora e caiu n’água para derreter, mesmo sem sabão, ao menos a metade do grude”⁴⁸⁰. Os carroceiros que ali se juntavam para dar o jantar aos burros, seu instrumento de trabalho, “atiraram-lhe pilhérias pesadas”. E assim o negro Parente deu logo notícia das mães dos carroceiros. Aqui o narrador faz uma observação em tom de constatação: nenhum dos carroceiros se ofendeu com os dizeres do “negro safado” porque, nos subúrbios, “da Barrinha para Palha de Arroz, quase que ninguém falava outro português. Era só aquele deboche sem cabimento”. E isto tinha uma explicação que se apresenta como o resultado de um cálculo cujas variáveis são conhecidas: “Também!... Qual seria outro prazer em bairro tão pobre?!”⁴⁸¹. A conclusão do literato denuncia o modo pelo qual costumeiramente se olhava as classes subalternas: um olhar de desaprovação e desqualificação. A linguagem chula dos pobres, entretanto, insinua sociabilidades regidas por outros elementos comunicativos que não a polidez da norma culta da língua. É o que o literato

piauiense tanto quanto das regiões produtoras e exportadoras do Estado. Cf. SANTANA, R. N. Monteiro de. Integração da economia piauiense no mercado nordestino. In: *Evolução histórica da economia piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001, p. 117-133.

⁴⁷⁸ Dentre os principais prostíbulo do período, também citados na obra como lugares característicos de prostituição e pobreza, estão: *Curral-das-Éguas*, *Cai-n’Água*, *Balança-Cu*, *Quatorze-Bandas*, *Rala-Pau*, *Pau-não-Cessa*, etc. O historiador piauiense Bernardo Pereira de Sá Filho estudou o circuito do prazer em Teresina no período de 1930 a 1970, localizando estes prostíbulo como lugares de sociabilidades importantes na periferia da cidade. A boemia, entretanto, era exercida e uma característica do circuito do prazer da elite, simbolizado pelas casas de prostituição maior fama que se localizavam no centro da cidade, especialmente a Rua Paissandu Cf. SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina. Para Pau de Fumo, a diferença fundamental entre a prostituta Maria Preá e as “gatas da Paissandu”, era que elas eram amancebadas até com doutor de posição, dormiam em colchão de molas. Maria Preá, entretanto, “era uma fuampa pobre. Mas que isto, apesar de bonitinha. Sem sorte. Nunca que passou duns fiangos de tipóia, uma muda de roupa e um par de tamancos”. IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007, p. 17.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 12.

⁴⁸⁰ *Ibid.*, p. 11.

⁴⁸¹ *Id. Ibid.*

pretende mostrar: uma linguagem que pode dissolver hierarquias ou acirrar tensões entre os próprios sujeitos, mas que também evidencia a proximidade característica dos pobres na sua coletividade, proximidade que nasce das experiências compartilhadas.

Em meio àquela pobreza e uma característica dela, o narrador enfatiza a incontida sensualidade do rebolado de Genoveva, esposa de Pau de Fumo, com “as ancas dentro duma saia de chita”. Toda vaidosa, “dengosa de faceira!”, carregando lata d’água na cabeça com o pescoço duro e meio torto como que realizando um equilíbrio delicado que evitava molhar-se toda, e ressaltar ainda mais a sensualidade de seu corpo. Nesse momento, passa Pau de Fumo correndo em disparada que nem sequer olhou para “seu xodó”, Genoveva.

O crime, que desempenha papel fundamental na obra e configura-se como um dos elementos caracterizadores do cotidiano dos pobres no subúrbio de Teresina, ganha a cena. Nele, Pau de Fumo, “o gatuno mais safado da Palha de Arroz” é considerado profissional, pois “estava dentro do programa do seu meio de vida”. Notamos que este “programa” contava com a habilidade de afanar o que era dos outros de modo tão leve e suave que não era percebido de imediato. Contava, ainda, com a habilidade de azeitar as canelas, correndo nos becos por entre aquela buraqueira no interior do bairro Palha de Arroz. Além da coragem de, se fosse preciso, atirar-se no poço da Usina Elétrica desativada, pois preferia morrer afogado a ser pego e “dar o couro às varas” na polícia.

Mas Pau de Fumo, outrora Chico da Benta, havia estudado. E sempre que fazia das suas, logo incorporava Chico da Benta num lance de análise sociológica de sua condição. Numa terra onde tudo podia e devia haver com fartura, que injustiça morrer de fome, refletia. A crítica vem em seguida:

Tanta gente por aí afora falando em fim da Ditadura!... Pra quê?!... Tanta gente falando em Democracia!... Liberdade... Pra que também?... se os homens na certa seriam os mesmos. De nada adiantava mudar as coleiras e serem os mesmos cachorros. A democracia que devia haver era a Democracia de Pão, Liberdade de Vida, Direito de Viver.⁴⁸²

Em meados dos anos 1940, a oposição ao regime ditatorial fazia duras críticas ao regime e propagandeava a necessidade de retorno da democracia. Nas entrelinhas, é possível analisar que, Chico da Benta, impondo-se a Pau de Fumo, chega a outra conclusão: que isso tudo era balela politiqueria (“De nada adiantava mudar as coleiras e serem os mesmos cachorros”). Nada mudaria na sua vida e na de muitos outros que compartilhavam com ele a

⁴⁸² IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007, p. 14.

condição de pobre. A democracia e a liberdade almejada, também não valeriam de nada se não garantissem o direito de viver, se não espantassem para longe a fome cotidiana. Após cada reflexão, uma áspera repreensão a si: “Diabo! Para que um dia estudara!?”. Tal repreensão também poderia ser interpretada como: qual o significado da educação na vida de um pobre? O desenrolar dos fatos narrados na obra aponta para uma resposta pessimista: refletir sobre a sua condição apenas, o que Chico da Benta faz, via-de-regra, após Pau de Fumo se desapertar, ou nos momentos em que a agudeza da condição exige a introspecção. Na crítica velada do literato, a educação deveria ser mais que isso.

Fugindo como estava da polícia, abrigou-se na casa de Maria Preá, “a mulher mais pobre da Barrinha, um dos mais pobres bairros de Teresina, capital deste pobre Piauí de sorte encolhida que nem correia de fogo”⁴⁸³. Dividiu com Maria Preá a única rede que ela possuía. Pela manhã, depois de tomar seu rumo, teve a notícia de que a sua Genoveva havia sido presa injustamente pelos Guardas. Ao se apresentar ao Comissário de plantão, o senhor Eugênio, “ruim que só falta de fôlego”, o dito comissário ordenou que soltassem a mulher, mas antes procedeu a devida “lavagem moral” que o caso requeria, ou seja, despejou sobre Pau de Fumo e Genoveva “um grande e bonito banho de palavrões”⁴⁸⁴. Entretanto, os pensamentos de Pau de Fumo ligavam-se apenas ao aspecto desterrado de Genoveva, os cabelos assanhados, suja e com o vestido em tiras. O que teriam feito com ela, pensou. E foi além, como Genoveva, uma mulher honesta, poderia sair dali naquele estado. A preocupação de Pau de Fumo tinha sentido. Palha de Arroz era um bairro de “homens depravados” que amparam mulheres pobres com intenções libidinosas.

O gatuno segue refletindo sobre sua pobreza, após observar de sua cela mais um incêndio no Palha de Arroz, sem, entretanto, poder ajudar sua mulher e filhos a salvar seus míseros pertences:

Miséria! Por isso que o povo diz: a cuia do pobre só cai emborcada e o pão com a manteiga pra baixo. Ora que besteira!... Quem já viu hoje pão de pobre com manteiga!? Pobre hoje já não tem nem pão! É isso mesmo. A sorte só dá tocinho a quem não tem jirau. Tanta gente sem necessidade alguma de roubar pra viver, e ali fazendo e acontecendo. Merda! A sorte só dá tocinho a quem não tem jirau.⁴⁸⁵

⁴⁸³ IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007, p. 18.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 20.

⁴⁸⁵ *Ibid.*, p. 35.

Mas não eram apenas os viventes do bairro Palha de Arroz e Barrinha que exalavam pobreza. O narrador evidencia também a pobreza material da cidade de Teresina ao falar de seus problemas, por exemplo, a falta de eletricidade:

Já ia para três anos, ou mais qualquer coisa, que as lâmpadas ferriavam. Mas até que as ruas estavam claras naquela noite. Era uma Lua bonita!... Palha de Arroz, tranquila, parecia um arraial antigo dentro da madrugada. Lá no meio do céu, redonda e bonita, a Lua parecia um disco. Um disco cantando uma canção. Uma canção que poetas não escreveram nem músicos compuseram. Canção de luar de lua cheia por cima duma capital sem luz elétrica.⁴⁸⁶

Nos anos 1930 e 40, a Usina Elétrica gerava energia pelo menos para a iluminação pública noturna até por volta das 9 horas da noite, quando as sirenes tocavam e as luzes se apagavam em alguns minutos. Uma expressão muito conhecida dos contemporâneos, segundo o historiador Bernardo de Sá Filho, era a que dizia “soltaram a onça”, um alerta para que as pessoas de bem, especialmente as moças de família retornassem rapidamente as suas residências e zelassem por sua honra, uma vez que depois daquele horário, apenas mulheres de má fama e homens de índole duvidosa transitavam pelas ruas⁴⁸⁷. A crítica da falta de eletricidade para a iluminação pública na cidade devia-se ao constante mau funcionamento do sistema, precário e ineficiente, que deixava a cidade por bastante tempo sem a iluminação pública. A ausência de luz numa cidade com status de capital de estado contrasta com os ares de arraial atribuído ao conturbado, e por hora, tranquilo bairro Palha de Arroz, iluminado pela luz do luar.

A tranquilidade momentânea que experimentava o bairro Palha de Arroz era devido à agitação que marcava a cidade vizinha de Timon no Maranhão [outrora conhecida com São José das Flores] tendo em vista a realização de seus festejos. Todos atravessaram o rio nos canoieiros para as novenas de São José. Lá, para Pau de Fumo, o que havia era

Animação. Namorados de braços dados no meio daquele povão. Liberdade à vontade – até mesmo quase no patamar da igreja. Gente de todas as classes, de todos os tipos, de todos os quilates, de toda natureza. De todas as camadas – da fina, da intermediária, da baixa. Aquilo sim!... era que era liberdade. Delegado, Prefeito e demais autoridades da cidade fechavam os olhos a tudo. Lá por longe – por detrás da igreja, pelas encostas do mato – casais e mais

⁴⁸⁶ IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007, p. 52.

⁴⁸⁷ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, p. 36.

casais palestrando à vontade. Trocando promessas, beijos, abraços, amores...⁴⁸⁸

Mais um momento de reflexão reveladora. A festa popular, o festejo de São José na vizinha cidade de Timon, é um evento que reúne a todos, ricos, remediados e pobres. Trata-se de um momento considerado como atenuante das diferenças sociais no qual todos gozam de uma “liberdade à vontade”. Entretanto uma contradição, pois tal liberdade que todos experimentavam acabava por ser permitida pela elite, pelas autoridades, que pela força de sua condição, “autorizam” permissivamente eventuais deslizos, fechando os olhos a tudo. Ou seja, as diferenças sociais não se apagam, apenas estão em suspensão temporária e sob o poder das autoridades. E os pobres, os comuns, se espalhavam sobre a permissividade temporária fruto da bendita festa do santo.

Outro momento revelador da reflexão sobre a condição de pobreza pode ser localizado no diálogo entre o queixoso negro Parente e Pau de Fumo sobre o desemprego no qual vivia:

[Parente:] – Miséria de rabo, negro velho. Vivo de cara pra cima, comendo vento, como se diz, sem ter o que fazer. Já meu filho está pra bem dizer nu. É bem triste a minha situação. E o pior é que ninguém vê a minha miséria.

[Pau de Fumo:] – Vê Parente. Ninguém faz é sentir a sua miséria.

[Parente:] – Pois vá lá que seja. Ninguém sente a minha desgraça. É a mesma coisa.

[Pau de Fumo:] – A mesma coisa, não. Pior. Pior, porque sinal de desengano. Se fosse só não ver, a gente ainda tinha qualquer coisa de sinal de esperança. Também pudera!... Os ricos, que nunca sofreram na vida, não sentem o quanto dói o sofrimento alheio. E os pobres, que jeito podem dar às nossas misérias?! Sofrem dos mesmos males. Paciência... Paciência, negro velho. Um dia pode ser que a roda gire para o nosso lado.

[Parente:] – Que roda?... De burros de carga nunca que a gente passa. A cuia do pobre só cai emborcada. E o pão com a manteiga pra baixo.

[Pau de Fumo:] – Dizendo besteira! Já se viu pão de pobre nesta terra com manteiga?! Pois olhe, eu sei que sou burro de carga. Mas sou como burro de carroça: só olho pra frente. Sou como sapo, Parente, embora no fogo, sempre com os olhos n'água.⁴⁸⁹

Parente sofria com o desemprego que o levou a fazer do bico de “pescador de defuntos” seu meio de vida. Um meio de vida incerto, pois dependia da má sorte dos outros, a maioria pobre como ele, que se aventuravam nas correntezas do Parnaíba e por lá ficavam. Ao falar de sua condição miserável, o personagem ressalta a quase nudez do filho. Além de tudo,

⁴⁸⁸ IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007, p. 53.

⁴⁸⁹ *Ibid.*, p. 64-65.

ninguém – pobre, remediado ou rico – enxergava a sua miséria, pois bastaria olhar para constatá-la. Entretanto, Pau de Fumo, deixando emergir Chico da Benta, logo corrige o cálculo de Parente. A questão não era ver e sim sentir. Olhos destreinados ou desacostumados podem ver e não serem sensibilizados em espírito, tocados no coração. Aquele que sentisse, ou viesse a sentir na própria carne a miséria ou mesmo aquele que se deixasse tocar pela condição do outro, certamente teria outra conduta.

A falta de sensibilidade diante do pobre era sinal, para Pau de Fumo, de algo ainda pior: a desesperança. Com ricos insensíveis e pobres enredados na mesma condição que Parente e Pau de Fumo, a solução seria aguardar uma reviravolta do destino, ou seja, olhando para frente, cultivar a esperança nos dias vindouros.

Ao pôr em destaque o cotidiano dos pobres de muitas maneiras, Fontes Ibiapina, em seu lugar de cronista tensionado entre a “tarefa de comentar a realidade e o intuito de transformá-la”⁴⁹⁰ e, valendo-se do lugar privilegiado que ocupava, falava aos seus leitores de modo crítico a partir do seu olhar sobre a pobreza em Teresina. Ao fazer isso, rompe com a indistinção atribuída ao “pobre”, através de discursos elitistas sobre os sujeitos que vivenciam a pobreza. A abordagem realizada no romance força, portanto, a emergência de tais sujeitos como indivíduos que produzem e reproduzem a sua existência em meio às amarras da autoridade e dos poderes que atravessam a sociedade. A pobreza é comum aos personagens que vivem nos subúrbios, especialmente Palha de Arroz e Barrinha, mas é experimentada de modo diferente no desenrolar das existências individuais. Os fatos sociais que estão impregnados na narrativa filha de seu tempo têm, assim, uma função na estrutura da obra, tornando-a um todo indissolúvel, como observa Antônio Cândido⁴⁹¹, o que reforça a intenção do autor em destacar o cotidiano das relações sociais dos pobres, os problemas relacionados à existência material e moral de uma vida enredada entre a pobreza e a reflexão aguda sobre tal condição, através de Pau de Fumo/Chico da Benta.

Assim, *Palha de Arroz* nos faz refletir sobre os pressupostos que devem permear, sem dúvida, o trabalho do historiador, considerando as possibilidades históricas da existência de sujeitos que experimentaram semelhante caminhada sobre a lâmina afiada que é a vida dos pobres, sujeitos porventura observados e narrados em aguda ficção.

⁴⁹⁰ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 17

⁴⁹¹ CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro : Ouro sobre Azul, 2006, p. 13-16

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As páginas que precederam essas últimas considerações pretenderam percorrer o labirinto produzido pelos discursos disponíveis na cultura letrada sobre a cidade de Teresina e a ideia de crise nascida, dentre outras razões, do reconhecimento da historicidade da pobreza. As mobilizações em prol do Centenário da cidade, em 1952, e a própria construção do marco histórico em empresa retrospectiva voltada para a determinação da data da efeméride e, a partir daí, escrita de uma história da cidade, contribuíram largamente para a determinação dos espectros da crise que assombravam o presente e impunham a incerteza quanto aos dias vindouros. Nosso objetivo ao examinar a efeméride foi informado pela necessidade de entender a sua influência na evocação de elementos temporais (um regime de historicidade produzido a partir da tensão entre “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas”) para dizer e interpretar a cidade e o seu estágio de desenvolvimento, em tempos que a historiografia tem consagrado como de transição nacional em termos populacionais, sociais, econômicos e culturais a partir da concepção de anos dourados. Tratamos aqui da cidade e os sentimentos que ela suscita em seus habitantes. Como observou o historiador Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho, nas cidades:

[...] cada sujeito desenvolve percursos, atitudes práticas, afetos que, embora idiossincráticos em seus traços mais evidentes, reportam também a crenças, valores e opiniões que tecem o mundo social. Todo e qualquer núcleo urbano, por sua capacidade mesma de agregar pessoas e abrigar atividades diversas, desencadeia inúmeras interações, favorece encontros inesperados, potencializa novas experiências sociais, fomenta a constituição de percepções singulares de tempo e espaço.⁴⁹²

Considerando isso, de modo mais pontual, investigamos não mais os espectros da crise, mas aqueles elementos que participaram como evidentes na construção, determinação e incitação do estado dito como crítico da sociedade, elementos estes que, passíveis de serem observados no cotidiano da cidade, foram eleitos por cronistas e intelectuais para dizê-la. A precariedade de serviços públicos, a mendicância, o flagelo da seca, a necessidade de caridade e assistência aos pobres e o elevado custo de vida consubstanciaram-se, no discurso, em provas insofismáveis de que a pobreza se alastrava e, com resultado disso, a crise se agravava.

A imprensa ainda possuía laços muito próximos com a literatura, do contrário não se utilizaria de tantos artifícios próprios dos textos ficcionais para dizer os fatos e

⁴⁹² SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Volteios das letras nas memórias urbanas. *Trajetos*, v. 05, nº 09/10, dez. 2007, p. 53.

acontecimento que pretendiam noticiar. As figuras de linguagem mais utilizadas nas crônicas de jornal eram a metonímia, a hipérbole e a metáfora (raramente utilizavam eufemismos). Deste modo, a imprensa contribuiu para produzir e expressar o incômodo, a comoção e a apreensão relativas a um presente repleto de dados que, lidos, traduziam o atraso. Localizar no outro a essência da pobreza e do atraso foi o caminho mais comum dos intelectuais nas crônicas da imprensa, indicando um movimento de se eximir de eventuais culpas pelos percalços da sociedade, repassando ao Estado o dever de ação. Lembramos aqui o que ponderou Geneviève Bolleme sobre os enunciados sobre o povo na literatura dita popular:

Quando se fala do povo, não é do povo que se fala, não é por ele que há interesse. Esse discurso se funda quase sempre numa mera ideia. De fato, ele só serve para legitimar uma supremacia, circunscrevendo e portanto acusando uma diferença, sem contar que confere um poder àquele que sustenta, àquele que se coloca como porta-voz legítimo do povo.⁴⁹³

De um modo geral, os discursos da imprensa seguiram esse caminho, sobretudo quando trataram dos flagelados e das generalizadas agruras oriundas do aumento do custo de vida que assombrava a todos. Em alguns discursos, porém, ressaltava-se a necessidade de participação da sociedade na busca de soluções para as melindrosas questões sociais, tais como a fome, as migrações, a mortalidade e a degradação moral dos acometidos pelas misérias, o que não deixava de ser, ainda assim, um modo de se colocarem como porta-vozes do povo.

A distância também é um aspecto relevante e, como defendeu Carlo Ginzburg, possui implicações morais⁴⁹⁴. Como foi possível perceber em parte das crônicas dos periódicos estudados, a presença e a livre movimentação mendigos nos espaços de sociabilidades da cidade suscitava uma preocupação diferente daquela movimentação dos flagelados. Mendigos deveriam ser interpelados pelo Estado sobre a sua real condição, pela desconfiança gerada pelos relatos de bebedeiras e promiscuidade nos bairros circunvizinhos ao centro da cidade. Os flagelados, por sua vez, quase sempre são vistos como o elo mais frágil da estrutura agrária suscetível a variações climáticas e desamparados pelo Estado. Em Teresina, os relatos de suas misérias vividas longe, geralmente destacadas e reiteradas em fortes tintas, acabavam por relativizar as distâncias, tornando-os próximos pelo sofrimento que provocava comoção. Quando o resultado da movimentação os fazia, de fato, presentes no

⁴⁹³ BOLLEME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 56.

⁴⁹⁴ GINZBURG, Carlo. Matar um mandarim chinês: as implicações morais da distância. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 199-218.

espaço urbano, os discursos passavam a, além de pontuar o sofrimento e a urgente ação do Estado, exigir a caridade dos cidadãos com o outro, com o que vem de fora. Necessário destacar que as falas dos jornais não eram homogêneas nesse sentido, pois a ponderação sobre a degradação moral que a miséria produzia concorria para leituras que liam o outro como potencialmente perigoso, justificando a cautela e reiterando a premência da ação do Estado.

Como parte de uma equação que apontava para a leitura das estruturas sociais e econômicas pelos cronistas da imprensa, a seca contribuía para o agravamento da crise, considerada a essa altura como sem precedentes, pois afetava as condições de vida da população citadina, tendo em vista que a estiagem produzia consequências sobre os preços dos gêneros alimentícios e desequilibrava os apertados orçamentos da grande maioria da população. A especulação e as manobras de alguns comerciantes de diversos produtos, como a carne e o leite, por exemplo, geraram uma série de debates acerca da legislação de intervenção do Estado na economia popular (como expressava o texto da lei) e o tabelamento de preços passou a ser uma prática cotidiana, vista quase unanimemente como necessária.

Por fim, traçamos em linhas gerais o cotidiano dos pobres entre os anos 1940 e 1950 com a intenção de sondá-los em suas ações, como um modo de tentar enxergá-los para além do labirinto dos discursos sobre eles. Partimos, portanto, da oposição de uma imagem da cidade e de seu povo produzida por H. Dobal em meio às comemorações do Centenário de Teresina, na qual desenha uma cidade cujos conflitos e contradições são eclipsados pelo caráter ordeiro e acolhedor dos teresinenses, bem como pelo ritmo próprio pelo qual o tempo lentamente corria. Tivemos a oportunidade de acompanhar, através de alguns casos, aspectos referentes ao cotidiano de pessoas comuns, como a moralidade, o trabalho, a vizinhança, etc. Esses habitantes da cidade entendiam-se como possuidores de direitos e se utilizavam de sua condição de pobreza para ter acesso ao Judiciário e reivindicar, entre outras coisas, o direito de uma vida digna, a reparação da honra, etc. Não eram imóveis, conformados ou simplesmente ordeiros. A literatura de Fontes Ibiapina, no livro *Palha de Arroz*, ajudou a compor outros aspectos da vida e da sobrevivência ao narrar, conforme a ótica do literato, o que correspondia a ideias e pensamentos coerentes aos homens e mulheres que viveram no período em estudo.

Esperamos ter contribuído para a compreensão histórica do período inicial dos anos 1950 em Teresina, ao problematizarmos a comemoração, a crise e a pobreza no cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: histórias, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- _____. *O poder e a seca no Piauí (1877-79)*. Teresina, PI : EDUFPI, 1991.
- ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. *Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetória e representações do Arcebispo do Piauí (1956-1971)*. 2008. 211f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2008.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, V. 05 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.
- BANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. *Cotidiano, narrativa e representação na Teresina de meados do século XX*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.
- BARBALHO, Alexandre. Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877. *Trajetos*. Fortaleza, vol. 03, nº 06, abr. 2005.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In.: SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOLLEME, Geneviève. O povo por escrito. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- CAMPOS, Ipojucan Dias. Cotidiano conjugal e discursos jurídicos em Belém nas primeiras décadas do século XX (1916/1940). *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 329-341, dez. 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro : Ouro sobre Azul, 2006.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. 2. Ed. Recife: Edições Bagaço, 2005.
- CASTRO, Josué de. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora de UNICAMP, 2001.
- _____.; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

- CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 197-216, jan./dez. 2000.
- COSTA, Francisco Humberto Vaz da. *De relance: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930)*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.
- DAMATTA, Roberto. Estado e Sociedade: a Casa e a Rua. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v.30, n.1, p.90-113, jan./jun. 2011.
- GEREMEK, Bronislaw. O mundo contemporâneo e a miséria. In: *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, [1995?], p. 275-276.
- _____. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 11.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). *História do Brasil Nação*. Vol. 4 (Olhando para dentro 1930-1964). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 137.
- GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- GUIMARÃES, Valéria. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, jun. 2007.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOBSBAWM, Eric J. Os anos dourados. In: *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre história*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2009.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LIMA, Francisca Lidiane de Sousa. História do Mafuá. *Cadernos de Teresina*. Teresina, n. 41, p. 73, fev. 2010.
- LOFEGO, Sílvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto história*, São Paulo, nº 17, novembro de 1998.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, Silvia Helena Zanirato. A representação da pobreza nos registros da repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais. In: *Revista de História Regional*, vol. 3, nº 1, p. 87-116, 1998.
- MEDEIROS, Antônio José Castelo Branco. Forças sociais e disputa política numa conjuntura de crise. In: *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina: Cepac, 1996.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MELO, Salânia Maria Barbosa de. A construção da memória nacional a partir da Escola Normal Piauiense, no período de 1937-1945. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. Anais. Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0461.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.
- MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MORAIS, Eliane Rodrigues de. *A comemoração do Centenário de Teresina*, um exemplo de práticas e representações. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

_____. As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). *Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras*. Teresina: Edufpi; Imperatriz, MA: Ética, 2010.

_____. Cidade e memória: o processo de modernização de Teresina nos anos 1930 e 1940. In.: EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Histórias: de vários feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*, São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macêdo de. *Imagens dissonantes? A família teresinense: entre prescrições católicas e práticas culturais na década de 1950*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da geral da civilização brasileira*. t. 3, v. 11. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PEREIRA, Luciana de Lima. *A Igreja Católica em “tempos mundanos”: a luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960)*. 2008. 242f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2008.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre em São Paulo. (1890-1914)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? *Anos 90* (revista de história da UFRGS), Porto Alegre, dez. 2000.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2. ed. Teresina: Editora da UFPI; João Pessoa: Editora de UFPB, 1998.

_____. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3 ed. Teresina, PI: EDUFPI, 2011.

_____. De amor e de livros. In: CHAVES, Joaquim (Mons.). *Monsenhor Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

RABELO, Elson de Assis. Rumores de miséria, ecos da história. A emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. In: Fênix: revista de história e estudos culturais. vol. 06, ano VI, nº 01, jan./fev./mar. 2009, p. 02. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br> Acesso em: 08 jun. 2013.

REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. 2002. 310 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003.

RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na Seca de 1932*. 2 ed. Fortaleza, CE: Museu do Ceará, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, Marly. *A década de 1950: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel; Fapesp, 1997.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2006.

SANTANA, R. N. Monteiro de. Integração da economia piauiense no mercado nordestino. In: *Evolução histórica da economia piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SCOTT, James C. *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*. México, DF: Ediciones ERA, 2003.

SECRETO, Verônica; TOLEDO, Edilene; RIBARD, Franck; MARTINS, Mário (orgs.). *A história em processo: ações criminais em Fortaleza (1910-1950)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Sobre as (f)utilidades de uma história oficial. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em Tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

_____. Técnica e cultura material na cidade de Fortaleza (1945-1965). *Projeto História*, São Paulo, n. 40, jun. 2010.

_____. Volteios das letras nas memórias urbanas. *Trajetos*, v. 05, nº 09/10, dez. 2007.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 44, Dez. 2002.

SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. O cotidiano das relações conjugais no Piauí oitocentista por meio de processos judiciais. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, São Luís. Anais... São Luís: UEMA, 2011. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/silveira.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2013.

SZMRECSANYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (dir.). *História da geral da civilização brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. 3, v. 11.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FONTES CITADAS

Atas da Câmara Municipal de Teresina

(Livros de Ata consultados: 1950-55)

TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 12ª sessão ordinária de 23 de fevereiro de 1951*. Livro 03.

TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 208ª sessão ordinária de 28 de março de 1950*. Livro 02, Teresina, fl. 1-2.

TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 220ª Sessão Ordinária de 10 de outubro de 1950*. Livro 02, fl. 53-54.

TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 24ª Sessão Ordinária de 12 de março de 1951*. Livro 03, fl. 164-165.

TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 25ª Sessão Ordinária de Teresina de 13 de março de 1951*. Livro 03, fl. 166-167.

TERESINA. Câmara Municipal. *Ata da 8ª Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 1951*. fl. 133-135.

Mensagens do Governador do Estado do Piauí à Assembleia Legislativa

(Livros de mensagens consultados: 1950-1957)

PIAUI. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 21 de abril de 1952, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 21 de abril de 1952.

PIAUI. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 21 de abril de 1953, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 21 de abril de 1953.

PIAUI. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 28 de fevereiro de 1951, pelo governador Pedro de Almendra Freitas*. Imprensa Oficial, 28 de fevereiro de 1951. p. 12.

Censos Demográficos

(Período 1942-1960)

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico (1º de julho de 1950)*. Estado do Piauí, seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/> busca-por-temas/habitacao-e-infra-estrutura>. Acesso em: 12 jan. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado do*

Piauí. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Teresina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951.

Processos Judiciais

Foram consultados os processos cíveis e criminais do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí – ATJEPI. Documentos avulsos. Período 1940-1960.

ATJEPI. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Corina Marciana da Silva contra o seu marido João Monteiro da Silva*, 18 de outubro de 1945.

ATJEPI. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Delma Lustosa Nogueira contra o seu marido Antero de Alencar Sena*, 31 de julho de 1958.

ATJEPI. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria José de Amorim contra o seu marido Sandoval Rodrigues Barbosa*, 29 de maio de 1943.

ATJEPI. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Marques Martins contra o seu marido José de Sousa Martins*, 15 de março de 1943.

ATJEPI. *Ação de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 17 de julho de 1952.

ATJEPI. *Inquérito Policial da Delegacia de Trânsito e Costumes para apurar a denúncia de Injúria e Difamação contra Júlio Saraiva*. 30 de dezembro de 1955.

ATJEPI. *Processo de Majoração de Alimentos movida pela Senhora Maria Zélia Pereira de Amorim contra o seu marido Geraldo Gomes de Amorim*, 24 de outubro de 1960.

ATJEPI. *Processo de Solicitação de Alimentos movido pela Senhora Vicência Almeida de Sousa contra Luiz de Oliveira Sousa*, 01 de setembro de 1942.

ATJEPI. *Processo-crime de Estupro movido contra Raimundo Bezerra de Pinho*. 23 de novembro de 1954.

ATJEPI. *Processo-crime de Furto movido contra Cícero Lins Aguiar*. 08 de março de 1955.

ATJEPI. *Processo-crime de Furto movido contra Francisco Alves da Silva e José Germano de Oliveira*. 10 de fevereiro de 1955.

ATJEPI. *Processo-crime de Ofensa Física, danos materiais e injúria movido contra Luís Pereira Dias*. 17 de agosto de 1959.

ATJEPI. *Processo-crime de Sedução movido contra Benedito Gomes da Silva*. 22 de julho de 1955.

Obras literárias

DOBAL, H. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina (1952). In.: *H. Dobal: obra completa II* (prosa). 2 ed. Teresina: Plug, 2007.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de Arroz*. Teresina: Oficina da Palavra, 2007.

Coleção de leis, decretos e documentos da União.

BALEEIRO, Aliomar e LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições Brasileiras: 1946*. Vol. 5. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 200.

BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1941: Atos do poder executivo (Decretos-leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1942.

BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1950: Atos do poder legislativo (leis de janeiro a março)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1951: Atos do poder legislativo (leis de outubro a dezembro)*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

BRASIL. Câmara Federal. *Coleção das Leis de 1952: Atos do poder legislativo (leis de janeiro a março)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Evolução do salário mínimo*. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEE9C0AE25062/leg_evolucao.pdf Acesso em: 01 mai. 2014

BRASIL. Presidência da República. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil: Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso em: 01 nov. 2013.

BRASIL. Presidência da República. *Código de Processo Civil: Decreto-Lei Nº 1.608 de 18 de setembro de 1939*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1608.htm>. Acesso em 01 nov. 2013.

Jornais

Foram consultados os jornais: *O Dia* (edições de 1951 a 1960), *Jornal do Comércio* (edições de 1950 a 1953), *A Luta* (edições de 1952), *Jornal do Piauí* (edições de 1952) e *Jornal de Notícias* (edições de 1950).

A CIDADE de Anchieta. *O Dia*, Teresina, Ano II, 02/03/1952.

A MENDICÂNCIA em Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 06/01/1952.

A MENDICÂNCIA urbana. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951.

A PARTICIPAÇÃO da mulher na luta contra os altos preços. *O Dia*, Teresina, Ano II, 01/06/1952.

A QUESTÃO é: amar a pobreza! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano IV, 31/05/1950

ÁGUA e mais água no leite: centenas de litros derramados. *A Luta*, Teresina, Ano I, 23/08/1952. Grifo no original.

APÊLOS aos piauienses. *O Dia*, Teresina, Ano II, 03/02/1952.

ARBITRÁRIO e injusto o tabelamento do pão. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.

AS MISÉRIAS da seca. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/03/1951.

AS MISÉRIAS de Teresina. *O Dia*, Teresina, Ano I, 19/08/1951.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Teresina: subsídios para a história do Piauí. In: *Monsenhora Chaves: obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 25.

CHAVES, Joaquim (Pe.). A Sêca de 1877. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, 15/06/1952.

CHUVAS que não trazem proveito à lavoura. *Jornal do Comércio*, Teresina, 25/02/1953.

CÓDIGO de Posturas de Teresina. Decreto-Lei n. 54, de 03 de abril de 1939. *Diário Oficial*. Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina, 1939.

COM a polícia. *O Dia*, Teresina, Ano I, 29/04/1951. Texto não assinado sob responsabilidade do redator-secretário, Buggy Britto, e do diretor do jornal, Leão Monteiro.

COMEÇOU o sofrimento: atrasados os vencimentos de agosto. *A Luta*, Teresina, Ano I, 07/09/1952.

CORREIÇÃO na cidade. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/02/1951.

CRISE de utilidades. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/03/1951.

CUNHA E SILVA, Francisco. Cultura popular. *O Dia*, Teresina, Ano III, 29/03/1953.

CUNHA E SILVA, Francisco. De baixo para cima. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953.

CUNHA E SILVA, Francisco. Democracia Social. *O Dia*, Teresina, Ano II, 20/01/1952.

CUNHA E SILVA, Francisco. Fixar o homem ao solo. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.

CUNHA E SILVA, Francisco. Pelos subúrbios. *O Dia*, Teresina, 01/06/1952.

CUNHA E SILVA, Francisco. Terrível dilema. *O Dia*, Teresina, Ano I, 15/07/1951.

CURY, Karam. 2+2=4. *O Dia*, Teresina, Ano II, 17/08/1952.

DIARIAMENTE chegam flagelados. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 25/02/1953.

ENCARECE a vida. *O Dia*, Teresina, Ano I, 21/10/1951.

EXPLORADORES gananciosos. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/12/1951.

FALSOS mendigos. *O Dia*, Teresina, Ano I, 20/01/1952.

FATOS da semana. *O Dia*, Teresina, Ano I, 02/12/1951.

FLAGELO I. *O Dia*, Teresina, Ano III, 21/06/1953.

FLAGELO II. *O Dia*, Teresina, Ano III, 28/06/1953.

FLAGELO III. *O Dia*, Teresina, Ano III, 05/07/1953.

- FLAGELO IV. *O Dia*, Teresina, Ano III, 12/07/1953.
- FLAGELO V. *O Dia*, Teresina, Ano III, 19/07/1953.
- FLAGELO VI. *O Dia*, Teresina, Ano III, 26/07/1953.
- FRANCO, José Patrício. Finanças municipais e as realizações administrativas. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/03/1951.
- FRANCO, José Patrício. O município e os problemas de abastecimento público. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/03/1951.
- FRANCO, José Patrício. Plantas cadastrais e os problemas de esgoto e calçamento. *O Dia*, Teresina, Ano I, 18/02/1951.
- FRANCO, José Patrício. Temas municipalistas: Teresina, seus problemas e o seu crescimento. *O Dia*, Teresina, Ano I, 11/02/1951. p. 2.
- FRANCO, José Patrício. Teresina, seus problemas e o seu crescimento. *O Dia*, Teresina, 11/02/1951.
- GÊNEROS gratuitos para o povo nordestino. *O Dia*, Teresina, Ano II, 02/03/1952.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina, PI: Halley, 2003.
- GRAVE denúncia do bispo auxiliar de Teresina: É possível uma Revolta Popular no Nordeste. Milhares de crianças estão passando fome. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 23/04/1953.
- LAFER: maior aliado atual do comunismo – culpado pela miséria que assola o nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953.
- LEITE batizado. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952.
- LEITE fabricado: Tapioca e água, os ingredientes da nova indústria. *A Luta*, Teresina, Ano I, 31/08/1952
- LIXO, Lixo, lixo. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.
- LUSTOSA, Solon. O tempo e a fatalidade... *Jornal do Comércio*, Teresina, 12/01/1952.
- MALHANDO em ferro frio. *O Dia*, Teresina, Ano I, 04/11/1951.
- MENDIGOS I. *Jornal do Comercio*, Teresina, Ano VI, 10/09/1952.
- NORDESTE, palco de sofrimento. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 14/02/1953.
- NOSSO apelo. *O Dia*, Teresina, Ano III, 01/03/1953. Grifos nossos.
- NOTÍCIAS da Coap. *A Luta*, Teresina, Ano I, 13/07/1951.
- O AUMENTO do leite. *A Luta*, Teresina, Ano I, 03/08/1952. Grifo nosso.
- O DRAMA do nordeste. *O Dia*, Teresina, Ano II, 09/03/1952.
- O FENÔMENO dos “retirantes” nordestinos. *O Dia*, Teresina, Ano II, 13/04/1952.
- O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 01/05/1950.
- O POVO reclama. *Jornal de Notícias*, Teresina, Ano I, 04/06/1950.
- O PRIMEIRO centenário de Teresina. *Jornal do Comércio*, Teresina, 01/03 1950.
- OLIVEIRA, Joel de. O centenário da cidade. *O Dia*, Teresina, Ano I, 17/07/1951.

PINTO, Solon (Padre). Entrevista do padre Solon Pinto – vigário de São João do Piauí, aos Jornais de Teresina, sobre a seca no sudoeste do Estado. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 17/03/1953.

POBRE Teresina! *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VI, 20/01/1952.

POSSE dos membros da coop. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

SILVA, Francisco Antônio. S. Raimundo Nonato palco da grande tragédia da seca no Piauí: Declarações do Prefeito Municipal sobre o flagelo. *Jornal do Comércio*, Teresina, Ano VII, 08/03/1953.

TERESINA – a terra de ninguém. *O Dia*, Teresina, Ano 1, 26 /08/1951.

TERESINA de ontem e de hoje. *A Luta*, Teresina, Ano I, 06/07/1952.

UM ANO de fecunda administração. *Jornal do Piauí*, Teresina, Ano II, 31/01/1952.